



DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Ano: 2024, nº 141

Disponibilização: sexta-feira, 02 de agosto de 2024

Publicação: segunda-feira, 05 de agosto de 2024

Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Desembargador Diógenes Barreto
Presidente

Desembargadora Ana Lúcia Freire de Almeida dos
Anjos
Vice-Presidente e Corregedora

Rubens Lisbôa Maciel Filho
Diretor-Geral

CENAF, Lote 7 - Variante 2
Aracaju/SE
CEP: 49081-000

Contato
(79) 3209-8602
ascom@tre-se.jus.br

SUMÁRIO

Atos da Presidência / Diretoria Geral	2
Atos do Corregedor	4
Atos da Diretoria Geral	5
Atos da Secretaria Judiciária	6
02ª Zona Eleitoral	42
03ª Zona Eleitoral	43
04ª Zona Eleitoral	45
05ª Zona Eleitoral	50
06ª Zona Eleitoral	56
08ª Zona Eleitoral	67
09ª Zona Eleitoral	76
11ª Zona Eleitoral	95
13ª Zona Eleitoral	96
14ª Zona Eleitoral	101

15ª Zona Eleitoral	102
17ª Zona Eleitoral	128
19ª Zona Eleitoral	135
21ª Zona Eleitoral	137
26ª Zona Eleitoral	143
27ª Zona Eleitoral	151
30ª Zona Eleitoral	217
34ª Zona Eleitoral	226
35ª Zona Eleitoral	233
Índice de Advogados	235
Índice de Partes	238
Índice de Processos	243

ATOS DA PRESIDÊNCIA / DIRETORIA GERAL

PORTARIA

PORTARIA 682/2024

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, Des. DIÓGENES BARRETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28, inciso XVII, do Regimento Interno;

Considerando que a Portaria GP2 653/2024 ([1569792](#)), da Presidência do tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, publicado no Diário de Justiça do Estado de Sergipe em 31/07/2024;

Considerando o relatório de Comarca Cedro de São João ([1569794](#)), publicado na página da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Sergipe em 02/08/2024;

Considerando os artigos 16 e 30, da Resolução TRE/SE 23/2018 ([1513795](#)), que regulamenta o exercício da jurisdição eleitoral de primeiro grau no Estado de Sergipe e, ainda, o art. 6º da Resolução TSE 21.009/2002 ([1569796](#)), a proximidade da realização de eleições municipais, a normalidade e a regularidade do serviço eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Dra. HERCILIA MARIA FONSECA LIMA BRITO, Juíza Titular do Comarca de Cedro de São João, para exercer as funções de Juíza Interina da 26ª Zona Eleitoral, com sede em Ribeirópolis, a partir de 01/08/2024 até a diplomação dos eleitos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/08/2024.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por DIÓGENES BARRETO, Presidente, em 02/08/2024, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PORTARIA 652/2024

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, Desembargador DIOGÊNES BARRETO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta TRE/SE 11/2024, publicada no DJE de 22/07/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Indicar os servidores que comporão a Equipe de Trabalho "Propaganda Eleitoral" com a finalidade de auxiliar as Zonas Eleitorais de Sergipe para elaborar MINUTA de decisões e despachos na elaboração das representações de propaganda eleitoral, vinculadas às Eleições Municipais de 2024:

Carlos Alberto Viana Junior

Elielson Souza Silva

Evan Karine Fonseca da Silveira

Maíra Gama Torres

Marcos Deumares da Silva

Art. 2º Os servidores designados atuarão a partir de 05 de agosto de 2024 até a data da realização do 1º turno da eleições ou, no caso do Município de Aracaju, até o 2º turno, se houver.

Art. 3º A Equipe de Trabalho será coordenada pelo servidor Carlos Alberto Viana Júnior, lotado na Seção de Assuntos Jurídicos, pertencente à CRE/SE.

Parágrafo Único. O Coordenador desempenhará as seguintes atividades:

I - Distribuir os processos entre o grupo de servidores de apoio;

II - Orientar quanto ao uso dos sistemas PJE;

III - Controlar as ações de trabalho e monitorar as fases de tramitação dos processos;

IV - Subsidiar a Seção de Gestão de Desempenho (SEGED/SGP) com informações relativas ao serviço extraordinário;

V - Subsidiar a Seção de Registros Funcionais (SEREF/SGP) com informações relativas aos plantões.

Art. 4º Os Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais auxiliadas deverão gerenciar a divisão das tarefas e segregação de funções em comum acordo com o servidor designado.

Art. 5º Os componentes da Equipe de Trabalho acumularão o apoio prestado com as atividades de sua lotação de origem.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência deste Tribunal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por DIÓGENES BARRETO, Presidente, em 01/08/2024, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#)

informando o código verificador 1565129 e o código CRC E1DF4E67.

PORTARIA 684/2024

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, Rubens Lisbôa Maciel Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso XVI, da Portaria TRE/SE 389/2024, deste Regional;

Considerando o art. 38 da Lei 8.112/1990, com redação dada pela Lei 9.527/1997;

Considerando o artigo 7º, § 2º, da Resolução TSE 21.832/2004, incluído pela Resolução TSE 23.411, de 6/5/2014 e o Formulário de Substituição SEI nº [1560210](#);

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, excepcionalmente, a servidora GISELE ALVES DOS SANTOS, Requisitada, matrícula 309R300, lotada na 23ª Zona Eleitoral, sediada em Tobias Barreto/SE, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função comissionada de Chefe de Cartório da referida

Zona, FC-6, no período de 09 a 12/07/2024, em substituição a VINICIUS TAVARES FAGUNDES FERREIRA, em virtude de afastamento do titular e da impossibilidade de substituição pelo assistente no referido período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 09 /07/2024.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO, Diretor(a)-Geral, em 02/08/2024, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ATOS DO CORREGEDOR

PROVIMENTO

PROVIMENTO 10/2024

A Excelentíssima Senhora Desembargadora ANA LÚCIA FREIRE ALMEIDA DOS ANJOS, Corregedora Regional Eleitoral de Sergipe, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 37, inciso XXIV, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TSE 23.738, de 27/02/2024, que institui o Calendário Eleitoral das Eleições Municipais 2024, em conformidade com o art. 16 da Lei Complementar 64 /1990;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Portaria 674/2024, da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar que o horário de funcionamento dos Cartórios Eleitorais da Capital seja das 7 às 19 horas e do Interior seja das 8 às 19 horas, no período compreendido entre 01 de agosto a 19 de dezembro de 2024, cabendo à(ao) Juíza(iz) Eleitoral proceder à organização da escala de revezamento entre as(os) servidoras(es).

§ 1º A partir do dia 16 de agosto, os Cartórios Eleitorais permanecerão abertos, em regime de plantão, das 8 às 13 horas, aos sábados, domingos e feriados.

§ 2º No dia 15 de agosto, em caso de feriado municipal, o Cartório Eleitoral ficará de plantão das 14 às 19h, especialmente para atendimento presencial do recebimento de pedidos de registro de candidatura (art. 19, § 4º, Resolução TSE 23.609/2019).

§ 3º O Cartório Eleitoral obrigatoriamente funcionará até as 19h, no último dia para entrega dos pedidos individuais de registro de candidatas e candidatos, na situação prevista no art. 29 da Resolução TSE 23.609/2019, mediante escala controlada e elaborada pelo Chefe de Cartório, caso o prazo final seja sábado, domingo ou feriado.

Art. 2º As(os) servidoras(es) efetivas(os) lotadas(os) nas Zonas Eleitorais e na Central de Atendimento ao Eleitor, durante o período disposto no caput do art. 1º, deverão cumprir a jornada de trabalho diária de seis horas, em caráter ininterrupto, ou oito horas, observando-se, no mínimo, uma hora destinada a repouso e alimentação.

§ 1º As(os) servidoras(es) requisitadas(os) de órgãos públicos federais, estaduais e municipais cumprirão a jornada estabelecida pela sua repartição de origem no horário de funcionamento do Cartório Eleitoral e da Central de Atendimento ao Eleitor.

§ 2º As(os) terceirizadas(os) contratadas(os) deverão desempenhar jornada de trabalho diária de seis horas, de forma contínua, sendo vedadas a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, ou a realização de serviço extraordinário.

§ 3º A Central de Atendimento ao Eleitor terá o horário de funcionamento de 7 às 13 horas.

Art. 3º Excepcionalmente, e para atender às necessidades de serviço, as(os) servidores poderão ser convocados pela(o) Juíza(iz) Eleitoral para cumprir a jornada de trabalho em horário diverso do estabelecido neste Provimento, cabendo a tal autoridade, em sendo o caso, comunicar tal convocação, oficialmente, a esta Corregedoria.

Art. 4º Os casos específicos que, porventura, venham a impossibilitar, momentaneamente, o cumprimento do estabelecido no art. 1º deste Provimento, deverão ser submetidos à Corregedoria Regional Eleitoral para a devida análise.

Art. 5º Caberá à Assessoria de Comunicação (ASCOM) do TRE/SE e aos Juízes Eleitorais, no âmbito de suas respectivas jurisdições, a divulgação do inteiro teor deste Provimento junto ao eleitorado.

Art. 6º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Provimento 9/2024. PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por ANA LUCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS, Corregedor(a) Regional Eleitoral, em 01/08/2024, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419 /2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1568327 e o código CRC 5C1CCC9B.

ATOS DA DIRETORIA GERAL

PORTARIA

PORTARIA 655/2024

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, Rubens Lisboa Maciel Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 1º, da Portaria TRE/SE 782/2023:

Considerando a Resolução TSE 23.673, de 14 de dezembro de 2021 e suas alterações,
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR as(os) servidoras(es) que integrarão a equipe de apoio aos trabalhos da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica (CAVE) nas Eleições Municipais de 2024:

- I - Acir Lemos Prata Junior;
- II - Adail Vilela de Almeida;
- III - Adriana de Castro Britto;
- IV - Adriana Silveira Sobral Mendonça;
- V - Aline Serafim Leite;
- VI - Ana Cláudia Álvares Dias Todt;
- VII - Anna Carolina do Vale Conceição;
- VIII - Arquibaldo Evangelista dos Santos;
- IX - Carlos Leônidas Nunes de Carvalho;
- X - Cassia Maria Carvalho Polito Alves;
- XI - Cátia Nunes;
- XII - Catiana Socorro Oliveira;
- XIII - Cláudio Lima Juiz;
- XIV - Cristiana Lima Correia;
- XV - Cristiane Moura de Figueiredo Déda;

XVI - Débora Maria Barbosa do Nascimento;
XVII - Edilaine Rezende de Andrade Couto;
XVIII - Fábio Almeida de Souza;
XIX - Hermano de Oliveira Santos;
XX - Ivanildo Alves de Medeiros;
XXI - Luciana Franco de Melo;
XXII - Maíra Gama Torres;
XXIII - Marcus Vinícius de Moraes Corrêa;
XXIV - Maria Alejandra Pérez de Machado;
XXV - Marília Silva de Almeida;
XXVI - Rosa Márcia Fontes Machado;
XXVII - Rosângela de Gois Galvão;
XXVIII - Rosani Pinheiro de Almeida;
XXIX - Ruth Cristina Machado Coelho da Silveira;
XXX - Sérgio Roberto Cavalcanti Pereira;
XXXI - Williévanes Alves de Souza Ludovice.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO, Diretor(a)-Geral, em 31/07/2024, às 19:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
informando o código verificador 1565633 e o código CRC 95E5E8B7.

ATOS DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

INTIMAÇÃO

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600016-24.2024.6.25.0012

PROCESSO : 0600016-24.2024.6.25.0012 RECURSO ELEITORAL (Lagarto - SE)

RELATOR : DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

RECORRENTE : ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

ADVOGADO : CAIQUE DE ALMEIDA VASCONCELOS (10244/SE)

ADVOGADO : GUSTAVO MACHADO DE SALES E SILVA (11960/SE)

RECORRIDO : PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - PRB - COMISSAO PROVISORIA - MUNICIPAL - LAGARTO / SE

ADVOGADO : ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS (15106/SE)

ADVOGADO : GUILHERME NEHLS PINHEIRO (9716/SE)

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RECURSO ELEITORAL Nº 0600016-24.2024.6.25.0012

RECORRENTE: ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS

RECORRIDO: PARTIDO REPUBLICANOS BRASILEIRO (PRB) - COMISSÃO PROVISÓRIA - MUNICIPAL - LAGARTO / SE

DESPACHO

Trata-se de recurso interposto contra a decisão do juízo da 12ª Zona Eleitoral (IDs 11759324 e 11759343).

Alegou o representante, ora recorrido, que na decisão que julgou os embargos de declaração por ele opostos, o juízo de origem alterou a sentença de mérito e autorizou o representado a complementar o recurso eleitoral que ele já havia interposto. Asseriu que ele (recorrido) não teria sido intimado da juntada do complemento ao recurso, para ofertar as contrarrazões (ID 11760070). Com efeito, demonstram os autos que, quando do julgamento dos embargos de declaração opostos pelo representante, o juízo de origem ampliou a sanção que havia sido imposta (acrescentando a remoção das propagandas que julgara irregulares) e determinou que fossem intimados o representado (ora recorrente), para complementar o seu recurso, e o representante (ora recorrido), para apresentar as contrarrazões (ID 11759337).

Ocorre que, da complementação do recurso (ID 11759343), o representante não foi intimado e o prazo decorreu sem a oferta das contrarrazões (certidão ID 11759344).

A respeito, estabelece a Resolução TSE nº 23.608/2019, em seu artigo 22:

Art. 22. Contra sentença proferida por juíza ou juiz eleitoral nas eleições municipais é cabível recurso, nos autos da representação, no PJe, no prazo de 1 (um) dia, assegurado à recorrida ou ao recorrido o oferecimento de contrarrazões em igual prazo, a contar da sua intimação para tal finalidade ([Lei nº 9.504/1997, art. 96, § 8º](#)).

Parágrafo único. Oferecidas contrarrazões ou decorrido o prazo respectivo, os autos serão imediatamente remetidos ao tribunal regional eleitoral, no PJe, na classe Recurso Eleitoral (RE).

Como se observa, de acordo com a resolução que trata do processamento das representações e das reclamações previstas na Lei nº 9.504/1997, a contagem do prazo para a apresentação das contrarrazões, nas representações da espécie, tem início com a intimação para a finalidade.

Portanto, não se vislumbrando a realização do referido ato processual, impõe-se o retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de que ele proceda à intimação do recorrido para que ele apresente as contrarrazões.

Incumbe à SJD retificar a autuação, para fazer constar o nome correto do recorrido, conforme consta na petição inicial e na procuração (IDs 11759225 e 11759226).

Publique-se.

Aracaju(SE), em 31 de julho de 2024.

DESEMBARGADORA ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

RELATORA

AGRAVO DE INSTRUMENTO(202) Nº 0600199-31.2024.6.25.0000

PROCESSO : 0600199-31.2024.6.25.0000 AGRAVO DE INSTRUMENTO (Nossa Senhora do Socorro - SE)

RELATOR : DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

Parte : SIGILOS

ADVOGADO : WELDER SILVA SOUZA (15411/SE)

Parte : SIGILOS

ADVOGADO : WELDER SILVA SOUZA (15411/SE)

Parte : SIGILOS

Parte : SIGILOS

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO / DECISÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0600199-31.2024.6.25.0000

ORIGEM: Nossa Senhora do Socorro - SERGIPE

JUIZ(a) RELATOR(a): ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

TERCEIRO INTERESSADO: SEGREDO DE JUSTIÇA

Advogado do(a) TERCEIRO INTERESSADO: WELDER SILVA SOUZA - SE15411

Advogado do(a) TERCEIRO INTERESSADO: WELDER SILVA SOUZA - SE15411

REPRESENTADO(S): SEGREDO DE JUSTIÇA

DECISÃO

(...)

Ante o exposto, dando prevalência aos princípios da efetividade, da celeridade e da economia processual, com fundamento nos artigos 132, III, e 133, XXII, do Regimento Interno do TRE/SE, não conheço do recurso e julgo extinto o presente feito, nos termos do artigo 485, IV e § 3º, do Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicado nesta justiça especializada.

Devido à falta de previsão de classe específica ("Agravo de Instrumento") no regimento interno deste Regional (artigos 124 e seguintes), incumbe à SJD reclassificar este feito para Petição Cível, nos termos do artigo 124, § 2º, do referido regimento, adequando a classificação das partes acima à nova classe processual.

Publique-se. Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Após, arquivem-se os correspondentes autos.

Aracaju(SE), em 02 de agosto de 2024.

DESEMBARGADORA ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

RELATORA

O inteiro teor da decisão pode ser verificado pelos advogados habilitados nos autos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600253-31.2023.6.25.0000

PROCESSO : 0600253-31.2023.6.25.0000 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR BRENO BERGSON SANTOS

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

INTERESSADO : CIDADANIA - CIDADANIA (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

ADVOGADO : JOSE EDMILSON DA SILVA JUNIOR (5060/SE)

ADVOGADO : SAULO ISMERIM MEDINA GOMES (33131/BA)

INTERESSADO : GEORGE ANTONIO CESPEDES PASSOS

INTERESSADO : MAIKON OLIVEIRA SANTOS

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600253-31.2023.6.25.0000

INTERESSADO: CIDADANIA - CIDADANIA (DIRETÓRIO REGIONAL/SE), GEORGE ANTONIO CESPEDES PASSOS, MAIKON OLIVEIRA SANTOS

DECISÃO

Em petição formulada ao ID 11756283, a agremiação interessada requereu o parcelamento em 60 (sessenta) parcelas, comprovando em arquivos anexos a atualização do débito e o pagamento referente à primeira parcela, nos termos do art. 13 da Lei nº 10.522/2002 e do Parágrafo Único, do artigo 2º, da Portaria Conjunta SRFB/PGFN nº 895/19.

Com efeito, o parcelamento das multas eleitorais (*lato sensu*) aos partidos políticos está previsto no artigo 11, § 8º, IV, da Lei nº 9.504/1997, nos seguintes termos:

"Artigo 11. (...) § 8º (...) IV - o parcelamento de multas eleitorais e de outras multas e débitos de natureza não eleitoral imputados pelo poder público é garantido também aos partidos políticos em até sessenta meses, salvo se o valor da parcela ultrapassar o limite de 2% (dois por cento) do repasse mensal do Fundo Partidário, hipótese em que poderá estender-se por prazo superior, de modo que as parcelas não ultrapassem o referido limite."

O dispositivo tem redação conferida pela Lei nº 13.488/2017 e, desde então, vem sendo aplicado por esta Corte, em consonância com as disposições da Lei nº 10.522/02 e com os limites mínimos de parcela estabelecidos em Portaria Conjunta SRFB/PGFN nº 895/19.

Nessa toada, o regramento atual dos limites do parcelamento está previsto na Portaria Conjunta SRFB/PGFN nº 895/19 que, em seu artigo 2º, estabelece o valor mínimo de parcela de R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa física e R\$ 500,00 (quinhentos reais) para pessoa jurídica.

No caso, o pedido de parcelamento formulado na ID 11756283 atende às exigências legais ao fixar sua proposta para 60 (sessenta) parcelas de R\$ 1.270,17 (mil, duzentos e setenta reais e dezessete centavos). Lado outro, conforme exige a Resolução TSE nº 23.709/2022, também restou comprovado o pagamento da primeira parcela, cujo valor foi apurado observando o mínimo de cada prestação fixado nos termos do art. 13 da Lei nº 10.522/2002 e do parágrafo único do artigo 2º da Portaria Conjunta SRFB/PGFN nº 895/19.

Assim, estando satisfeitos os requisitos previstos no artigo 11, § 8º, IV, da Lei nº 9.504/1997, DEFIRO o parcelamento da sanção eleitoral imposta em 60 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.270,17 (mil, duzentos e setenta reais e dezessete centavos), tal como requerido pelo partido interessado.

RESSALTO que as GRUs referentes às próximas parcelas deverão ser emitidas em favor da Unidade Gestora Arrecadadora TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE (código 070012) e o devedor deverá juntar, mensalmente, nestes autos, cópia do comprovante de pagamento, *ex vi* do art. 24 da Res.-TSE nº 23.709/2022, sob pena de presunção de inadimplemento e envio dos autos à Advocacia Geral da União (AGU) para as providências cabíveis, nos termos do artigo 33, inciso III, da Resolução TSE nº 23.709/22 c/c o Ato Concertado nº 1/2023, do Núcleo de Cooperação Judiciária (NUCOOJ) deste Tribunal.

Publique-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Aracaju (SE), na data da assinatura eletrônica.

JUIZ BRENO BERGSON SANTOS

RELATOR

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0601180-31.2022.6.25.0000

PROCESSO : 0601180-31.2022.6.25.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR BRENO BERGSON SANTOS

EXECUTADO(S) : GILVANETE ALMEIDA PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO : ALLEF EMANOEL DA COSTA PAIXAO (11309/SE)

ADVOGADO : MARCIO CESAR FONTES SILVA (2767/SE)

ADVOGADO : RODRIGO TORRES CAMPOS (5527/SE)

EXEQUENTE(S) : ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0601180-31.2022.6.25.0000

EXEQUENTE(S): ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

EXECUTADO(S): GILVANETE ALMEIDA PEREIRA DOS SANTOS

DESPACHO

Concedido o acesso às partes dos comprovantes extraídos dos sistemas SISBAJUD e RENAJUD (IDs 11732877, 11760561 e 11760562), DETERMINO o retorno dos autos à Secretaria Judiciária para o integral cumprimento da decisão de ID 11760560 (itens II, III e IV). Após a devida certificação, volvam-me os autos conclusos para apreciação dos demais requerimentos formulados pela exequente na petição de ID 11762253.

Publique-se. Intimem-se.

Aracaju (SE), na data da assinatura eletrônica.

JUIZ BRENO BERGSON SANTOS

RELATOR

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0000091-37.2013.6.25.0000

PROCESSO : 0000091-37.2013.6.25.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Aracaju - SE)

RELATOR : JUÍZA TITULAR DAUQUÍRIA DE MELO FERREIRA

EXECUTADO : PODEMOS - PODE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)
(S)

ADVOGADO : JOSE EDMILSON DA SILVA JUNIOR (5060/SE)

ADVOGADO : SAULO ISMERIM MEDINA GOMES (33131/BA)

EXECUTADO : PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) -
(S) INCORPORADO PELO PODEMOS

EXEQUENTE : ADVOCACIA GERAL DA UNIAO EM SERGIPE
(S)

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0000091-37.2013.6.25.0000

EXEQUENTE(S): ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

Em se tratando de recurso em face de decisão interlocutória, formem-se autos suplementares (classe - petição cível), nos termos do artigo 19, § 2º da Resolução TSE 23.478/2016, prosseguindo-se a execução do julgado em face do Diretório Regional/SE do PODEMOS, nos autos principais, nos termos ordenados pelo Acórdão (ID 11718554).

Aracaju(SE), em 30 de julho de 2024.

DESEMBARGADOR DIÓGENES BARRETO

PRESIDENTE DO TRE/SE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600193-24.2024.6.25.0000

PROCESSO : 0600193-24.2024.6.25.0000 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Aracaju - SE)
RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL
FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE
INTERESSADO : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)
ADVOGADO : THIAGO SANTOS MATOS (8999/SE)
INTERESSADO : OTAVIO DOMINGOS SALES
INTERESSADO : ROSANA OLIVEIRA FRANCA FROES

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

SECRETARIA JUDICIÁRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600193-24.2024.6.25.0000

ATO ORDINATÓRIO

Com fundamento no art. 35, § 3º da Resolução TSE nº 23.604/2019, a Secretaria Judiciária INTIMA o(a) (INTERESSADO: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL (DIRETÓRIO REGIONAL/SE), OTAVIO DOMINGOS SALES, ROSANA OLIVEIRA FRANCA FROES), na pessoa do(as) seu(as) advogado(as), para, querendo, no prazo de 20 (vinte) dias, complementar os dados, sanear as falhas e/ou manifestar-se acerca do Relatório/Check-List (Informação ID nº 11767924) da Unidade Técnica juntado aos autos do(a) PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600193-24.2024.6.25.0000, cujo inteiro teor/conteúdo poderá ser acessado através do serviço de consulta ao PJe no endereço eletrônico <https://pje.tre-se.jus.br:8443/pje-web/login.seam>.

Aracaju(SE), em 2 de agosto de 2024.

LUCIANA FRANCO DE MELO

Servidor da Secretaria Judiciária

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0000099-09.2016.6.25.0000

PROCESSO : 0000099-09.2016.6.25.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Aracaju - SE)
RELATOR : JUIZ TITULAR EDMILSON DA SILVA PIMENTA
EXECUTADO(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)
ADVOGADO : AILTON ALVES NUNES JUNIOR (3475/SE)
ADVOGADO : ANTONIO EDUARDO SILVA RIBEIRO (843/SE)
ADVOGADO : LUIGI MATEUS BRAGA (0003250/SE)
ADVOGADO : THERESA RACHEL SANTA RITA DANTAS LIMA (0003278/SE)
EXECUTADO(S) : ROGERIO CARVALHO SANTOS
ADVOGADO : AILTON ALVES NUNES JUNIOR (3475/SE)
ADVOGADO : ANTONIO EDUARDO SILVA RIBEIRO (843/SE)
ADVOGADO : EMANUEL MESSIAS BARBOZA MOURA JUNIOR (0002851/SE)
EXECUTADO(S) : REJANE SANTANA SANTOS
ADVOGADO : ANTONIO EDUARDO SILVA RIBEIRO (843/SE)
ADVOGADO : EMANUEL MESSIAS BARBOZA MOURA JUNIOR (0002851/SE)
ADVOGADO : THERESA RACHEL SANTA RITA DANTAS LIMA (0003278/SE)
EXECUTADO(S) : ROSANGELA SANTANA SANTOS
ADVOGADO : ANTONIO EDUARDO SILVA RIBEIRO (843/SE)

ADVOGADO : EMANUEL MESSIAS BARBOZA MOURA JUNIOR (0002851/SE)
ADVOGADO : THERESA RACHEL SANTA RITA DANTAS LIMA (0003278/SE)
EXEQUENTE(S) : ADVOCACIA GERAL DA UNIAO EM SERGIPE

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0000099-09.2016.6.25.0000

EXEQUENTE(S): ADVOCACIA GERAL DA UNIAO EM SERGIPE

EXECUTADO(S): PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT (DIRETÓRIO REGIONAL/SE),
ROGERIO CARVALHO SANTOS, ROSANGELA SANTANA SANTOS, REJANE SANTANA
SANTOS

DECISÃO

Considerando o disposto no art.37, §9º da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/99), que reza que " O desconto no repasse de cotas resultante da aplicação da sanção a que se refere o caput será suspenso durante o segundo semestre do ano em que se realizarem as eleições", e tendo em vista que já se iniciou o referido período, DETERMINO a suspensão da presente execução até o final do recesso previsto no artigo 220 do CPC

Aracaju (SE), em 1 de agosto de 2024.

JUIZ(A) EDMILSON DA SILVA PIMENTA

RELATOR(A)

PETIÇÃO CÍVEL(241) Nº 0600213-15.2024.6.25.0000

PROCESSO : 0600213-15.2024.6.25.0000 PETIÇÃO CÍVEL (Barra dos Coqueiros - SE)

RELATOR : JUÍZA TITULAR DAUQUÍRIA DE MELO FERREIRA

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

REQUERENTE(S) : JADSON ALVES DO NASCIMENTO

ADVOGADO : LUCAS MENDONCA RIOS (3938/SE)

REQUERIDO : AUGUSTO CEZAR CARDOSO

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PETIÇÃO CÍVEL Nº 0600213-15.2024.6.25.0000

REQUERENTE(S): JADSON ALVES DO NASCIMENTO

REQUERIDO: AUGUSTO CEZAR CARDOSO

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido liminar, interposto por Jadson Alves do Nascimento contra a decisão liminar do Juízo da 2º Zona Eleitoral que indeferiu tutela de urgência postulada em sede de Mandado de Segurança Cível (MSCiv 0600205-38.2024.6.25.0000).

Informa o requerente, ora agravante, que "vinha figurando até o último dia 17/07/2024 como legítimo presidente da comissão provisória do MOBILIZA no Município da Barra dos Coqueiros /SE", e que no dia 18/07/2024 o Presidente do diretório regional/SE do MOBILIZA destituiu sumariamente de tal condição não só o agravante, mas também toda a comissão provisória do MOBILIZA do Município de Barra dos Coqueiros/SE.

Afirma que o requerido, ora agravado, "já constituiu nova Comissão Provisória com outros membros, absolutamente estranhos aos que integravam a composição anterior", e "o período das convenções partidárias com vistas ao pleito eleitoral vindouro está em curso e o impetrante já ostentava a condição pública e notória de pré-candidato a Vice-Prefeito do Município da Barra dos Coqueiros".

Aduz que destituído da direção municipal do partido que o havia lançado como pré-candidato, vê sua iminente candidatura deveras ameaçada pelo agravado, impetrou mandado de segurança junto a este Regional, que restou não conhecido.

Assevera que o ato agravado foi realizado dentro do contexto eleitoral, "visto que era público e notório que o impetrante/agravante ostentava não só a condição de Presidente da Comissão Provisória do partido no âmbito municipal, como também de pré-candidato a Vice-Prefeito do Município da Barra dos Coqueiros".

Sustenta a competência dessa Justiça Especializada para processar e julgar a demanda tendo em vista que, "se discute a dissolução de órgão partidário que traz impactos inequívocos e imediatos em pleito eleitoral iminente".

Alega que divergências partidárias, "se ocorridas no período eleitoral, compreendido este em sentido amplo (no ano da eleição), afastam a competência da Justiça Comum, vez que atingem a esfera jurídica dos postulantes a "players" do certame eleitoral". Transcreve precedentes.

Insiste que a "simples verificação do curtíssimo lapso temporal havido entre a destituição da Comissão Provisória anterior e a constituição de uma nova, o fato de o ato de descredenciamento ter sido realizado já em meio ao período das convenções, bem assim que a nova Comissão Provisória não contemplou qualquer dos membros anteriores, demonstram, de forma cristalina, que o que o impetrado pretendia era apenas e tão-somente destituir o impetrante sumariamente do comando da Comissão Provisória municipal, ao arrepio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa".

Defende que a comissão provisória tinha um prazo de validade de 1 (um) ano, cuja a vigência se encerraria em 26/04/2025 sendo destituída de forma unilateral e sorrateiramente pelo agravado.

Diz que houve violação ao devido processo legal, a ampla defesa e ao contraditório, considerando ainda que o agravante foi sumariamente destituído (junto com os demais membros) da Comissão Provisória que presidia e excluía da Convenção realizada no dia 26 de julho de 2024.

Do exposto, requer o deferimento da medida liminar para o fim de suspender o ato agravado e determinar o restabelecimento da Comissão Provisória do MOBILIZA da Barra dos Coqueiros, tal como constituída e presidida pelo agravante até 17/07/2024.

Requer ainda, a suspensão dos efeitos da convenção realizada no dia 26/07/2024 até o julgamento do mandado de segurança.

Com a inicial, juntou cópia dos autos do Mandado de Segurança Cível nº 0600205-38.2024.6.25.0000 (ID 11766604) e convite para convenção partidária do MOBILIZA/diretório municipal de Barra dos Coqueiros (ID 11766605).

É o relatório. Decido.

Conforme relatado, cuida-se de agravo de instrumento, com pedido liminar, interposto contra a decisão liminar proferida por Juízo da 2ª Zona Eleitoral, que indeferiu tutela de urgência postulada em sede de Mandado de Segurança Cível (MSCiv 0600205-38.2024.6.25.0000).

Sem maiores delongas, verifica-se que a presente Petição Cível deve ser extinta sem resolução do mérito. Isso porque "as decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas à preclusão, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra a decisão definitiva de mérito". Nesse sentido, dispõe o artigo 19 caput da Resolução TSE nº 23.478/2016, que estabelece diretrizes gerais para a aplicação do Código de Processo Civil no âmbito desta Justiça Eleitoral.

Pelo exposto, extingo o presente feito sem resolução do mérito, com fundamento no art 485 inciso VI do Código de Processo Civil (CPC).

Publique-se. Intime-se. Ciência à Procuradoria Regional Eleitoral.

Aracaju (SE), na data da assinatura eletrônica.

JUÍZA DAUQUIRIA DE MELO FERREIRA

RELATORA

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0000105-79.2017.6.25.0000

PROCESSO : 0000105-79.2017.6.25.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR EDMILSON DA SILVA PIMENTA

EXECUTADO(S) : SOLIDARIEDADE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

ADVOGADO : LUZIA SANTOS GOIS (3136/SE)

EXEQUENTE : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0000105-79.2017.6.25.0000

EXEQUENTE: PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

EXECUTADO(S): SOLIDARIEDADE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

DECISÃO

Defiro o pedido do Ministério Público Eleitoral (id. 11764118).

Inclua-se o partido executado nos cadastros de inadimplentes (SERASA E CADIN), nos termos do artigo 34, caput, e §§ 1º a 3º, da Res. TSE n.23.709/2022.

Após, arquivem-se os autos.

Aracaju (SE), em 1 de agosto de 2024.

JUIZ(A) EDMILSON DA SILVA PIMENTA

RELATOR(A)

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0000055-87.2016.6.25.0000

PROCESSO : 0000055-87.2016.6.25.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR EDMILSON DA SILVA PIMENTA

EXECUTADO (S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

ADVOGADO : JOANA DOS SANTOS SANTANA (11884/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

EXEQUENTE (S) : ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0000055-87.2016.6.25.0000

EXEQUENTE(S): ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

EXECUTADO(S): PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)
DECISÃO

Considerando o disposto no art.37, §9º da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/99), que reza que " O desconto no repasse de cotas resultante da aplicação da sanção a que se refere o caput será suspenso durante o segundo semestre do ano em que se realizarem as eleições", e tendo em vista que já se iniciou o referido período, DETERMINO a suspensão da presente execução até o final do recesso previsto no artigo 220 do CPC

Aracaju (SE), em 1 de agosto de 2024.

JUIZ(A) EDMILSON DA SILVA PIMENTA

RELATOR(A)

INSTRUÇÃO(11544) Nº 0600203-68.2024.6.25.0000

PROCESSO : 0600203-68.2024.6.25.0000 INSTRUÇÃO (Aracaju - SE)

RELATOR : DESEMBARGADOR PRESIDENTE DIÓGENES BARRETO

Destinatário : TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

INTERESSADO(S) : TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RESOLUÇÃO Nº 59/2024

INSTRUÇÃO (11544) - 0600203-68.2024.6.25.0000 - Aracaju - SERGIPE

RELATOR: DESEMBARGADOR DIÓGENES BARRETO

INTERESSADO(S): TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ELEIÇÕES 2024. JUNTAS ELEITORAIS. COMPOSIÇÃO. MAGISTRADAS E MAGISTRADOS
PRESIDENTES E MEMBROS DAS ZONAS ELEITORAIS. APROVAÇÃO.

RESOLVEM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, por unanimidade, APROVAR
A RESOLUÇÃO DE COMPOSIÇÃO DAS JUNTAS ELEITORAIS.

Aracaju(SE), 22/07/2024.

DESEMBARGADOR DIÓGENES BARRETO - RELATOR

INSTRUÇÃO Nº 0600203-68.2024.6.25.0000

R E L A T Ó R I O

O DESEMBARGADOR DIÓGENES BARRETO (Relator):

Em cumprimento ao disposto no art. 36 do Código Eleitoral, a Secretaria Judiciária solicitou ao Juízos Eleitorais, por meio do Sistema Pré-Eleição, a relação dos nomes das pessoas indicadas para compor as Juntas Eleitorais deste Estado para o primeiro e eventual segundo turnos das Eleições Municipais de 2024, sendo indicados os nomes dos Juízes e Juízas Presidentes das Juntas e de dois membros relativos a cada Zona Eleitoral.

Conclusos os autos, submeto a referida relação para apreciação e julgamento do Pleno.

É o relatório.

V O T O

O DESEMBARGADOR DIÓGENES BARRETO (Relator):

Senhoras e Senhores Membros deste TRE e Ilustre Procuradora Regional Eleitoral,

Trago a este nobre Colegiado a presente Instrução que visa ao atendimento do disposto nos arts. 36 e seguintes do Código Eleitoral, bem como dos arts. 161 e seguintes da Resolução do TSE 23.736/2024, que dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as eleições municipais de 2024, os quais determinam que os nomes indicados pelas(os) magistradas(os) para a composição das Juntas Eleitorais sejam nomeados pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, após

publicação de Edital no Diário de Justiça Eletrônico, a fim de possibilitar a abertura do prazo de 3 (três) dias para eventual impugnação pelos partidos políticos ou federações.

Transcorrido o prazo supramencionado, será editado o ato para nomeação dos Membros que comporão as 29 (vinte e nove) Juntas Eleitorais de Sergipe para as Eleições Municipais de 2024, no primeiro e eventual segundo turnos.

Ante o exposto, submeto a relação dos componentes das Juntas Eleitorais do Estado de Sergipe, anexada aos autos por meio do ID 11762278, à respeitável apreciação deste colendo Plenário, ao tempo em que VOTO pela sua APROVAÇÃO, determinando-se a publicação de Edital no Diário de Justiça Eletrônico.

É como voto.

DESEMBARGADOR DIÓGENES BARRETO

PRESIDENTE DO TRE/SE

EXTRATO DA ATA

INSTRUÇÃO (11544) nº 0600203-68.2024.6.25.0000/SERGIPE.

Relator: Desembargador DIÓGENES BARRETO.

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Presidência da Des. DIÓGENES BARRETO. Presentes os Juízes EDMILSON DA SILVA PIMENTA, ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS, HÉLIO DE FIGUEIREDO MESQUITA NETO, BRENO BERGSON SANTOS, CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL, DAUQUÍRIA DE MELO FERREIRA e a Procuradora Regional Eleitoral, Dr^a ALDIRLA PEREIRA DE ALBUQUERQUE.

DECISÃO: RESOLVEM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, por unanimidade, APROVAR A RESOLUÇÃO DE COMPOSIÇÃO DAS JUNTAS ELEITORAIS.

SESSÃO ORDINÁRIA de 22 de julho de 2024.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0601552-77.2022.6.25.0000

PROCESSO : 0601552-77.2022.6.25.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Aracaju - SE)

RELATOR : DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

EXECUTADO : LIVIA DOS SANTOS MENEZES
(S)

ADVOGADO : LAERTE PEREIRA FONSECA (6779/SE)

EXEQUENTE : ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

FISCAL DA : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE
LEI

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0601552-77.2022.6.25.0000

EXEQUENTE: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

EXECUTADA: LIVIA DOS SANTOS MENEZES

DESPACHO

Juntada a petição ID 11765503 (e anexos) pela executada, encaminhem-se os autos à exequente, para conhecimento e para requerer o que entender cabível, no prazo de 10 (dez) dias.

Aracaju(SE), em 1 de agosto de 2024.

DESEMBARGADORA ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

RELATORA

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156) Nº 0600150-63.2019.6.25.0000

PROCESSO : 0600150-63.2019.6.25.0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR HÉLIO DE FIGUEIREDO MESQUITA NETO

EXECUTADO(S) : REDE SUSTENTABILIDADE - REDE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

EXEQUENTE(S) : ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0600150-63.2019.6.25.0000

EXEQUENTE: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE

EXECUTADO: REDE SUSTENTABILIDADE - REDE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

DECISÃO

Vistos etc.

Em petição de ID 11749322, o partido executado requer o sobrestamento do presente feito até julgamento final do processo judicial nº 0600297-50.2023.6.25.0000 perante a instância ordinária. Alternativamente, requer o sobrestamento do presente feito pelo prazo de 06 (seis) meses.

Em manifestação de ID 11760662, a exequente afirma que "foi o próprio executado que deu causa à sua situação, até porque deveria ter quitado sua dívida há anos, apenas tendo sido possibilitado, pela União, o seu pagamento parcelado".

Informa ainda a exequente que "já foi proferido acórdão rejeitando a regularização da prestação de contas nº 0600297-50.2023.6.25.0000, tendo o devedor interposto Embargos Declaratórios ainda pendentes de julgamento, mas com Parecer desfavorável do Ministério Público, motivo pelo qual não há justificativas plausíveis para o sobrestamento do presente feito".

Decido.

O pedido de regularização das contas do Diretório Estadual do Partido Rede Sustentabilidade (REDE), exercício financeiro de 2018, foi julgado improcedente em 06/06/2024 (processo nº 0600297-50.2023.6.25.0000). Houve interposição de embargos de declaração, os quais constam da pauta da sessão plenária de 16/08/2024.

Assim, DEFIRO o pedido de sobrestamento do presente feito até julgamento dos embargos de declaração apresentados no processo nº 0600297-50.2023.6.25.0000.

Publique-se. Intime-se.

Aracaju(SE), na data da assinatura eletrônica.

JUIZ HÉLIO DE FIGUEIREDO MESQUITA NETO

RELATOR

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO(12628) Nº 0600208-90.2024.6.25.0000

PROCESSO : 0600208-90.2024.6.25.0000 AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO (Boquim - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR HÉLIO DE FIGUEIREDO MESQUITA NETO

FISCAL DA

LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE
REQUERENTE : JOSE ROBERTO FERNANDES CHAVES
ADVOGADO : CLAUDIA LIRA SANTANA (10354/SE)
ADVOGADO : FABRICIO PEREIRA XAVIER SOUZA (6174/SE)
ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)
ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)
ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)
REQUERIDO : JOSE RAIMUNDO SAO PEDRO FERNANDES
REQUERIDO : UNIAO BRASIL - BOQUIM - SE - MUNICIPAL

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO Nº
0600208-90.2024.6.25.0000

REQUERENTE: JOSÉ ROBERTO FERNANDES CHAVES

REQUERIDO: JOSÉ RAIMUNDO SÃO PEDRO FERNANDES

DECISÃO

Trata-se de Ação de Perda de Mandato Eletivo por Infidelidade Partidária, com pedido de tutela provisória, proposta por JOSÉ ROBERTO FERNANDES CHAVES em desfavor de JOSÉ RAIMUNDO SÃO PEDRO FERNANDES e do PARTIDO UNIÃO BRASIL (UNIÃO), com fundamento na Resolução-TSE nº 22.610/2007.

Narra o autor que o "Requerido, nas eleições de 2020, obteve 369 votos, pelo Partido Social Democrático e alçou a condição de segundo suplente pela citada agremiação", tendo se desfilado do PSD, sem justa causa, e se filiado ao Partido União Brasil.

Aduz que a "desfiliação do Requerido ocorrera sem justa causa, nos moldes do art. 22-A da Lei 9096/99, bem como da Resolução nº 22.610/07 do TSE, pois assim o fez apenas para obter benesses do PSD, na última eleição municipal."

Assevera que, em "sendo reconhecida a infidelidade, há também de ser reconhecida a exclusão do Sr. José Raimundo da ordem de suplência, do modo que, legal e naturalmente, o suplente que deveria ter sido convocado é o senhor José Roberto, autor desta ação."

Acrescenta que "não restam dúvidas quanto à necessidade desse reconhecer a legitimidade do Requerente em assumir a vereança, pois, apesar de ter mudado de agremiação e saído do PSD e passado a integrar o PSDB, a mudança ocorreu em 01/04/2024, ou seja, dentro da janela partidária."

Requer, preliminarmente, a concessão de antecipação de tutela, em caráter liminar *inaudita altera pars*, "no sentido de determinar o imediato afastamento do Sr. JOSÉ RAIMUNDO SÃO PEDRO FERNANDES da Câmara de Vereadores de Boquim, pois, em decorrência da sua infidelidade foi excluído da ordem de suplência partidária, determinando-se, ainda, que em seu lugar assumira o terceiro suplente, JOSÉ ROBERTO FERNANDES CHAVES."

Alega "patente a relevância do direito invocado, pois, como devidamente demonstrado, o Sr. José Raimundo assumiu cargo de Vereador mesmo tendo sido infiel ao partido pelo qual foi eleito segundo suplente, fato este que, inclusive, enseja a exclusão da ordem de suplência."

Afirma, quanto ao perigo na demora, "a manutenção de vereador infiel ocupando mandato eletivo é uma afronta à democracia e ao sistema eleitoral brasileiro, fato este que, comprovado, deve ser veementemente corrigido pelo judiciário, nesta Corte Especializada."

Decido.

Da análise da exordial, nota-se que a parte autora requereu a concessão de tutela de urgência.

Destaque-se que, para a concessão da tutela de urgência, revela-se necessária a existência de probabilidade do direito e, alternativamente, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Assim dispõe o art. 300 do CPC, *verbis*:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Em cognição sumária, apenas pelos elementos documentais acostados aos autos, não identifico grande probabilidade de acolhimento do pedido autoral, pois há necessidade de dilação probatória.

E não vislumbro perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, ou risco ao resultado útil do processo a justificar a concessão imediata da tutela pretendida, pois tenho como insuficiente a simples alegação de que a manutenção de vereador supostamente infiel no exercício do mandato constituiria afronta à democracia e ao sistema eleitoral brasileiro.

Além disso, o procedimento especial previsto na Resolução-TSE nº 22.610/2007 é deveras célere, com preferência legal para julgamento e prazo estimado em 60 (sessenta) dias, *ex vi* do artigo 12 da indigitada resolução.

Isto posto, DENEGO A TUTELA DE URGÊNCIA.

DETERMINO a citação dos requeridos, para apresentarem resposta, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 4º da Resolução TSE nº 22.610/2007.

Cumpra advertir a parte demandada de que, em caso de revelia, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados na inicial, consoante norma prevista no parágrafo único do art. 4º da Resolução-TSE nº 22.610/2007.

Publique-se. Intimem-se, inclusive o Ministério Público Eleitoral.

Aracaju (SE), na data da assinatura eletrônica.

JUIZ HÉLIO DE FIGUEIREDO MESQUITA NETO

RELATOR

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0610820-83.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0610820-83.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR BRENO BERGSON SANTOS

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

INTERESSADO : PODEMOS

ADVOGADO : ALESSANDRO MARTELLO PANNO (161421/RJ)

INTERESSADO : PODEMOS - PODE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

INTERESSADO : RENATA HELLMEISTER DE ABREU

TERCEIRO : Procurador Geral Eleitoral
INTERESSADO

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Nº 0610820-83.2024.6.00.0000

INTERESSADO: PODEMOS, RENATA HELLMEISTER DE ABREU, PODEMOS - PODE
(DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

DECISÃO

Trata-se de processo encaminhado pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE), com fundamento na Portaria TSE nº 346/2024 (Programa Regulariza JE Contas).

Efetuada a análise do caso, para fim de cumprimento do disposto no artigo 6º, § 3º, da referida Portaria, observou-se a existência dos seguintes processos correlatos:

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 (PSC)

Verifica-se que as contas do exercício financeiro de 2020, do Partido Social Cristão (PSC), posteriormente incorporado pelo partido Podemos, foram julgadas não prestadas nos autos da PC nº 0600134-41.2021.6.25.0000, na sessão de 19/04/2023, com a determinação de devolução ao Tesouro Nacional dos recursos provenientes do Fundo Partidário no valor de R\$ 55.000,00.

Naqueles autos, fora determinada, também, a suspensão do repasse das cotas do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para o órgão estadual sergipano enquanto durasse a inadimplência.

Não obstante, considerando o teor do art. 3º, I, da EC nº 111/2021, bem como a incorporação do partido PSC pelo Podemos em 15.6.2023, e, ainda, levando-se em conta que os novos dirigentes do partido incorporador não integravam o partido incorporado, o feito foi arquivado em definitivo, ante a impossibilidade do cumprimento forçado da sanção obrigacional com o redirecionamento da sanção obrigacional ao partido incorporador.

2. REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DA PC (PSC)

Em consulta do sistema PJe, não há registro de protocolização de requerimento de regularização de omissão na prestação de contas referente ao PSC para o exercício financeiro de 2020.

3. REPRESENTAÇÃO DE SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO

Em consulta do sistema PJe, não há registro de protocolização de representação de suspensão da anotação do órgão partidário em decorrência do julgamento da contas em espeque como não prestadas.

CONCLUSÃO

Devido ao disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 111/2022 - no sentido de que, enquanto não sobrevir lei disciplinando a matéria, "*nos processos de incorporação de partidos políticos, as sanções eventualmente aplicadas aos órgãos partidários regionais e municipais do partido incorporado não serão aplicadas ao partido incorporador*" -, em razão das contas em exame (exercício financeiro de 2020 do PSC), não há que se falar em registro válido de suspensão da anotação no SGIP.

Assim, resta restabelecer o repasse das cotas do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para o órgão do partido PODEMOS, caso tenha sido suspenso, assim como afastar eventual extensão para o referido partido incorporador, das anotações feitas nos sistemas SICO e Sanções, tudo em decorrência dos efeitos da não prestação de contas do exercício financeiro de 2020 pelo PSC.

Posto isso, TORNO SEM EFEITO o despacho proferido ao ID 11749880 e, com fundamento na previsão do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 111/2022, DETERMINO que, em relação à

prestação de contas do exercício financeiro de 2020 do PSC, a Secretaria Judiciária deste TRE-SE adote as seguintes providências:

- A) caso existente eventual registro de suspensão da anotação do órgão estadual do PODEMOS no SGIP, efetuar o seu imediato levantamento;
- B) promover a baixa de registros lançados nos sistemas SICO e Sanções em nome do PODEMOS;
- C) caso tenha sido suspenso, providenciar o restabelecimento do repasse das cotas do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) ao órgão estadual sergipano, mediante expedição de ofício ao diretório nacional e
- D) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se. Dê-se ciência desta decisão à Procuradoria Regional Eleitoral em Sergipe e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) .

Aracaju (SE), na data da assinatura eletrônica.

JUIZ BRENO BERGSON SANTOS

RELATOR

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL(120) Nº 0600212-30.2024.6.25.0000

PROCESSO : 0600212-30.2024.6.25.0000 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (Nossa Senhora do Socorro - SE)

RELATOR : DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

AUTORIDADE COATORA : Juiz Eleitoral da 34ª Zona Eleitoral de Nossa Senhora do Socorro

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

IMPETRANTE(S) : REPUBLICANOS - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE - MUNICIPAL

ADVOGADO : CLAUDIA LIRA SANTANA (10354/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

TERCEIRO INTERESSADO : ANA PAULA SANTOS ALVES

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600212-30.2024.6.25.0000

IMPETRANTE: REPUBLICANOS - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE - MUNICIPAL

AUTORIDADE COATORA: JUIZ ELEITORAL DA 34ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

TERCEIRA INTERESSADA: ANA PAULA SANTOS ALVES

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de tutela de urgência, impetrado pelo Partido Republicanos Brasileiro, órgão municipal de Nossa Senhora do Socorro/SE, em face de ato de autoridade que teria sido praticado pelo juiz da 34ª Zona Eleitoral de Sergipe, nos autos da Representação 0600101-41.2024.6.25.0034, nos quais teria indeferida medida liminar, solicitada visando a remoção de vídeos postados na internet (rede social instagram), contendo propaganda eleitoral antecipada negativa (ID 11766546).

Afirmou o impetrante que ingressou com representação eleitoral contra a senhora Ana Paulo Santos Alves (Paulinha Bombom), pré-candidata ao cargo de vereador, por que ela estaria realizando atos de campanha antecipada negativa em face da pré-candidata a prefeita, Carminha Paiva, mediante divulgação de "vídeos e comentários absolutamente descontextualizados e contendo inverdades", por meio da sua rede social Instagram.

Alegou que a manutenção das postagens possui o condão de interferir direta e negativamente no pleito vindouro, "pois estas são eivadas de intenção de macular a honra e a imagem da pré-candidata da agremiação impetrante".

Disse que a conduta da pré-candidata representada é gravíssima, devendo "ser rechaçada" por que caracteriza pedido explícito de "não voto", desqualifica a pré-candidata vítima e macula a sua honra e sua imagem, em clara extrapolação de seu direito à liberdade de expressão e de manifestação de pensamento.

Asseverou que, por não haver "recurso das decisões liminares", a jurisprudência eleitoral entende que cabe mandado de segurança na ocorrência de decisões teratológicas ou manifestamente ilegais e afirmou que, na espécie, o magistrado teria proferido decisão teratológica e "totalmente contrária à legislação", mesmo tendo sido demonstrada a realização de propaganda negativa, com aptidão para interferir na isonomia da disputa e desequilibrar o pleito.

Salientou que a decisão do magistrado da Zona Eleitoral, ao permitir que as postagens continuem sendo acessíveis, causaria nítida violação ao direito do impetrante.

Requeru a concessão de tutela de urgência, em caráter liminar, para suspender os efeitos da decisão do juízo de origem, determinando a remoção das postagens indicadas na exordial, e, ao final, a concessão da segurança, para reconhecer que as publicações trazem nítida propaganda negativa e determinar a sua retirada em caráter definitivo. Juntou documentos (IDs 11766548 a 11766550).

É o relatório. Decido.

Como é consabido, o mandado de segurança é ação civil, de natureza constitucional, cujo objetivo é impugnar ato de autoridade que se revele ilícito; sendo cabível nos casos de decisão judicial não passível de recurso ou apenas em situações de teratologia ou de manifesta ilegalidade, nos termos do enunciado da súmula nº 22 do TSE, e de precedentes do Tribunal Superior Eleitoral (AgR no MS 060017453/AC, Rel. Min. Luiz Felipe Salomão, DJE de 01/07/2020; AgR no RMS 0600075-53/SE, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 25/04/2022).

Na espécie, cuida-se de mandado de segurança impetrado com o objetivo de desconstituir decisão de indeferimento de liminar proferida pelo juízo da 34ª Zona Eleitoral, no curso da Representação nº 0600101-41.2024.6.25.0034.

Como se sabe, cabe ao julgador, no momento do recebimento da inicial, proceder à verificação do atendimento dos requisitos necessários ao prosseguimento do feito.

Quanto à ação ora ofertada, estabelece o legislador o seguinte:

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. (Lei 12.016/2009)

Por conseguinte, a existência do direito líquido e certo é um requisito específico do mandado de segurança, ou seja, no momento da impetração deve existir nos autos prova documental inequívoca e suficiente para amparar a pretensão do impetrante.

No caso em exame, conforme relatado, o impetrante alegou que o juiz da 34ª Zona Eleitoral indeferiu a medida liminar por meio da qual ele postulava ordem de remoção de vídeos que estariam postados na rede social da demandada na representação (Instagram) e que conteriam

propaganda antecipada negativa e lesiva à honra e à imagem de pré-candidata da agremiação impetrante.

No entanto, o exame dos autos revela a ausência da decisão liminar que teria sido proferida pela autoridade dita coatora e que constitui documento essencial à comprovação da alegada violação do direito do impetrante.

Por óbvio, a falta de juntada da decisão liminar impugnada torna inviável a análise de sua eventual ilegalidade, teratologia ou abusividade.

Assim, não havendo demonstração prévia da existência do direito alegado, revela-se inadequada a via do mandado de segurança, já que nela não existe espaço para dilação probatória.

Nesse sentido, confira-se os seguintes precedentes judiciais:

MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO REGIONAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA. PEÇA ESSENCIAL. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ORDEM DENEGADA. LIMINAR REVOGADA.

[...]

2. Mandado de segurança impetrado com o intuito de sustar efeitos do Acórdão Regional nº 487/2007 do e. TRE do Amazonas, que concluiu pela cassação de mandato do ora impetrante. A cópia do referido acórdão é peça essencial ao reconhecimento do direito invocado, cujo teor não foi trazido aos autos. No mandado de. segurança, a plausibilidade do direito alegado deve ser comprovada de plano, não sendo possível dilação probatória. (MS nº 3.678/MG, Rei. Min. Cezar Peluso, DJdê 14.12.2007).

3. A excepcionalidade do mandamus contra ato judicial exige, para a admissibilidade de seu prosseguimento, situação de grave atentado contra direito líquido e certo do impetrante, demonstrado, de modo inequívoco, na petição inicial (AgRg no RMS nº 526/Rel. Min. Caputo Bastos, DJ de 12.2.2008). Hipótese impossível de ser aferida, in casu.

[...]

6. Ordem denegada.

(TSE, MS 3729/AM, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 13/06/2008)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. VEREADOR. CONDENAÇÃO CRIMINAL. TRÂNSITO EM JULGADO. DIREITOS POLÍTICOS. SUSPENSÃO IMEDIATA. DESPROVIMENTO.

[...]

O direito, para que possa ser examinado na via estreita do mandado de segurança, deve ser líquido e certo, isto é, decorrente de fato incontestável e inequívoco, suscetível de imediata demonstração mediante prova pré-constituída. Precedentes.

Agravo regimental a que se nega provimento.

(TSE, AgR-RMS 278665/CE, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJE de 24/02/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ELEIÇÕES 2010. DEPUTADO ESTADUAL. SÚMULA 267/STF. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

[...]

3. O direito invocado no mandado de segurança deve ter aptidão para ser exercido no momento da impetração e estar baseado em fatos precisos, cuja comprovação deve ser demonstrada de plano. Na espécie, o agravante não fez prova pré-constituída de que obteve votos suficientes para ser diplomado como deputado estadual.

4. Agravo regimental não provido.

(TSE, AgR-MS 116593/MG, Rel. Min. Ancy Andrighi, DJE de 23/08/2011)

CRIMINAL. RMS. CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO, A ORDEM TRIBUTÁRIA, A FÉ PÚBLICA, CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA E EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO. BUSCA E APREENSÃO DE DOCUMENTOS DETERMINADA POR AUTORIDADE JUDICIAL, NO

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA QUE ATENDE OS INVESTIGADOS. ILEGALIDADE DA DECISÃO. INVOLABILIDADE DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. IMPOSSIBILIDADE DO EXAME DAS QUESTÕES. DILIGÊNCIA CUMPRIDA SEM PRÉVIA COMUNICAÇÃO À OAB SECCIONAL. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

Hipótese na qual foi determinada diligência de busca e apreensão no escritório de advocacia ora recorrente, de diversos documentos indicados como relacionados com investigação da Polícia Federal, na qual se apura a existência de organização criminosa voltada à prática de crimes contra as relações de consumo, a ordem tributária, a fé pública, corrupção ativa e passiva e exploração de prestígio.

A ausência da decisão que determinou a busca e apreensão torna inviável a análise de sua eventual ilegalidade.

A falta de juntada da decisão monocrática torna inexequível, também, a análise dos argumentos relativos à ilegalidade da apreensão por ferir o sigilo da profissão do advogado e em razão do fato de os documentos apreendidos não constituírem corpo de delito.

[...]

Recurso desprovido.

(STJ, RMS 19244/RJ, T5, Rel. Min. Gilson Dipp, DJE de 28/11/2015)

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DE RECUPERAÇÃO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. AUSÊNCIA DE PROVA DOCUMENTAL NOS AUTOS CAPAZ DE CONTRADIZER OS ARGUMENTOS DO TRIBUNAL A QUO OU DE COMPROVAR O DIREITO DO IMPETRANTE.

[...]

II - O mandado de segurança possui como requisito inarredável a comprovação inequívoca de direito líquido e certo pela parte impetrante, por meio da chamada prova pré-constituída, inexistindo espaço, nessa via, para a dilação probatória. Para a demonstração do direito líquido e certo, é necessário que, no momento da sua impetração, seja facilmente aferível a extensão do direito alegado e que seja prontamente exercido. Nesse sentido: AgInt no RMS n. 34.203/PB, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 6/2/2018, DJe 16/2/2018 e AgInt no RMS n. 48.586/TO, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017.

[...]

VII - Agravo interno improvido.

(STJ, AgInt no RMS 71003/MA, Rel. Min. Francisco Falcão, DJE de 16/08/2023)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. TRIBUTO INDIRETO. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 166 DO CTN. APLICABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. FALTA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO EM FAVOR DA RECORRENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. Como se sabe, na via estreita do Mandado de Segurança é exigida a demonstração inequívoca do alegado direito líquido e certo, o que não ocorreu no presente caso, porquanto inexistente comprovação de que a impetrante suportou o encargo financeiro do tributo pago indevidamente.

[...]

6. Agravo Interno não provido.

(STJ, AgInt no RMS 71710/SC, Rel. Min. Herrman Benjamin, DJE de 09/10/2023)

MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2020. PROPAGANDA IRREGULAR. CARRO DE SOM. PERMITIDO APENAS EM CARREATAS, CAMINHADAS OU REUNIÕES E COMÍCIOS. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AUSÊNCIA. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. O mandado de segurança em face de ato judicial somente é possível em casos excepcionais, observados os seguintes pressupostos: i) manifesta ilegalidade ou abuso de poder; ii) ausência de previsão de recurso próprio; iii) inexistência de trânsito em julgado do ato impugnado; e iv) teratologia da decisão atacada. Precedentes do TSE.

[...]

6. O mandado de segurança não admite produção de prova, devendo a prova ser pré-constituída para proteger de direito líquido e certo.

7. Quando não restar provada a existência de ato judicial lesivo a direito líquido e certo, deve ser denegado o mandado de segurança.

8. Mandado de segurança denegado.

(TRE-TO, MS 060036111, Rel. Des. José Márcio da Silveira e Silva, DJE de 12/11/2020)

AGRAVO INTERNO. DECISÃO LIMINAR. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL. PRELIMINAR. FALHA NA INTIMAÇÃO DO LITISCONSORTE. MANIFESTAÇÃO APÓS O PRAZO PARA CONTRARRAZÕES. TEMPESTIVIDADE. ANÁLISE DE PROVA EM PEDIDO LIMINAR DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRÉ-CONSTITUIÇÃO DE PROVA EM INICIAL DE MANDADO DE SEGURANÇA. ÔNUS DO IMPETRANTE. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

[...]

3. É ônus do Impetrante apresentar prova pré-constituída na inicial do mandado de segurança ajuizado contra decisão judicial em processo de propaganda irregular, ainda que não lhe caiba fazê-lo nos autos da representação em que figure no polo passivo da ação;

4. Agravo conhecido e desprovido.

(TRE-MA, MS 060052025, Ac. 5463315, Rel. Des. Lavínia Helena Macedo Coelho, DJE de 26/10/2020)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DE PLANO. APREENSÃO DE BEM MÓVEL. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA PARA COMPROVAÇÃO DE ALEGADO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA. SISTEMA DIVERSO DO PROCEDIMENTO DE RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA. DESPROVIMENTO.

Conforme precedente, o direito, para que possa ser examinado na via estreita do mandado de segurança, deve ser líquido e certo, isto é, decorrente de fato incontestável e inequívoco, suscetível de imediata demonstração mediante prova pré-constituída. (TSE - Acórdão no RMS n.º 278655, de 15.12.2015).

A decisão judicial que concede o mandado de segurança deve buscar vetar ameaça ou lesão a direito líquido e certo desde que devidamente demonstrado e com efetivo preenchimento dos requisitos previstos na Lei n.º 12.016/2009 e art. 5.º, inciso LXIX, da Constituição Federal.

Não tendo sido comprovado o direito líquido e certo para concessão da segurança pretendida, visando a restituição de bem móvel apreendido (telefone celular), cuja propriedade não foi comprovada, mantém-se a decisão que indeferiu de plano o writ ante a falta de prova pré-constituída, mormente quando, ao contrário do que acontece no procedimento de restituição de coisa apreendida (arts. 118 a 124 do CPP), o mandado de segurança não comporta a produção de provas.

(TRE-MS, RMS 36113, Rel. Des. Telma Valéria da Silva Curiel Marcon, DJE de 06/06/2017)

E, como é cediço, a própria Lei de Mandado de Segurança, em seu artigo 10, estabelece que "*a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração*".

Portanto, de acordo com a jurisprudência pátria, ausente a demonstração de um requisito essencial do mandado de segurança, a existência do direito líquido e certo, incabível se revela a impetração.

Ante o exposto, dada a existência de óbice intransponível ao prosseguimento regular do feito, indefiro a petição inicial do presente *mandamus*, com fundamento nos artigos 10 da Lei nº 12.016/2009 e 133, XVIII, do Regimento Interno do TRE/SE, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, inciso I, do Código de Processo Civil.

Comunique-se ao juízo da 34ª Zona Eleitoral acerca da presente decisão.

Publique-se. Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Após, arquivem-se os autos.

Aracaju (SE), em 01 de agosto de 2024.

DESEMBARGADORA ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

RELATORA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0601551-92.2022.6.25.0000

PROCESSO : 0601551-92.2022.6.25.0000 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR HÉLIO DE FIGUEIREDO MESQUITA NETO

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

INTERESSADO : VERONICA ALVES NASCIMENTO SANTOS

ADVOGADO : FABIANO FREIRE FEITOSA (3173/SE)

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601551-92.2022.6.25.0000

Origem: Aracaju - SERGIPE

Juiz Relator: HELIO DE FIGUEIREDO MESQUITA NETO

INTERESSADA: VERONICA ALVES NASCIMENTO SANTOS

Advogado da INTERESSADA: FABIANO FREIRE FEITOSA - SE3173-A

(ATO ORDINATÓRIO)

INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL

Em cumprimento à determinação judicial contida no Acórdão ID 11694722, a Secretaria Judiciária INTIMA a INTERESSADA: VERONICA ALVES NASCIMENTO SANTOS, por meio de seu(s) advogado(s) constituído(s), para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir desta intimação, efetuar e/ou comprovar o recolhimento ao erário do valor do débito que consta no julgamento proferido nos autos do processo em referência, com incidência de encargos, nos moldes do art. 39 da Resolução TSE 23.709/2022.

OBS: A respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU deverá ser gerada através do site <https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru>, sendo a Unidade Gestora 070012 (TRE /SE), Gestão 00001 - Tesouro Nacional e o Código de Recolhimento nº 18822-0.

Aracaju (SE), em 2 de agosto de 2024.

ROSANI PINHEIRO DE ALMEIDA

SJD/COREP

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0602697-96.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0602697-96.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR EDMILSON DA SILVA PIMENTA

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

INTERESSADO : AGIR - AGIR (DIRETORIO NACIONAL)

ADVOGADO : PAULO VICTOR QUEIROZ DE SOUZA (144368/RJ)

INTERESSADO : AGIR - AGIR (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

INTERESSADO : DANIEL SAMPAIO TOURINHO

TERCEIRO : Procurador Geral Eleitoral
INTERESSADO

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0602697-96.2024.6.00.0000

INTERESSADO: AGIR - AGIR (DIRETORIO NACIONAL), DANIEL SAMPAIO TOURINHO, AGIR - AGIR (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

DECISÃO

Trata-se de decisão adotada pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE), com fundamento na Portaria TSE nº 346/2024 (Programa Regulariza JE Contas).

Efetuada a análise do caso, para fim de cumprimento do disposto no artigo 6º, § 5º, da referida portaria, observou-se a existência dos seguintes processos correlatos:

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

Verifica-se que as contas do exercício 2020 do Agir (AGIR) foram julgadas não prestadas, nos autos da Prestação de Contas Anual nº 0600135-26.2021.6.25.0000, na sessão de 14/12/2021, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Nesses autos, foi determinada a suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário, enquanto perdurar a inadimplência quanto à regularização das contas do exercício de 2020, com fulcro no art. 47 da Resolução da TSE nº 23.604/2019.

2. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS - REGULARIZA JE

A direção nacional do Agir (AGIR) requereu a regularização da prestação de contas do exercício financeiro de 2020 (RROPCO 0602697-96.2024.6.00.0000), distribuído no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 14/05/2024 (ID 11747666).

No ID 11747672, decisão no sentido de que "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário", além da determinação de remessa dos autos para este Regional para redistribuição ao juízo eleitoral competente".

Por sua vez, a unidade técnica deste Tribunal, por meio da Informação 41/2024 (ID 11760681) destaca que:

Preliminarmente, faz-se necessário considerar que a agremiação partidária, tendo aderido ao referido programa por meio de sua direção nacional, ficou impossibilitada de prestar contas pelo Sistema de Prestação de Contas Anual - SPCA, de modo que não é tecnicamente possível instruir o presente feito com todos os dados e documentos originariamente exigidos de uma prestação de contas ordinária, dada a indisponibilidade da ferramenta apropriada - o SPCA.

Nesse sentido, foram examinados os elementos contábeis e financeiros do prestador, extraídos das bases de dados desta Justiça Especializada, daí resultando as seguintes conclusões:

I. Diante da impossibilidade de prestar contas pelo Sistema de Prestação de Contas Anual - SPCA, restou prejudicada a observância dos comandos veiculados nas alíneas "b" e "c", item 2, do despacho 11749023;

II. No que se refere às alíneas "a" e "d", item 2, do referido despacho, cumpre anotar que já foram objeto de exame pela Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias do TSE (ID 11747675), que se valeu dos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), gerado pelo Banco Central do Brasil até 30.9.2022, de acordo com o Termo de Cooperação Institucional nº 26, publicado no Diário de Justiça Eletrônico, de 2.12.2014, seção 3, página 201, constatando-se, finalmente, que a referida prestação de contas está passível de regularização, nos termos do art. 2º da Portaria TSE 346/2024.

Por fim, cabe registrar que foi constatada a ausência de movimentação financeira no exercício, conforme abaixo demonstrado [...]

3. CONCLUSÃO

Considerando as informações extraídas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira em relação à prestação de contas do exercício 2020 do diretório regional/SE do Agir (Prestação de Contas Anual nº 0600135-26.2021.6.25.0000), DETERMINO, em relação à prestação de contas do exercício 2020 do diretório regional/SE do Agir, que a Secretaria Judiciária/TRE-SE adote as seguintes providências:

A) caso existente eventual registro de suspensão da anotação do órgão estadual do AGIR, efetuar o seu imediato levantamento;

B) promover a baixa de registros lançados nos sistemas SICO e Sanções em nome do Partido Trabalhista Cristão-PTC (atual AGIR);

C) caso tenha sido suspenso, providenciar o restabelecimento do repasse das cotas do Fundo Partidário ao órgão estadual sergipano, mediante expedição de ofício ao diretório nacional;

D) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se. Remeta-se cópia desta decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Aracaju (SE), em 31 de julho de 2024.

JUIZ EDMILSON DA SILVA PIMENTA

RELATOR

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0606373-52.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0606373-52.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR EDMILSON DA SILVA PIMENTA

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

INTERESSADO : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL (DIRETÓRIO NACIONAL)

ADVOGADO : FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO (184098/SP)
INTERESSADO : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)
INTERESSADO : PAULA BERMUDES MORAES CORADI
TERCEIRO : Procurador Geral Eleitoral
INTERESSADO

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Nº 0606373-52.2024.6.00.0000

INTERESSADO: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL (DIRETÓRIO NACIONAL),
PAULA BERMUDES MORAES CORADI, PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL
(DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

DECISÃO

Trata-se de decisão adotada pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE), com fundamento na Portaria TSE nº 346/2024 (Programa Regulariza JE Contas).

Efetuada a análise do caso, para fim de cumprimento do disposto no artigo 6º, § 5º, da referida portaria, observou-se a existência dos seguintes processos correlatos:

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014

Verifica-se que as contas do exercício 2014 do PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) foram julgadas não prestadas, nos autos do processo 101-13.2015.6.25.0000, na sessão de 16/12/2015, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Nesses autos, foi determinada a suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário, enquanto perdurar a inadimplência quanto à regularização das contas do exercício de financeiro de 2014, com fulcro no art. 47, caput, da Resolução da TSE nº 23.432/2014.

2. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS - REGULARIZA JE

A direção nacional do PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) requereu a regularização da prestação de contas do exercício financeiro de 2014 (RROPCO 0606373-52.2024.6.00.0000), distribuído no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 14/05/2024 (ID 11747710).

No ID 11747503, decisão no sentido de:

A unidade técnica informa que *"a movimentação é inexpressiva ou refere-se a tarifas e/ou taxas bancárias"*.

O Ministério Público Eleitoral opina pelo *"levantamento temporário da inadimplência e/ou da suspensão da anotação partidária, a baixa dos autos para aferição do atendimento integral das medidas constantes nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e' e 'f' acima indicadas, previstas na Resolução TSE nº 23.571/2019, Resolução TSE nº 23.604/2019 e/ou Resolução TSE nº 23.607/2019 e imprescindíveis ao exame definitivo e eventual regularização final das contas pelo juízo competente"*.

Desse modo, DETERMINO o levantamento da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário.

À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente.

Por sua vez, a unidade técnica deste Tribunal, por meio da Informação 35/2024 (ID 11760593) destaca que:

Objetivando regularizar a inadimplência em questão, o partido apresentou o pedido de regularização na Petição 0000015-71.2017.6.25.0000, obtendo o deferimento parcial da regularização, nos termos do acórdão prolatado em 5 de novembro de 2018 (ID 7037168).

A despeito do quadro ora descrito, importa assinalar que o prestador firmou, nos autos do processo 0000015-71.2017.6.25.0000, um Termo de Acordo de Parcelamento com a União - ID 11476904 (ainda pendente de cumprimento), cujo objeto consiste, entre outros, no dever de recolher ao Erário a importância de R\$ 5.170,00 (cinco mil cento e setenta reais) e de R\$ 8.049,49 (oito mil e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos), referentes, respectivamente, a Recursos de Origem não Identificada (RONI) e à aplicação irregular de recursos do Fundo Partidário (ID 7037168, fl. 20)

3. CONCLUSÃO

Considerando as informações extraídas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a inexpressiva movimentação, ou que a movimentação se refere a tarifas e/ou taxas bancárias, em relação à prestação de contas do exercício 2014 do diretório regional/SE PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL), e, ainda, considerando as informações prestadas pela unidade técnica deste Tribunal, no sentido da existência de Acordo de Parcelamento firmado com a União - ID 11476904, por meio da Advocacia Geral da União (do débito apurado por ocasião do pedido de regularização da situação de inadimplência referente à prestação de contas em comento), até então não informado qualquer inadimplência, DETERMINO, em relação à prestação de contas do exercício 2014 do diretório regional/SE do PSOL, que a Secretaria Judiciária/TRE-SE adote as seguintes providências:

- A) caso existente eventual registro de suspensão da anotação do órgão estadual do AGIR, efetuar o seu imediato levantamento;
- B) promover a baixa de registros lançados nos sistemas SICO e Sanções em nome do PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL);
- C) caso tenha sido suspenso, providenciar o restabelecimento do repasse das cotas do Fundo Partidário ao órgão estadual sergipano, mediante expedição de ofício ao diretório nacional;
- D) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se. Remeta-se cópia desta decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Aracaju (SE), em 31 de julho de 2024.

JUIZ EDMILSON DA SILVA PIMENTA

RELATOR

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600511-03.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0600511-03.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR EDMILSON DA SILVA PIMENTA

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

REQUERENTE : PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB - DIRETORIO NACIONAL

ADVOGADO : SAMUEL ALVES DE AZEVEDO ANDRADE (51389/GO)

REQUERENTE : LEONARDO ALVES DE ARAUJO

: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB (DIRETÓRIO

REQUERENTE REGIONAL/SE)

TERCEIRO

INTERESSADO : Procurador Geral Eleitoral

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0600511-03.2024.6.00.0000

REQUERENTE: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB - DIRETORIO NACIONAL, LEONARDO ALVES DE ARAUJO, PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

DECISÃO

Trata-se de decisão adotada pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE), com fundamento na Portaria TSE nº 346/2024 (Programa Regulariza JE Contas).

Efetuada a análise do caso, para fim de cumprimento do disposto no artigo 6º, § 5º, da referida portaria, observou-se a existência dos seguintes processos correlatos:

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 2020

Verifica-se que as contas referentes às Eleições 2020 do PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB) foram julgadas não prestadas, nos autos do processo de Prestação de Contas Eleitorais nº 0600508-91.2020.6.25.0000, na sessão de 09/12/2021, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Nesses autos, foi determinada a suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário, enquanto perdurar a inadimplência quanto à regularização das contas eleitorais de 2020, com fulcro no art. 83, inciso II, alínea "b", da Resolução da TSE nº 23.607/2019.

2. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS - REGULARIZA JE

A direção nacional do PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB) requereu a regularização da prestação de contas do exercício financeiro de 2020 (RROPCE 0600511-03.2024.6.00.0000), distribuído no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 14/05/2024 (ID 11748257).

No ID 11748263, decisão no sentido de:

Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário.

À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento.

Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente.

.

Por sua vez, a unidade técnica deste Tribunal, por meio da Informação 36/2024 (ID 11760674) destaca que:

Preliminarmente, faz-se necessário considerar que a agremiação partidária, tendo aderido ao referido programa por meio de sua direção nacional, ficou impossibilitada de prestar contas pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE 2020, de modo que não é tecnicamente possível instruir o presente feito com todos os dados e documentos originariamente exigidos de uma prestação de contas eleitoral ordinária (artigo 53, Resolução TSE 23.607/2019), dada a indisponibilidade da ferramenta apropriada - o SPCE 2020.

Nesse sentido, foram examinados os elementos contábeis e financeiros do prestador, extraídos das bases de dados desta Justiça Especializada, daí resultando as seguintes conclusões:

I. Diante da impossibilidade de prestar contas pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE, restou prejudicada a observância do comando veiculado na alínea "a", item 2, do despacho 11749024;

II. No que se refere às demais alíneas do referido despacho, "b", "c" e "d", cumpre anotar que já foram objeto de exame pela Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias do TSE (ID 11748257), que se valeu dos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), gerado pelo Banco Central do Brasil até 30.9.2022, de acordo com o Termo de Cooperação Institucional nº 26, publicado no Diário de Justiça Eletrônico, de 2.12.2014, seção 3, página 201, constatando-se, finalmente, que a referida prestação de contas está passível de regularização, nos termos do art. 2º da Portaria TSE 346/2024.

Por fim, cabe registrar que foi constatada no Módulo Extrato Bancário do SPCE WEB 2020 a ausência de movimentação financeira no período, conforme abaixo demonstrado [...]

3. CONCLUSÃO

Considerando as informações extraídas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira no período, em relação à prestação de contas eleitorais de 2020 do diretório regional/SE PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB) DETERMINO, em relação à prestação de contas eleitorais de 2020 do diretório regional/SE do PRTB, que a Secretaria Judiciária/TRE-SE adote as seguintes providências:

A) caso existente eventual registro de suspensão da anotação do órgão estadual do PRTB, efetuar o seu imediato levantamento;

B) promover a baixa de registros lançados nos sistemas SICO e Sanções em nome do PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB);

C) caso tenha sido suspenso, providenciar o restabelecimento do repasse das cotas do Fundo Partidário ao órgão estadual sergipano, mediante expedição de ofício ao diretório nacional;

D) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se. Remeta-se cópia desta decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Aracaju (SE), em 31 de julho de 2024.

JUIZ EDMILSON DA SILVA PIMENTA

RELATOR

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0602755-02.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0602755-02.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (Aracaju - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR EDMILSON DA SILVA PIMENTA

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

INTERESSADO : PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB - DIRETORIO NACIONAL

ADVOGADO : SAMUEL ALVES DE AZEVEDO ANDRADE (51389/GO)

INTERESSADO : LEONARDO ALVES DE ARAUJO

: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB (DIRETÓRIO

INTERESSADO REGIONAL/SE)

TERCEIRO

INTERESSADO : Procurador Geral Eleitoral

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Nº 0602755-02.2024.6.00.0000

INTERESSADO: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB - DIRETORIO NACIONAL, LEONARDO ALVES DE ARAUJO, PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB (DIRETÓRIO REGIONAL/SE)

DECISÃO

Trata-se de decisão adotada pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE), com fundamento na Portaria TSE nº 346/2024 (Programa Regulariza JE Contas).

Efetuada a análise do caso, para fim de cumprimento do disposto no artigo 6º, § 5º, da referida portaria, observou-se a existência dos seguintes processos correlatos:

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

Verifica-se que as contas do exercício 2020 do PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB) foram julgadas não prestadas, nos autos do processo de Prestação de Contas Anual nº 0600162-09.2021.6.25.0000 , na sessão de 25/01/2022, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Nesses autos, foi determinada a suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário, enquanto perdurar a inadimplência quanto à regularização das contas do exercício de financeiro de 2020, com fulcro no art. 47, da Resolução da TSE n.º 23.604/2019.

2. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS - REGULARIZA JE

A direção nacional do PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB) requereu a regularização da prestação de contas do exercício financeiro de 2020 (RROPCO 0602755-02.2024.6.00.0000), distribuído no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 14/05/2024 (ID 11747675).

No ID 11747680, decisão no sentido de:

Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário.

À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento.

Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente.

.

Por sua vez, a unidade técnica deste Tribunal, por meio da Informação 36/2024 (ID 11760674) destaca que:

Preliminarmente, faz-se necessário considerar que a agremiação partidária, tendo aderido ao referido programa por meio de sua direção nacional, ficou impossibilitada de prestar contas pelo Sistema de Prestação de Contas Anual - SPCA, de modo que não é tecnicamente possível instruir o presente feito com todos os dados e documentos originariamente exigidos de uma prestação de contas ordinária, dada a indisponibilidade da ferramenta apropriada - o SPCA.

Nesse sentido, foram examinados os elementos contábeis e financeiros do prestador, extraídos das bases de dados desta Justiça Especializada, daí resultando as seguintes conclusões:

I. Diante da impossibilidade de prestar contas pelo Sistema de Prestação de Contas Anual - SPCA, restou prejudicada a observância dos comandos veiculados nas alíneas "b" e "c", item 2, do despacho 11749023;

II. No que se refere às alíneas "a" e "d", item 2, do referido despacho, cumpre anotar que já foram objeto de exame pela Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias do TSE (ID 11747675), que se valeu dos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), gerado pelo Banco Central do Brasil até 30.9.2022, de acordo com o Termo de Cooperação Institucional nº 26, publicado no Diário de Justiça Eletrônico, de 2.12.2014, seção 3, página 201, constatando-se, finalmente, que a referida prestação de contas está passível de regularização, nos termos do art. 2º da Portaria TSE 346/2024.

Por fim, cabe registrar que foi constatada a ausência de movimentação financeira no exercício, conforme abaixo demonstrado [...]

3. CONCLUSÃO

Considerando as informações extraídas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira no exercício, em relação à prestação de contas do exercício 2020 do diretório regional/SE PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB) DETERMINO, em relação à prestação de contas do exercício 2020 do diretório regional/SE do PRTB, que a Secretaria Judiciária/TRE-SE adote as seguintes providências:

A) caso existente eventual registro de suspensão da anotação do órgão estadual do PRTB, efetuar o seu imediato levantamento;

B) promover a baixa de registros lançados nos sistemas SICO e Sanções em nome do PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB);

C) caso tenha sido suspenso, providenciar o restabelecimento do repasse das cotas do Fundo Partidário ao órgão estadual sergipano, mediante expedição de ofício ao diretório nacional;

D) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se. Remeta-se cópia desta decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Aracaju (SE), em 31 de julho de 2024.

JUIZ EDMILSON DA SILVA PIMENTA

RELATOR

PAUTA DE JULGAMENTOS

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600014-36.2024.6.25.0018

PROCESSO : 0600014-36.2024.6.25.0018 RECURSO ELEITORAL (Porto da Folha - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

RECORRENTE : WASHINGTON DE OLIVEIRA SANTOS

ADVOGADO : JANE GLECIA FARIAS DA SILVA SANTOS (8981/SE)

RECORRIDO : PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA
MUNICIPAL

ADVOGADO : GUTEMBERG ALVES DE ARAUJO (8671/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 27/08/2024, às 14:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO ELEITORAL N° 0600014-36.2024.6.25.0018

ORIGEM: Porto da Folha - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

PARTES DO PROCESSO

RECORRENTE: WASHINGTON DE OLIVEIRA SANTOS

Advogado do(a) RECORRENTE: JANE GLECIA FARIAS DA SILVA SANTOS - SE8981

RECORRIDO: PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL

Advogado do(a) RECORRIDO: GUTEMBERG ALVES DE ARAUJO - SE8671

DATA DA SESSÃO: 27/08/2024, às 14:00

RECURSO ELEITORAL(11548) N° 0600016-91.2024.6.25.0022

PROCESSO : 0600016-91.2024.6.25.0022 RECURSO ELEITORAL (Poço Verde - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

RECORRENTE : EDNA MARIA SILVA FREITAS DORIA

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

ADVOGADO : VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA (6405/SE)

RECORRENTE : ROBERTO CORREIA SANTANA

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

ADVOGADO : VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA (6405/SE)

RECORRIDO : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD

ADVOGADO : KATIANNE CINTIA CORREA ROCHA (7297/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 27/08/2024, às 14:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO ELEITORAL N° 0600016-91.2024.6.25.0022

ORIGEM: Poço Verde - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

PARTES DO PROCESSO

RECORRENTE: ROBERTO CORREIA SANTANA, EDNA MARIA SILVA FREITAS DORIA

Advogados do(a) RECORRENTE: JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A, VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA - SE6405-A

Advogados do(a) RECORRENTE: JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A, VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA - SE6405-A

RECORRIDO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD

Advogado do(a) RECORRIDO: KATIANNE CINTIA CORREA ROCHA - SE7297-A

DATA DA SESSÃO: 27/08/2024, às 14:00

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600069-96.2024.6.25.0014

PROCESSO : 0600069-96.2024.6.25.0014 RECURSO ELEITORAL (Rosário do Catete - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

RECORRENTE : ANTONIO CESAR CORREIA DINIZ DE RESENDE

ADVOGADO : VICTOR LOPES DOS SANTOS (13421/SE)

RECORRIDO : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE ROSARIO DO CATETE/SE

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 29/08/2024, às 14:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO ELEITORAL Nº 0600069-96.2024.6.25.0014

ORIGEM: Rosário do Catete - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

PARTES DO PROCESSO

RECORRENTE: ANTONIO CESAR CORREIA DINIZ DE RESENDE

Advogado do(a) RECORRENTE: VICTOR LOPES DOS SANTOS - SE13421-A

RECORRIDO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE ROSARIO DO CATETE/SE

Advogado do(a) RECORRIDO: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

DATA DA SESSÃO: 29/08/2024, às 14:00

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600068-14.2024.6.25.0014

PROCESSO : 0600068-14.2024.6.25.0014 RECURSO ELEITORAL (Rosário do Catete - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE
RECORRENTE : ANTONIO CESAR CORREIA DINIZ DE RESENDE
ADVOGADO : VICTOR LOPES DOS SANTOS (13421/SE)
RECORRIDO : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE ROSARIO DO CATETE/SE
ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 29/08/2024, às 14:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO ELEITORAL N° 0600068-14.2024.6.25.0014

ORIGEM: Rosário do Catete - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

PARTES DO PROCESSO

RECORRENTE: ANTONIO CESAR CORREIA DINIZ DE RESENDE

Advogado do(a) RECORRENTE: VICTOR LOPES DOS SANTOS - SE13421-A

RECORRIDO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE ROSARIO DO CATETE/SE

Advogado do(a) RECORRIDO: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

DATA DA SESSÃO: 29/08/2024, às 14:00

PETIÇÃO CÍVEL(241) N° 0600111-90.2024.6.25.0000

PROCESSO : 0600111-90.2024.6.25.0000 PETIÇÃO CÍVEL (Itaporanga d'Ajuda - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

REQUERENTE : UNIAO BRASIL - ITAPORANGA D'AJUDA - SE - MUNICIPAL

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

REQUERENTE : JUÍZO DA 031ª ZONA ELEITORAL DE ITAPORANGA DAJUDA SE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 23/08/2024, às 09:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: PETIÇÃO CÍVEL N° 0600111-90.2024.6.25.0000

ORIGEM: Itaporanga d'Ajuda - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

PARTES DO PROCESSO

REQUERENTE: UNIAO BRASIL - ITAPORANGA D'AJUDA - SE - MUNICIPAL

Advogados do(a) REQUERENTE: JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A

REQUERENTE: JUÍZO DA 031ª ZONA ELEITORAL DE ITAPORANGA DAJUDA SE

DATA DA SESSÃO: 23/08/2024, às 09:00

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600018-61.2024.6.25.0022

PROCESSO : 0600018-61.2024.6.25.0022 RECURSO ELEITORAL (Poço Verde - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

RECORRENTE : ANTONIO DA FONSECA DOREA

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

ADVOGADO : VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA (6405/SE)

RECORRENTE : EDNA MARIA SILVA FREITAS DORIA

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

ADVOGADO : VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA (6405/SE)

RECORRENTE : ROBERTO CORREIA SANTANA

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

ADVOGADO : VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA (6405/SE)

RECORRIDO : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD

ADVOGADO : KATIANNE CINTIA CORREA ROCHA (7297/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 30/08 /2024, às 09:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO ELEITORAL N° 0600018-61.2024.6.25.0022

ORIGEM: Poço Verde - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

PARTES DO PROCESSO

RECORRENTE: ROBERTO CORREIA SANTANA, ANTONIO DA FONSECA DOREA, EDNA MARIA SILVA FREITAS DORIA

Advogados do(a) RECORRENTE: VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA - SE6405-A, JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A

Advogados do(a) RECORRENTE: VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA - SE6405-A, JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A

Advogados do(a) RECORRENTE: VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA - SE6405-A, JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A

RECORRIDO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD

Advogado do(a) RECORRIDO: KATIANNE CINTIA CORREA ROCHA - SE7297-A

DATA DA SESSÃO: 30/08/2024, às 09:00

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL(14209) Nº 0600048-16.2021.6.25.0018

PROCESSO : 0600048-16.2021.6.25.0018 RECURSO CRIMINAL ELEITORAL (Monte Alegre de Sergipe - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR BRENO BERGSON SANTOS

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

RECORRENTE : ROBERTO FONSECA LIMA

ADVOGADO : BRUNO ROCHA LIMA (4315/SE)

ADVOGADO : FABIANO FREIRE FEITOSA (3173/SE)

ADVOGADO : VICTOR LOPES DOS SANTOS (13421/SE)

RECORRIDA : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 30/08/2024, às 09:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0600048-16.2021.6.25.0018

ORIGEM: Monte Alegre de Sergipe - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR BRENO BERGSON SANTOS

PARTES DO PROCESSO

ASSISTENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

RECORRENTE: ROBERTO FONSECA LIMA

Advogados do(a) RECORRENTE: BRUNO ROCHA LIMA - SE4315-A, FABIANO FREIRE FEITOSA - SE3173-A, VICTOR LOPES DOS SANTOS - SE13421-A

ASSISTENTE: ROBERTO FONSECA LIMA

RECORRIDA: PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

Advogados do(a) ASSISTENTE:

DATA DA SESSÃO: 30/08/2024, às 09:00

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600032-02.2024.6.25.0004

PROCESSO : 0600032-02.2024.6.25.0004 RECURSO ELEITORAL (Pedrinhas - SE)
RELATOR : DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS
Destinatário : Destinatário para ciência pública
FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE
RECORRENTE : PARTIDO PROGRESSISTA COMISSAO PROVISORIA DE PEDRINHAS
ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)
RECORRIDO : CARLOS DE ALMEIDA MENEZES
ADVOGADO : JOEL FREIRE DE ARAUJO NETO (9739/SE)
ADVOGADO : JOELIO GONCALVES DE ARAUJO (5474/SE)
RECORRIDO : IMK CONTABILIDADE E ESCRITORIO VIRTUAL LTDA

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 23/08/2024, às 09:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO ELEITORAL N° 0600032-02.2024.6.25.0004

ORIGEM: Pedrinhas - SE

RELATOR: DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ANA LÚCIA FREIRE DE ALMEIDA DOS ANJOS

PARTES DO PROCESSO

RECORRENTE: PARTIDO PROGRESSISTA COMISSAO PROVISORIA DE PEDRINHAS

Advogado do(a) RECORRENTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

RECORRIDO: CARLOS DE ALMEIDA MENEZES, IMK CONTABILIDADE E ESCRITORIO VIRTUAL LTDA

Advogados do(a) RECORRIDO: JOELIO GONCALVES DE ARAUJO - SE5474, JOEL FREIRE DE ARAUJO NETO - SE9739

DATA DA SESSÃO: 23/08/2024, às 09:00

RECURSO ELEITORAL(11548) N° 0600029-63.2024.6.25.0031

PROCESSO : 0600029-63.2024.6.25.0031 RECURSO ELEITORAL (Itaporanga d'Ajuda - SE)
RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL
Destinatário : Destinatário para ciência pública
FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE
RECORRENTE : UNIAO BRASIL - ITAPORANGA D'AJUDA - SE - MUNICIPAL
ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)
ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)
ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)
RECORRIDO : ISMAEL SANTOS PASSOS
ADVOGADO : KATIANNE CINTIA CORREA ROCHA (7297/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 23/08/2024, às 09:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO ELEITORAL N° 0600029-63.2024.6.25.0031

ORIGEM: Itaporanga d'Ajuda - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

PARTES DO PROCESSO

RECORRENTE: UNIAO BRASIL - ITAPORANGA D'AJUDA - SE - MUNICIPAL

Advogados do(a) RECORRENTE: JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A,

JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A

RECORRIDO: ISMAEL SANTOS PASSOS

Advogado do(a) RECORRIDO: KATIANNE CINTIA CORREA ROCHA - SE7297-A

DATA DA SESSÃO: 23/08/2024, às 09:00

RECURSO ELEITORAL(11548) Nº 0600045-92.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600045-92.2024.6.25.0006 RECURSO ELEITORAL (Estância - SE)

RELATOR : JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

Destinatário : Destinatário para ciência pública

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE

RECORRENTE : ANDRE GRACA SANTOS

ADVOGADO : ALISSON DIAS DE SANTANA (14119/SE)

ADVOGADO : EDIGENALDO DOS SANTOS MATIAS (8396/SE)

ADVOGADO : LEILA SUELI SANTOS FREITAS (14880/SE)

ADVOGADO : MARIA GESCIENE DE LIRA (15870/SE)

ADVOGADO : RENATA BEATRIZ SOARES ARAUJO (14870/SE)

RECORRIDO : ANDRENILSON SOUSA CARVALHO

ADVOGADO : DIOGO SOUZA GOMES (8323/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

CERTIDÃO DE INCLUSÃO DO PROCESSO EM PAUTA PARA JULGAMENTO

Na forma regimental, o presente processo foi incluído na pauta da Sessão de Julgamento de 30/08/2024, às 09:00, que se realizará no Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco.

Aracaju(SE), 2 de agosto de 2024.

PROCESSO: RECURSO ELEITORAL N° 0600045-92.2024.6.25.0006

ORIGEM: Estância - SE

RELATOR: JUIZ TITULAR CRISTIANO CÉSAR BRAGA DE ARAGÃO CABRAL

PARTES DO PROCESSO

RECORRENTE: ANDRE GRACA SANTOS

Advogados do(a) RECORRENTE: LEILA SUELI SANTOS FREITAS - SE14880, RENATA

BEATRIZ SOARES ARAUJO - SE14870, MARIA GESCIENE DE LIRA - SE15870, ALISSON DIAS

DE SANTANA - SE14119, EDIGENALDO DOS SANTOS MATIAS - SE8396

RECORRIDO: ANDRENILSON SOUSA CARVALHO
Advogado do(a) RECORRIDO: DIOGO SOUZA GOMES - SE8323
DATA DA SESSÃO: 30/08/2024, às 09:00

02ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600121-31.2024.6.25.0002

PROCESSO : 0600121-31.2024.6.25.0002 REGISTRO DE CANDIDATURA (BARRA DOS COQUEIROS - SE)
RELATOR : 002ª ZONA ELEITORAL DE ARACAJU SE
Destinatário : TERCEIROS INTERESSADOS
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DA MOBILIZACAO NACIONAL - PMN DA BARRA DOS COQUEIROS/SE.

EDITAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS
ELEIÇÕES DE 06/10/2024
00001

A Excelentíssima Senhora LAIS MENDONÇA CÂMARA ALVES, Juíza da 2ª Zona Eleitoral de ARACAJU, no uso de suas atribuições, faz saber aos interessados, que foram peticionados pelo 33 - MOBILIZA, em 02/08/2024, sob o processo nº 0600121-31.2024.6.25.0002, os pedidos de registro de candidaturas abaixo relacionados, para concorrerem às Eleições de 06/10/2024 no Município de BARRA DOS COQUEIROS.

Vereador			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
33777	AUGUSTO CESAR SANTOS	AUGUSTO CESAR NEGÃO DAS VELAS	0600123-98.2024.6.25.0002
33144	CÍCERO APARECIDO DOS SANTOS	CÍCERO O CARECA DA MOTO PRETA	0600124-83.2024.6.25.0002
33111	ELI PRAXEDES DOS SANTOS	ELI PRAXEDES	0600122-16.2024.6.25.0002
33033	FRANCISCA ALVES DA SILVA	FRANCISCA ALVES	0600125-68.2024.6.25.0002
33333	FREDERICO LIMA TELES	PROFESSOR FRED TELES	0600126-53.2024.6.25.0002
33456	INARIO DOS SANTOS	NAL	0600128-23.2024.6.25.0002
33888	JAQUELINE FARIAS SANTOS	JAQUELINE DO OLIMAR	0600129-08.2024.6.25.0002
33444	MARCOS AURELIO ANDRADE GONÇALVES	MARCOS O CARECA DA ILHA	0600131-75.2024.6.25.0002

33234	MARIA SOLANGE CARVALHO CARDOSO	SOL DA SAÚDE	0600134-30.2024.6.25.0002
33789	MARIA ZELIA FERREIRA DOS SANTOS	D ZÉLIA DO SAMBA DE COCO	0600132-60.2024.6.25.0002
33000	PAULO VIEIRA DE SOUZA	PAULO DO GÁS	0600127-38.2024.6.25.0002
33999	SHIRLEY DIAS DE ANDRADE	PROFESSORA SHIRLEY	0600130-90.2024.6.25.0002
33222	VALDEMAR MATIAS DOS SANTOS	MAIA DO ESPORTE	0600133-45.2024.6.25.0002
33044	WAGNER SOARES SANTOS	PITCHULA	0600135-15.2024.6.25.0002

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, c/c art. 40 da Resolução TSE nº 23.609/2019, caberá a qualquer candidata(o), partido político, federação, coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, os pedidos de registro de candidaturas.

No mesmo prazo e forma, qualquer cidadã(o) no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art.44 da referida Resolução.

ARACAJU, 2 de Agosto de 2024.

LAIS MENDONÇA CÂMARA ALVES

Juíza da 2ª Zona Eleitoral

03ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600105-74.2024.6.25.0003

PROCESSO : 0600105-74.2024.6.25.0003 REPRESENTAÇÃO (AQUIDABÃ - SE)
RELATOR : **003ª ZONA ELEITORAL DE AQUIDABÃ SE**
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REPRESENTADO : WILLAN DE FRANCA SILVA
REPRESENTANTE : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL
ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

003ª ZONA ELEITORAL DE AQUIDABÃ SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600105-74.2024.6.25.0003 / 003ª ZONA ELEITORAL DE AQUIDABÃ SE

REPRESENTANTE: PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL

Advogado do(a) REPRESENTANTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

REPRESENTADO: WILLAN DE FRANCA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de REPRESENTAÇÃO deduzida pelo DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB DE AQUIDABÃ/SE, em face do INSTITUTO FRANCA DE PESQUISAS LTDA/INSTITUTO FRANCA DE PESQUISA PESQUISA E ASSESSORIA em razão de supostos vícios capazes de inquinar a pesquisa eleitoral tombada sob o n. SE-08470/2024.

Narra a peça vestibular que a Representada teria descurado quanto à exposição de elementos essenciais à regularidade da pesquisa eleitoral vergastada, especialmente que a pesquisa não atendeu a todos os critérios técnicos requeridos pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, haja vista ter deixado de apresentar o número de eleitoras e eleitores entrevistados em cada bairro /setor censitário, não anexando o documento com tal estratificação (com bairros e número de entrevistas) no espaço correspondente, bem como o Relatório completo com os resultados da pesquisa.

Neste sentido, equipou os autos com pedido liminar de cominação à Representada de vedação quanto à publicização da pesquisa eleitoral sob comento por intermédio de todos os meios de comunicação. Ainda liminarmente, postulou-se o amplo acesso ao sistema de controle interno para aferição e fiscalização da coleta de dados que corroboram as conclusões lançadas na pesquisa eleitoral tombada SE-08470/2024.

Decisão desse Juízo em 29/07/24 deferindo, parcialmente, a liminar cominando à Representada a inclusão de esclarecimento na divulgação dos resultados pertinentes à pesquisa eleitoral registrada sob n. SE-08470/2024., indicando-se que seus resultados se encontram *sub judice* (questionados judicialmente), conforme do art. 16, § 1º, *in fine*, da Resolução n. 23.600/2019 do Tribunal Superior Eleitoral.

Após o deferimento da liminar, a Representada ajuizou pedido de Reconsideração de ato, alegando inexistência de vícios em sua pesquisa.

Lado outro, o Representante peticionou informando que houve descumprimento da liminar, pois o Instituto responsável pela realização da pesquisa permitiu a divulgação dos seus resultados sem a indicação de que estes encontram-se *sub judice* (questionados judicialmente).

Suficiente relatório. Avanço à fundamentação e decisão.

De início, mantenho integralmente a Decisão proferida em 29 de julho pelos seus próprios fundamentos, esclarecendo que eventual impugnação a esta deve ser dirigida ao Tribunal Regional Eleitoral.

No tange ao descumprimento da liminar, verifico que as postagens nos perfis ANA HELENA: <https://www.instagram.com/p/C94sdlwupn6/?igsh=MTQzNW1vN2Rob3Y1ZA==> , ALÔ SERGIPE: https://www.instagram.com/p/C94_qWyuPht/?igsh=bWlob3V4bWM3b294, BALADA AJU: <https://www.instagram.com/p/C94th5hucKo/?igsh=MXd0YWdrNzNgamNqNQ==>, MARIO LUCE.: <https://www.instagram.com/p/C94th5hucKo/?igsh=MXd0YWdrNzNgamNqNQ==> não observaram a imposição desse Juízo quanto a indicação de que a pesquisa encontra-se *sub judice* .

Com efeito, Intime-se o FACEBOOK SERVIÇOS ON LINE DO BRASIL LTDA para que cumpra a TUTELA DE URGÊNCIA deferida, determinando a exclusão das publicações realizadas através do perfis:

ANA HELENA: <https://www.instagram.com/p/C94sdlwupn6/?igsh=MTQzNW1vN2Rob3Y1ZA==>

ALÔ SERGIPE: https://www.instagram.com/p/C94_qWyuPht/?igsh=bWlob3V4bWM3b294

BALADA AJU: <https://www.instagram.com/p/C94th5hucKo/?igsh=MXd0YWdrNzNgamNqNQ==>

MARIO LUCE.: <https://www.instagram.com/p/C94th5hucKo/?igsh=MXd0YWdrNzNgamNqNQ==>

Arbitro, nesta ocasião, multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitada a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em hipótese de eventual descumprimento.

Por derradeiro, certifique o cartório o decurso do prazo para apresentação de resposta por parte da Representada conforme art. 18, *caput*, da Resolução n. 23.608/2019, c/c art. 16, *caput, in fine*, da Resolução n. 23.600/2019, ambas do Tribunal Superior Eleitoral.

Após manifestação ou simples decurso prazual, intime-se o *parquet* eleitoral em razão da incidência subsidiária do art. 19 da Resolução n. 23.608/2019 do Tribunal Superior Eleitoral.

Finalmente, volvam conclusos para julgamento.

Aquidabã, datado e assinado eletronicamente.

PEDRO RODRIGUES NETO

Juiz Eleitoral

04ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600103-04.2024.6.25.0004

PROCESSO : 0600103-04.2024.6.25.0004 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (RIACHÃO DO DANTAS - SE)

RELATOR : 004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

Destinatário : TERCEIROS INTERESSADOS

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL - RIACHAO DO DANTAS/SE

REQUERENTE : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ADVOGADO : ELLEN NATALY PEREIRA DOS SANTOS (13890/SE)

RESPONSÁVEL : FABIO TOKARSKI

RESPONSÁVEL : JAMILLY MARIA MOREIRA ANDRADE

RESPONSÁVEL : JINUALDO JOSE DE SANTANA

RESPONSÁVEL : LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

RESPONSÁVEL : SIMONE ANDRADE FARIAS SILVA

JUSTIÇA ELEITORAL

004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600103-04.2024.6.25.0004 / 004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

REQUERENTE: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

RESPONSÁVEL: LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS, FABIO TOKARSKI, SIMONE ANDRADE FARIAS SILVA, JAMILLY MARIA MOREIRA ANDRADE, JINUALDO JOSE DE SANTANA

INTERESSADO: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL - RIACHAO DO DANTAS/SE

Advogado do(a) REQUERENTE: ELLEN NATALY PEREIRA DOS SANTOS - SE13890

DECISÃO

1 - RELATÓRIO

Trata-se de requerimento de regularização de omissão de prestação de contas anual pelo DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B em favor ao DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B EM RIACHÃO DO DANTAS.

Aduz em sua exordial que o intuito de regularizar as contas do exercício 2020, para cessar suspensão das anotações do Comitê municipal e de forma a evitar repercussões restritivas sobre a Federação Brasil da Esperança - FE BRASIL, da qual faz parte, a teor do disposto no § 1º-A do art. 2º, da Resolução nº 23.609/2019, que possui candidatos aptos a disputarem as Eleições 2024.

Fala sobre a ausência de deferimento da liminar pode acarretar sérios transtornos a Federação, que ficaria impossibilitada de obter a chave de acesso ao sistema de registro de candidatura - CANDEX, tendo em vista, as informações constantes no SGIP que indicam a suspensão do órgão municipal de um de seus componentes, sem olvidar, que essa circunstância que poderia retardar a realização da convenção, julgamento dos recursos e, demais atos de campanha trazendo dificuldades para a Agremiação e dificultando o andamento do processo eleitoral neste zonal.

Pleiteia liminar para que este juízo ordene o levantamento da suspensão da anotação do Comitê Municipal do PCDoB de Riachão do Dantas, determinado na r. Sentença prolatada no SOP nº 0600011-94.2022.6.25.0004.

Traz aos autos os documentos pertinentes à regularização das contas. Além disso, junta Edital de Convocação para Convenção Eleitoral, que será realizada em 03/08/2024.

É o relato do que necessário. Decido.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos da norma contida no art. 300 do Código de Processo Civil:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise do dispositivo legal, verifica-se que são dois requisitos para a concessão da tutela de urgência: a probabilidade do direito e o perigo de dano/risco ao resultado útil do processo.

Acerca dos requisitos para a concessão da medida, Leonardo José Carneiro da Cunha assim discorre:

"a tutela de urgência, cautelar ou satisfativa, deve ser concedida quando presentes os requisitos da relevância do direito e do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Em qualquer caso, é preciso que haja probabilidade do direito alegado, ainda que mínima. A urgência é revelada pelo perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Aliás, segundo o enunciado 143 do Fórum Permanente de processualistas civis: 'a redação do art. 300, caput, superou a distinção entre os requisitos da concessão para a tutela cautelar e para a tutela satisfativa de urgência, erigindo a probabilidade e o perigo na demora a requisitos comuns para a prestação de ambas as tutelas de forma antecipada" (CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. São Paulo: Forense, 2019. p.323, 324)

Consoante a doutrina, sendo a sumariedade da cognição característica das tutelas provisórias, basta um juízo hipotético, de probabilidade do direito, a respeito da pertinência da pretensão.

No caso em análise, verifico que a anotação de suspensão do órgão partidário impede a participação das eleições na circunscrição respectiva, conforme prevê o §2º da Resolução TSE 23.609/2019:

Art. 2º Poderão participar das eleições: (...)

§ 1º Transitada em julgado a decisão que, em processo regular no qual assegurada ampla defesa, suspender a anotação do órgão partidário em decorrência do julgamento de contas anuais como não prestadas, o partido político ficará impedido de participar das eleições na circunscrição respectiva, salvo se regularizada a situação até a data da convenção.

§ 1º-A Se a suspensão a que se refere o § 1º deste artigo recair sobre órgão partidário de qualquer dos partidos que integre uma federação, esta ficará impedida de participar das eleições na circunscrição respectiva. (grifei)

§ 2º A regularização da situação do órgão partidário se fará pela regularização das contas não prestadas, observado o procedimento próprio previsto na resolução que regulamenta as finanças e a contabilidade dos partidos, e dependerá de decisão do juízo competente que declare, ao menos em caráter liminar, a aptidão dos documentos para afastar a inércia da prestadora ou do prestador. Conforme certidões colacionados aos autos, restou certificado que no processo PJE SuspOP 0600011-94.2022.6.25.0004, houve determinação da suspensão da anotação do órgão municipal do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de Riachão do Dantas/SE, em razão da não prestação das contas referentes ao exercício de 2020, com trânsito em julgado em 17/10/2022.

Ademais, encontram-se presentes junto a exordial as peças contábeis e demonstrativos atinentes a prestação de Contas Partidária de 2020, restando configurada a probabilidade do direito.

O perigo de dano ao resultado útil do processo também é evidente, pois acaso não ocorra o levantamento da suspensão da anotação o partido e a federação que integra não poderão concorrer ao pleito eleitoral que se aproxima, nos moldes do que determina o art. 2º, §1º-A, da Res. 23.609/2019 do TSE.

Logo, preenchidos os requisitos legais, imperiosa a concessão da liminar pleiteada.

3 - FUNDAMENTAÇÃO

Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada para determinar que LEVANTE-SE IMEDIATAMENTE a anotação da suspensão do Diretório Municipal do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em Riachão do Dantas, advinda do processo PJe 0600011-94.2022.6.25.0004.

Após, com vistas ao regular andamento do feito, adote-se o Cartório Eleitoral as seguintes providências, nos termos do art. 58 da Resolução TSE nº 23.604/2019:

1 - Intimem-se os responsáveis para que, no prazo de 3 (três) dias, apresentem instrumento procuratório para constituição de advogado para a prestação de contas, constando como outorgante o Partido (art. 29, §2º, II e art. 32 da Resolução 23604/2019), caso não tenha sido apresentado.

2 - Expeça-se Edital, facultando a qualquer interessado, no prazo de 3 (três) dias contados da sua publicação, a apresentação de impugnação que deve ser apresentada em petição fundamentada e acompanhada das provas cabíveis.

3 - À Unidade Técnica para verificação do que dispõe o art. 58, inciso V da Resolução TSE n.º 23.604/2019 e, em sendo necessário, intime-se o partido para suprir/sanar as inconsistências, no prazo de 3 (três) dias.

4 - Dê-se vista ao Ministério Público Eleitoral.

5 - Após, voltem-me conclusos.

Boquim/SE, datado e assinado digitalmente.

LEOPOLDO MARTINS MOREIRA NETO

Juiz Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600102-19.2024.6.25.0004

PROCESSO : 0600102-19.2024.6.25.0004 REPRESENTAÇÃO (BOQUIM - SE)

RELATOR : 004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADA : HONORINA OLIVA DA FONSECA FERNANDES

REPRESENTADO : ADILTON ANDRADE LIMA

REPRESENTADO : JOAO BARRETO OLIVEIRA
REPRESENTANTE : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADVOGADO : THIAGO ALVES SILVA CARVALHO (6330/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600102-19.2024.6.25.0004 / 004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

REPRESENTANTE: PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

Advogado do(a) REPRESENTANTE: THIAGO ALVES SILVA CARVALHO - SE6330

REPRESENTADO: JOAO BARRETO OLIVEIRA, ADILTON ANDRADE LIMA

REPRESENTADA: HONORINA OLIVA DA FONSECA FERNANDES

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de representação eleitoral apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro em Boquim/SE, em face de Honorina Oliva da Fonseca Fernandes, João Barreto Oliveira e Adilton Andrade Lima.

O representante requereu, em seguida, desistência da demanda, em razão de distribuição de outra demanda idêntica.

Considerando que a manifestação de desistência foi expressa, clara e inequívoca, e não havendo qualquer óbice legal ao seu acolhimento, conforme preceitua o art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil aplicado subsidiariamente ao processo eleitoral, é de rigor a homologação da desistência.

Diante do exposto, HOMOLOGO a desistência apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro em Boquim/SE, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

Sem custas nem honorários, tendo em vista a natureza da lide eleitoral.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Boquim/SE, datado e assinado digitalmente.

LEOPOLDO MARTINS MOREIRA NETO

Juiz Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600101-34.2024.6.25.0004

PROCESSO : 0600101-34.2024.6.25.0004 REPRESENTAÇÃO (BOQUIM - SE)

RELATOR : 004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADO : ADILTON ANDRADE LIMA

REPRESENTADO : HONORINA OLIVA DA FONSECA FERNANDES

REPRESENTADO : JOAO BARRETO OLIVEIRA

REPRESENTANTE : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD DIRETORIO MUNICIPAL DE BOQUIM/SE

ADVOGADO : ANTONIO EDUARDO SILVA RIBEIRO (843/SE)

ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO COSTA DE OLIVEIRA DA SILVA (6768/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600101-34.2024.6.25.0004 / 004ª ZONA ELEITORAL DE BOQUIM SE

REPRESENTANTE: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD DIRETORIO MUNICIPAL DE BOQUIM/SE

Advogados do(a) REPRESENTANTE: LUIZ GUSTAVO COSTA DE OLIVEIRA DA SILVA - SE6768-A, ANTONIO EDUARDO SILVA RIBEIRO - SE843

REPRESENTADO: JOAO BARRETO OLIVEIRA, ADILTON ANDRADE LIMA, HONORINA OLIVA DA FONSECA FERNANDES

DECISÃO

Proc. Nº.: 0600101-34.2024.6.25.0004

1 - RELATÓRIO

Trata-se de representação por propaganda eleitoral antecipada ajuizada pelo DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO DE BOQUIM/SE em face de HONORINA OLIVA DA FONSECA FERNANDES, JOÃO BARRETO OLIVEIRA e ADILTON ANDRADE LIMA.

Aduz a parte autora que, no dia 30.07.2024, a pré-candidata a vereadora Honorina, conhecida como Nonó Fonseca, utilizando sua rede social Instagram, realizou uma publicação que configura propaganda eleitoral negativa antecipada. Na referida publicação, consta a mensagem "*BOQUIM NÃO SE VENDE!*" juntamente com a legenda: "*Nenhum valor pode comprar a liberdade de escolha do povo bom de Boquim. O sistema pode tentar interferir, mas a vontade soberana do povo prevalecerá.*"

Fala sobre legitimidade, propaganda extemporânea e a necessidade de concessão imediata de liminar.

Pede, liminarmente, para que seja promovida a concessão de liminar para determinar a imediata retirada do conteúdo impugnado do ar.

É a síntese do que necessário. Decido.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos da norma contida no art. 300 do Código de Processo Civil:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise do dispositivo legal, verifica-se que são dois requisitos para a concessão da tutela de urgência: a probabilidade do direito e o perigo de dano/risco ao resultado útil do processo.

Acerca dos requisitos para a concessão da medida, Leonardo José Carneiro da Cunha assim discorre:

"a tutela de urgência, cautelar ou satisfativa, deve ser concedida quando presentes os requisitos da relevância do direito e do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Em qualquer caso, é preciso que haja probabilidade do direito alegado, ainda que mínima. A urgência é revelada pelo perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Aliás, segundo o enunciado 143 do Fórum Permanente de processualistas civis: 'a redação do art. 300, caput, superou a distinção entre os requisitos da concessão para a tutela cautelar e para a tutela satisfativa de urgência, erigindo a probabilidade e o perigo na demora a requisitos comuns para a prestação de ambas as tutelas de forma antecipada" (CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *A Fazenda Pública em Juízo*. São Paulo: Forense, 2019. p.323, 324)

Consoante a doutrina, sendo a sumariedade da cognição característica das tutelas provisórias, basta um juízo hipotético, de probabilidade do direito, a respeito da pertinência da pretensão.

Os fatos imputados pelos representados aos integrantes do grupo adverso são graves.

A afirmação de abuso de poder econômico por adversários, sem lastro probatório mínimo juntado as publicações, efetivamente configura, em uma análise perfunctória, a chamada *propaganda eleitoral negativa*. Não é outra a jurisprudência do TSE sobre o tema:

TSE - A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que "a garantia da livre manifestação de pensamento não possui caráter absoluto, afigurando-se possível a condenação por propaganda eleitoral negativa, no caso de a mensagem divulgada ofender a honra ou a imagem do candidato, dos partidos ou coligações, ou propagar fatos sabidamente inverídicos" (AgR-REspEI 0600502-68, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 15.12.2022). Representação nº060137257, Acórdão, Min. Floriano De Azevedo Marques, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 17/10/2023.

Logo, configurada a probabilidade do direito.

O perigo de dano ao resultado útil do processo também é claro, à vista que a manutenção da recente publicação impugnada irá ampliar seu alcance, prejudicando a lisura e o equilíbrio do pleito eleitoral, pois induz ao leitor que está ocorrendo utilização de poder econômico indevido pelo grupo adversário sem qualquer alicerce probatório de suas alegações.

Porém, o comando de remoção não deve ser direcionado ao FACEBOOK, mas sim aos representados, pois a determinação a rede social deve ser utilizada de forma subsidiária, precipuamente se ocorrer resistência por parte do representado ou não existir identificação.

Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do CPC, DEFIRO PARCIALMENTE a tutela de urgência pleiteada para determinar que os representados REMOVAM a publicação impugnada ou qualquer menção a esta de suas redes sociais, no prazo de 24 horas, sob pena da configuração do delito de desobediência eleitoral e aplicação de multa diária no valor R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Intimem-se os representados da presente decisão e citem-os para que, no prazo de 02 (dois) dias, apresentem sua defesa.

Após, vista ao Ministério Público para parecer.

Tudo cumprido, venham os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se com urgência.

05ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600018-15.2024.6.25.0005

PROCESSO	: 0600018-15.2024.6.25.0005 REPRESENTAÇÃO (CAPELA - SE)
RELATOR	: 005ª ZONA ELEITORAL DE CAPELA SE
FISCAL DA LEI	: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REPRESENTADO	: MEGGA FM LTDA
ADVOGADO	: FERNANDA SABACK GURGEL (42101/DF)
ADVOGADO	: MARIA CLARA ROCHA ARAUJO (38090/DF)
ADVOGADO	: SHELLY GIULEATTE PANCIERI (59181/DF)
ADVOGADO	: SIMONE MARTINS DE ARAUJO MOURA (17540/DF)
ADVOGADO	: WALTER JOSE FAIAD DE MOURA (17390/DF)
REPRESENTADO	: MANOEL MESSIAS SUKITA SANTOS
ADVOGADO	: JOSEANE GOIS SANTOS (9203/SE)
REPRESENTANTE	: UNIAO BRASIL - CAPELA- SE - MUNICIPAL
ADVOGADO	: JOAO LOPES DE OLIVEIRA JUNIOR (36235/BA)

ADVOGADO : JOSE OSMARIO DE ARAUJO SANTOS FILHO (12552/SE)
ADVOGADO : JULIO TACIO ANDRADE LOPES DE OLIVEIRA (31430/BA)

JUSTIÇA ELEITORAL

005ª ZONA ELEITORAL DE CAPELA SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600018-15.2024.6.25.0005 - CAPELA/SERGIPE

REPRESENTANTE: UNIAO BRASIL - CAPELA- SE - MUNICIPAL

Advogados do(a) REPRESENTANTE: JOAO LOPES DE OLIVEIRA JUNIOR - BA36235, JULIO TACIO ANDRADE LOPES DE OLIVEIRA - BA31430, JOSE OSMARIO DE ARAUJO SANTOS FILHO - SE12552

REPRESENTADO: MEGGA FM LTDA, MANOEL MESSIAS SUKITA SANTOS

Advogados do(a) REPRESENTADO: FERNANDA SABACK GURGEL - DF42101, WALTER JOSE FAIAD DE MOURA - DF17390, SIMONE MARTINS DE ARAUJO MOURA - DF17540, MARIA CLARA ROCHA ARAUJO - DF38090, SHELLY GIULEATTE PANCIERI - DF59181-A

Advogado do(a) REPRESENTADO: JOSEANE GOIS SANTOS - SE9203-A

ATO ORDINATÓRIO

(INTIMAÇÃO)

Autorizado pela Portaria nº 477/2024, deste Juízo, o Cartório da 5ª Zona Eleitoral de Sergipe INTIMA o(a)s Representados nesta demanda, MEGGA FM LTDA e Manoel Messias Sukita Santos, através de seus advogados constituídos, para, no prazo legal, apresentarem contrarrazões ao Recurso Eleitoral ID 122271865, interposto pelo Partido União Brasil, Diretório Municipal de Capela, conforme se vê.

Dado e passado nesta cidade de Capela, Estado de Sergipe, aos 02 dias do mês de agosto de 2024. Eu, Armando Dantas Andrade, *Auxiliar de Cartório*, preparei, digitei e subscrevi o presente Ato Ordinatório (Intimação).

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600036-36.2024.6.25.0005

PROCESSO : 0600036-36.2024.6.25.0005 REPRESENTAÇÃO (SIRIRI - SE)

RELATOR : 005ª ZONA ELEITORAL DE CAPELA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADA : MARIA CLARA SANTOS

ADVOGADO : LUZIA SANTOS GOIS (3136/SE)

REPRESENTANTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DE SIRIRI DO PODE-PODEMOS

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

005ª ZONA ELEITORAL DE CAPELA SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600036-36.2024.6.25.0005 / 005ª ZONA ELEITORAL DE CAPELA SE

REPRESENTANTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DE SIRIRI DO PODE-PODEMOS

Advogado do(a) REPRESENTANTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

REPRESENTADA: MARIA CLARA SANTOS

Advogado do(a) REPRESENTADA: LUZIA SANTOS GOIS - SE3136-A

SENTENÇA

Trata-se de REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR ajuizada por DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO PODE - PODEMOS DE SIRIRI contra MARIA CLARA SANTOS.

Consta na inicial, em síntese, que a Representada é pré-candidata a eleição do cargo de prefeito no município de Siriri/SE. No dia 28.06.2024, a Representada realizou postagens via seu Instagram pessoal, que denotam uma verdadeira propaganda irregular. Na postagem, a pré-candidata busca cooptar eleitores utilizando de palavras mágicas em suas postagens que induzem ao pedido de voto, consoante jurisprudência consolidada pelo Tribunal Superior Eleitoral- TSE. Alega que na imagem postada na rede social da pré-candidata é nítida a intenção de chamar atenção do eleitor para que vote na candidata, em virtudes dos termos "Eu tô com Clara" e "Minha pré-candidata a prefeita".

Requer a concessão de tutela de urgência para que se determine que a representada cesse a veiculação dos vídeos e fotos relacionados a postagem no Instagram das redes sociais do Representado já identificada na URL alhures identificada do Instagram @donaclaradesiriri , inclusive, na condição de "tbt", bem como, seja obstada a utilização das mencionadas imagens, devendo, inclusive, ser responsável de conteúdo similares, alusivos à propaganda eleitoral irregular realizada por meio da presente postagem, em quaisquer meios de comunicação social até a prolação da sentença, sendo imposta multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada descumprimento.

Juntou documentos com a inicial.

Decisão ID 122246140 indeferiu o pedido de tutela antecipada.

Intimada, a Representada apresentou resposta (ID 122251724), na qual alegou que não praticou propaganda eleitoral antecipada.

O Ministério Público Eleitoral ofertou parecer (ID 12228238), opinando pela improcedência da representação.

É o relatório. Decido.

A Lei nº 9.504/97 admite a realização de propaganda eleitoral somente após o dia 15 (quinze) de agosto do ano da eleição, prevendo os casos que não configuram propaganda eleitoral antecipada:

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

(....)

Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet: I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;

I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico; [\(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária; [\(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013\)](#)

III - a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos; ([Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015](#))

IV - a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos; ([Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013](#))

V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais; ([Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015](#))

VI - a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias. ([Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015](#))

VII - campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no inciso IV do § 4º do art. 23 desta Lei. ([Incluído dada pela Lei nº 13.488, de 2017](#))

A Resolução TSE nº 23.610/2019, que trata da propaganda eleitoral, elenca os atos que não são tidos como propaganda eleitoral antecipada:

Art. 3º Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais das pré-candidatas e dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet ([Lei nº 9.504/1997, art. 36-A, caput, I a VII e §§](#)):

I - a participação de pessoas filiadas a partidos políticos ou de pré-candidatas e pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates na rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;

II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, da discussão de políticas públicas, dos planos de governo ou das alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades serem divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária;

III - a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes das filiadas e dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre as pessoas pré-candidatas;

IV - a divulgação de atos de parlamentares e de debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos;

V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive em redes sociais, blogs, sítios eletrônicos pessoais e aplicativos (apps);

V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive em shows, apresentações e performances artísticas, redes sociais, blogs, sítios eletrônicos pessoais e aplicativos (apps); ([Redação dada pela Resolução nº 23.732/2024](#))

VI - a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido político, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias;

VII - campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no [inciso IV do § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504/1997](#).

No presente caso, a mensagem veiculada pela Representada apenas noticia que ela é pré-candidata à prefeitura de Siriri/SE, utilizando-se das mensagens "MINHA PRÉ-CANDIDATA A PREFEITA", "estaremos juntos" e "um amanhã mais CLARO". Além disso, exalta o seu nome através do termo: "EU TÔ COM CLARA", sem realizar pedido expresso de voto, o que não é proibido pela Resolução TSE nº 23.610/2019:

Art. 3º-A. Considera-se propaganda antecipada passível de multa aquela divulgada extemporaneamente cuja mensagem contenha pedido explícito de voto, ou que veicule conteúdo eleitoral em local vedado ou por meio, forma ou instrumento proscrito no período de campanha.

[\(Incluído pela Resolução nº 23.671/2021\)](#)

Parágrafo único. O pedido explícito de voto não se limita ao uso da locução "vote em", podendo ser inferido de termos e expressões que transmitam o mesmo conteúdo. [\(Incluído pela Resolução nº 23.732/2024\)](#)

Não é demais lembrar que o TSE já decidiu que há propaganda eleitoral extemporânea irregular quando se tem, cumulativamente ou não, a presença de: (a) referência direta ao pleito vindouro ou cargo em disputa, (b) pedido explícito de voto, de não voto ou o uso de "palavras mágicas" para esse fim, (c) realização por forma vedada para a propaganda eleitoral no período permitido, (d) violação à paridade de armas entre os possíveis concorrentes, (e) mácula à honra ou imagem de pré-candidato e (f) divulgação de fato sabidamente inverídico" (Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Na Representação 060028736/DF, Relator(a) Min. Raul Araujo Filho, Acórdão de 23/05/2023, Publicado no(a) Diário de Justiça Eletrônico 113, data 05/06/2023 9

Hipóteses estas que não estão presentes no caso ora em análise.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a representação.

Sentença registrada eletronicamente nesta data.

Publique-se. Intimem-se.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600050-20.2024.6.25.0005

PROCESSO : 0600050-20.2024.6.25.0005 REPRESENTAÇÃO (CAPELA - SE)
RELATOR : 005ª ZONA ELEITORAL DE CAPELA SE
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REPRESENTADO : ARTHURYS ESTEVAO DE ARAUJO
ADVOGADO : FERNANDO BASTOS LARANJEIRA (34579/BA)
REPRESENTADO : ISADORA SUKITA REZENDE SANTOS
ADVOGADO : KEYTIANE DE JESUS BRAGANCA SANTIAGO (42191/DF)
REPRESENTANTE : UNIAO BRASIL - CAPELA- SE - MUNICIPAL
ADVOGADO : MARCIO MACEDO CONRADO (3806/SE)
ADVOGADO : PEDRO AUGUSTO FATEL DA SILVA TARGINO GRANJA (9609/SE)
ADVOGADO : RODRIGO FERNANDES DA FONSECA (6209/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

005ª ZONA ELEITORAL DE CAPELA SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600050-20.2024.6.25.0005 / 005ª ZONA ELEITORAL DE CAPELA SE

REPRESENTANTE: UNIAO BRASIL - CAPELA- SE - MUNICIPAL

Advogados do(a) REPRESENTANTE: PEDRO AUGUSTO FATEL DA SILVA TARGINO GRANJA - SE9609, MARCIO MACEDO CONRADO - SE3806-A, RODRIGO FERNANDES DA FONSECA - SE6209

REPRESENTADO: ISADORA SUKITA REZENDE SANTOS, ARTHURYS ESTEVAO DE ARAUJO

Advogado do(a) REPRESENTADO: KEYTIANE DE JESUS BRAGANCA SANTIAGO - DF42191

Advogado do(a) REPRESENTADO: FERNANDO BASTOS LARANJEIRA - BA34579

SENTENÇA

Trata-se de REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA ajuizada por DIRETÓRIO MUNICIPAL DO UNIÃO BRASIL EM CAPELA contra ISADORA SUKITA REZENDE SANTOS e ARTHURIS ESTEVÃO DE ARAÚJO.

Consta na inicial, em síntese, que a representada, contratou veículo de som para realização de propaganda eleitoral, com o objetivo de gerar maior visibilidade para a sua campanha. Isadora Sukita e a sua equipe estão criando jingles e, além de estarem compartilhando áudios via WhatsApp, contrataram um veículo sonoro para divulgação no meio da rua por todo o município de Capela, realizando um ato irregular, com nítido objetivo de realizar campanha eleitoral e pedido de voto. Requereu o reconhecimento da prática de propaganda eleitoral extemporânea negativa, a fim de condenar os Representados ao pagamento de multa de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme previsto no art. 36 da Lei nº 9.504/97, sem prejuízo da concessão do direito de resposta proporcional ao agravo.

Decisão ID 122246140 indeferiu o pedido de tutela antecipada.

Intimada, a Representada apresentou resposta (ID 122251724), na qual alegou que os atos descritos na inicial não foram efetuados por ela, bem como não teve a sua participação ou consentimento.

O Representado apresentou resposta em 22/07/2024 (ID 122254846), defendendo, preliminarmente a inépcia da petição inicial. No mérito, alega que não tem nenhuma participação nos atos apontados pelo partido Representante, não havendo provas de que o suposto número de telefone fosse seu, ou que tivesse anuído com tais atos.

O Ministério Público Eleitoral ofertou parecer (ID 12228238), opinando pelo indeferimento da petição inicial, vistas que não cumpriu os requisitos previstos no art. 17, da Resolução. 23.608/19.

É o relatório. DECIDO.

PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

Alega o Representado a inépcia da petição inicial por não terem sido juntadas as autenticações eletrônicas necessárias a comprovar a integridade dos arquivos juntados, e mesmo a comprovação da propriedade do número de telefone, bem como o suposto contrato de uma famigerada contratação inexistente.

A Lei 9.504/97 estabelece que "[A] representação relativa à propaganda irregular deve ser instruída com prova da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário, caso este não seja por ela responsável (Art. 40-B)."

E a Resolução 23.608/19, que dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997, prevê:

Art. 17. A petição inicial da representação relativa à propaganda irregular será instruída, sob pena de não conhecimento:

- I - com prova da autoria ou do prévio conhecimento da beneficiária ou do beneficiário, caso não seja alegada a presunção indicada no parágrafo único do art. 40-B da Lei nº 9.504/1997;
- II - naquelas relativas à propaganda irregular no rádio e na televisão, com a informação de dia e horário em que foi exibida e com a respectiva transcrição da propaganda ou trecho impugnado; e
- III - no caso de manifestação em ambiente de internet, com a identificação do endereço da postagem, no âmbito e nos limites técnicos de cada serviço (URL ou, caso inexistente esta, URI ou URN) e a prova de que a pessoa indicada para figurar como representada ou representado é a sua autora ou o seu autor, sem prejuízo da juntada, aos autos, de arquivo contendo o áudio, a imagem e/ou o vídeo da propaganda impugnada.

Diante disso, era ônus do Representante juntar com a petição inicial prova de que a referida propaganda antecipada é de autoria ou de prévio conhecimento dos Representados ou, ainda, que

diante das circunstâncias e as peculiaridades do caso específico fosse impossível que o beneficiário não ter tivesse conhecimento da propaganda (art. 40-B, parágrafo único, Lei nº 9.504/1997).

Os documentos Ids 122250202, 122250204, 122250205 e 122250205 não são suficientes para comprovar a autoria das mensagens nem o prévio conhecimento da beneficiária do jingle divulgado no veículo de som.

Por conseguinte, como bem salientado pelo Ministério Público, não se vislumbra nos autos qualquer prova de que os Representados tinham prévio conhecimento da veiculação da propaganda objeto da lide, muito menos o Representante apresentou circunstâncias e/ou peculiaridades que, extraídas do caso específico, porventura revelassem a impossibilidade de o candidato não ter tido ciência da propaganda.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. JUÍZO DE ORIGEM: INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUTORIA OU PRÉVIO CONHECIMENTO PELOS BENEFICIÁRIOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. ART. 40-B DA LEI 9.504/97. NÃO CUMPRIMENTO. ARTIGO 17, CAPUT E INCISO I, DA RESOLUÇÃO TSE nº 23.608/2019. INCIDÊNCIA. RECURSO. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO. 1. Ao tempo em que a legislação eleitoral veda, como regra geral, a propaganda eleitoral em bens públicos (Lei nº 9.504/97, art. 37), estabelece que a inicial da representação seja instruída com prova da autoria ou do prévio conhecimento dos beneficiários, nos termos dos artigos 40-B da Lei nº 9.504/97 e 17, caput e inciso I, da Resolução TSE nº 23.608/2019. 2. Não evidenciada a autoria, a anuência ou a prévia ciência dos representados, em relação à prática das condutas imputadas, não há como se reconhecer a sua responsabilidade pela propaganda antecipada, nos termos da legislação eleitoral. 3. Consoante previsão do § 1º do artigo 37 da Lei das Eleicoes, a aplicação da multa nele prevista exige a notificação prévia para a restauração do bem ou remoção da propaganda irregular. Precedentes. 4. Na espécie, ausente a demonstração da autoria ou do prévio conhecimento da propaganda, por parte dos recorridos, impõe-se a manutenção da sentença que extinguiu o feito. 5. Conhecimento e improvimento do recurso.(TRE-SE - RE: 060046797 ITABAIANA - SE, Relator: IOLANDA SANTOS GUIMARÃES, Data de Julgamento: 29/01/2021, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 19, Data 02/02/2021, Página 5,6)

Recurso. Representação. Propaganda eleitoral antecipada. Candidato. Veiculação. Prévia ciência. Prova. Inexistência. Peculiaridades e circunstâncias. Art. 40-B da Lei n. 9.504/97. Ausência. Desprovimento. Nega-se provimento a recurso, em ordem a manter a sentença de primeiro grau que, julgando pela procedência parcial da representação, indeferiu, contudo, os pedidos formulados em relação ao candidato (primeiro representado). Não repousa nos autos qualquer prova de que este tinha prévio conhecimento da veiculação objeto da demanda (art. 40-B da Lei n. 9.504/97). Tampouco logrou o Parquet Eleitoral apresentar circunstâncias e/ou peculiaridades que, extraídas do caso específico, porventura revelassem a impossibilidade de o candidato não ter tido ciência da propaganda. (TRE-BA - RE: 11017 FORMOSA DO RIO PRETO - BA, Relator: DIEGO FREITAS RIBEIRO, Data de Julgamento: 26/10/2017, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 07/11/2017).

Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial, com fulcro no art. 40-B, da Lei nº 9.504/1997, revogando a tutela antecipada anteriormente concedida.

Sentença registrada eletronicamente nesta data.

Publique-se. Intimem-se.

06ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600091-81.2024.6.25.0006**

PROCESSO : 0600091-81.2024.6.25.0006 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO-PSD / DIRETORIO MUNICIPAL DE ESTANCIA/SERGIPE

ADVOGADO : PAULO CESAR DA SILVA FREIRE (4975/SE)

INTERESSADO : FRANCISCO CARLOS DE SANTANA JUNIOR

INTERESSADO : GILSON ANDRADE DE OLIVEIRA

JUSTIÇA ELEITORAL**006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600091-81.2024.6.25.0006 - ESTÂNCIA/SERGIPE
INTERESSADO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO-PSD / DIRETORIO MUNICIPAL DE ESTANCIA/SERGIPE, GILSON ANDRADE DE OLIVEIRA, FRANCISCO CARLOS DE SANTANA JUNIOR

Advogado do(a) INTERESSADO: PAULO CESAR DA SILVA FREIRE - SE4975

ATO ORDINATÓRIO (INTIMAÇÃO)

De ordem da Excelentíssima Juíza Eleitoral desta 06ª Zona, INTIMO a Direção Partidária do Partido Social Democrático de Estância/SE, para que se manifeste sobre o relatório de EXAME PRELIMINAR (ID nº 122274938), no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 35, §3º da resolução TSE nº 23.604/2019.

Estância/SE, datado e assinado digitalmente.

JOSÉ ALEXANDRE RIBEIRO CHAVES ALVES

Técnico Judiciário

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600089-14.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600089-14.2024.6.25.0006 REPRESENTAÇÃO (ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTANTE : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA

ADVOGADO : LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR (5750/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL**006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE**

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600089-14.2024.6.25.0006 / 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

REPRESENTANTE: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA

Advogado do(a) REPRESENTANTE: LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR - SE5750-A

DESPACHO

Intime-se o representante para se manifestar, diante do Certidão ID 122269577 e da Petição ID 122273082, no prazo de 02 (dois) dias.

Com ou sem manifestação, voltem-me conclusos.

Estância/SE, datado e assinado digitalmente.

CAROLINA VALADARES BITENCOURT

Juíza Eleitoral

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO(14208) Nº 0600003-43.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600003-43.2024.6.25.0006 SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO
(ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERIDA : LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

REQUERIDO : CAIO FELIPE DE JESUS ALBUQUERQUE

REQUERIDO : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCDOB
/ESTANCIA

REQUERIDO : DAVI DE CARVALHO SANTOS

REQUERIDO : FABIO TOKARSKI

REQUERIDO : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

JUSTIÇA ELEITORAL

006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO (14208) Nº 0600003-43.2024.6.25.0006 / 006ª ZONA
ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERIDO: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCDOB
/ESTANCIA, CAIO FELIPE DE JESUS ALBUQUERQUE, DAVI DE CARVALHO SANTOS,
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, FABIO TOKARSKI

REQUERIDA: LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

SENTENÇA

O Ministério Público Eleitoral ingressou com a presente ação visando suspender a anotação do órgão partidário municipal do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, de Estância/SE, em virtude das contas referentes ao exercício financeiro 2022 terem sido julgadas não prestadas (Processo nº 0600043-59.2023.6.25.0006).

Contudo, o partido político em epígrafe apresentou, em 21/03/2024, o REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL nos autos do Processo nº 0600038-03.2024.6.25.0006.

Para se evitar a possibilidade de decisões contraditórias, determinou-se o sobrestamento deste feito até ulterior decisão acerca do processo nº 0600038-03.2024.6.25.0006, na qual foi julgado procedente o pedido de regularização, com trânsito em julgado em 30/07/2024.

Em parecer, o Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela extinção do processo sem resolução de mérito, ID 122267379.

É o breve relatório. Decido.

De acordo com o artigo 54-A, II, da Resolução TSE nº 23.571/2018, a suspensão da anotação de órgão partidário, em razão do trânsito em julgado de decisão que julgar não prestadas as contas de exercício financeiro ou de campanha eleitoral, deve ser precedida de processo regular, que assegure a observância do princípio da ampla defesa.

Na espécie, a presente ação fundamenta-se na omissão do dever de prestação de contas do Partido Comunista do Brasil de Estância/SE relativas ao exercício financeiro de 2022 (Processo nº 0600043-59.2023.6.25.0006).

Contudo, analisando os autos, verifica-se que na certidão de ID 122266359, restou informado que as referidas contas foram regularizadas, nos autos da RROPCO nº 0600038-03.2024.6.25.0006.

Ante o exposto, evidenciada a inequívoca falta de interesse processual, com fulcro no artigo 54-T, parágrafo único, I, da Resolução TSE nº 23.571/2018, julgo pela extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VI e § 3º, do Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicado nesta justiça especializada.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao MPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Estância/SE, datada e assinado eletronicamente.

CAROLINA VALADARES BITENCOURT

Juíza Eleitoral

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO(14208) Nº 0600015-57.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600015-57.2024.6.25.0006 SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO
(ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERIDA : LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

REQUERIDO : CAIO FELIPE DE JESUS ALBUQUERQUE

REQUERIDO : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCDOB
/ESTANCIA

REQUERIDO : DAVI DE CARVALHO SANTOS

REQUERIDO : FABIO TOKARSKI

REQUERIDO : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

JUSTIÇA ELEITORAL

006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO (14208) Nº 0600015-57.2024.6.25.0006 / 006ª ZONA
ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERIDO: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCDOB
/ESTANCIA, CAIO FELIPE DE JESUS ALBUQUERQUE, DAVI DE CARVALHO SANTOS,
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, FABIO TOKARSKI

REQUERIDA: LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS

SENTENÇA

O Ministério Público Eleitoral ingressou com a presente ação visando suspender a anotação do órgão partidário municipal do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, de Estância/SE, em virtude das contas referentes ao exercício financeiro 2020 terem sido julgadas não prestadas (Processo nº 0600095-26.2021.6.25.0006).

Contudo, o partido político em epígrafe apresentou, em 21/03/2024, o REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL nos autos do Processo nº 0600039-85.2024.6.25.0006.

Para se evitar a possibilidade de decisões contraditórias, determinou-se o sobrestamento deste feito até ulterior decisão acerca do processo nº 0600039-85.2024.6.25.0006, na qual foi julgado procedente o pedido de regularização, com trânsito em julgado em 30/07/2024.

Em parecer, o Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela extinção do processo sem resolução de mérito, ID 122267377.

É o breve relatório. Decido.

De acordo com o artigo 54-A, II, da Resolução TSE nº 23.571/2018, a suspensão da anotação de órgão partidário, em razão do trânsito em julgado de decisão que julgar não prestadas as contas de exercício financeiro ou de campanha eleitoral, deve ser precedida de processo regular, que assegure a observância do princípio da ampla defesa.

Na espécie, a presente ação fundamenta-se na omissão do dever de prestação de contas do Partido Comunista do Brasil de Estância/SE relativas ao exercício financeiro de 2020 (Processo nº 0600095-26.2021.6.25.0006).

Contudo, analisando os autos, verifica-se que na certidão de ID 122266485, restou informado que as referidas contas foram regularizadas, nos autos da RROPCO nº 0600039-85.2024.6.25.0006.

Ante o exposto, evidenciada a inequívoca falta de interesse processual, com fulcro no artigo 54-T, parágrafo único, I, da Resolução TSE nº 23.571/2018, julgo pela extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VI e § 3º, do Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicado nesta justiça especializada.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao MPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Estância/SE, datada e assinado eletronicamente.

CAROLINA VALADARES BITENCOURT

Juíza Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600095-21.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600095-21.2024.6.25.0006 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : REDE SUSTENTABILIDADE COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL

ADVOGADO : THIAGO SANTOS MATOS (8999/SE)

REQUERENTE : MARCOS LEONCIO ARAUJO DE FRANCA

REQUERENTE : PAULO ANDRE FONTES NASCIMENTO

REQUERENTE : WERDEN TAVARES PINHEIRO

JUSTIÇA ELEITORAL

006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600095-21.2024.6.25.0006 / 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

REQUERENTE: REDE SUSTENTABILIDADE COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL, MARCOS LEONCIO ARAUJO DE FRANCA, PAULO ANDRE FONTES NASCIMENTO, WERDEN TAVARES PINHEIRO

Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO SANTOS MATOS - SE8999

SENTENÇA

Tratam os autos de pedido de regularização das contas eleitorais, formulado pelo Diretório Municipal do Partido Rede Sustentabilidade de Estância/SE, relativo ao exercício financeiro de 2020.

Remetidos aos autos à análise técnica, não restou constatada a presença de irregularidades, não havendo registros de recebimento/utilização de recursos públicos, oriundos de fontes vedadas ou de origem não identificada (ID 122261269).

Instado a manifestar-se, o Ministério Público Eleitoral opinou pela regularização das contas do partido (ID 122261468)

É o breve relatório.

Decido.

O presente pedido de regularização promovido pela agremiação omissa, não será objeto de novo julgamento, sendo apto, tão somente, para declarar a adimplência do partido com suas obrigações em prestar contas, retirando as sanções eventualmente impostas, a exemplo da que o impossibilitam de receber cotas dos fundos públicos.

Pois bem, depois de todos os procedimentos realizados pelo Cartório Eleitoral, ficou constatado que o partido apresentou os documentos exigidos para a regularização das contas, não havendo registros de recebimento de recursos públicos ou de origem não identificada, nem mesmo de fonte vedada, não sendo identificada qualquer irregularidade que afete a confiabilidade do requerimento apresentado.

Diante do exposto, no âmbito destes autos em que foi requerida a regularização das contas relativas ao exercício financeiro de 2020, tenho por sanada a obrigação de prestar contas e defiro o pedido de regularização da situação de inadimplência do Diretório Municipal do Partido Rede Sustentabilidade de Estância/SE, determinando, por conseguinte, em seu favor, a cessação dos efeitos da inadimplência, caso não haja outra pendência impeditiva.

Intime-se através do Diário da Justiça Eletrônico (DJE/TRE-SE).

Cientifique-se o Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, proceda-se às devidas anotações no Sistema SICO.

Estância/SE, datado e assinado eletronicamente.

CAROLINA VALADARES BITENCOURT

Juíza Eleitoral

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600086-59.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600086-59.2024.6.25.0006 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DA MOBILIZACAO NACIONAL - PMN

ADVOGADO : LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR (5750/SE)

INTERESSADO : JOAQUIM DA SILVA FERREIRA

INTERESSADO : MICHEL ANDERSON SILVEIRA LIMA

JUSTIÇA ELEITORAL

006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600086-59.2024.6.25.0006 / 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DA MOBILIZACAO NACIONAL - PMN, JOAQUIM DA SILVA FERREIRA, MICHEL ANDERSON SILVEIRA LIMA

Advogado do(a) INTERESSADO: LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR - SE5750-A

SENTENÇA

Trata-se de processo de Prestação de Contas Anuais - Exercício Financeiro 2023, referente ao Diretório Municipal do Mobilização Nacional (MOBILIZA), unidade eleitoral do Município de Estância /SE, cuja autuação e distribuição ocorreram de forma automática no Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O cartório certificou que a referida agremiação não esteve vigente no ano de 2023, anexando-se, para esse fim, documento comprobatório extraído do SGIP (ID nº 12252237).

É o breve relatório. Decido.

A Resolução TSE 23.604/2019 prevê em seu art. 28, §1º, inciso I a III, o seguinte:

Art. 28. O partido político, em todas as esferas de direção, deve apresentar a sua prestação de contas à Justiça Eleitoral anualmente até 30 de junho do ano subsequente, dirigindo-a ao: (...)

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, consideram-se obrigados a prestar contas os órgãos partidários que no exercício financeiro de referência das contas:

I - estiverem vigentes em qualquer período;

II - recuperarem a vigência, devendo prestar contas do período em que regularmente funcionaram; e

III - tendo havido a perda da vigência, devendo prestar contas do período que regularmente funcionaram.

Dessa forma, nada obstante a autuação e distribuição automática no Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), a agremiação descrita em epígrafe não está inadimplente, uma vez que não esteve vigente no ano de 2023.

Posto isso, EXTINGO o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, do CPC.

Publique-se. Intime-se.

Estância (SE), datado e assinado digitalmente.

CAROLINA VALADARES BITENCOURT

Juíza Eleitoral

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600075-30.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600075-30.2024.6.25.0006 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : PROGRESSISTAS/DIRETORIO MUNICIPAL DE ESTANCIA

ADVOGADO : LUZIA SANTOS GOIS (3136/SE)

INTERESSADO : CLAUDIA REJANE COSTA TRINDADE SANTOS

INTERESSADO : FRANCISCO SANTOS DO NASCIMENTO

JUSTIÇA ELEITORAL

006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600075-30.2024.6.25.0006 / 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

INTERESSADO: PROGRESSISTAS/DIRETORIO MUNICIPAL DE ESTANCIA, CLAUDIA REJANE COSTA TRINDADE SANTOS, FRANCISCO SANTOS DO NASCIMENTO

Advogado do(a) INTERESSADO: LUZIA SANTOS GOIS - SE3136-A

SENTENÇA

Trata-se de prestação de contas apresentada pelo Diretório Municipal do PROGRESSISTAS (PP) em Estância (SE), referente ao exercício financeiro de 2023, com fundamento na Lei n.º 9.096/1995 e na Resolução TSE n.º 23.604/2019.

A prestação de contas partidárias, devidamente elaborada no SPCA - Sistema de Prestação de Contas Anuais, foi apresentada por advogado, regularmente constituído nos autos.

Publicado o Edital ID n.º 122237674 no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (DJE/TRE-SE), transcorreu o prazo legal, "*in albis*", sem apresentação de impugnação, conforme Certidão ID n.º 122252245, nos termos do § 2º, art. 31, da Resolução TSE n.º 23.604/2019 (art. 35, da Lei n.º 9.096/95).

Na fase de exame preliminar, foi elaborado Exame Preliminar da Prestação de Contas ID n.º 122252339 elaborado pelo Cartório Eleitoral, onde foi demonstrada a presença de todos os documentos necessários.

A Unidade Técnica do Cartório Eleitoral emitiu Relatório de Exame Técnico, nos termos do art. 36, incisos I a VII, da Resolução TSE n.º 23.604/2019 (ID n.º 122252371), manifestando-se pela desnecessidade de esclarecimentos e/ou apresentação de documentos.

Remetido os autos ao Ministério Público Eleitoral, foi juntado parecer aos autos (ID n.º 122254217), deixando de apontar irregularidades não identificadas pela Justiça Eleitoral, nos termos do § 6º, art. 36, da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

A Unidade Técnica do Cartório Eleitoral emitiu Parecer Conclusivo favorável pela Aprovação das Contas (ID n.º 122257045), nos termos do art. 38, incisos I a VI, da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

Na fase de alegações finais, o Requerente apresentou a petição de ID n.º 122268202, defendendo a aprovação de suas contas.

Por fim, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo julgamento das contas como Aprovadas (ID n.º 122270003).

É o relatório.

Decido.

A agremiação partidária apresentou tempestivamente a prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 2023, com movimentação de recursos, nos termos do art. 32, caput, da Lei n.º 9.096/1995 e art. 28, I, da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

A prestação de contas partidária foi elaborada no SPCA - Sistema de Prestação de Contas Anuais, devidamente autuada no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, contendo a indicação dos nomes do órgão partidário e do atual presidente e tesoureiro ou daqueles que desempenhem funções equivalentes, os quais estão devidamente representados por advogado, nos termos dos incisos I e II, art. 31, da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

O exame das contas, mister que se ressalte, tem por escopo verificar a regularidade e a correta apresentação das peças e dos documentos exigidos, valendo-se de procedimentos específicos aprovados pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Justiça Eleitoral assume, assim, o papel de julgar as referidas contas.

Ao compulsar os autos, verifico que a agremiação partidária apresentou os documentos previstos no art. 29 da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

Observa-se que o Partido obteve receita no exercício financeiro 2023, proveniente de transferências intrapartidárias de recursos estimáveis em dinheiro, através de obrigações assumidas pela direção estadual, não recebendo valores do Fundo Partidário. Os gastos partidários foram devidamente comprovados. Ainda, o partido não obteve recebimento de fontes vedadas, não havendo razões para se questionar a idoneidade de suas contas.

Nesse sentido, foi a manifestação do Ministério Público Eleitoral em consonância com a análise técnica, opinando pelo julgamento das contas como aprovadas, para todos os efeitos.

Diante de todo o exposto, julgo APROVADAS as contas do diretório municipal do PROGRESSISTAS (PP) do município de Estância (SE), relativas ao Exercício Financeiro de 2023, o que faço com fundamento no inciso I do artigo 45 da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

Publique-se. Registre-se. Intime-se através do Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

Cientifique-se o Ministério Público Eleitoral por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJE).

Com o trânsito em julgado, registre-se no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO.

Após, arquivem-se os autos.

Estância (SE), datado e assinado digitalmente.

CAROLINA VALADARES BITENCOURT

Juíza Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600096-06.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600096-06.2024.6.25.0006 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : REDE SUSTENTABILIDADE COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL

ADVOGADO : THIAGO SANTOS MATOS (8999/SE)

REQUERENTE : MARCOS LEONCIO ARAUJO DE FRANCA

REQUERENTE : PAULO ANDRE FONTES NASCIMENTO

REQUERENTE : WERDEN TAVARES PINHEIRO

JUSTIÇA ELEITORAL

006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600096-06.2024.6.25.0006 / 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

REQUERENTE: REDE SUSTENTABILIDADE COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL, PAULO ANDRE FONTES NASCIMENTO, MARCOS LEONCIO ARAUJO DE FRANCA, WERDEN TAVARES PINHEIRO

Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO SANTOS MATOS - SE8999

SENTENÇA

Tratam os autos de pedido de regularização das contas eleitorais, formulado pelo Diretório Municipal do Partido Rede Sustentabilidade de Estância/SE, relativo ao exercício financeiro de 2021.

Remetidos aos autos à análise técnica, não restou constatada a presença de irregularidades, não havendo registros de recebimento/utilização de recursos públicos, oriundos de fontes vedadas ou de origem não identificada (ID 122261284).

Instado a manifestar-se, o Ministério Público Eleitoral opinou pela regularização das contas do partido (ID 122258524)

É o breve relatório.

Decido.

O presente pedido de regularização promovido pela agremiação omissa, não será objeto de novo julgamento, sendo apto, tão somente, para declarar a adimplência do partido com suas obrigações em prestar contas, retirando as sanções eventualmente impostas, a exemplo da que o impossibilitam de receber cotas dos fundos públicos.

Pois bem, depois de todos os procedimentos realizados pelo Cartório Eleitoral, ficou constatado que o partido apresentou os documentos exigidos para a regularização das contas, não havendo registros de recebimento de recursos públicos ou de origem não identificada, nem mesmo de fonte vedada, não sendo identificada qualquer irregularidade que afete a confiabilidade do requerimento apresentado.

Diante do exposto, no âmbito destes autos em que foi requerida a regularização das contas relativas ao exercício financeiro de 2021, tenho por sanada a obrigação de prestar contas e defiro o pedido de regularização da situação de inadimplência do Diretório Municipal do Partido Rede Sustentabilidade de Estância/SE, determinando, por conseguinte, em seu favor, a cessação dos efeitos da inadimplência, caso não haja outra pendência impeditiva.

Intime-se através do Diário da Justiça Eletrônico (DJE/TRE-SE).

Cientifique-se o Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, proceda-se às devidas anotações no Sistema SICO.

Estância/SE, datado e assinado eletronicamente.

CAROLINA VALADARES BITENCOURT

Juíza Eleitoral

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO(14208) Nº 0600016-42.2024.6.25.0006

PROCESSO : 0600016-42.2024.6.25.0006 SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO
(ESTÂNCIA - SE)

RELATOR : 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERIDO : EDVALDO NOGUEIRA FILHO

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

REQUERIDO : HALLISON DE SOUSA SILVA

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)
ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)
REQUERIDO : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA DIRETORIO REGIONAL/SE
ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)
ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)
ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)
REQUERIDO : JOSE COSTA FONTES
REQUERIDO : JOSE HORA FILHO
REQUERIDO : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA

JUSTIÇA ELEITORAL

006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO (14208) Nº 0600016-42.2024.6.25.0006 / 006ª ZONA ELEITORAL DE ESTÂNCIA SE

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERIDO: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA, JOSE COSTA FONTES, JOSE HORA FILHO, PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA DIRETORIO REGIONAL/SE, EDVALDO NOGUEIRA FILHO, HALLISON DE SOUSA SILVA

Advogados do(a) REQUERIDO: PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A, JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A

Advogados do(a) REQUERIDO: PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A, JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A

Advogados do(a) REQUERIDO: PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A, JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A

SENTENÇA

O Ministério Público Eleitoral ingressou com a presente ação visando suspender a anotação do órgão partidário municipal do Partido Democrático Trabalhista - PDT, de Estância/SE, em virtude das contas referentes ao exercício financeiro 2020 terem sido julgadas não prestadas (Processo nº 0600099-63.2021.6.25.0006).

Contudo, o partido político em epígrafe apresentou, em 07/05/2024, o REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL nos autos do Processo nº 0600061-46.2024.6.25.0006.

Para se evitar a possibilidade de decisões contraditórias, determinou-se o sobrestamento deste feito até ulterior decisão acerca do processo nº 0600061-46.2024.6.25.0006, na qual foi julgado procedente o pedido de regularização, com trânsito em julgado em 30/07/2024.

Em parecer, o Representante do Ministério Público Eleitoral manifestou-se pela extinção do processo sem resolução de mérito, ID 122267374.

É o breve relatório. Decido.

De acordo com o artigo 54-A, II, da Resolução TSE nº 23.571/2018, a suspensão da anotação de órgão partidário, em razão do trânsito em julgado de decisão que julgar não prestadas as contas de exercício financeiro ou de campanha eleitoral, deve ser precedida de processo regular, que assegure a observância do princípio da ampla defesa.

Na espécie, a presente ação fundamenta-se na omissão do dever de prestação de contas do Partido Democrático Trabalhista de Estância/SE relativas ao exercício financeiro de 2020 (Processo nº 0600099-63.2021.6.25.0006).

Contudo, analisando os autos, verifica-se que na certidão de ID 122249565, restou informado que as referidas contas foram regularizadas, nos autos da RROPCO nº 0600037-18.2024.6.25.0006.

Ante o exposto, evidenciada a inequívoca falta de interesse processual, com fulcro no artigo 54-T, parágrafo único, I, da Resolução TSE nº 23.571/2018, julgo pela extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VI e § 3º, do Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicado nesta justiça especializada.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao MPE.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Estância/SE, datada e assinado eletronicamente.

CAROLINA VALADARES BITENCOURT

Juíza Eleitoral

08ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600044-04.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600044-04.2024.6.25.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE

ADVOGADO : GUILHERME BARROS MELO (14529/SE)

INTERESSADO : GUILHERME BARROS MELO

INTERESSADO : JOSE ANTONIO DE ANDRADE

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600044-04.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

INTERESSADO: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, GUILHERME BARROS MELO, JOSE ANTONIO DE ANDRADE

Advogado do(a) INTERESSADO: GUILHERME BARROS MELO - SE14529

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2023, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600044-04.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600044-04.2024.6.25.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE

ADVOGADO : GUILHERME BARROS MELO (14529/SE)

INTERESSADO : GUILHERME BARROS MELO

INTERESSADO : JOSE ANTONIO DE ANDRADE

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600044-04.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

INTERESSADO: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, GUILHERME BARROS MELO, JOSE ANTONIO DE ANDRADE

Advogado do(a) INTERESSADO: GUILHERME BARROS MELO - SE14529

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2023, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600044-04.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600044-04.2024.6.25.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
INTERESSADO : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM
NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE
ADVOGADO : GUILHERME BARROS MELO (14529/SE)
INTERESSADO : GUILHERME BARROS MELO
INTERESSADO : JOSE ANTONIO DE ANDRADE

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600044-04.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

INTERESSADO: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, GUILHERME BARROS MELO, JOSE ANTONIO DE ANDRADE

Advogado do(a) INTERESSADO: GUILHERME BARROS MELO - SE14529

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2023, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600037-12.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600037-12.2024.6.25.0008 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (GARARU - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : CRISLENE CORREA NASCIMENTO

INTERESSADO : DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE GARARU /SE

INTERESSADO : IRACI ALVES SANTANA

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600037-12.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

INTERESSADO: DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE GARARU /SE, IRACI ALVES SANTANA, CRISLENE CORREA NASCIMENTO

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2023, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600043-19.2024.6.25.0008 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE

ADVOGADO : GUILHERME BARROS MELO (14529/SE)

REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO

REQUERENTE : GUILHERME BARROS MELO

REQUERENTE : JOSE ANTONIO DE ANDRADE

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO, JOSE ANTONIO DE ANDRADE, GUILHERME BARROS MELO

Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME BARROS MELO - SE14529

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2022, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600022-43.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600022-43.2024.6.25.0008 REPRESENTAÇÃO (NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADO : OSMAR SILVA SANTOS

ADVOGADO : CICERO DANTAS DE OLIVEIRA (6882/SE)

REPRESENTANTE : PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL

ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO COSTA DE OLIVEIRA DA SILVA (6768/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do Exmo. Juiz Eleitoral, intime-se a parte representante para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo legal.

Gararu, 02 de agosto de 2024.

Gustavo Alves Goes

Chefe de Cartório Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600043-19.2024.6.25.0008 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM
NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE
ADVOGADO : GUILHERME BARROS MELO (14529/SE)
REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO
REQUERENTE : GUILHERME BARROS MELO
REQUERENTE : JOSE ANTONIO DE ANDRADE

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
(12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM
NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS
DOS SANTOS FILHO, JOSE ANTONIO DE ANDRADE, GUILHERME BARROS MELO

Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME BARROS MELO - SE14529

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2022, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600043-19.2024.6.25.0008 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE
OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DE
LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM
NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE

ADVOGADO : GUILHERME BARROS MELO (14529/SE)

REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO

REQUERENTE : GUILHERME BARROS MELO

REQUERENTE : JOSE ANTONIO DE ANDRADE

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO, JOSE ANTONIO DE ANDRADE, GUILHERME BARROS MELO

Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME BARROS MELO - SE14529

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2022, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600043-19.2024.6.25.0008 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE

ADVOGADO : GUILHERME BARROS MELO (14529/SE)

REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO

REQUERENTE : GUILHERME BARROS MELO

REQUERENTE : JOSE ANTONIO DE ANDRADE

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO, JOSE ANTONIO DE ANDRADE, GUILHERME BARROS MELO

Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME BARROS MELO - SE14529

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2022, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600001-67.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600001-67.2024.6.25.0008 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (CANHOBA - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : WILLIDON LUIS DOS SANTOS

ADVOGADO : MACIO GOMES DE ANDRADE (4983/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600001-67.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERENTE: WILLIDON LUIS DOS SANTOS

Advogado do(a) REQUERENTE: MACIO GOMES DE ANDRADE - SE4983

SENTENÇA

- RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas simplificada de WILLIDON LUIS DOS SANTOS e PAULA FERNANDA SILVA GONÇALVES SÁ, candidatos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeita, do Município de Canhoba, respectivamente, relativa às Eleições de 2016.

Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação.

O cartório eleitoral apresentou parecer conclusivo pela aprovação das contas, por não identificar qualquer tipo de irregularidade.

Instado a manifestar-se, o Ministério Público Eleitoral pugnou pela aprovação das contas, nos termos do artigo 74, inciso I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

- FUNDAMENTAÇÃO

Prefacialmente, verifico que as contas finais foram apresentadas diretamente no Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE, em conformidade com o artigo 64, §1º, da Resolução TSE nº 23.607/19, e entregues à Justiça Eleitoral e validadas em Cartório dentro do prazo previsto na Resolução TSE nº 23.632/20.

Todos os documentos exigidos no sistema simplificado de prestação de contas, detalhados nos artigos 64, caput, e 53, II, ambos da Resolução TSE nº 23.607/19, foram juntados ao processo.

Tanto a unidade técnica quanto o Ministério Público Eleitoral manifestaram-se pela aprovação das contas, sem ressalvas, haja vista não haver nenhuma impropriedade capaz de comprometer a regularidade das mesmas.

Desse modo, não há motivos para novas diligências, aplicando-se o artigo 67 da Resolução TSE nº 23.607/19, a saber:

"Art. 67. As contas serão julgadas sem a realização de diligências, desde que verificadas, cumulativamente, as seguintes hipóteses:

I - inexistência de impugnação;

II - emissão de parecer conclusivo pela unidade técnica nos tribunais, ou pelo chefe de cartório nas zonas eleitorais, sem identificação de nenhuma das irregularidades previstas no art. 65; e

III - parecer favorável do Ministério Público."

- DISPOSITIVO

Diante dos fatos e argumentos expostos, julgo APROVADAS as contas de WILLIDON LUIS DOS SANTOS e PAULA FERNANDA SILVA GONÇALVES SÁ, candidatos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeita, do Município de Canhoba, referentes às eleições municipais de 2016, com fundamento nos artigos da Lei nº 9.504/97 c/c o artigo 74, inciso I da 30, inciso I, Resolução TSE nº 23.607/2019.

Registre-se no Processo Judicial Eletrônico -PJe -ZE.

Publique-se no DJE, servindo o ato como intimação do prestador (art. 98, §7º, da Resolução TSE nº 23.607/19).

Ciência ao Ministério Público Eleitoral por meio do Processo Judicial Eletrônico -PJe -ZE (art. 99 da Resolução TSE nº 23.607/19).

Proceda-se ao lançamento das informações devidas no Sistema Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data da publicação do julgamento do processo de prestação de contas (art. 9º, II, Resolução TSE nº 23.384/12).

Havendo trânsito em julgado, archive-se.

Gararu/SE, datado e assinado eletronicamente.

Sérgio Fortuna de Mendonça

Juiz Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008

PROCESSO : 0600043-19.2024.6.25.0008 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE)

RELATOR : 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE

ADVOGADO : GUILHERME BARROS MELO (14529/SE)

REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

REQUERENTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO

REQUERENTE : GUILHERME BARROS MELO

REQUERENTE : JOSE ANTONIO DE ANDRADE

JUSTIÇA ELEITORAL

008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600043-19.2024.6.25.0008 / 008ª ZONA ELEITORAL DE GARARU SE

REQUERENTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO, JOSE ANTONIO DE ANDRADE, GUILHERME BARROS MELO

Advogado do(a) REQUERENTE: GUILHERME BARROS MELO - SE14529

EDITAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022

De ordem do MM. Juiz Eleitoral Dr. Sérgio Fortuna de Mendonça, eu, Gustavo Alves Goes, Chefe de Cartório da 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, na forma da lei, c/c a Portaria n. 43/2024, FAZ SABER a todos que, em conformidade com o que preceitua o art. 44, I, da Resolução TSE n. 23.604/2019, a Direção Partidária em epígrafe prestou contas referente ao Exercício Financeiro de 2022, mediante apresentação de declaração de ausência de movimentação de recursos. Dito isso, faculta-se a qualquer interessado, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste expediente, oferecer impugnação mediante petição fundamentada e acompanhada de provas que demonstrem a existência de movimentação financeira e/ou de bens estimáveis no período.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, expedi o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Gararu, aos 02 (dois) dias de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, Gustavo Alves Goes - Chefe de Cartório da 8ª Zona, preparei e subscrevi o presente edital.

Rosana Torres Marques

Auxiliar de Cartório Eleitoral

09ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0606236-70.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0606236-70.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL

ADVOGADO : FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO (15079/DF)

REQUERENTE : MARCOS ANTONIO PEREIRA

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0606236-70.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERENTE: REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL, MARCOS ANTONIO PEREIRA

Advogado do(a) REQUERENTE: FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO - DF15079

SENTENÇA

Versam os autos sobre o Programa de Regularização de Contas dos partidos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, regulamentado pela Portaria-TSE nº 346/2024. (Programa Regulariza JE Contas).

Verifica-se que as contas do exercício financeiro de 2014 do Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos) foram julgadas não prestadas, nos autos da PC 30-81.2015.6.25.0009, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Ademais foi determinada a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário.

Certidão da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias - ASEPA/TSE, nestes autos, constatando que a prestação de contas em tela está passível de regularização, segundo o art. 2º da mencionada portaria.

Edital expedido em obediência ao art. 6º da Portaria TSE nº 346/2024.

Manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Despacho do então Ministro Presidente do TSE no id 122227158: "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário. À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente." É o relatório. Decido

A Portaria TSE nº 346/2024 instaurou o Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024. Abrangeu, em síntese, as agremiações partidárias cujas contas foram julgadas não prestadas, que tiveram seus órgãos partidários suspensos e que não possuíam conta bancária ou não tiveram movimentação financeira, ou cujas movimentações se limitaram a taxas bancárias ao tempo das respectivas contas de exercício financeiro ou de campanha.

Consoante certidão da ASEPA/TSE (id 122227153), restou verificado que, em consulta aos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de

Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), o partido político sob análise se enquadrou nos requisitos previstos no parágrafo acima, na medida em que não foi verificada movimentação financeira.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de regularização das contas do diretório municipal do Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos) de Itabaiana/SE, referente ao exercício financeiro 2014 e determino:

A) promova-se a baixa de registros lançados no sistema SICO;

B) Lance-se o movimento "14219 - Contas regularizadas", elencado como Julgamento (TPU 193), conforme Informação 3906 (processo SEI 0004233-57.2024.6.25.8000);

C) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600071-81.2024.6.25.0009

PROCESSO : 0600071-81.2024.6.25.0009 REPRESENTAÇÃO (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADO : EDSON VIEIRA PASSOS

REPRESENTANTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA

ADVOGADO : HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO (5818/SE)

ADVOGADO : ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE (6375/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600071-81.2024.6.25.0009 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTANTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA

Advogados do(a) REPRESENTANTE: HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO - SE5818-A, ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE - SE6375-A

REPRESENTADO: EDSON VIEIRA PASSOS

DECISÃO

Trata-se de REPRESENTAÇÃO ELEITORAL POR PROPAGANDA ANTECIPADA proposta pelo Diretório Municipal do Partido Liberal, PL de Itabaiana/SE, em face de EDSON VIEIRA PASSOS e JÉSSICA TELES, todos qualificados nos autos.

Narra o representante, em suma, que a Sra. Jéssica é pré-candidata a vereadora e, no dia 10.7.2024, ela teria feito publicação em sua página pessoal do Instagram "@jessicadetonhodemaninho" com fotos do seu pretendo candidato a prefeito, Edson Passos, sendo posto como fundo musical os seguintes versos:

"Tá na boca do povo estourou e não tem jeito Tem que respeitar quem vai ganhar é meu prefeito.

Tá na boca do povo estourou e não tem jeito Tem que respeitar quem vai ganhar é meu prefeito

Tá na boca do povo estourou e não tem jeito Tem que respeitar quem vai ganhar é meu prefeito".

Diante disso, segundo o postulante, tal conduta representaria pedido explícito de voto, razão porque pede, em sede liminar a retirada da referida publicação das redes sociais da demandada.

Instruiu a inicial com procuração e demais documentos avistáveis nos autos, além de vídeo (documento 24072315433237800000115190280).

Vieram os autos conclusos. Eis o breve relatório. DECIDO.

A representação por propaganda eleitoral irregular possui fundamento no art. 96 da Lei nº 9.504/97, cuja regulamentação procedimental cumpre ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nessa toada, o TSE editou a Res. nº 23.608/2019, que dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições.

Tal Resolução, em seu artigo 17, preconiza que a petição inicial da representação relativa à propaganda irregular será instruída, sob pena de não conhecimento, no caso de manifestação em ambiente de internet, com a identificação do endereço da postagem, no âmbito e nos limites técnicos de cada serviço (URL ou, caso inexistente esta, URI ou URN) e a prova de que a pessoa indicada para figurar como representada ou representado é a sua autora ou o seu autor, sem prejuízo da juntada, aos autos, de arquivo contendo o áudio, a imagem e/ou o vídeo da propaganda impugnada.

In casu, a parte autora informa nos autos tão somente que o Instagram pessoal da Sra. JÉSSICA TELES é "@jessicadetonhodemaninho", todavia, não identifica o endereço da postagem impugnada, seja por URL, URI ou URN.

Outrossim, descabe eventual emenda à peça vestibular, por entender-se que o CPC, nesta hipótese, é materialmente incompatível com o rito previsto no art. 96 da Lei nº 9.504/97 e com a celeridade a ele inerente.

Ante o exposto, não conheço a presente representação eleitoral e a julgo extinta sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso I, do CPC, c/c o art. 17, inciso II, da Res. 23.608/2019 do TSE.

Com relação ao direito de resposta, consoante alhures fundamentado, ratifico que o pedido resta prejudicado.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Itabaiana, Sergipe, na data da assinatura eletrônica.

INQUÉRITO POLICIAL(279) Nº 0600055-64.2023.6.25.0009

PROCESSO : 0600055-64.2023.6.25.0009 INQUÉRITO POLICIAL (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

AUTOR : SR/PF/SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INDICIADO : RAFAEL TAVARES PASSOS

ADVOGADO : GREGORY AGUIAR MELO (4096/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

INQUÉRITO POLICIAL (279) Nº 0600055-64.2023.6.25.0009 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

AUTOR: SR/PF/SE

INVESTIGADO: IPL 2023.0077614-SR/PF/SE- A APURAR

DESPACHO

Compulsando detidamente os autos, verifico que o indiciado RAFAEL TAVARES PASSOS fora denunciado como incurso pela prática do crime eleitoral de inscrição fraudulenta, previsto no art. 289 do Código Eleitoral, in verbis:

Art. 289. Inscrever-se fraudulentamente eleitor:

Pena - Reclusão até cinco anos e pagamento de cinco a 15 dias-multa

O art. 89 da Lei nº 9.099/95, por sua vez, dispõe que:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal). (grifei)

Assim, considerando que a pena mínima fixada para o crime previsto no art. 289 do Código Eleitoral atende aos requisitos do art. 89 da Lei nº 9.099/95, determino seja intimado eletronicamente o representante do Ministério Público para que se manifeste previamente sobre a possibilidade de propor a suspensão condicional do processo ao indiciado RAFAEL TAVARES PASSOS.

Itabaiana, Sergipe, na data da assinatura eletrônica.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0605270-10.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0605270-10.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL

ADVOGADO : FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO (15079/DF)

REQUERENTE : MARCOS ANTONIO PEREIRA

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0605270-10.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERENTE: REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL, MARCOS ANTONIO PEREIRA

Advogado do(a) REQUERENTE: FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO - DF15079

SENTENÇA

Versam os autos sobre o Programa de Regularização de Contas dos partidos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, regulamentado pela Portaria-TSE nº 346/2024. (Programa Regulariza JE Contas).

Verifica-se que as contas do exercício financeiro de 2012 do Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos) foram julgadas não prestadas, nos autos da PC 41-81.2013.6.25.0009 (SADP), sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Ademais foi determinada a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário.

Certidão da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias - ASEPA/TSE, nestes autos, constatando que a prestação de contas em tela está passível de regularização, segundo o art. 2º da mencionada portaria.

Edital expedido em obediência ao art. 6º da Portaria TSE nº 346/2024.

Manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Despacho do então Ministro Presidente do TSE no id 122226913: "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário. À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente." É o relatório. Decido

A Portaria TSE nº 346/2024 instaurou o Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024. Abrangeu, em síntese, as agremiações partidárias cujas contas foram julgadas não prestadas, que tiveram seus órgãos partidários suspensos e que não possuíam conta bancária ou não tiveram movimentação financeira, ou cujas movimentações se limitaram a taxas bancárias ao tempo das respectivas contas de exercício financeiro ou de campanha.

Consoante certidão da ASEPA/TSE (id 122226858), restou verificado que, em consulta aos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), o partido político sob análise se enquadrou nos requisitos previstos no parágrafo acima, na medida em que não foi verificada movimentação financeira.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de regularização das contas do diretório municipal do Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos) de Itabaiana/SE, referente ao exercício financeiro 2012 e determino:

A) promova-se a baixa de registros lançados no sistema SICO;

B) Lance-se o movimento "14219 - Contas regularizadas", elencado como Julgamento (TPU 193), conforme Informação 3906 (processo SEI 0004233-57.2024.6.25.8000);

C) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600021-55.2024.6.25.0009

PROCESSO : 0600021-55.2024.6.25.0009 REPRESENTAÇÃO (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADO : JOSE DOUGLAS DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO : MARA ALICE MATOS OLIVEIRA (10332/SE)

ADVOGADO : VINICIUS OLIVEIRA SANTOS (15413/SE)

REPRESENTADO : RADIO VOZ DE ITABAIANA LTDA

ADVOGADO : MARIANA MENDONCA SENA DA COSTA (5926/SE)

REPRESENTANTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA

ADVOGADO : HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO (5818/SE)

ADVOGADO : ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE (6375/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600021-55.2024.6.25.0009 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTANTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA

Advogados do(a) REPRESENTANTE: HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO - SE5818-A, ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE - SE6375-A

REPRESENTADO: JOSE DOUGLAS DOS SANTOS SILVA, RADIO VOZ DE ITABAIANA LTDA

Advogados do(a) REPRESENTADO: MARA ALICE MATOS OLIVEIRA - SE10332, VINICIUS OLIVEIRA SANTOS - SE15413

Advogado do(a) REPRESENTADO: MARIANA MENDONCA SENA DA COSTA - SE5926

DESPACHO

Intimem-se os recorridos para que apresentem, caso queiram, as contrarrazões ao recurso eleitoral, no prazo de 01 dia (Res. 23608/2019, art. 22).

Oferecidas as contrarrazões ou decorrido o prazo respectivo, remetam-se os autos ao e.Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Itabaiana (SE), na data da assinatura eletrônica.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0607361-73.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0607361-73.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL

ADVOGADO : FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO (15079/DF)

REQUERENTE : MARCOS ANTONIO PEREIRA

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0607361-73.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERENTE: REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL, MARCOS ANTONIO PEREIRA

Advogado do(a) REQUERENTE: FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO - DF15079

SENTENÇA

Versam os autos sobre o Programa de Regularização de Contas dos partidos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, regulamentado pela Portaria-TSE nº 346/2024. (Programa Regulariza JE Contas).

Verifica-se que as contas do exercício financeiro de 2022 do Partido Republicanos foram julgadas não prestadas, nos autos da PC 0600031-36.2023.6.25.0009, cujo julgamento ocorreu em 10/11 /2023, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Naqueles autos, restou consignado que a agremiação partidária interessada não recebeu cotas do fundo partidário, cotas do fundo especial de campanha, nem tampouco verbas de fontes vedadas. Ademais foi determinada a anotação do partido no sistemas SICO, além da a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Não foi proposta uma ação de Suspensão do Órgão Partidário, com base no aludido processo.

Certidão da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias - ASEPA/TSE, nestes autos, constatando que a prestação de contas em tela está passível de regularização, segundo o art. 2º da mencionada portaria.

Edital expedido em obediência ao art. 6º da Portaria TSE nº 346/2024.

Manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Despacho do então Ministro Presidente do TSE no id 122227352: "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário. À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente." É o relatório. Decido

A Portaria TSE nº 346/2024 instaurou o Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024. Abrangeu, em síntese, as agremiações partidárias cujas contas foram julgadas não prestadas, que tiveram seus órgãos partidários suspensos e que não possuíam conta bancária ou não tiveram movimentação financeira, ou cujas movimentações se limitaram a taxas bancárias ao tempo das respectivas contas de exercício financeiro ou de campanha.

Consoante certidão da ASEPA/TSE (id 122227347), restou verificado que, em consulta aos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), o partido político sob análise se enquadrou nos requisitos previstos no parágrafo acima, na medida em que não foi verificada movimentação financeira.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de regularização das contas do diretório municipal do Partido Republicanos de Itabaiana/SE, referente ao exercício financeiro 2022 e determino:

- A) promova-se a baixa de registros lançados no sistema SICO;
- B) Lance-se o movimento "14219 - Contas regularizadas", elencado como Julgamento (TPU 193), conforme Informação 3906 (processo SEI 0004233-57.2024.6.25.8000);
- C) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600024-10.2024.6.25.0009

PROCESSO : 0600024-10.2024.6.25.0009 REPRESENTAÇÃO (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADO : JOSE DOUGLAS DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO : MARA ALICE MATOS OLIVEIRA (10332/SE)

ADVOGADO : VINICIUS OLIVEIRA SANTOS (15413/SE)
REPRESENTADO : RADIO VOZ DE ITABAIANA LTDA
ADVOGADO : MARIANA MENDONCA SENA DA COSTA (5926/SE)
REPRESENTANTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE
ITABAIANA
ADVOGADO : HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO (5818/SE)
ADVOGADO : ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE (6375/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600024-10.2024.6.25.0009 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTANTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA

Advogados do(a) REPRESENTANTE: HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO - SE5818-A, ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE - SE6375-A

REPRESENTADO: RADIO VOZ DE ITABAIANA LTDA, JOSE DOUGLAS DOS SANTOS SILVA

Advogado do(a) REPRESENTADO: MARIANA MENDONCA SENA DA COSTA - SE5926

Advogados do(a) REPRESENTADO: DOUGLAS LIMA DA COSTA - SE10326, MARA ALICE MATOS OLIVEIRA - SE10332, VINICIUS OLIVEIRA SANTOS - SE15413

DESPACHO

Intimem-se os recorridos para que apresentem, caso queiram, as contrarrazões ao recurso eleitoral, no prazo de 01 dia (Res. 23608/2019, art. 22).

Oferecidas as contrarrazões ou decorrido o prazo respectivo, remetam-se os autos ao e.Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Itabaiana (SE), na data da assinatura eletrônica.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600448-75.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0600448-75.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL

ADVOGADO : FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO (15079/DF)

REQUERENTE : MARCOS ANTONIO PEREIRA

REQUERENTE : PARTIDO REPUBLICANOS

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600448-75.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERENTE: REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL, MARCOS ANTONIO PEREIRA, PARTIDO REPUBLICANOS

Advogado do(a) REQUERENTE: FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO - DF15079

SENTENÇA

Versam os autos sobre o Programa de Regularização de Contas dos partidos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, regulamentado pela Portaria-TSE nº 346/2024. (Programa Regulariza JE Contas).

Verifica-se que as contas relativas às Eleições Gerais 2022, do Partido Republicanos de Itabaiana /SE foram julgadas não prestadas, nos autos da PC 0600013-15.2023.6.25.0009, cujo julgamento ocorreu em 06/07/2023, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Naqueles autos, restou consignado que a agremiação partidária interessada não recebeu cotas do fundo partidário, cotas do fundo especial de campanha, nem tampouco verbas de fontes vedadas.

Ademais foi determinada a anotação do partido no sistemas SICO, além da a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Em razão da decisão adotada na PC 0600013-15.2023.6.25.0009, o Ministério Público Eleitoral ajuizou o SuspOP 0600042-65.2023.6.25.0009, em face do Republicanos.

Certidão da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias - ASEPA/TSE, nestes autos, constatando que a prestação de contas em tela está passível de regularização, segundo o art. 2º da mencionada portaria.

Edital expedido em obediência ao art. 6º da Portaria TSE nº 346/2024.

Manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Despacho do então Ministro Presidente do TSE no id 122224960: "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário. À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente." É o relatório. Decido

A Portaria TSE nº 346/2024 instaurou o Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024. Abrangeu, em síntese, as agremiações partidárias cujas contas foram julgadas não prestadas, que tiveram seus órgãos partidários suspensos e que não possuíam conta bancária ou não tiveram movimentação financeira, ou cujas movimentações se limitaram a taxas bancárias ao tempo das respectivas contas de exercício financeiro ou de campanha.

Consoante certidão da ASEPA/TSE (id 122224955), restou verificado que, em consulta aos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), o partido político sob análise se enquadrou nos requisitos previstos no parágrafo acima, na medida em que não foi verificada movimentação financeira.

Assim, resta restabelecer o repasse das cotas do Fundo Partidário e do FEFC para o órgão do partido Republicanos.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de regularização das contas do diretório municipal do Partido Republicanos de Itabaiana/SE e em relação às Eleições Gerais de 2022, determino que a Serventia Eleitoral, em relação à prestação de contas das eleições gerais de 2022, adote as seguintes providências:

A) caso existente eventual registro de suspensão da anotação do órgão municipal no SGIP, efetuar o seu imediato levantamento;

- B) promover a baixa de registros lançados no sistema SICO;
- C) providenciar o restabelecimento do repasse das cotas do Fundo Partidário e FEFC ao órgão municipal, mediante expedição de ofício aos diretórios estadual e nacional;
- D) Lance-se o movimento "14219 - Contas regularizadas", elencado como Julgamento (TPU 193), conforme Informação 3906 (processo SEI 0004233-57.2024.6.25.8000);
- E) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0610509-92.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0610509-92.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PODEMOS - 19 - Nacional

ADVOGADO : ALESSANDRO MARTELLO PANNO (161421/RJ)

REQUERENTE : PODE-PODEMOS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANA/SE

REQUERENTE : RENATA HELLMEISTER DE ABREU

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0610509-92.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERENTE: PODEMOS - 19 - NACIONAL, RENATA HELLMEISTER DE ABREU/PODE-PODEMOS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANA/SE

Advogado do(a) REQUERENTE: ALESSANDRO MARTELLO PANNO - RJ161421

SENTENÇA

Versam os autos sobre o Programa de Regularização de Contas dos partidos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, regulamentado pela Portaria-TSE nº 346/2024. (Programa Regulariza JE Contas).

Verifica-se que as contas do exercício financeiro de 2021, do Partido Social Cristão (PSC), posteriormente incorporado pelo partido Podemos, foram julgadas não prestadas, nos autos da PC 0600022-11.2022.6.25.0009, cujo julgamento ocorreu em 26/10/2022, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Naqueles autos, restou consignado que a agremiação partidária interessada não recebeu cotas do fundo partidário, cotas do fundo especial de campanha, nem tampouco verbas de fontes vedadas. Ademais foi determinada a anotação do partido no sistemas SICO, além da a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Em razão da decisão adotada na PC 0600022-11.2022.6.25.0009, o Ministério Público Eleitoral ajuizou o SuspOP 0600101-87.2022.6.25.0009, em face do PSC.

Certidão da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias - ASEPA/TSE, nestes autos, constatando que a prestação de contas em tela está passível de regularização, segundo o art. 2º da mencionada portaria.

Edital expedido em obediência ao art. 6º da Portaria TSE nº 346/2024.

Manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Despacho do então Ministro Presidente do TSE no id 122228165: "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário. À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente." É o relatório. Decido

A Portaria TSE nº 346/2024 instaurou o Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024. Abrangeu, em síntese, as agremiações partidárias cujas contas foram julgadas não prestadas, que tiveram seus órgãos partidários suspensos e que não possuíam conta bancária ou não tiveram movimentação financeira, ou cujas movimentações se limitaram a taxas bancárias ao tempo das respectivas contas de exercício financeiro ou de campanha.

Consoante certidão da ASEPA/TSE (id 122228109), restou verificado que, em consulta aos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), o partido político sob análise se enquadrou nos requisitos previstos no parágrafo acima, na medida em que não foi verificada movimentação financeira.

A situação de inadimplência do partido político interessado e a eventual suspensão de sua anotação, em referência ao exercício financeiro 2021, já foram liminarmente realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Assim, resta restabelecer o repasse das cotas do Fundo Partidário e do FEFC para o órgão do partido PODEMOS, assim como afastar eventual extensão para o partido incorporador (Podemos), das anotações feitas nos sistemas SICO, tudo decorrente da não prestação de contas do exercício financeiro de 2021 pelo PSC.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de regularização das contas do diretório municipal do Partido PSC de Itabaiana/SE, referente ao exercício financeiro 2021.

Considerando o teor do despacho proferido neste feito (ID 122228165) e a previsão do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 111/2022, determino que, em relação à prestação de contas do exercício de 2021 do PSC, a Serventia Eleitoral adote as seguintes providências:

- A) caso existente eventual registro de suspensão da anotação do órgão municipal do Podemos no SGIP, efetuar o seu imediato levantamento;
- B) promover a baixa de registros lançados no sistema SICO;
- C) providenciar o restabelecimento do repasse das cotas do Fundo Partidário e FEFC ao órgão municipal, mediante expedição de ofício aos diretórios estadual e nacional;
- D) Lance-se o movimento "14219 - Contas regularizadas", elencado como Julgamento (TPU 193), conforme Informação 3906 (processo SEI 0004233-57.2024.6.25.8000);
- E) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0611055-50.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0611055-50.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PODEMOS - 19 - Nacional

ADVOGADO : ALESSANDRO MARTELLO PANNO (161421/RJ)

REQUERENTE : PODE-PODEMOS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANA/SE

REQUERENTE : RENATA HELLMEISTER DE ABREU

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0611055-50.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERENTE: PODEMOS - 19 - NACIONAL, RENATA HELLMEISTER DE ABREU

Advogado do(a) REQUERENTE: ALESSANDRO MARTELLO PANNO - RJ161421

SENTENÇA

Versam os autos sobre o Programa de Regularização de Contas dos partidos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, regulamentado pela Portaria-TSE nº 346/2024. (Programa Regulariza JE Contas).

Verifica-se que as contas do exercício financeiro de 2022, do Partido Social Cristão (incorporado ao PODEMOS-PODE em 15/06/2023), foram julgadas não prestadas, nos autos da PC 0600022-11.2022.6.25.0009, cujo julgamento ocorreu em 07/12/2023, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Naqueles autos, não foi determinado que a agremiação partidária interessada não recebesse cotas do fundo partidário e do FEFC.

Ademais, não foi proposta uma ação de Suspensão do Órgão Partidário.

Certidão da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias - ASEPA/TSE, nestes autos, constatando que a prestação de contas em tela está passível de regularização, segundo o art. 2º da mencionada portaria.

Editais expedidos em obediência ao art. 6º da Portaria TSE nº 346/2024.

Manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Despacho do então Ministro Presidente do TSE no id 122228295: "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário. À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente." É o relatório. Decido

A Portaria TSE nº 346/2024 instaurou o Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024. Abrangeu, em síntese, as agremiações partidárias cujas contas foram julgadas não prestadas, que tiveram seus órgãos partidários suspensos e que não possuíam conta bancária ou não tiveram movimentação financeira, ou cujas

movimentações se limitaram a taxas bancárias ao tempo das respectivas contas de exercício financeiro ou de campanha.

Consoante certidão da ASEPA/TSE (id 122228290), restou verificado que, em consulta aos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), o partido político sob análise se enquadrou nos requisitos previstos no parágrafo acima, na medida em que não foi verificada movimentação financeira.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de regularização das contas do diretório municipal do Partido Social Cristão de Itabaiana/SE, referente ao exercício financeiro 2022 e determino:

- A) promova-se a baixa de registros lançados no sistema SICO;
- B) Lance-se o movimento "14219 - Contas regularizadas", elencado como Julgamento (TPU 193), conforme Informação 3906 (processo SEI 0004233-57.2024.6.25.8000);
- C) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0611055-50.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0611055-50.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PODEMOS - 19 - Nacional

ADVOGADO : ALESSANDRO MARTELLO PANNO (161421/RJ)

REQUERENTE : PODE-PODEMOS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANA/SE

REQUERENTE : RENATA HELLMEISTER DE ABREU

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0611055-50.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERENTE: PODEMOS - 19 - NACIONAL, RENATA HELLMEISTER DE ABREU

Advogado do(a) REQUERENTE: ALESSANDRO MARTELLO PANNO - RJ161421

SENTENÇA

Versam os autos sobre o Programa de Regularização de Contas dos partidos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, regulamentado pela Portaria-TSE nº 346/2024. (Programa Regulariza JE Contas).

Verifica-se que as contas do exercício financeiro de 2022, do Partido Social Cristão (incorporado ao PODEMOS-PODE em 15/06/2023), foram julgadas não prestadas, nos autos da PC 0600022-11.2022.6.25.0009, cujo julgamento ocorreu em 07/12/2023, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Naqueles autos, não foi determinado que a agremiação partidária interessada não recebesse cotas do fundo partidário e do FEFC.

Ademais, não foi proposta uma ação de Suspensão do Órgão Partidário.

Certidão da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias - ASEPA/TSE, nestes autos, constatando que a prestação de contas em tela está passível de regularização, segundo o art. 2º da mencionada portaria.

Edital expedido em obediência ao art. 6º da Portaria TSE nº 346/2024.

Manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Despacho do então Ministro Presidente do TSE no id 122228295: "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário. À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente." É o relatório. Decido

A Portaria TSE nº 346/2024 instaurou o Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024. Abrangeu, em síntese, as agremiações partidárias cujas contas foram julgadas não prestadas, que tiveram seus órgãos partidários suspensos e que não possuíam conta bancária ou não tiveram movimentação financeira, ou cujas movimentações se limitaram a taxas bancárias ao tempo das respectivas contas de exercício financeiro ou de campanha.

Consoante certidão da ASEPA/TSE (id 122228290), restou verificado que, em consulta aos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), o partido político sob análise se enquadrou nos requisitos previstos no parágrafo acima, na medida em que não foi verificada movimentação financeira.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de regularização das contas do diretório municipal do Partido Social Cristão de Itabaiana/SE, referente ao exercício financeiro 2022 e determino:

- A) promova-se a baixa de registros lançados no sistema SICO;
- B) Lance-se o movimento "14219 - Contas regularizadas", elencado como Julgamento (TPU 193), conforme Informação 3906 (processo SEI 0004233-57.2024.6.25.8000);
- C) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600029-32.2024.6.25.0009

PROCESSO : 0600029-32.2024.6.25.0009 REPRESENTAÇÃO (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADA : RADIO VOZ DE ITABAIANA LTDA

ADVOGADO : MARIANA MENDONCA SENA DA COSTA (5926/SE)

REPRESENTADO : EDSON VIEIRA PASSOS

ADVOGADO : MARA ALICE MATOS OLIVEIRA (10332/SE)

ADVOGADO : ROBERTO WAGNER DE GOIS BEZERRA FILHO (6193/SE)

ADVOGADO : VINICIUS OLIVEIRA SANTOS (15413/SE)
REPRESENTADO : GEORGE MAGALHAES ANDRADE
ADVOGADO : MARA ALICE MATOS OLIVEIRA (10332/SE)
ADVOGADO : ROBERTO WAGNER DE GOIS BEZERRA FILHO (6193/SE)
ADVOGADO : VINICIUS OLIVEIRA SANTOS (15413/SE)
REPRESENTANTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA
ADVOGADO : HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO (5818/SE)
ADVOGADO : ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE (6375/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600029-32.2024.6.25.0009 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTANTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA

Advogados do(a) REPRESENTANTE: HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO - SE5818-A, ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE - SE6375-A

REPRESENTADA: RADIO VOZ DE ITABAIANA LTDA

REPRESENTADO: EDSON VIEIRA PASSOS, GEORGE MAGALHAES ANDRADE

Advogado do(a) REPRESENTADA: MARIANA MENDONCA SENA DA COSTA - SE5926

Advogados do(a) REPRESENTADO: MARA ALICE MATOS OLIVEIRA - SE10332, VINICIUS OLIVEIRA SANTOS - SE15413, ROBERTO WAGNER DE GOIS BEZERRA FILHO - SE6193

Advogados do(a) REPRESENTADO: ROBERTO WAGNER DE GOIS BEZERRA FILHO - SE6193, MARA ALICE MATOS OLIVEIRA - SE10332, VINICIUS OLIVEIRA SANTOS - SE15413

DESPACHO

Intimem-se os recorridos para que apresentem, caso queiram, as contrarrazões ao recurso eleitoral, no prazo de 01 dia (Res. 23608/2019, art. 22).

Oferecidas as contrarrazões ou decorrido o prazo respectivo, remetam-se os autos ao e.Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Itabaiana (SE), na data da assinatura eletrônica.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0609884-58.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0609884-58.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PODEMOS - 19 - Nacional

ADVOGADO : ALESSANDRO MARTELLO PANNO (161421/RJ)

REQUERENTE : PODE-PODEMOS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANA/SE

REQUERENTE : RENATA HELLMEISTER DE ABREU

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0609884-58.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERENTE: PODEMOS - 19 - NACIONAL, RENATA HELLMEISTER DE ABREU/PODE-PODEMOS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANA/SE

Advogado do(a) REQUERENTE: ALESSANDRO MARTELLO PANNO - RJ161421

SENTENÇA

Versam os autos sobre o Programa de Regularização de Contas dos partidos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, regulamentado pela Portaria-TSE nº 346/2024. (Programa Regulariza JE Contas).

Verifica-se que as contas do exercício financeiro de 2020, do Partido Social Cristão (PSC), posteriormente incorporado pelo partido Podemos, foram julgadas não prestadas, nos autos da PC 0600108-16.2021.6.25.0009, cujo julgamento ocorreu em 26/10/2022, sem determinação de recolhimento de valor ao erário.

Naqueles autos, restou consignado que a agremiação partidária interessada não recebeu cotas do fundo partidário, cotas do fundo especial de campanha, nem tampouco verbas de fontes vedadas.

Ademais foi determinada a anotação do partido no sistemas SICO, além da a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Em razão da decisão adotada na PC 0600108-16.2021.6.25.0009, o Ministério Público Eleitoral ajuizou o SuspOP 0600111-34.2022.6.25.0009, em face do PSC.

Certidão da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias - ASEPA/TSE, nestes autos, constatando que a prestação de contas em tela está passível de regularização, segundo o art. 2º da mencionada portaria.

Edital expedido em obediência ao art. 6º da Portaria TSE nº 346/2024.

Manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Despacho do então Ministro Presidente do TSE no id 122228087: "Considerando as informações constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS) que atestam a ausência de movimentação financeira, DETERMINO os levantamentos da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do órgão partidário. À Secretaria Judiciária para providências necessárias ao cumprimento. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Tribunal Regional Eleitoral para redistribuição ao juízo competente." É o relatório. Decido

A Portaria TSE nº 346/2024 instaurou o Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024. Abrangeu, em síntese, as agremiações partidárias cujas contas foram julgadas não prestadas, que tiveram seus órgãos partidários suspensos e que não possuíam conta bancária ou não tiveram movimentação financeira, ou cujas movimentações se limitaram a taxas bancárias ao tempo das respectivas contas de exercício financeiro ou de campanha.

Consoante certidão da ASEPA/TSE (id 122228082), restou verificado que, em consulta aos dados constantes do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e do Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS/BACEN), o partido político sob análise se enquadrou nos requisitos previstos no parágrafo acima, na medida em que não foi verificada movimentação financeira.

A situação de inadimplência do partido político interessado e a eventual suspensão de sua anotação, em referência ao exercício financeiro 2020, já foram liminarmente realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Assim, resta restabelecer o repasse das cotas do Fundo Partidário e do FEFC para o órgão do partido PODEMOS, assim como afastar eventual extensão para o partido incorporador (Podemos), das anotações feitas nos sistemas SICO, tudo decorrente da não prestação de contas do exercício financeiro de 2020 pelo PSC.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de regularização das contas do diretório municipal do Partido PSC de Itabaiana/SE, referente ao exercício financeiro 2020.

Considerando o teor do despacho proferido neste feito (ID 122228087) e a previsão do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 111/2022, determino que, em relação à prestação de contas do exercício de 2020 do PSC, a Serventia Eleitoral adote as seguintes providências:

- A) caso existente eventual registro de suspensão da anotação do órgão municipal do Podemos no SGIP, efetuar o seu imediato levantamento;
- B) promover a baixa de registros lançados no sistema SICO;
- C) providenciar o restabelecimento do repasse das cotas do Fundo Partidário e FEFC ao órgão municipal, mediante expedição de ofício aos diretórios estadual e nacional;
- D) Lance-se o movimento "14219 - Contas regularizadas", elencado como Julgamento (TPU 193), conforme Informação 3906 (processo SEI 0004233-57.2024.6.25.8000);
- E) certificar o cumprimento dessas medidas nos autos e adotar as providências para o arquivamento do presente feito.

Publique-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600072-66.2024.6.25.0009

PROCESSO : 0600072-66.2024.6.25.0009 REPRESENTAÇÃO (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADO : EDSON VIEIRA PASSOS

REPRESENTADO : JOSE AGUINALDO NEVES CUNHA

REPRESENTADO : MARCELO BARBERINO DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA

ADVOGADO : HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO (5818/SE)

ADVOGADO : ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE (6375/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600072-66.2024.6.25.0009 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REPRESENTANTE: COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA

Advogados do(a) REPRESENTANTE: HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO - SE5818-A, ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE - SE6375-A

REPRESENTADO: MARCELO BARBERINO DE OLIVEIRA, EDSON VIEIRA PASSOS, JOSE AGUINALDO NEVES CUNHA

DECISÃO

Trata-se de REPRESENTAÇÃO ELEITORAL proposta pelo Diretório Municipal do Partido Liberal, PL de Itabaiana/SE, em face de MARCELO BARBERINO, EDSON VIEIRA PASSOS e JOSÉ AGUINALDO NEVES CUNHA, indicados nos autos.

Narra o representante que em 17 de julho de 2024, o representado e pré-candidato a vereador, Marcelo Barberino, postou em suas plataformas digitais, Instagram e Facebook (@marcelobarberino), fotos de uma possível reunião partidária acompanhada do seguinte texto: "Itabaiana vai vencer! O time está em campo, somo todos Itabaiana pois podemos mais! +saúde, educação, +trabalho, +desenvolvimento, +tecnologia, +inclusão, +igualdade, +oportunidade, +. Venha fazer parte desse time! Você merece mais!".

Diante disso, segundo o postulante, tal conduta representaria uma campanha eleitoral extemporânea, razão porque pede, em sede liminar, a retirada da referida publicação das redes sociais do demandado.

Instruiu a inicial com procuração e demais documentos avistáveis nos autos.

Vieram os autos conclusos. Eis o breve relatório. DECIDO.

A representação por propaganda eleitoral irregular possui fundamento no art. 96 da Lei nº 9.504/97, cuja regulamentação procedimental cumpre ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nessa toada, o TSE editou a Res. nº 23.608/2019, que dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições.

Tal Resolução, em seu artigo 17, preconiza que a petição inicial da representação relativa à propaganda irregular será instruída, sob pena de não conhecimento, no caso de manifestação em ambiente de internet, com a identificação do endereço da postagem, no âmbito e nos limites técnicos de cada serviço (URL ou, caso inexistente esta, URI ou URN) e a prova de que a pessoa indicada para figurar como representada ou representado é a sua autora ou o seu autor, sem prejuízo da juntada, aos autos, de arquivo contendo o áudio, a imagem e/ou o vídeo da propaganda impugnada.

In casu, a parte autora informa nos autos tão somente que o Instagram pessoal do Sr. MARCELO BARBERINO é "@marcelobarberino", todavia, não identifica o endereço da postagem impugnada, seja por URL, URI ou URN.

Outrossim, descabe eventual emenda à peça vestibular, por entender-se que o CPC, nesta hipótese, é materialmente incompatível com o rito previsto no art. 96 da Lei nº 9.504/97 e com a celeridade a ele inerente.

Ante o exposto, não conheço a presente representação eleitoral e a julgo extinta sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso I, do CPC, c/c o art. 17, inciso II, da Res. 23.608/2019 do TSE.

Com relação ao direito de resposta, consoante alhures fundamentado, ratifico que o pedido resta prejudicado.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Itabaiana, Sergipe, na data da assinatura eletrônica.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600503-26.2024.6.00.0000

PROCESSO : 0600503-26.2024.6.00.0000 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (ITABAIANA - SE)

RELATOR : 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REQUERENTE : UNIAO BRASIL - NACIONAL
ADVOGADO : ENIO SIQUEIRA SANTOS (49068/DF)
REQUERENTE : ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA
REQUERENTE : UNIAO BRASIL - ITABAIANA - SERGIPE - MUNICIPAL

JUSTIÇA ELEITORAL

009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600503-26.2024.6.00.0000 / 009ª ZONA ELEITORAL DE ITABAIANA SE
REQUERENTE: UNIAO BRASIL - NACIONAL, ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA
Advogado do(a) REQUERENTE: ENIO SIQUEIRA SANTOS - DF49068
SENTENÇA

Cuidam os autos de Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas das eleições 2022 do Partido União Brasil em Itabaiana/SE, autuado no Tribunal Superior Eleitoral em razão do Programa Regulariza JE Contas, instituído pela Portaria nº 346 do TSE e remetido à esta Zona Eleitoral para providências.

Na instância superior, o processo foi distribuído ao Sr. Ministro Alexandre de Moraes, então Presidente do TSE, que deferiu o requerimento de regularização da omissão da Prestação de em epígrafe e determinou o levantamento da inadimplência e, em sendo o caso, da suspensão do referido órgão partidário.

Informação ID 122265541 do Cartório Eleitoral noticiando que as contas eleitorais de 2022 do União Brasil em Itabaiana/SE já haviam sido regularizadas nos autos do Processo nº 0600008-56.2024.6.25.0009, com a sentença já transitada em julgado.

É o relatório. Decido.

Em 08/05/2024, por meio da Portaria n.º 346, foi instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE o Programa de Regularização de Contas dos partidos políticos com suspensão de anotação de órgão partidário decorrente da não prestação de contas, denominado Regulariza JE Contas, com o objetivo de garantir a ampla participação dos partidos políticos nas Eleições 2024, nos termos dos arts. 32, §§ 4.º e 6.º, e 61 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995 e art. 9.º, e, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral.

Nesse desiderato, o Órgão Nacional do União Brasil requereu ao TSE a regularização das Contas eleitorais 2022 do órgão municipal em Itabaiana/SE, motivo da existência do presente processo. No entanto, verificou-se que as da agremiação municipal já haviam sido regularizadas em processo com sentença transitada em julgado antes da implantação do Regulariza JE Contas. Ressalte-se o partido não possui suspensão de anotação no SGIP.

Desta forma, verifica-se a ocorrência do instituto da coisa julgada, o que acarreta a extinção do feito sem a resolução do mérito, nos termos do art. 485, V do CPC. Ressalte-se que as providências ora requeridas no bojo deste processo já foram supridas em processo diverso, não havendo prejuízo algum para o requerente com a extinção deste feito. Ante o exposto, com fulcro no artigo 485, V, do CPC, JULGO EXTINTO o feito, sem julgamento do mérito.

Publique-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Itabaiana/SE, na data da assinatura eletrônica.

11ª ZONA ELEITORAL**ATOS JUDICIAIS****REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600087-29.2024.6.25.0011**

PROCESSO : 0600087-29.2024.6.25.0011 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (SANTO AMARO DAS BROTAS - SE)

RELATOR : 011ª ZONA ELEITORAL DE JAPARATUBA SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : MARIA VICTORIA COSTA ANDRADE BARBOSA

REQUERENTE : MAXWHEEL ALVES DE ANDRADE

REQUERENTE : PARTIDO VERDE - PV - COMISSAO PROVISORIA - MUNICIPAL - SANTO AMARO DAS BROTAS / SE

JUSTIÇA ELEITORAL**011ª ZONA ELEITORAL DE JAPARATUBA SE**

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600087-29.2024.6.25.0011 - SANTO AMARO DAS BROTAS/SERGIPE

REQUERENTE: PARTIDO VERDE - PV - COMISSAO PROVISORIA - MUNICIPAL - SANTO AMARO DAS BROTAS / SE, MAXWHEEL ALVES DE ANDRADE, MARIA VICTORIA COSTA ANDRADE BARBOSA

ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO

FINALIDADE: INTIMAÇÃO EXAME PRELIMINAR PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE PARTIDO. EXERCÍCIO 2020.

De Ordem do MM. Juiz Eleitoral desta 11ª ZE, INTIMO o(a) prestador(a) de contas do processo em tela para que apresente, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 29, §2º, II, da Resolução TSE 23.604/2019, o instrumento de mandato para constituição de advogado, assinado (procuração), sob pena de ter as contas julgadas NÃO PRESTADAS por ausência de capacidade postulatória.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: conforme prevê a Res.-TSE nº 23.630/2020, as peças serão inseridas nos autos em epígrafe, mediante o sistema informatizado [Processo Judicial Eletrônico - PJe](#), disponível no endereço <https://pje1g.tse.jus.br/pje/login.seam>, ficando o atendimento presencial reservado a situações excepcionais.

OBSERVAÇÃO: o prazo assinalado não se interrompe aos sábados e domingos.

Dado e passado nesta cidade de Japaratuba, Estado de Sergipe, aos 2 dias do mês de agosto de 2024. Eu, DANIELA VITÓRIA ARAGÃO SANTOS, Chefe de Cartório, preparei, digitei e subscrevi o presente mandato.

13ª ZONA ELEITORAL**ATOS JUDICIAIS****REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600159-10.2024.6.25.0013**

PROCESSO : 0600159-10.2024.6.25.0013 REGISTRO DE CANDIDATURA (RIACHUELO - SE)

RELATOR : 013ª ZONA ELEITORAL DE LARANJEIRAS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : JULIO CEZAR SANDES VIEIRA LEITE

REQUERENTE : PODEMOS - PODE DO DIRETORIO MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE

REQUERENTE : RIACHUELO FELIZ DE NOVO[UNIÃO / PODE] - RIACHUELO - SE

REQUERENTE : UNIAO BRASIL - UNIAO DO DIRETORIO MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE

JUSTIÇA ELEITORAL

013ª ZONA ELEITORAL DE LARANJEIRAS SE

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600159-10.2024.6.25.0013 / 013ª ZONA ELEITORAL DE LARANJEIRAS SE

REQUERENTE: JULIO CEZAR SANDES VIEIRA LEITE, RIACHUELO FELIZ DE NOVO[UNIÃO / PODE] - RIACHUELO - SE, COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DE RIACHUELO DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL PTN, UNIAO BRASIL - RIACHUELO - SE - MUNICIPAL SENTENÇA

Trata-se de pedido de registro de candidatura coletivo, de JÚLIO CEZAR SANDES VIEIRA LEITE, para concorrer ao cargo de Prefeito, sob o número 44, pelo(a) RIACHUELO FELIZ DE NOVO (UNIÃO, PODE), no Município de RIACHUELO.

O(A) candidato(a) apresentou pedido de renúncia à candidatura, conforme requerimento juntado aos autos.

É o relatório.

Decido.

A propósito:

Art. 69. O ato de renúncia da candidata ou do candidato será expresso em documento datado, com firma reconhecida em cartório ou assinado na presença de servidora ou servidor da Justiça Eleitoral, que certificará o fato.

§ 1º O pedido de renúncia será apresentado sempre ao juízo originário e juntado aos autos do pedido de registro da respectiva candidata ou do respectivo candidato, para homologação e atualização da situação no Sistema de Candidaturas.

§ 1º-A Tratando-se de registro não impugnado e de candidata ou candidato sem representação por advogada ou advogado, a renúncia firmada em documento perante a tabeliã ou o tabelião poderá ser incluído diretamente no PJe por meio da aplicação de peticionamento avulso, observando-se, no que couber, os §§ 3º a 7º do art. 36 desta Resolução. ([Incluído pela Resolução nº 23.675/2021](#))

§ 3º A renúncia ao registro de candidatura homologada por decisão judicial impede que a candidata ou o candidato renunciante volte a concorrer ao mesmo cargo na mesma eleição (Acórdão no REspe nº 264-18).

O pedido de renúncia atende aos requisitos do art. 69; art.72 *caput* e art.72 §4º da Resolução TSE nº 23.609/2019.

ANTE O EXPOSTO, para que surta os efeitos legais, HOMOLOGO a renúncia.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Laranjeiras (SE), 31 de Julho de 2024.

FERNANDO LUÍS LOPES DANTAS

Juiz Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600166-02.2024.6.25.0013

PROCESSO : 0600166-02.2024.6.25.0013 REPRESENTAÇÃO (AREIA BRANCA - SE)
RELATOR : 013ª ZONA ELEITORAL DE LARANJEIRAS SE
Destinatário : Destinatário Ciência Pública
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REPRESENTADO : EIPE - EXCLUSIVO INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO LTDA
REPRESENTANTE : UNIAO BRASIL - UNIAO DO DIRETORIO MUNICIPAL DE AREIA BRANCA /SE
ADVOGADO : MARCIO MACEDO CONRADO (3806/SE)
ADVOGADO : PEDRO AUGUSTO FATEL DA SILVA TARGINO GRANJA (9609/SE)
ADVOGADO : RODRIGO FERNANDES DA FONSECA (6209/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

013ª ZONA ELEITORAL DE LARANJEIRAS SE

13ª ZONA ELEITORAL

Processo: 0600166-02.2024.6.25.0013

Representante: UNIÃO BRASIL - DIRETÓRIO MUNICIPAL DE AREIA BRANCA

Representado(a): EIPE - EXCLUSIVO INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO

Classe processual: REPRESENTAÇÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de Representação, com pedido de SUSPENSÃO LIMINAR DA DIVULGAÇÃO DA PESQUISA ELEITORAL SE-05368/2024 e REQUERIMENTO DE ACESSO AO SISTEMA INTERNO DE CONTROLE E DADOS DE PESQUISAS ELEITORAIS, proposta por em face de EIPE - EXCLUSIVO INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO.

Em apertada síntese, afirma(m) o(a)(s) Representante que o(a)(s) Representado(a)(s) violou(aram) disposições da legislação Eleitoral ao pretender divulgar pesquisa eleitoral cuja realização não observou os requisitos estabelecidos no art. 33 da Lei 9.504/1997 e na Resolução TSE n. 23.600 /2029, especificamente pela(s) seguinte(s) impropriedade(s):

[a] Pesquisa de grande porte com 434 entrevistados, em domicílio na sede e povoados de Areia Branca, em lapso temporal de 2 dias;

[b] Erro no plano amostral: o somatório dos níveis renda com divergência e superando 100%;

[c] Erro no plano amostral: desconformidade das estatísticas do eleitorado com os números indicados pelo TSE;

[d] Ausência de metodologia da pesquisa relacionado aos analfabetos;

[e] Ausência de suposto terceiro pré-candidato no questionário (do Partido Democracia Cristã).

Persegue, neste sentido, a expedição de medida liminar que determine a suspensão da divulgação da pesquisa, bem como requer o acesso ao Sistema Interno de Controle e Dados de Pesquisas Eleitorais.

Para providência que se impõe, é o que importa relatar.

Decido.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - Do pedido de suspensão liminar de divulgação de pesquisa eleitoral.

Acerca do pedido de expedição de medida liminar, o seu deferimento se condiciona à satisfação dos requisitos estabelecidos no art. § 1º do art. 16, da Resolução TSE n.º 23.600/2019, cujo teor é o seguinte:

§ 1º Demonstrados a plausibilidade do direito e o perigo de dano, pode ser deferida liminar para suspender a divulgação dos resultados da pesquisa impugnada ou para determinar que sejam incluídos esclarecimentos na divulgação de seus resultados, cominando-se multa em caso de descumprimento da tutela. (Redação dada pela Resolução nº 23.727/2024)

Na presente Representação, no que concerne às irregularidades já consignadas no relatório desta decisão, e com atenção aos requisitos estabelecidos no art. 33 da Lei n.º 9.504/1997 e na Resolução TSE n.º 23.600/2019, entendo que a pedido de medida liminar não deve ser acolhido.

Eis os porquês.

DA PLAUSIBILIDADE DO DIREITO

[a] Pesquisa de grande porte com 434 entrevistados, em domicílio na sede e povoados de Areia Branca, em lapso temporal de 2 dias;

Em relação ao argumento de que a pesquisa, qualificada pelo representante como "de grande porte fechar", não poderia ter sua fase de coleta de dados no período de apenas 02 (dois) dias, não é ele revestido de fundamento. Em primeiro lugar, a qualificação como "de grande porte" não foi concretamente justificada. Por qual razão um levantamento de dados de opinião com essa dimensão amostral (434 entrevistados) seria de grande porte? Que critério objetivo o(a) Representante utilizou para fazer essa afirmação? Se existe tal critério, não foi ele mencionado na peça inaugural.

E além disso, com base em que foi afirmado que esse empreendimento seria "humanamente impossível"? Apenas na invocação de decisão com "caso similar"? Se, de fato, havia similaridade entre os casos (este e o apreciado por outro Juízo Eleitoral), caberia ao(à) Representante apresentar todos os elementos de ambos, a fim de que pudesse ser aferida a efetiva similaridade. Em todo caso, é necessário haver atenção para algumas circunstâncias.

(1) Em primeiro lugar, ainda que tivesse sido efetivamente demonstrada a invocada semelhança de casos (o que não se verificou), deve-se levar em conta a ausência de caráter vinculante do entendimento aduzido na referida decisão.

(2) A isso se deve acrescentar o argumento de que, além de não haver vinculação, este Juízo entende (em aparente divergência com o conteúdo da decisão mencionada) que não é dado ao(à) Julgador(a) (a este, tampouco a qualquer outro[a]) se valer de elementos fáticos que não foram efetivamente demonstrados pela parte Representante. Dizendo de outro modo, com exceção dos casos em que a lei, expressamente ou mediante interpretação sistemática, autoriza a invocação de presunção de verdade, será sempre ônus da parte que Representa fazer prova do que alega, e não esperar que o Juízo "preencha" concretamente narrativas fáticas ou, ainda, considere suficiente a presunção (não prevista em lei) quando a norma, de forma expressa, exige a "demonstração" (rememore-se: "§ 1º Demonstrados a plausibilidade do direito[...]").

Para o caso em exame, para plausível o argumento da "impossibilidade humana", incubira à parte Representante (e não ao exercício complementar do(a) Julgador(a)) demonstrar, por exemplo, que não havia pessoal disponível para o empreendimento. Mas o que fez a parte Representante? Trouxe fragmento de julgado de "caso [supostamente] similar. Nada mais!

(3) E quanto ao lapso temporal supostamente insuficiente, o(a) Representando parece ignorar que as pesquisas de opinião, para que sejam dotadas de mais verossimilhança, devem, sim, ser realizadas no menor período de tempo possível. Ter um breve intervalo de tempo para a realização da coleta não é demérito de uma pesquisa, mas exatamente o contrário. Quanto menor o intervalo de tempo na coleta dos dados, mais adequada é a pesquisa para apontar um "retrato" temporal de determinada realidade. Para justificar esse argumento, imaginemos o quadro das eleições

presidenciais dos Estados Unidos. Num intervalo de apenas 8 dias, sucederam-se fatos que certamente produziram variações relevantes na opinião do eleitorado americano (do norte). Refiro-me aqui ao atentado como o ex-Presidente Donald Trump e a desistência da disputa à reeleição pelo atual Presidente Joe Biden. Nesse cenário, se a coleta de dados de uma pesquisa de intenções de voto fosse realizada ao longo do período de 10 (dez) dias, da manhã do dia 13 até a noite do dia 22 de julho, seu resultado dela decorrente certamente não retrataria um cenário minimamente seguro por ocasião de sua divulgação.

O argumento tratado neste capítulo, destarte, não autoriza o acolhimento do pedido liminar.

[b] Erro no plano amostral: desconformidade das estatísticas do eleitorado com os números indicados pelo TSE

A propósito, em relação à alegada irregularidade em relação ao plano amostral, o argumento da parte Representante deve ser acolhido. A propósito, conforme demonstrado na peça inaugural, mna qual são reproduzidos elementos da pesquisa registrada, é possível verificar o apontamento de dados distintos em relação às informações de nível de renda.

Essa divergência, ressalte-se, não tem a ver (apenas) com as suposta impropriedade quanto ao total da soma exceder "100%". Esse aparente excesso se verifica, muitas vezes, em razão de regras de arredondamento, ocorrência bastante comum em trabalhos estatísticos. Mas tem a ver, de outro modo, com o fato de que, por exemplo, o nível de renda de pessoas que percebem até 01 (um) salário-mínimo ser apresentado com dois resultados distintos (qual seja: 44,62% e 45,18%).

Importa ressaltar que, além de a Representação ter sido instruída com a reprodução do formulário da pesquisa, este Juízo também promoveu a verificação da impropriedade por meio de consulta ao registro da pesquisa no sistema do próprio TSE, cujo acesso pode ser feito pelo link <https://pesqeledivulgacao.tse.jus.br/app/pesquisa/detalhar.xhtml>.

Assim, a manifesta e relevante impropriedade acerca dos plano amostral (perfil socioeconômico do eleitorado) é suficiente para evidenciar a plausibilidade do direito invocado.

[c] Erro no plano amostral: desconformidade das estatísticas do eleitorado com os números indicados pelo TSE

No que se refere à suposta impropriedade quanto ao desacordo das estatísticas utilizadas e, ainda, o número de eleitorado fornecido pelo TSE, o argumento não é merecedor de acolhimento. Em primeiro lugar, é necessário considerar irrelevante, para fins estatísticos, a diferença absoluta no número de eleitores, qual seja, 02 (dois) eleitores. E essa diferença, quando considerada relativamente, mostra-se ainda mais irrelevante do ponto de vista estatístico.

Além disso, é preciso ter em conta que o número de eleitores varia mês a mês, uma vez que, embora existam restrições quanto ao alistamento, o contingente do eleitorado pode sofrer alterações por diversos motivos (cancelamentos, etc), o que pode ensejar a divergência.

Em todo, o que deve ser efetivamente ponderado é o eventual prejuízo para o levantamento, do que, no caso presente, a parte Representante não cuidou de fazer.

Este argumento, portanto, não merece acolhimento.

[d] Ausência de metodologia da pesquisa relacionado aos analfabetos

Em relação à apontada ausência de metodologia que diga respeito ao procedimento de coleta de dados de analfabetos, em que pese o caráter inclusivo da provocação constante na Representação em apreço, impõe-se consignar que esse aspecto não é objeto de prescrição pelas legislação eleitoral, seja na Lei n.º 9.504/1997, seja na Resolução TSE n.º 23.600/2019.

Esse argumento, portanto, não merece o acolhimento.

[e] Ausência de suposto terceiro pré-candidato no questionário (do Partido da Democracia Cristã).

Em relação ao argumento de que o levantamento de dados não teria indicado a suposta existência de um "terceiro candidato", também não é ele merecedor de acolhimento. Atente-se para o fato de que, embora invocando se tratar de fato "público e notório", nem mesmo a Representação cuidou

de apontar o nome do tal "terceiro candidato", que seria consagrado na Convenção do Partido da Democracia Cristã. Não se deve exigir que outros (a entidade de pesquisa) façam o que não se consegue (no caso, a parte Representante) fazer.

Além disso, também quanto a este aspecto é imperioso consignar que a legislação eleitoral, seja a Lei n.º 9.504/1997, seja a Resolução TSE n.º 23.600/2019, não contém a exigência que a parte Representante sugere deva ser reconhecida.

Esse argumento, portanto, não merece o acolhimento.

Em todo caso, a manifesta e relevante impropriedade acerca da indicação do município da pesquisa já é suficiente para evidenciar a relevância do direito invocado.

DO PERIGO DE DANO

Em relação ao perigo de dano, que correspondente ao requisito urgência típicos de tutelas liminares e/ou interinais, tem-se que a divulgação de pesquisa sobre a qual se cogita alguma irregularidade quanto à sua realização, poderá causar prejuízo de difícil reparação consistente na produção, como efeito inevitável, eventual confusão e a desinformação do eleitorado.

II.2- Do requerimento de acesso ao Sistema Interno de Controle e Dados de Pesquisas Eleitorais

Em relação ao pedido de acesso ao Sistema de Controle Interno e Dados de Pesquisa Eleitorais, deve a parte Representante proceder na forma disposta no art. 13, §3º, da Resolução TSE n.º 23.600/2019, cujo teor é o seguinte:

"§ 3º O requerimento de que trata o caput tramitará obrigatoriamente no Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), devendo ser autuado na classe Petição Cível (PetCív), com indicação do número de identificação da pesquisa e direcionado: (Redação dada pela Resolução nº 23.727/2024)"

SÍNTESE CONCLUSIVA

O panorama fático, destarte, de forma preambular e não definitiva, enseja o acolhimento PARCIAL do pedido de expedição da medida liminar, para o fim de determinar a suspensão da divulgação da pesquisa, ao menos até ulterior deliberação deste Juízo, após firmado o contraditório necessário.

III - DO DISPOSITIVO

Diante do aduzido, sem mais delongas, e com supedâneo no art. 33, da Lei 9.504/1997, e art. 16, §1.º da Resolução TSE n.º 23.600/2019, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de medida liminar para o fim de determinar que o(a)s Representado(a)s EIPE - EXCLUSIVO INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO se abstenha de promover (ou, se faz o fez, que promova a suspensão da) a divulgação do resultado da pesquisa registrada sob o número SE-05368/2024, sob de qualquer forma e veículo de comunicação, em especial (mas não exclusivamente) televisão, rádio, jornal, portais da Internet, redes sociais, aplicativos de mensagem instantânea, etc.

Fixo multa no valor R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por ato de descumprimento à presente Decisão, o que faço nos termos do art. 301, do CPC/2015.

Notifiquem-se o(a)s Representado(a)s para fins de cumprimento desta decisão, bem como para, querendo, no prazo de 2 (dois) dias, apresentar defesa e esclarecimentos nos autos desta Representação, devendo fazê-lo por meio do PJe.

Após, ao Ministério Público, para ofertar parecer no prazo legal (1 [um] dia).

Tudo cumprido, que sejam os autos conclusos para decisão definitiva.

Laranjeiras, 01 de agosto de 2024.

FERNANDO LUÍS LOPES DANTAS

Juiz Eleitoral

14ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600096-79.2024.6.25.0014

PROCESSO : 0600096-79.2024.6.25.0014 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (MARUIM - SE)

RELATOR : 014ª ZONA ELEITORAL DE MARUIM SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : AVANTE - SERGIPE - SE - ESTADUAL

ADVOGADO : LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR (5750/SE)

REQUERENTE : AVANTE Maruim

ADVOGADO : LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR (5750/SE)

REQUERENTE : MARCELO DA SILVA SANTOS

REQUERENTE : TAIANY COSTA SANTOS

JUSTIÇA ELEITORAL

014ª ZONA ELEITORAL DE MARUIM SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600096-79.2024.6.25.0014 / 014ª ZONA ELEITORAL DE MARUIM SE

REQUERENTE: AVANTE - SERGIPE - SE - ESTADUAL, AVANTE MARUIM, MARCELO DA SILVA SANTOS, TAIANY COSTA SANTOS

Advogado do(a) REQUERENTE: LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR - SE5750-A

Advogado do(a) REQUERENTE: LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR - SE5750-A

SENTENÇA

Trata-se de requerimento de regularização da prestação de contas eleitorais, proposta pelo AVANTE (antes PT DO B) de Maruim/SE, referente às Eleições 2012.

Considerando que a prestação de contas referente às Eleições 2012 foram julgadas APROVADAS COM RESSALVAS por este Juízo nos autos do Processo n.º 145-58.2013.6.25.0014, com sentença transitada em julgado no dia 05/04/2013, nos termos do art. 337, §1º, do Código de Processo Civil, verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

Assim, com fulcro no art. 485, inciso V, do CPC, extingo o processo sem resolução de mérito.

P.R.I.

Maruim, SE, datado e assinado eletronicamente

ANDRÉA CALDAS DE SOUZA LISA

Juíza Eleitoral

15ª ZONA ELEITORAL**ATOS JUDICIAIS****REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015**

PROCESSO : 0600073-33.2024.6.25.0015 REGISTRO DE CANDIDATURA (NEÓPOLIS - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO
SAO FRANCISCO

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

REQUERENTE : DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO
MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD

REQUERENTE : FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)
: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / Federação BRASIL DA
REQUERENTE ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] -
SANTANA DO SÃO FRANCISCO - SE

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL
DE NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / FEDERAÇÃO BRASIL DA
ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC DO B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] - SANTANA DO SÃO
FRANCISCO - SE, COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO
SAO FRANCISCO, DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO
MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD, FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA
(FE BRASIL), COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

SENTENÇA

Processo nº: 0600073-33.2024.6.25.0015 - REGISTRO DE CANDIDATURA

Requerente: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA -
FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)

Trata-se de pedido de registro de candidatura do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP,
Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para o(s) cargo(s)
de prefeito e vice-prefeito, no Município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação.

Foram juntados os documentos exigidos pela legislação em vigor.

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido.

É o relatório.

Decido.

Foram preenchidas todas as condições legais para o registro pleiteado e não houve impugnação.

Isto posto, DEFIRO o pedido de registro do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP,
Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para concorrer à(s)
Eleições Municipais 2024 no município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

NEÓPOLIS, 02 de Agosto de 2024.

HORÁCIO GOMES CARNEIRO LEÃO

Juiz Eleitoral

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600073-33.2024.6.25.0015 REGISTRO DE CANDIDATURA (NEÓPOLIS - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO SAO FRANCISCO

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

REQUERENTE : DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD

REQUERENTE : FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)

REQUERENTE : MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] - SANTANA DO SÃO FRANCISCO - SE

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC DO B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] - SANTANA DO SÃO FRANCISCO - SE, COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO SAO FRANCISCO, DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD, FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL), COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

SENTENÇA

Processo nº: 0600073-33.2024.6.25.0015 - REGISTRO DE CANDIDATURA

Requerente: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)

Trata-se de pedido de registro de candidatura do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para o(s) cargo(s) de prefeito e vice-prefeito, no Município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação.

Foram juntados os documentos exigidos pela legislação em vigor.

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido.

É o relatório.

Decido.

Foram preenchidas todas as condições legais para o registro pleiteado e não houve impugnação.

Isto posto, DEFIRO o pedido de registro do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para concorrer à(s) Eleições Municipais 2024 no município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

NEÓPOLIS, 02 de Agosto de 2024.

HORÁCIO GOMES CARNEIRO LEÃO

Juiz Eleitoral

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600073-33.2024.6.25.0015 REGISTRO DE CANDIDATURA (NEÓPOLIS - SE)
RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO
SAO FRANCISCO
REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE
REQUERENTE : DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO
MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD
REQUERENTE : FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)
: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / Federação BRASIL DA
REQUERENTE ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] -
SANTANA DO SÃO FRANCISCO - SE

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC DO B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] - SANTANA DO SÃO FRANCISCO - SE, COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO SAO FRANCISCO, DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD, FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL), COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

SENTENÇA

Processo nº: 0600073-33.2024.6.25.0015 - REGISTRO DE CANDIDATURA

Requerente: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)

Trata-se de pedido de registro de candidatura do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para o(s) cargo(s) de prefeito e vice-prefeito, no Município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação.

Foram juntados os documentos exigidos pela legislação em vigor.

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido.

É o relatório.

Decido.

Foram preenchidas todas as condições legais para o registro pleiteado e não houve impugnação.

Isto posto, DEFIRO o pedido de registro do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para concorrer à(s) Eleições Municipais 2024 no município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

NEÓPOLIS, 02 de Agosto de 2024.

HORÁCIO GOMES CARNEIRO LEÃO

Juiz Eleitoral

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600073-33.2024.6.25.0015 REGISTRO DE CANDIDATURA (NEÓPOLIS - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO
SAO FRANCISCO

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

REQUERENTE : DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO
MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD

REQUERENTE : FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)

: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / Federação BRASIL DA
REQUERENTE ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] -
SANTANA DO SÃO FRANCISCO - SE

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL
DE NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / FEDERAÇÃO BRASIL DA
ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC DO B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] - SANTANA DO SÃO
FRANCISCO - SE, COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO
SAO FRANCISCO, DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO
MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD, FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA
(FE BRASIL), COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

SENTENÇA

Processo nº: 0600073-33.2024.6.25.0015 - REGISTRO DE CANDIDATURA

Requerente: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA -
FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)

Trata-se de pedido de registro de candidatura do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP,
Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para o(s) cargo(s)
de prefeito e vice-prefeito, no Município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação.

Foram juntados os documentos exigidos pela legislação em vigor.

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido.

É o relatório.

Decido.

Foram preenchidas todas as condições legais para o registro pleiteado e não houve impugnação.

Isto posto, DEFIRO o pedido de registro do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP,
Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para concorrer à(s)
Eleições Municipais 2024 no município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

NEÓPOLIS, 02 de Agosto de 2024.

HORÁCIO GOMES CARNEIRO LEÃO

Juiz Eleitoral

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600073-33.2024.6.25.0015 REGISTRO DE CANDIDATURA (NEÓPOLIS - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO
SAO FRANCISCO

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

REQUERENTE : DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO
MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD

REQUERENTE : FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)

REQUERENTE : MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / Federação BRASIL DA
ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] -
SANTANA DO SÃO FRANCISCO - SE

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600073-33.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL
DE NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / FEDERAÇÃO BRASIL DA
ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC DO B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] - SANTANA DO SÃO
FRANCISCO - SE, COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO
SAO FRANCISCO, DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO
MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD, FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA
(FE BRASIL), COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE

SENTENÇA

Processo nº: 0600073-33.2024.6.25.0015 - REGISTRO DE CANDIDATURA

Requerente: MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA -
FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)

Trata-se de pedido de registro de candidatura do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP,
Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para o(s) cargo(s)
de prefeito e vice-prefeito, no Município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação.

Foram juntados os documentos exigidos pela legislação em vigor.

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido.

É o relatório.

Decido.

Foram preenchidas todas as condições legais para o registro pleiteado e não houve impugnação.

Isto posto, DEFIRO o pedido de registro do " MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS (PP, Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL, REPUBLICANOS, PSD)", para concorrer à(s) Eleições Municipais 2024 no município de(o) SANTANA DO SÃO FRANCISCO.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

NEÓPOLIS, 02 de Agosto de 2024.

HORÁCIO GOMES CARNEIRO LEÃO

Juiz Eleitoral

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA(12554) Nº 0600077-70.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600077-70.2024.6.25.0015 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (BREJO GRANDE - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : JOSE FAUSTO SANTOS

REQUERIDO : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA
BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE

ADVOGADO : ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS (15106/SE)

ADVOGADO : GUILHERME NEHLS PINHEIRO (9716/SE)

ADVOGADO : PEDRO OTTO SOUZA SANTOS (8187/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (12554) Nº 0600077-70.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: JOSE FAUSTO SANTOS

REQUERIDO: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA
BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE

Advogados do(a) REQUERIDO: GUILHERME NEHLS PINHEIRO - SE9716, PEDRO OTTO
SOUZA SANTOS - SE8187, ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS - SE15106

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento destinado à Regularização de Filiação Partidária do eleitor JOSÉ FAUSTO SANTOS, inscrição eleitoral nº 000280442151.

O requerente afirmou que se filiou ao Partido Progressista - PP (diretório municipal de Brejo Grande /SE) em 05 de Abril de 2024, contudo, no dia seguinte, assinou a ficha de filiação do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, conforme ficha de filiação acostada (ID 122257766) e que, por ausência de acesso ao sistema FILIA, tal partido não lançou tempestivamente sua filiação na referida agremiação.

Foram acostados aos autos cópia da ficha de filiação (fl. 05), declaração de testemunhas (fls. 08-09), manifestação do partido (fl.23), tal como certidão do cartório eleitoral.

Instado, manifestou-se o MPE pela manutenção do referido vínculo, excluindo-se a filiação ao Partido Progressista (ID 122268466).

É o que importa relatar. Decido.

II - DAS DETERMINAÇÕES

A filiação partidária é tema previsto nos arts. 16 e ss. da Lei nº 9.096/1995 e na Resolução TSE nº 23.668/2021.

A Lei 9.096/1995 em seu art. 19, dispõe:

Art. 19. Deferido internamente o pedido de filiação, o partido político, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá inserir os dados do filiado no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, que automaticamente enviará aos juízes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos.

(...)

§ 2º Os prejudicados por desídia ou má-fé poderão requerer, diretamente à Justiça Eleitoral, a observância do que prescreve o caput deste artigo.

O TSE define filiação partidária como "ato pelo qual um eleitor aceita, adota o programa e passa a integrar um partido político. Esse vínculo que se estabelece entre o cidadão e o partido é condição de elegibilidade, conforme disposto no art. 14, § 3º, V, da Constituição Federal."

No caso telado, em que pese o eleitor estar filiado ao PP, deve prevalecer sua manifestação de vontade em estar filiado ao PRTB de Brejo Grande/SE, já que apresentou o pedido de filiação dentro do prazo legal.

Isto posto, com fundamento no art. 11, §4º da Resolução TSE 23.668/2021, acolho o pedido de JOSÉ FAUSTO SANTOS e, em consequência, determino o cancelamento de sua filiação partidária ao partido PP, ao tempo em que determino a reversão da filiação partidária do referido eleitor ao PRTB.

Determino ao Cartório Eleitoral que proceda à respectiva anotação no Sistema FILIA.

Intimações necessárias.

Ciência ao MPE.

Tudo cumprido e certificado, arquivem-se os autos.

Neópolis, 02/08/2024.

HORÁCIO GOMES CARNEIRO LEÃO

Juiz Eleitoral

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA(12554) Nº 0600077-70.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600077-70.2024.6.25.0015 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (BREJO GRANDE - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : JOSE FAUSTO SANTOS

REQUERIDO : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA
BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE

ADVOGADO : ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS (15106/SE)

ADVOGADO : GUILHERME NEHLS PINHEIRO (9716/SE)

ADVOGADO : PEDRO OTTO SOUZA SANTOS (8187/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (12554) Nº 0600077-70.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE
NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: JOSE FAUSTO SANTOS

REQUERIDO: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE

Advogados do(a) REQUERIDO: GUILHERME NEHLS PINHEIRO - SE9716, PEDRO OTTO SOUZA SANTOS - SE8187, ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS - SE15106

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento destinado à Regularização de Filiação Partidária do eleitor JOSÉ FAUSTO SANTOS, inscrição eleitoral nº 000280442151.

O requerente afirmou que se filiou ao Partido Progressista - PP (diretório municipal de Brejo Grande /SE) em 05 de Abril de 2024, contudo, no dia seguinte, assinou a ficha de filiação do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, conforme ficha de filiação acostada (ID 122257766) e que, por ausência de acesso ao sistema FILIA, tal partido não lançou tempestivamente sua filiação na referida agremiação.

Foram acostados aos autos cópia da ficha de filiação (fl. 05), declaração de testemunhas (fls. 08-09), manifestação do partido (fl.23), tal como certidão do cartório eleitoral.

Instado, manifestou-se o MPE pela manutenção do referido vínculo, excluindo-se a filiação ao Partido Progressista (ID 122268466).

É o que importa relatar. Decido.

II - DAS DETERMINAÇÕES

A filiação partidária é tema previsto nos arts. 16 e ss. da Lei nº 9.096/1995 e na Resolução TSE nº 23.668/2021.

A Lei 9.096/1995 em seu art. 19, dispõe:

Art. 19. Deferido internamente o pedido de filiação, o partido político, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá inserir os dados do filiado no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, que automaticamente enviará aos juízes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos.

(...)

§ 2º Os prejudicados por desídia ou má-fé poderão requerer, diretamente à Justiça Eleitoral, a observância do que prescreve o caput deste artigo.

O TSE define filiação partidária como "ato pelo qual um eleitor aceita, adota o programa e passa a integrar um partido político. Esse vínculo que se estabelece entre o cidadão e o partido é condição de elegibilidade, conforme disposto no art. 14, § 3º, V, da Constituição Federal."

No caso telado, em que pese o eleitor estar filiado ao PP, deve prevalecer sua manifestação de vontade em estar filiado ao PRTB de Brejo Grande/SE, já que apresentou o pedido de filiação dentro do prazo legal.

Isto posto, com fundamento no art. 11, §4º da Resolução TSE 23.668/2021, acolho o pedido de JOSÉ FAUSTO SANTOS e, em consequência, determino o cancelamento de sua filiação partidária ao partido PP, ao tempo em que determino a reversão da filiação partidária do referido eleitor ao PRTB.

Determino ao Cartório Eleitoral que proceda à respectiva anotação no Sistema FILIA.

Intimações necessárias.

Ciência ao MPE.

Tudo cumprido e certificado, arquivem-se os autos.

Neópolis, 02/08/2024.

HORÁCIO GOMES CARNEIRO LEÃO

Juiz Eleitoral

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA(12554) Nº 0600076-85.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600076-85.2024.6.25.0015 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (BREJO GRANDE - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : SANDRA MARIA DOS SANTOS

REQUERIDO : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA
BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE

ADVOGADO : ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS (15106/SE)

ADVOGADO : GUILHERME NEHLS PINHEIRO (9716/SE)

ADVOGADO : PEDRO OTTO SOUZA SANTOS (8187/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (12554) Nº 0600076-85.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE
NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: SANDRA MARIA DOS SANTOS

REQUERIDO: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA
BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE

Advogados do(a) REQUERIDO: GUILHERME NEHLS PINHEIRO - SE9716, PEDRO OTTO
SOUZA SANTOS - SE8187, ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS - SE15106

SENTENÇA**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Procedimento destinado à Regularização de Filiação Partidária da eleitora SANDRA MARIA DOS SANTOS, inscrição eleitoral 0214 8006 2100.

Consta nos autos que a mesma filiou-se, no dia 04/04/2024, ao Partido dos Trabalhadores, diretório municipal de Brejo Grande, no entanto no dia 06/04/2024 assinou a ficha de filiação ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, o qual, por sua vez, por ausência de acesso ao sistema FILIA, não lançou tempestivamente sua filiação na referida agremiação.

Acostadas aos autos cópia da ficha de filiação (ID 122257711), declaração de testemunhas (ID 122257711 e 122257711), manifestação do Partido (ID 122259612), bem como certidão do cartório eleitoral (ID 122266849).

Instado, manifestou-se o MPE pelo lançamento do referido vínculo, excluindo-se a filiação ao Partido dos Trabalhadores. (ID 122268476 e 122268476).

É o que importa relatar. Decido.

II - DAS DETERMINAÇÕES

A filiação partidária é tema previsto nos arts. 16 e ss. da Lei nº 9.096/1995 e na Resolução TSE nº 23.668/2021.

A Lei 9.096/1995 em seu art. 19, dispõe:

Art. 19. Deferido internamente o pedido de filiação, o partido político, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá inserir os dados do filiado no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, que automaticamente enviará aos juízes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos.

(...)

§ 2º Os prejudicados por desídia ou má-fé poderão requerer, diretamente à Justiça Eleitoral, a observância do que prescreve o caput deste artigo.

O TSE define filiação partidária como "ato pelo qual um eleitor aceita, adota o programa e passa a integrar um partido político. Esse vínculo que se estabelece entre o cidadão e o partido é condição de elegibilidade, conforme disposto no art. 14, § 3º, V, da Constituição Federal."

No caso telado, em que pese a eleitora estar filiada ao PT, deve prevalecer sua manifesta de vontade em permanecer filiada ao PRTB de Brejo Grande/SE, já que apresentou o pedido de filiação dentro do prazo legal.

Isto posto, com fundamento no art. 11, §4º da Resolução TSE 23.668/2021, acolho o pedido de SANDRA MARIA DOS SANTOS e, em consequência, determino o cancelamento de sua filiação partidária ao partido PT, ao tempo em que determino a reversão da filiação partidária do referido eleitor ao PRTB.

Determino ao Cartório Eleitoral que proceda à respectiva anotação no Sistema FILIA.

Intimações necessárias.

Neópolis, 02/08/2024.

Horácio Gomes Carneiro Leão

Juiz Eleitoral

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA(12554) Nº 0600076-85.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600076-85.2024.6.25.0015 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (BREJO GRANDE - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : SANDRA MARIA DOS SANTOS

REQUERIDO : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA
BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE

ADVOGADO : ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS (15106/SE)

ADVOGADO : GUILHERME NEHLS PINHEIRO (9716/SE)

ADVOGADO : PEDRO OTTO SOUZA SANTOS (8187/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (12554) Nº 0600076-85.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: SANDRA MARIA DOS SANTOS

REQUERIDO: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA
BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE

Advogados do(a) REQUERIDO: GUILHERME NEHLS PINHEIRO - SE9716, PEDRO OTTO
SOUZA SANTOS - SE8187, ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS - SE15106

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento destinado à Regularização de Filiação Partidária da eleitora SANDRA MARIA DOS SANTOS, inscrição eleitoral 0214 8006 2100.

Consta nos autos que a mesma filiou-se, no dia 04/04/2024, ao Partido dos Trabalhadores, diretório municipal de Brejo Grande, no entanto no dia 06/04/2024 assinou a ficha de filiação ao

Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, o qual, por sua vez, por ausência de acesso ao sistema FILIA, não lançou tempestivamente sua filiação na referida agremiação.

Acostadas aos autos cópia da ficha de filiação (ID 122257711), declaração de testemunhas (ID 122257711 e 122257711), manifestação do Partido (ID 122259612), bem como certidão do cartório eleitoral (ID 122266849).

Instado, manifestou-se o MPE pelo lançamento do referido vínculo, excluindo-se a filiação ao Partido dos Trabalhadores. (ID 122268476 e 122268476).

É o que importa relatar. Decido.

II - DAS DETERMINAÇÕES

A filiação partidária é tema previsto nos arts. 16 e ss. da Lei nº 9.096/1995 e na Resolução TSE nº 23.668/2021.

A Lei 9.096/1995 em seu art. 19, dispõe:

Art. 19. Deferido internamente o pedido de filiação, o partido político, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá inserir os dados do filiado no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, que automaticamente enviará aos juízes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos.

(...)

§ 2º Os prejudicados por desídia ou má-fé poderão requerer, diretamente à Justiça Eleitoral, a observância do que prescreve o caput deste artigo.

O TSE define filiação partidária como "ato pelo qual um eleitor aceita, adota o programa e passa a integrar um partido político. Esse vínculo que se estabelece entre o cidadão e o partido é condição de elegibilidade, conforme disposto no art. 14, § 3º, V, da Constituição Federal."

No caso telado, em que pese a eleitora estar filiada ao PT, deve prevalecer sua manifesta de vontade em permanecer filiada ao PRTB de Brejo Grande/SE, já que apresentou o pedido de filiação dentro do prazo legal.

Isto posto, com fundamento no art. 11, §4º da Resolução TSE 23.668/2021, acolho o pedido de SANDRA MARIA DOS SANTOS e, em consequência, determino o cancelamento de sua filiação partidária ao partido PT, ao tempo em que determino a reversão da filiação partidária do referido eleitor ao PRTB.

Determino ao Cartório Eleitoral que proceda à respectiva anotação no Sistema FILIA.

Intimações necessárias.

Neópolis, 02/08/2024.

Horácio Gomes Carneiro Leão

Juiz Eleitoral

TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE(12134) Nº 0600043-95.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600043-95.2024.6.25.0015 TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE
(PACATUBA - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

REQUERIDA : IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

ADVOGADO : FABIANO FREIRE FEITOSA (3173/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134) Nº 0600043-95.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REQUERENTE: DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

Advogado do(a) REQUERENTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

REQUERIDA: IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

Advogado do(a) REQUERIDA: FABIANO FREIRE FEITOSA - SE3173-A

DESPACHO

Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca da cota ministerial, bem como para tomar ciência quanto à Notícia de Fato de nº 69.24.01.0057 juntada aos autos.

Após a manifestação, venham os autos conclusos.

Neópolis, 01/08/2024.

Horácio Gomes Carneiro Leão

Juiz Eleitoral

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600123-59.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600123-59.2024.6.25.0015 REGISTRO DE CANDIDATURA (ILHA DAS FLORES - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

Destinatário : TERCEIROS INTERESSADOS

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL - ILHA DAS FLORES/SE

EDITAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS

ELEIÇÕES DE 06/10/2024

00001

De ordem do Excelentíssimo Senhor, Dr. Horácio Gomes Carneiro Leão, Juiz da 15ª Zona Eleitoral de Neópolis, no uso de suas atribuições, faz saber aos interessados, que foram peticionados pelo 10 - REPUBLICANOS, em 02/08/2024, sob o processo nº 0600123-59.2024.6.25.0015, os pedidos de registro de candidaturas abaixo relacionados, para concorrerem às Eleições de 06/10/2024 no Município de ILHA DAS FLORES.

Prefeito			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
10	JOSE BEZERRA ROCHA	FELIPE DE ROCHA	0600125-29.2024.6.25.0015

Vice-prefeito			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
10	DANIELA NASCIMENTO MOURA	DANI MOURA	0600124-44.2024.6.25.0015

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, c/c art. 40 da Resolução TSE nº 23.609/2019, caberá a qualquer candidata(o), partido político, federação, coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, os pedidos de registro de candidaturas.

No mesmo prazo e forma, qualquer cidadã(o) no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art.44 da referida Resolução.

NEÓPOLIS, 2 de Agosto de 2024.

NORBERTO ROCHA DE OLIVEIRA

Chefe de Cartório da 15ª Zona Eleitoral de Sergipe

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600068-11.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600068-11.2024.6.25.0015 REPRESENTAÇÃO (PACATUBA - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADA : IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

ADVOGADO : FABIANO FREIRE FEITOSA (3173/SE)

REPRESENTANTE : DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO
BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600068-11.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REPRESENTANTE: DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

Advogado do(a) REPRESENTANTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

REPRESENTADA: IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

SENTENÇA

Processo 0600068-11.2024.6.25.0015

Trata-se de representação por propaganda irregular ajuizada pela MDB - Pacatuba em face de IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS, sob a alegação de que esta realizou propaganda eleitoral antecipada mediante pedido explícito de voto. Foi determinada a emenda da inicial, o que foi atendido pela representante neste dia.

Alega o partido representante que a demandada realizou pedido explícito de voto mediante postagens em sua rede social, ao usar expressões como "Juntos, vamos continuar cuidando da nossa gente!"; "Vamos continuar cuidando de quem mais importa: você!" e "Pra continuar cuidando da nossa gente.

O *Parquet* Eleitoral manifestou-se pela procedência da demanda.

É o breve relatório. Decido.

Mérito

Pelas postagens realizadas pela representada é possível perceber que a representada vem realizando publicações dirigidas à população em geral exaltando as suas qualidades pessoais e pedindo votos com a utilização das chamadas palavras mágicas, pois não menciona de forma expressa "Votem em (...)", mas utiliza-se de palavras e expressões que possuem o mesmo sentido

e mesmo intento, qual seja, pedir o voto de todos aque visualizam as postagens realizadas em seu perfil na rede social Instagram (@iaramartinspacatuba), o que configura pedido expresso de votos. No tocante ao tema, a Lei nº 9.504/97 prescreve expressamente em seu artigo 36-A:

Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:

I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;

II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária;

III - a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos;

IV - a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos;

V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais;

VI - a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias.

VII - campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no inciso IV do § 4 do art. 23 desta Lei.

§ 1 É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.

§ 2 Nas hipóteses dos incisos I a VI do caput, são permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver.

Como se vê, da leitura do dispositivo legal supra, a legislação admite a adoção de determinadas condutas pelos pré-candidatos, sem que configurem propaganda eleitoral extemporânea, sob condição de que não ocorra pedido explícito de voto.

Com efeito o Tribunal Superior Eleitoral vem entendendo que há propaganda eleitoral antecipada quando há promoção pessoal do cidadão com finalidade eleitoral e, em decisão paradigma, tem exigido a presença de alguma das seguintes condições: presença de pedido explícito de voto; utilização de formas proscritas durante o período oficial de propaganda; ou a violação do princípio da igualdade de oportunidades entre os candidatos.

No caso em análise não se trata de um indiferente eleitoral, pois a demandada apresenta-se na rede social como pré-candidata à Prefeitura Municipal de Pacatuba, estando assim presente o primeiro requisito para configuração da propaganda eleitoral antecipada.

Em sequência vê-se que a representada, por intermédio de suas postagens, realiza pedido explícito de voto mediante a utilização das palavras mágicas já transcritas acima.

Nesse ponto vale destacar que a representada é esposa do ex prefeito de Pacatuba, Sr. Alexandre Martins, sendo ainda tia da atual Prefeita, Sra. Manuella Martins, e ocupou vários cargos na atual

administração municipal, de modo que é clara a intenção da representada de mencionar a continuidade da gestão caso seja eleita, pois as publicações em regra utilizam as expressões "Vamos continuar cuidando" e "Para continuar cuidando..."

Assim, estando presentes as duas condições acima, já é possível reconhecer a propaganda eleitoral antecipada. Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. PREFEITO E VICE-PREFEITO. PEDIDO EXPRESSO DE VOTO. "PALAVRAS MÁGICAS". EXPRESSÕES SEMANTICAMENTE EQUIVALENTES. ELEMENTOS OBJETIVOS DA MENSAGEM PUBLICITÁRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. ENUNCIADO Nº 30 DA SÚMULA DO TSE. ENTENDIMENTO DOMINANTE. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO UNIPESSOAL. ART. 36, § 6º, DO REGIMENTO INTERNO DO TSE. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO. 1. Na origem, o TRE/SE modificou a sentença e julgou procedentes, em parte, os pedidos da representação pela prática de propaganda eleitoral antecipada, sob o fundamento de que o uso da expressão "venha fazer parte dessa corrente do bem" configura a utilização de "palavras mágicas" e, por sua vez, pedido expresso de voto. 2. De acordo com a jurisprudência do TSE, a configuração da propaganda eleitoral antecipada exige expresso pedido de voto, o qual não pode ser extraído de pesquisa a respeito da intenção subjetiva e oculta do responsável pela publicidade ou do cotejo do teor da mensagem com o contexto em que veiculada. Precedente. 3. Todavia, também com base na sólida jurisprudência reiterada nas eleições de 2020, a propaganda antecipada pode ser identificada a partir do uso, na mensagem publicitária, de expressões que contenham a mesma carga semântica do pedido de voto - as denominadas "palavras mágicas" -, que constituem elemento objetivo da propaganda impugnada. Precedentes. 4. A decisão agravada se baseou, portanto, em jurisprudência dominante do TSE, o que autoriza o julgamento monocrático do recurso especial, na forma do permissivo do art. 36, § 6º, do Regimento Interno desta Corte Superior. 5. Na hipótese dos autos, as conclusões do Tribunal de origem, de que o uso de "palavras mágicas", consubstanciadas na expressão "venha fazer parte dessa corrente do bem", é suficiente para configurar a propaganda eleitoral antecipada, encontram-se em conformidade com a jurisprudência do TSE. Incide na espécie o Enunciado nº 30 da Súmula deste Tribunal Superior. 6. Negado provimento ao agravo interno. (TSE - REspEI: 060035225 MOITA BONITA - SE, Relator: Min. Mauro Campbell Marques, Data de Julgamento: 19/04/2022, Data de Publicação: 11/05/2022)

Por fim vale transcrever trecho do parecer realizado pelo Douto Promotor de Justiça Eleitoral:

"Assim, no caso dos autos, tem-se que as frases "#JuntosComEla" e "Para continuar cuidando da nossa gente", contidas nas publicações postadas na rede social pessoal da pré-candidata Iara Maria Feitosa de Lima Martins, ora representada, na data de 01/06/2024, contem viés político, de modo que se apresentam como suficientes para induzir o eleitorado a concluir que a mesma - aspirante a um cargo eletivo - mereça seu voto. Presente, portanto, o pedido de voto, consistentes em frases e expressões que, apesar de não mencionar de forma expressa "votem em ...", possuem o mesmo sentido e o mesmo intento." (g.n.)

Por fim, considerando que a representada realizou mais de uma postagem, o valor da multa aplicada deve superar o mínimo legal.

DISPOSITIVO

Posto isso, julgo PROCEDENTE EM PARTE a representação interposta em desfavor de IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS, razão pela qual condeno esta a pagar multa no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), nos termos do art. 36, § 3º, da Lei 9.504/97. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Determino desde já que a representada apague as postagens listadas nesta ação, bem como eventuais postagens que possuam as mesmas expressões, tudo no prazo de 2 dias, abstendo-se ainda de realizar novas publicações, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento e eventual responsabilização pelo crime de desobediência (art. 347 do Código Eleitoral).

P.R.I.

Neópolis, 01/08/2024.

Horácio Gomes Carneiro Leão

Juiz Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600068-11.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600068-11.2024.6.25.0015 REPRESENTAÇÃO (PACATUBA - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADA : IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

ADVOGADO : FABIANO FREIRE FEITOSA (3173/SE)

REPRESENTANTE : DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO
BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600068-11.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE
NEÓPOLIS SE

REPRESENTANTE: DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

Advogado do(a) REPRESENTANTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

REPRESENTADA: IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

SENTENÇA

Processo 0600068-11.2024.6.25.0015

Trata-se de representação por propaganda irregular ajuizada pela MDB - Pacatuba em face de IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS, sob a alegação de que esta realizou propaganda eleitoral antecipada mediante pedido explícito de voto. Foi determinada a emenda da inicial, o que foi atendido pela representante neste dia.

Alega o partido representante que a demandada realizou pedido explícito de voto mediante postagens em sua rede social, ao usar expressões como "Juntos, vamos continuar cuidando da nossa gente!"; "Vamos continuar cuidando de quem mais importa: você!" e "Pra continuar cuidando da nossa gente.

O *Parquet* Eleitoral manifestou-se pela procedência da demanda.

É o breve relatório. Decido.

Mérito

Pelas postagens realizadas pela representada é possível perceber que a representada vem realizando publicações dirigidas à população em geral exaltando as suas qualidades pessoais e pedindo votos com a utilização das chamadas palavras mágicas, pois não menciona de forma

expressa "Votem em (...)", mas utiliza-se de palavras e expressões que possuem o mesmo sentido e mesmo intento, qual seja, pedir o voto de todos aque visualizam as postagens realizadas em seu perfil na rede social Instagram (@iaramartinspacatuba), o que configura pedido expresso de votos. No tocante ao tema, a Lei nº 9.504/97 prescreve expressamente em seu artigo 36-A:

Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:

I - a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;

II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária;

III - a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos;

IV - a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos;

V - a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais;

VI - a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias.

VII - campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no inciso IV do § 4 do art. 23 desta Lei.

§ 1 É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.

§ 2 Nas hipóteses dos incisos I a VI do caput, são permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver.

Como se vê, da leitura do dispositivo legal supra, a legislação admite a adoção de determinadas condutas pelos pré-candidatos, sem que configurem propaganda eleitoral extemporânea, sob condição de que não ocorra pedido explícito de voto.

Com efeito o Tribunal Superior Eleitoral vem entendendo que há propaganda eleitoral antecipada quando há promoção pessoal do cidadão com finalidade eleitoral e, em decisão paradigma, tem exigido a presença de alguma das seguintes condições: presença de pedido explícito de voto; utilização de formas proscritas durante o período oficial de propaganda; ou a violação do princípio da igualdade de oportunidades entre os candidatos.

No caso em análise não se trata de um indiferente eleitoral, pois a demandada apresenta-se na rede social como pré-candidata à Prefeitura Municipal de Pacatuba, estando assim presente o primeiro requisito para configuração da propaganda eleitoral antecipada.

Em sequência vê-se que a representada, por intermédio de suas postagens, realiza pedido explícito de voto mediante a utilização das palavras mágicas já transcritas acima.

Nesse ponto vale destacar que a representada é esposa do ex prefeito de Pacatuba, Sr. Alexandre Martins, sendo ainda tia da atual Prefeita, Sra. Manuella Martins, e ocupou vários cargos na atual administração municipal, de modo que é clara a intenção da representada de mencionar a

continuidade da gestão caso seja eleita, pois as publicações em regra utilizam as expressões "Vamos continuar cuidando;" e "Para continuar cuidando..."

Assim, estando presentes as duas condições acima, já é possível reconhecer a propaganda eleitoral antecipada. Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. PREFEITO E VICE-PREFEITO. PEDIDO EXPRESSO DE VOTO. "PALAVRAS MÁGICAS". EXPRESSÕES SEMANTICAMENTE EQUIVALENTES. ELEMENTOS OBJETIVOS DA MENSAGEM PUBLICITÁRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. ENUNCIADO Nº 30 DA SÚMULA DO TSE. ENTENDIMENTO DOMINANTE. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO UNIPESSOAL. ART. 36, § 6º, DO REGIMENTO INTERNO DO TSE. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO. 1. Na origem, o TRE/SE modificou a sentença e julgou procedentes, em parte, os pedidos da representação pela prática de propaganda eleitoral antecipada, sob o fundamento de que o uso da expressão "venha fazer parte dessa corrente do bem" configura a utilização de "palavras mágicas" e, por sua vez, pedido expresso de voto. 2. De acordo com a jurisprudência do TSE, a configuração da propaganda eleitoral antecipada exige expresso pedido de voto, o qual não pode ser extraído de pesquisa a respeito da intenção subjetiva e oculta do responsável pela publicidade ou do cotejo do teor da mensagem com o contexto em que veiculada. Precedente. 3. Todavia, também com base na sólida jurisprudência reiterada nas eleições de 2020, a propaganda antecipada pode ser identificada a partir do uso, na mensagem publicitária, de expressões que contenham a mesma carga semântica do pedido de voto - as denominadas "palavras mágicas" -, que constituem elemento objetivo da propaganda impugnada. Precedentes. 4. A decisão agravada se baseou, portanto, em jurisprudência dominante do TSE, o que autoriza o julgamento monocrático do recurso especial, na forma do permissivo do art. 36, § 6º, do Regimento Interno desta Corte Superior. 5. Na hipótese dos autos, as conclusões do Tribunal de origem, de que o uso de "palavras mágicas", consubstanciadas na expressão "venha fazer parte dessa corrente do bem", é suficiente para configurar a propaganda eleitoral antecipada, encontram-se em conformidade com a jurisprudência do TSE. Incide na espécie o Enunciado nº 30 da Súmula deste Tribunal Superior. 6. Negado provimento ao agravo interno. (TSE - REspEI: 060035225 MOITA BONITA - SE, Relator: Min. Mauro Campbell Marques, Data de Julgamento: 19/04/2022, Data de Publicação: 11/05/2022)

Por fim vale transcrever trecho do parecer realizado pelo Douto Promotor de Justiça Eleitoral:

"Assim, no caso dos autos, tem-se que as frases "#JuntosComEla" e "Para continuar cuidando da nossa gente", contidas nas publicações postadas na rede social pessoal da pré-candidata Iara Maria Feitosa de Lima Martins, ora representada, na data de 01/06/2024, contem viés político, de modo que se apresentam como suficientes para induzir o eleitorado a concluir que a mesma - aspirante a um cargo eletivo - mereça seu voto. Presente, portanto, o pedido de voto, consistentes em frases e expressões que, apesar de não mencionar de forma expressa "votem em ...", possuem o mesmo sentido e o mesmo intento." (g.n.)

Por fim, considerando que a representada realizou mais de uma postagem, o valor da multa aplicada deve superar o mínimo legal.

DISPOSITIVO

Posto isso, julgo PROCEDENTE EM PARTE a representação interposta em desfavor de IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS, razão pela qual condeno esta a pagar multa no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), nos termos do art. 36, § 3º, da Lei 9.504/97. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Determino desde já que a representada apague as postagens listadas nesta ação, bem como eventuais postagens que possuam as mesmas expressões, tudo no prazo de 2 dias, abstendo-se ainda de realizar novas publicações, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento e eventual responsabilização pelo crime de desobediência (art. 347 do Código Eleitoral).

P.R.I.

Neópolis, 01/08/2024.

Horácio Gomes Carneiro Leão

Juiz Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600089-84.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600089-84.2024.6.25.0015 REPRESENTAÇÃO (PACATUBA - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADA : IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

REPRESENTADO : JOSE ROBERTO MELO SANTOS

REPRESENTADO : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL

REPRESENTANTE : DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO
BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600089-84.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REPRESENTANTE: DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

Advogado do(a) REPRESENTANTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

REPRESENTADO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL, JOSE ROBERTO MELO SANTOS

REPRESENTADA: IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

DECISÃO

1 - RELATÓRIO

Trata-se de representação eleitoral movida pelo MDB - Pacatuba em desfavor de PSD - Pacatuba; José Roberto Melo Santos e Iara Maria Feitosa de Lima Martins, todos qualificados, alegando que os representados estariam realizando propaganda antecipada.

Alega que os representados publicaram em suas redes sociais convidando a população para participar da convenção partidária que será realizada no dia 04/08/24, às 09:00, no centro municipal que indica.

Aduz que os representados estão transformando um ato intrapartidário em ato de campanha, o que é vedado.

Juntou prints e links.

Pede a concessão de medida liminar para determinar que os representados retirem de suas redes sociais os vídeos contendo a propaganda proibida, sob pena de multa.

É o relato do que necessário. Decido.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos da norma contida no art. 300 do Código de Processo Civil:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise do dispositivo legal, verifica-se que são dois requisitos para a concessão da tutela de urgência: a probabilidade do direito e o perigo de dano/risco ao resultado útil do processo.

No tocante ao tema, a Lei nº 9.504/97 prescreve expressamente em seus artigos 8º, 36 :

Art. 8. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

(...)

§ 2º Para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento.

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 1º Ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.

Pois bem.

Conforme se percebe da legislação, admite-se a propaganda intrapartidária para convocação de filiados à participação das prévias e das convenções.

Embora o público-alvo de tal propaganda seja restrito aos membros do partido político, eventual extrapolação do público atingido não configura ato ilícito, desde que não haja pedido explícito de voto.

A jurisprudência do TSE admite que o convite para participar das convenções seja veiculado nas redes sociais dos pré-candidatos. Neste sentido:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. CONVITE PARA CONVENÇÃO PARTIDÁRIA. DIVULGAÇÃO VIA FACEBOOK. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DE VOTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DA PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DO TSE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Para as eleições de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento de que a configuração de propaganda eleitoral antecipada pressupõe pedido expresso de voto, não podendo depreendê-lo das circunstâncias que envolvem a mensagem impugnada. Precedentes. 2. No caso, embora a divulgação de convite para convenção em página do Facebook extrapole os limites do público-alvo da propaganda intrapartidária, não se caracteriza, na espécie, a propaganda eleitoral antecipada decorrente do desvirtuamento de propaganda intrapartidária, haja vista a ausência de pedido expresso de votos. (Precedentes: AgR-REspe nº 3342/PE, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 14.9.2018 e AgR-REspe nº 3257/PE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 21.2.2018). 3. Os argumentos expostos pelo agravante não são suficientes para afastar a conclusão da decisão agravada, que está em harmonia com a jurisprudência da Corte, devendo, portanto, ser mantida. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº26428, Acórdão, Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 03/12/2018.

ELEIÇÕES 2016. RECURSO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. CAMINHADA NA DATA DA CONVENÇÃO PARTIDÁRIA. DIVULGAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURA. POSSIBILIDADE. PARTIDO COM NÚMERO SIGNIFICATIVO DE FILIADOS. NÃO DIFUSÃO EM REDES SOCIAIS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPLÍCITO DE

VOTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. REFORMA DA SENTENÇA. EXCLUSÃO DA MULTA APLICADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIMENTO. 1. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição, caracterizando-se a tentativa de captação de votos antes dessa data em propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada. 2. A nova redação do art. 36-A da Lei 9.504/1997 esmaeceu o rigor das restrições à propaganda extemporânea, permitindo a divulgação de pré-candidatura, exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e pedido de apoio político com a única limitação de não haver pedido explícito de voto. 3. Caminhada até o local em que se deu a convenção partidária com divulgação de pré-candidatura e de imagem positiva de pré-candidata, envolvendo partido que tem número significativo de filiados, ainda que usando vestes e adesivos emblemáticos, sem pedido explícito de voto, nem propagação em redes sociais, não caracteriza propaganda eleitoral antecipada. 4. Recurso conhecido e provido. (TRE-SE - RE: 17603 CAPELA - SE, Relator: FRANCISCO ALVES JUNIOR, Data de Julgamento: 13/03/2017, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 52/2, Data 23/03/2017)

Analisando as imagens colacionadas pelo representante nos Ids 122265036, 122265037 e 122265038, bem com o Url's disponibilizadas, não visualizei qualquer pedido de voto, nem mesmo por palavras mágicas, o que enseja o indeferimento da liminar pretendida .

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada.

Proceda-se à citação dos representados para, querendo, apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias, conforme art. 18 da Res. TSE nº 23.608/2019.

Com as contestações, venham conclusos.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Neópolis, 01/08/2024.

Horácio Gomes Carneiro Leão

Juiz Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600089-84.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600089-84.2024.6.25.0015 REPRESENTAÇÃO (PACATUBA - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADA : IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

REPRESENTADO : JOSE ROBERTO MELO SANTOS

REPRESENTADO : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL

REPRESENTANTE : DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO
BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600089-84.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE
NEÓPOLIS SE

REPRESENTANTE: DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

Advogado do(a) REPRESENTANTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

REPRESENTADO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL, JOSE ROBERTO MELO SANTOS

REPRESENTADA: IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

DECISÃO

1 - RELATÓRIO

Trata-se de representação eleitoral movida pelo MDB - Pacatuba em desfavor de PSD - Pacatuba; José Roberto Melo Santos e Iara Maria Feitosa de Lima Martins, todos qualificados, alegando que os representados estariam realizando propaganda antecipada.

Alega que os representados publicaram em suas redes sociais convidando a população para participar da convenção partidária que será realizada no dia 04/08/24, às 09:00, no centro municipal que indica.

Aduz que os representados estão transformando um ato intrapartidário em ato de campanha, o que é vedado.

Juntou prints e links.

Pede a concessão de medida liminar para determinar que os representados retirem de suas redes sociais os vídeos contendo a propaganda proibida, sob pena de multa.

É o relato do que necessário. Decido.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos da norma contida no art. 300 do Código de Processo Civil:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise do dispositivo legal, verifica-se que são dois requisitos para a concessão da tutela de urgência: a probabilidade do direito e o perigo de dano/risco ao resultado útil do processo.

No tocante ao tema, a Lei nº 9.504/97 prescreve expressamente em seus artigos 8º, 36 :

Art. 8. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

(...)

§ 2º Para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento.

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 1º Ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.

Pois bem.

Conforme se percebe da legislação, admite-se a propaganda intrapartidária para convocação de filiados à participação das prévias e das convenções.

Embora o público-alvo de tal propaganda seja restrito aos membros do partido político, eventual extrapolção do público atingido não configura ato ilícito, desde que não haja pedido explícito de voto.

A jurisprudência do TSE admite que o convite para participar das convenções seja veiculado nas redes sociais dos pré-candidatos. Neste sentido:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. CONVITE PARA CONVENÇÃO PARTIDÁRIA. DIVULGAÇÃO VIA FACEBOOK. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DE VOTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DA

PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DO TSE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Para as eleições de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento de que a configuração de propaganda eleitoral antecipada pressupõe pedido expresso de voto, não podendo depreendê-lo das circunstâncias que envolvem a mensagem impugnada. Precedentes. 2. No caso, embora a divulgação de convite para convenção em página do Facebook extrapole os limites do público-alvo da propaganda intrapartidária, não se caracteriza, na espécie, a propaganda eleitoral antecipada decorrente do desvirtuamento de propaganda intrapartidária, haja vista a ausência de pedido expresso de votos. (Precedentes: AgR-REspe nº 3342/PE, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 14.9.2018 e AgR-REspe nº 3257/PE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 21.2.2018). 3. Os argumentos expostos pelo agravante não são suficientes para afastar a conclusão da decisão agravada, que está em harmonia com a jurisprudência da Corte, devendo, portanto, ser mantida. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº26428, Acórdão, Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 03/12/2018.

ELEIÇÕES 2016. RECURSO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. CAMINHADA NA DATA DA CONVENÇÃO PARTIDÁRIA. DIVULGAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURA. POSSIBILIDADE. PARTIDO COM NÚMERO SIGNIFICATIVO DE FILIADOS. NÃO DIFUSÃO EM REDES SOCIAIS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. REFORMA DA SENTENÇA. EXCLUSÃO DA MULTA APLICADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIMENTO. 1. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição, caracterizando-se a tentativa de captação de votos antes dessa data em propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada. 2. A nova redação do art. 36-A da Lei 9.504/1997 esmaeceu o rigor das restrições à propaganda extemporânea, permitindo a divulgação de pré-candidatura, exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e pedido de apoio político com a única limitação de não haver pedido explícito de voto. 3. Caminhada até o local em que se deu a convenção partidária com divulgação de pré-candidatura e de imagem positiva de pré-candidata, envolvendo partido que tem número significativo de filiados, ainda que usando vestes e adesivos emblemáticos, sem pedido explícito de voto, nem propagação em redes sociais, não caracteriza propaganda eleitoral antecipada. 4. Recurso conhecido e provido. (TRE-SE - RE: 17603 CAPELA - SE, Relator: FRANCISCO ALVES JUNIOR, Data de Julgamento: 13/03/2017, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 52/2, Data 23/03/2017)

Analisando as imagens colacionadas pelo representante nos Ids 122265036, 122265037 e 122265038, bem com o Url's disponibilizadas, não visualizei qualquer pedido de voto, nem mesmo por palavras mágicas, o que enseja o indeferimento da liminar pretendida .

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada.

Proceda-se à citação dos representados para, querendo, apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias, conforme art. 18 da Res. TSE nº 23.608/2019.

Com as contestações, venham conclusos.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Neópolis, 01/08/2024.

Horácio Gomes Carneiro Leão

Juiz Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600089-84.2024.6.25.0015

PROCESSO : 0600089-84.2024.6.25.0015 REPRESENTAÇÃO (PACATUBA - SE)

RELATOR : 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REPRESENTADA : IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS
REPRESENTADO : JOSE ROBERTO MELO SANTOS
REPRESENTADO : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL
REPRESENTANTE : DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO
BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE
ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600089-84.2024.6.25.0015 / 015ª ZONA ELEITORAL DE NEÓPOLIS SE

REPRESENTANTE: DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE

Advogado do(a) REPRESENTANTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

REPRESENTADO: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL, JOSE ROBERTO MELO SANTOS

REPRESENTADA: IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS

DECISÃO

1 - RELATÓRIO

Trata-se de representação eleitoral movida pelo MDB - Pacatuba em desfavor de PSD - Pacatuba; José Roberto Melo Santos e Iara Maria Feitosa de Lima Martins, todos qualificados, alegando que os representados estariam realizando propaganda antecipada.

Alega que os representados publicaram em suas redes sociais convidando a população para participar da convenção partidária que será realizada no dia 04/08/24, às 09:00, no centro municipal que indica.

Aduz que os representados estão transformando um ato intrapartidário em ato de campanha, o que é vedado.

Juntou prints e links.

Pede a concessão de medida liminar para determinar que os representados retirem de suas redes sociais os vídeos contendo a propaganda proibida, sob pena de multa.

É o relato do que necessário. Decido.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos da norma contida no art. 300 do Código de Processo Civil:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise do dispositivo legal, verifica-se que são dois requisitos para a concessão da tutela de urgência: a probabilidade do direito e o perigo de dano/risco ao resultado útil do processo.

No tocante ao tema, a Lei nº 9.504/97 prescreve expressamente em seus artigos 8º, 36 :

Art. 8. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

(...)

§ 2º Para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento.

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 1º Ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.

Pois bem.

Conforme se percebe da legislação, admite-se a propaganda intrapartidária para convocação de filiados à participação das prévias e das convenções.

Embora o público-alvo de tal propaganda seja restrito aos membros do partido político, eventual extrapolação do público atingido não configura ato ilícito, desde que não haja pedido explícito de voto.

A jurisprudência do TSE admite que o convite para participar das convenções seja veiculado nas redes sociais dos pré-candidatos. Neste sentido:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. CONVITE PARA CONVENÇÃO PARTIDÁRIA. DIVULGAÇÃO VIA FACEBOOK. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DE VOTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DA PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DO TSE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Para as eleições de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral firmou entendimento de que a configuração de propaganda eleitoral antecipada pressupõe pedido expresso de voto, não podendo depreendê-lo das circunstâncias que envolvem a mensagem impugnada. Precedentes. 2. No caso, embora a divulgação de convite para convenção em página do Facebook extrapole os limites do público-alvo da propaganda intrapartidária, não se caracteriza, na espécie, a propaganda eleitoral antecipada decorrente do desvirtuamento de propaganda intrapartidária, haja vista a ausência de pedido expresso de votos. (Precedentes: AgR-REspe nº 3342/PE, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 14.9.2018 e AgR-REspe nº 3257/PE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 21.2.2018). 3. Os argumentos expostos pelo agravante não são suficientes para afastar a conclusão da decisão agravada, que está em harmonia com a jurisprudência da Corte, devendo, portanto, ser mantida. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº26428, Acórdão, Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 03/12/2018.

ELEIÇÕES 2016. RECURSO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. CAMINHADA NA DATA DA CONVENÇÃO PARTIDÁRIA. DIVULGAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURA. POSSIBILIDADE. PARTIDO COM NÚMERO SIGNIFICATIVO DE FILIADOS. NÃO DIFUSÃO EM REDES SOCIAIS. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. REFORMA DA SENTENÇA. EXCLUSÃO DA MULTA APLICADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIMENTO. 1. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição, caracterizando-se a tentativa de captação de votos antes dessa data em propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada. 2. A nova redação do art. 36-A da Lei 9.504/1997 esmaeceu o rigor das restrições à propaganda extemporânea, permitindo a divulgação de pré-candidatura, exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e pedido de apoio político com a única limitação de não haver pedido explícito de voto. 3. Caminhada até o local em que se deu a convenção partidária com divulgação de pré-candidatura e de imagem positiva de pré-candidata, envolvendo partido que tem número significativo de filiados, ainda que usando vestes e adesivos emblemáticos, sem pedido explícito de voto, nem propagação em redes sociais, não caracteriza propaganda eleitoral

antecipada. 4. Recurso conhecido e provido. (TRE-SE - RE: 17603 CAPELA - SE, Relator: FRANCISCO ALVES JUNIOR, Data de Julgamento: 13/03/2017, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 52/2, Data 23/03/2017)

Analisando as imagens colacionadas pelo representante nos Ids 122265036, 122265037 e 122265038, bem com o Url's disponibilizadas, não visualizei qualquer pedido de voto, nem mesmo por palavras mágicas, o que enseja o indeferimento da liminar pretendida .

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada.

Proceda-se à citação dos representados para, querendo, apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias, conforme art. 18 da Res. TSE nº 23.608/2019.

Com as contestações, venham conclusos.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Neópolis, 01/08/2024.

Horácio Gomes Carneiro Leão

Juiz Eleitoral

17ª ZONA ELEITORAL

PORTARIA

DELEGAÇÃO DE ATOS ORDINATÓRIOS E DE MERO EXPEDIENTE, SEM CARÁTER DECISÓRIO.

PORTARIA 677/2024

Delega a prática de atos ordinatórios e de mero expediente, sem caráter decisório, por servidora ou servidor da 17ª Zona Eleitoral de Sergipe, que abrange os municípios de Nossa Senhora da Glória e São Miguel do Aleixo.

O Excelentíssimo Senhor Juiz da 17ª Zona Eleitoral de Sergipe, Dr. ROBERTO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA ARAÚJO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 93, XIV, da Constituição da República e no art. 203, §4º, do Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO as diretrizes das Res.-TRE/SE nº 131/2009, que define os atos cartorários ordinatórios a serem praticados pela Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução TRE/SE nº 156/2014, que dispõe sobre o protocolo de petições e peças processuais encaminhadas pelas partes e advogados aos órgãos da Justiça Eleitoral no Estado de Sergipe e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os atos ordinatórios e demais procedimentos a cargo deste Juízo, de modo a viabilizar rapidez e eficácia na tramitação dos feitos;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a administração da justiça e otimizar a prestação jurisdicional, diante do direito fundamental à razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988), e do princípio da eficiência que rege a Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988);

CONSIDERANDO a Resolução TSE nº 23.604/2019 e suas alterações, que regulamenta o disposto no Título III - Das Finanças e Contabilidade dos Partidos - da Lei nº 9.096/95;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria se aplica aos feitos judiciais e administrativos e define os atos ordinatórios que devem ser praticados de ofício por qualquer servidor da 17ª Zona Eleitoral de Sergipe, sob supervisão de Juiz Eleitoral, para a efetividade do disposto no art. 152, § 1º, do Código de Processo Civil, e do art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º O ato ordinatório será praticado, de ofício, por qualquer servidor da 17ª Zona Eleitoral de Sergipe, independentemente de despacho de magistrado, registrando-se nos respectivos autos e expedientes a observação de que o faz por ordem de Juiz Eleitoral, com indicação do número desta Portaria.

Art. 3º A realização do ato ordinatório deve observar o entendimento do Juiz Titular, atentando-se para as regras legais contidas na Constituição Federal de 1988, Código Eleitoral, Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, legislação esparsa aplicável, portarias, resoluções e recomendações da Corregedoria e da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, bem como aquelas oriundas do TSE e STF.

Parágrafo único. A prática dos atos ordinatórios será certificada nos autos, podendo ser revistos de ofício pelo Juiz.

DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS GERAIS

Art. 4º Nos processos de natureza judicial e administrativa, ficam os servidores do Cartório Eleitoral autorizados a realizar os seguintes atos:

I - distribuir, registrar, autuar e revisar a autuação dos feitos que ingressem no Cartório através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe e no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, além de outros porventura existentes;

II - proceder à revisão da autuação do processo, inclusive no sistema informatizado, quando evidenciado equívoco, quando houver alterações pela inclusão ou exclusão de partes e/ou advogados, assunto etc, e quando houver necessidade de qualquer outra atualização;

III - juntar petições, procurações, substabelecimentos, ofícios e outros documentos que não necessitem de apreciação prévia do Juiz;

IV - expedir e subscrever comunicações, ofícios, citações, notificações e intimações, cartas, mandados, editais, mensagens eletrônicas necessárias para o cumprimento de diligências, quando a lei assim estabelecer, ou quando antecederem despacho que determine sua expedição, assinando-os, exceto para o cumprimento de liminar ou busca e apreensão;

V - dar vista ou ciência ao Promotor de Justiça Eleitoral, nos prazos correspondentes ou previamente assinalados, nos feitos em que couber a sua manifestação;

VI - publicar editais, quando e na forma prevista na legislação e nas resoluções do TSE e do TRE /SE;

VII - intimar procuradores para que subscrevam suas petições, quando não devidamente firmadas;

VIII - intimar a parte para apresentar o instrumento de mandato conferido ao advogado, ressalvadas o disposto no art. 9º desta portaria e as hipóteses previstas no art. 104 do CPC;

IX - autuar ou revisar a autuação dos processos de filiações *sub judice* e, no prazo legal, aguardar a defesa do filiado e dos partidos envolvidos;

X - autuar ou revisar a atuação do processo de coincidência de inscrições eleitorais e, sendo necessário, notificar os eleitores envolvidos em duplicidade e coincidência;

XI - assinar cartas de convocação de mesários e demais colaboradores por ocasião das eleições;

XII - revisar a atuação de processos de registro de candidatura, publicar editais e expedir citações /notificações/intimações para as coligações, partidos, federações ou candidatos, para sanar eventuais irregularidades, bem como complementar documentação necessária à comprovação de regularidade de coligação, partido ou federação, ou ainda requisitos para o registro de candidatura, na forma e no prazo assinado na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral ou legislação aplicável;

- XIII - revisar a atuação das prestações de contas eleitorais, publicar editais, emitir certidões e pareceres, notificar/intimar as partes para complementar dados ou para sanear falhas no prazo assinado na Resolução do TSE, do TRE/SE ou na legislação aplicável;
- XIV - abrir vista aos interessados para se manifestarem sobre eventual impugnação, informação ou documento apresentado nos autos de prestação de contas eleitorais;
- XV - prestar informações acerca de dados pessoais de cidadãos constantes do Cadastro Nacional de Eleitores, quando a solicitação for oriunda de Órgão Judicial, do Ministério Público ou de autoridade policial, observando-se as disposições contidas na Resolução TSE nº 23.659/2021, notadamente as limitações impostas pela Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), além da possibilidade de o órgão requerente ter acesso direto ao SIEL (Sistema de Informações Eleitorais);
- XVI - emitir certidões acerca de dados pessoais de cidadãos constantes do Cadastro Nacional de Eleitores, quando for solicitada pelo próprio eleitor, admitindo-se procuração a terceiros, ou por advogado com procuração específica para atuação perante a Justiça Eleitoral;
- XVII - expedir, publicar e subscrever edital de registro de ASE 019 ou de deferimento e indeferimento de RAE, bem como de alistados e transferidos, observando-se as disposições contidas na Resolução TSE nº 23.659/2021, notadamente as limitações impostas pela Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);
- XVIII - expedir ofício à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos solicitando informações sobre correspondências postadas com aviso de recebimento que não foram devolvidas ao Cartório Eleitoral;
- XIX- registrar os comandos de ASE 019 (cancelamento por falecimento do eleitor); ASE 043 (conscrito); ASE 078 (quitação de multa); ASE 167 (justificativa de ausência às urnas - não processada por urna eletrônica); ASE 175 (regularização de ausência aos trabalhos eleitorais); ASE 183 (convocação para os trabalhos eleitorais); ASE 205 (habilitação para os trabalhos eleitorais); ASE 256 (gêmeo); ASE 272 (apresentação de contas); ASE 280 (desativação de habilitação para os trabalhos eleitorais); ASE 299 (cessação de deficiência), motivo/forma 1, 2, 3 e 5; ASE 337 (suspensão de direitos políticos); ASE 370 (cessação de impedimento - suspensão); ASE 388 (transação penal eleitoral); ASE 396 (portador de deficiência), motivo/forma 1, 2 ou 3; ASE 426 (revogação de transação penal eleitoral); ASE 442 (ausência aos trabalhos eleitorais ou abandono de função); ASE 540 (inelegibilidade), somente nas hipóteses relativas ao art. 1º, inc. I, alínea "e", da LC 64/90; ASE 590 (habilitado para transferência temporária); e ASE 612 (registro individual de pagamento de multa eleitoral); em inscrição devidamente identificada, quando documentalmente comprovadas as ocorrências, podendo efetuar diligência(s) na hipótese de serem insuficientes os dados para o lançamento do respectivo Código de ASE, ou expedir comunicações pertinentes, quando o(a) cidadão(ã) não for identificado(a) como eleitor(a) e/ou quando se tratar de eleitor(a) pertencente a outra Zona Eleitoral ou Unidade da Federação;
- XX - analisar, registrar e processar os comandos de ASE 019 (cancelamento por falecimento do eleitor), ASE 337 (suspensão de direitos políticos) e ASE 370 (cessação de impedimento - suspensão) diretamente através do INFODIP (Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos), quando recebidas as informações dos Cartórios de Registro Civil e Varas Judiciais;
- XXI - registrar a desfiliação partidária no Sistema FILIA, quando o requerente efetuar a devida comunicação ao Juiz Eleitoral, acompanhada de prévia comunicação ao partido político do qual pretende se desligar, salvo nas hipóteses de inexistência de órgão municipal partidário ou de comprovada impossibilidade de localização de quem o represente, situações em que o filiado poderá fazer a sua comunicação de desfiliação apenas ao Juiz Eleitoral;
- XXII - realizar diligência requerida em carta precatória, quando não necessitar de ordem expressa do Juiz;

XXIII - informar ou solicitar informações sobre o andamento de carta precatória, por ofício, mensagem eletrônica ou telefone, certificando nos autos;

XXIV - devolver, de ordem, carta precatória após o seu cumprimento e juntar aos autos a carta precatória recebida; e

XXV - digitalizar autos físicos, arquivados ou não, e convertê-los em autos virtuais no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, sempre que o Cartório Eleitoral julgar necessário ou existir determinação expressa nesse sentido;

Art. 5º O Cartório concederá vista, independentemente de prévio despacho do juiz, ao advogado habilitado com procuração, pelo prazo que lhe competir falar nos autos (art. 107, III, CPC) ou pelo prazo de até 5 dias (art. 107, II, CPC).

Art. 6º A vista dos autos depende de prévia autorização do juiz quando:

I - o advogado requeira prazo superior ao legal;

II - o requerimento de vista for solicitado por estagiário regularmente inscrito na OAB;

III - não houver procuração outorgada ao requerente;

IV - existirem nos autos documentos originais de difícil restauração ou ocorrendo circunstância relevante que justifique a sua permanência no cartório (Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei Federal n. 8.906, de 04 de julho de 1994, art. 7º, § 1º, item 2);

V - o prazo for comum às partes; e

VI - o processo estiver findo ou arquivado.

Parágrafo único. Nas hipóteses acima, o pedido de vista deverá ser interposto mediante petição escrita e fundamentada.

Art. 7º Findo o prazo da carga ou da vista, o Cartório Eleitoral intimará quem detenha os autos para devolução no prazo de 3 (três) dias.

Art. 8º Não devolvidos os autos, o Cartório Eleitoral comunicará o fato ao Juiz para a adoção das providências pertinentes.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Verificada a ausência ou a irregularidade da representação processual do órgão partidário ou dos responsáveis, o Cartório Eleitoral deverá remeter os autos conclusos para que seja determinada a suspensão do processo, com a fixação de prazo razoável para que o defeito seja sanado, sob pena de prosseguimento regular do feito, com fluência dos respectivos prazos processuais a partir da data da publicação do ato judicial no Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 10 A critério do Cartório Eleitoral, os autos poderão ser remetidos conclusos para que o próprio magistrado determine a realização de diligências por terceiros, sob as penas do art. 347 do Código Eleitoral.

Art. 11 Com fundamento no art. 344 do Código de Processo Civil, se decretada a revelia, as partes e/ou interessados não serão intimados da sentença, fluindo o prazo recursal da data de publicação do ato decisório no Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 12 O Cartório Eleitoral efetuará o devido registro no Sistema de Prestação de Contas - SICO, após a autuação das prestações de contas anuais ou dos pedidos de regularização de que trata o art. 58 da Resolução TSE n.º 23.604/2019.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL COM MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 13 Nas prestações de contas anuais, o Cartório Eleitoral, além de observar a legislação aplicável e as demais disposições desta portaria, também está autorizado a:

I - revisar a autuação na classe processual prestação de contas em nome:

a) do órgão partidário e do atual presidente e tesoureiro ou daqueles que desempenhem funções equivalentes, e

b) do presidente, do tesoureiro e daqueles que desempenharam funções equivalentes no exercício financeiro da prestação de contas.

II - publicar edital para que, no prazo de cinco dias, o Ministério Público ou qualquer partido político possa impugnar a prestação de contas apresentada, bem como relatar fatos, indicar provas e pedir abertura de investigação para a apuração de qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, os partidos e seus filiados estejam sujeitos;

III - se apresentada impugnação à prestação de contas anual, intimar o órgão partidário e os responsáveis, na pessoa dos seus advogados, para que apresente defesa preliminar, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo as provas que entender necessárias, sob pena de preclusão;

IV - em exame preliminar, oferecida impugnação ou não, se verificada a ausência de qualquer das peças previstas no art. 29, §§ 1º e 2º, da Resolução TSE nº 23.604/2019, intimar o órgão partidário e os responsáveis para complementar a documentação no prazo de 20 (vinte) dias, que, transcorrido sem a devida apresentação, o Cartório Eleitoral poderá remeter os autos conclusos para decisão ou, se constatar a existência de elementos mínimos à análise dos recursos do Fundo Partidário, prosseguir com o exame das contas para a apuração do valor aplicado e da origem da respectiva verba, afastando-se, desde já, até ulterior decisão, a suspensão imediata do repasse das quotas do Fundo Partidário prevista no art. 35, § 5º, da Resolução TSE nº 23.604/2019;

V - constatada a conformidade da apresentação de conteúdos e peças, o Cartório Eleitoral, durante a análise técnica para exame da regularidade das contas anuais, mencionada no art. 36, *caput*, da Resolução TSE nº 23.604/2019, poderá solicitar que:

a) no prazo de 30 (trinta) dias, o órgão partidário junte aos autos documentos ausentes ou complementares que sejam necessários ao exame das contas;

b) no prazo de 10 (dez) dias, os doadores, os fornecedores ou os prestadores de serviço apresentem informações e acostem aos autos os respectivos documentos para a verificação da autenticidade de documento constante da prestação de contas;

c) no prazo de 10 (dez) dias, os órgãos públicos prestem informações com vistas à verificação da origem dos recursos e de eventual fonte vedada; e

d) no prazo de 10 (dez) dias, órgãos da administração direta, indireta e fundacional apresentem informações para a realização do confronto com os dados constantes da prestação de contas.

VI - além das providências previstas nas alíneas do inciso anterior, o Cartório Eleitoral pode, de ofício, realizar diligências que reputar necessárias, estipulando prazo de até 30 (trinta) dias para o seu cumprimento.

VII - concluído o exame a que se refere o art. 36, *caput*, da Resolução TSE nº 23.604/2019, disponibilizar o processo ao Ministério Público Eleitoral, oportunidade em que poderá, sob pena de preclusão, apontar irregularidades não identificadas pela Justiça Eleitoral, no prazo de até 30 (trinta) dias.

VIII - após a manifestação do Ministério Público Eleitoral ou o transcurso do respectivo prazo fixado para a sua manifestação, intimar o órgão partidário e seus responsáveis para se defender a respeito das falhas indicadas nos autos, oportunidade em que poderão requerer a produção de provas, sob pena de preclusão, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

IX - Se novas irregularidades e/ou impropriedades forem detectadas no exame da manifestação e dos documentos acostados pelo partido em resposta à diligência, somente sobre esse ponto o Cartório Eleitoral emitirá parecer complementar, que deverá ser submetido, sucessivamente, ao Ministério Público Eleitoral e ao partido político, para manifestação em 15 (quinze) dias;

X - decorrido o prazo dos incisos VIII ou IX, com ou sem manifestação do órgão partidário, acompanhada ou não de documentos, e encerradas as diligências, o Cartório Eleitoral emitirá parecer conclusivo das contas, no moldes do art. 38 da Resolução TSE nº 23.604/2019.

XI - apresentado o parecer conclusivo, o processo deve ser disponibilizado, nesta ordem:

- a) às partes, primeiro ao impugnante e depois ao impugnado, se houver, ou apenas ao partido político e aos respectivos responsáveis no caso de prestações de contas não impugnadas, para o oferecimento de razões finais, no prazo de 5 (cinco) dias; e
- b) ao Ministério Público Eleitoral para a emissão de parecer como fiscal da lei, no prazo de 5 (cinco) dias.

XII - transcorrido o prazo para a apresentação das alegações finais das partes e do parecer do Ministério Público Eleitoral, o processo deve seguir concluso para decisão.

Art. 14 Se, do cumprimento de diligência, resultar alteração do conteúdo da prestação de contas, será admitida excepcionalmente a sua retificação após a autuação, devendo o Cartório Eleitoral reabrir a prestação de contas do partido para que seja retificada no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A partir do dia seguinte à reabertura da prestação de contas, terá início a contagem do prazo para essa finalidade, fato este que deve ser certificado nos autos da prestação de contas pelo Cartório Eleitoral.

Art. 15 Enquanto não transitada em julgado a decisão que julgar a prestação de contas, os órgãos partidários podem, a qualquer tempo, apresentar documentos hábeis para esclarecer questionamentos da Justiça Eleitoral ou para sanear irregularidades, exceto se não atenderem às diligências determinadas pelo Cartório Eleitoral no prazo que lhes assinalar, hipótese em que este Juízo considera, desde já, preclusa a oportunidade para a apresentação do esclarecimento ou do documento solicitado.

Parágrafo único. Compete ao magistrado a possibilidade de relativizar a preclusão de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 16 Não será admitida a juntada de documento pelos requerentes após a emissão do parecer conclusivo do Cartório Eleitoral, ressalvado o documento novo, na forma do art. 435 do Código de Processo Civil, hipótese em que o prazo prescricional será interrompido.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL SEM MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 17 Na hipótese de apresentação da declaração de ausência de movimentação de recursos, o Cartório Eleitoral está autorizado a, sucessivamente:

I - revisar a autuação na classe processual prestação de contas em nome:

- a) do órgão partidário e do atual presidente e tesoureiro ou daqueles que desempenhem funções equivalentes, e
- b) do presidente, do tesoureiro e daqueles que desempenharam funções equivalentes no exercício financeiro da prestação de contas.

II - publicar edital com o nome de todos os órgãos partidários e respectivos responsáveis que apresentaram a declaração de ausência de movimentação de recursos, facultando a qualquer interessado, no prazo de 3 (três) dias contados da publicação do edital, a apresentação de impugnação que deve ser apresentada em petição fundamentada e acompanhada das provas que demonstrem a existência de movimentação financeira ou de bens estimáveis no período;

III - juntar os extratos bancários eletrônicos que tenham sido eventualmente enviados para a Justiça Eleitoral;

IV - colher e certificar nos autos as informações casualmente disponibilizadas por outros órgãos da Justiça Eleitoral sobre a eventual emissão de recibos de doação e registros de repasse ou distribuição de recursos do Fundo Partidário;

V - manifestar-se, mediante análise técnica, sobre as matérias previstas nos incisos II, III e IV, no prazo de 5 (cinco) dias;

VI - abrir vista ao Ministério Público Eleitoral para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, após as informações a seguir:

a) na hipótese de, concomitantemente, não existir impugnação ou movimentação financeira registrada nos extratos bancários e existir manifestação favorável da análise técnica; e

b) na hipótese de existir impugnação ou manifestação contrária da análise técnica.

VII - proceder, de ofício, às demais providências que o Cartório Eleitoral entender necessárias;

VIII - abrir vista aos interessados para se manifestarem sobre, se houver, a impugnação, as informações e os documentos apresentados no processo, apenas se estes forem contrários à declaração apresentada pelo órgão partidário, no prazo comum de 3 (três) dias; e

IX - submeter o feito a julgamento.

DAS CONTAS ANUAIS NÃO PRESTADAS

Art. 18 Encerrado o prazo para a apresentação das contas anuais, a inadimplência dos partidos políticos será automaticamente autuada, individualmente, na classe processual de prestação de contas, estando autorizado o Cartório Eleitoral a:

I - revisar a autuação na classe processual prestação de contas em nome:

a) do órgão partidário e do atual presidente e tesoureiro ou daqueles que desempenhem funções equivalentes, e

b) do presidente, do tesoureiro e daqueles que desempenharam funções equivalentes no exercício financeiro da prestação de contas.

II - notificar os órgãos partidários municipais que deixaram de apresentar as suas contas ou a declaração de ausência de movimentação de recursos, na pessoa do atual presidente e tesoureiro ou daqueles que desempenhem funções equivalentes e de eventuais substitutos no período das contas, para que supram a omissão no prazo de 72 (setenta e duas) horas;

III - cientificar o presidente e o tesoureiro ou aqueles que desempenharam funções equivalentes e eventuais substitutos no período das contas quanto à omissão da apresentação das contas; e

IV - não vigente a comissão provisória ou o diretório partidário municipal, notificar o respectivo diretório estadual/regional para prestar contas no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 19 Findo o prazo de 72 (setenta e duas) horas referido nos incisos II e IV do artigo anterior e persistindo a não apresentação das contas anuais, o Cartório Eleitoral remeterá os autos conclusos, a fim de que seja decretada a revelia e determinada a imediata suspensão do repasse das quotas do Fundo Partidário;

Art. 20 Recebidos os autos, o Cartório Eleitoral procederá sucessivamente à(s):

I - expedição da(s) comunicação(ões) para suspensão imediata do repasse das quotas do Fundo Partidário;

II - juntada dos extratos bancários eletrônicos que tenham sido eventualmente enviados para a Justiça Eleitoral;

III - colheita e certificação nos autos das informações casualmente disponibilizadas por outros órgãos da Justiça Eleitoral sobre eventual emissão de recibos de doação e registros de repasse ou distribuição de recursos do Fundo Partidário;

IV - oitiva do Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias;

V - demais providências que o Cartório Eleitoral entender necessárias;

VI - abertura de vista aos interessados para se manifestarem sobre as informações e os documentos apresentados no processo, no prazo de 3 (três) dias, o que será feito por edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico, tendo em vista a revelia decretada; e

VII - submissão do feito a julgamento.

DA REGULARIZAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS NÃO PRESTADAS

Art. 21 Recebido requerimento de regularização da situação de inadimplência de órgão partidário municipal, que teve transitada em julgado decisão que declarou não prestadas suas contas anuais, o Cartório Eleitoral está autorizado a:

I - revisar a autuação na classe processual correspondente em nome:

a) do órgão partidário e do atual presidente e tesoureiro ou daqueles que desempenhem funções equivalentes, e

b) do presidente, do tesoureiro e daqueles que desempenharam funções equivalentes no exercício financeiro da prestação de contas.

II - proceder ao exame técnico para verificar:

a) se foram colacionados todos os dados e documentos que deveriam ter sido apresentados originalmente, conforme dispõe o art. 58, § 1º, inc. III, da Resolução TSE nº 23.604/2019; e

b) se há impropriedade ou irregularidade na aplicação de recursos públicos recebidos, arrecadação de recursos de origem não identificada ou de fonte vedada, ou irregularidade que afete a confiabilidade do requerimento apresentado.

III - Na ausência dos documentos referidos na alínea "a" do inciso II acima, fica o Cartório Eleitoral autorizado a intimar a parte interessada para que proceda à sua complementação, no prazo de 20 (vinte) dias;

IV - caso constatada impropriedade ou irregularidade na aplicação dos recursos do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha ou no recebimento dos recursos de origem não identificada ou de fontes vedadas, o órgão partidário e seus responsáveis devem ser notificados para fins de devolução ao erário, se já não houver sido demonstrada a sua realização; e

V - submeter o feito a julgamento.

Art. 22 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ROBERTO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA ARAÚJO

Juiz da 17ª Zona Eleitoral

19ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600093-12.2024.6.25.0019

PROCESSO : 0600093-12.2024.6.25.0019 REGISTRO DE CANDIDATURA (AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE)

RELATOR : 019ª ZONA ELEITORAL DE PROPRIÁ SE

Destinatário : TERCEIROS INTERESSADOS

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : UNIAO BRASIL - AMPARO DE SAO FRANCISCO - SE - MUNICIPAL

EDITAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS

ELEIÇÕES DE 06/10/2024

00001

A(O) Excelentíssima(o) Senhora(Senhor) Evilásio Correia de Araújo Filho, Juíza(Juiz) da 19ª Zona Eleitoral de PROPRIÁ, no uso de suas atribuições, faz saber aos interessados, que foram peticionados pelo 44 - UNIÃO, em 01/08/2024, sob o processo nº 0600093-12.2024.6.25.0019, os pedidos de registro de candidaturas abaixo relacionados, para concorrerem às Eleições de 06/10 /2024 no Município de AMPARO DE SÃO FRANCISCO.

Vereador			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO

44999	ALLEXSANDRO SOUZA SANTOS	LELECO	0600096-64.2024.6.25.0019
44777	EDIVAN MORAES SANTOS	EDIVAN DE DUVA	0600094-94.2024.6.25.0019
44000	FÁBIA DE SÁ SILVA CHAGAS	FÁBIA DA SAÚDE	0600095-79.2024.6.25.0019
44111	GLAUCIA DOS SANTOS	DODÔ DE ZÉ AUGUSTO	0600098-34.2024.6.25.0019
44444	JOSÉ DE NOVAES RIBEIRO	NOVAES	0600097-49.2024.6.25.0019
44222	JOSÉ FERREIRA SANTOS	TÉO DA JFS CONSTRUÇÕES	0600099-19.2024.6.25.0019
44123	JOSÉ LAMARQUES SANTANA	LAMARQUES SANTANA	0600100-04.2024.6.25.0019
44345	JOSÉ NICACIO MESSIAS VIEIRA	NICACIO DE IEDA	0600101-86.2024.6.25.0019
44555	JOSÉ ROBERTO PINHEIRO DE LEMOS	ROBERTO DE BIBI	0600102-71.2024.6.25.0019
44333	MARIA JOELMA DE OLIVEIRA	PROFESSORA JOELMA	0600103-56.2024.6.25.0019

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, c/c art. 40 da Resolução TSE nº 23.609/2019, caberá a qualquer candidata(o), partido político, federação, coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, os pedidos de registro de candidaturas.

No mesmo prazo e forma, qualquer cidadã(o) no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art.44 da referida Resolução.

PROPRIÁ, 1 de Agosto de 2024.

Evilásio Correia de Araújo Filho

Juiza(Juiz) da 19ª Zona Eleitoral

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600104-41.2024.6.25.0019

PROCESSO : 0600104-41.2024.6.25.0019 REGISTRO DE CANDIDATURA (AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE)

RELATOR : 019ª ZONA ELEITORAL DE PROPRIÁ SE

Destinatário : TERCEIROS INTERESSADOS

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

: AMPARO NAS MÃOS DOS AMPARENSES[UNIÃO / Federação BRASIL DA REQUERENTE ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV)] - AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE

REQUERENTE : FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL)

REQUERENTE : UNIAO BRASIL - AMPARO DE SAO FRANCISCO - SE - MUNICIPAL

EDITAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS

ELEIÇÕES DE 06/10/2024

00002

A(O) Excelentíssima(o) Senhora(Senhor) Evilásio Correia de Araújo Filho, Juíza(Juiz) da 19ª Zona Eleitoral de PROPRIÁ, no uso de suas atribuições, faz saber aos interessados, que foram peticionados pelo AMPARO NAS MÃOS DOS AMPARENSES(UNIÃO, Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL (PT/PC do B/PV)), em 01/08/2024, sob o processo nº 0600104-41.2024.6.25.0019, os pedidos de registro de candidaturas abaixo relacionados, para concorrerem às Eleições de 06/10/2024 no Município de AMPARO DE SÃO FRANCISCO.

Prefeito			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
44	ISAÍAS JOSÉ CARDOSO SOBRAL	ISAÍAS O GALEGUINHO	0600105-26.2024.6.25.0019

Vice-prefeito			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
44	SILVANIA CORREIA DE MOURA	PROFESSORA SILVANIA	0600106-11.2024.6.25.0019

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, c/c art. 40 da Resolução TSE nº 23.609/2019, caberá a qualquer candidata(o), partido político, federação, coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, os pedidos de registro de candidaturas.

No mesmo prazo e forma, qualquer cidadã(o) no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art.44 da referida Resolução.

PROPRIÁ, 1 de Agosto de 2024.

Evilásio Correia de Araújo Filho
Juíza(Juiz) da 19ª Zona Eleitoral

21ª ZONA ELEITORAL**ATOS JUDICIAIS****REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600056-76.2024.6.25.0021**

PROCESSO : 0600056-76.2024.6.25.0021 REPRESENTAÇÃO (SÃO CRISTÓVÃO - SE)

RELATOR : 021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADA : MARIA GEDALVA SOBRAL ROSA

REPRESENTADO : CARLOS AUGUSTO DA SILVA ROSA

REPRESENTANTE : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO CRISTOVAO - PSD

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

ADVOGADO : ROBERTA DE SANTANA DIAS (13758/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600056-76.2024.6.25.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

REPRESENTANTE: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO CRISTOVAO - PSD

Advogados do(a) REPRESENTANTE: ROBERTA DE SANTANA DIAS - SE13758, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A

REPRESENTADA: MARIA GEDALVA SOBRAL ROSA

REPRESENTADO: CARLOS AUGUSTO DA SILVA ROSA

DESPACHO

Vistos

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) - DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO, representado por seu Presidente, e ilustre advogado, ajuizou a presente representação eleitoral por propaganda eleitoral antecipada com pedido liminar m face de MARIA GEDALVA SOBRAL ROSA, pré-candidata ao cargo de Vice-Prefeita, e CARLOS AUGUSTO DA SILVA ROSA, aduzindo, em resumo, que os fatos tratam sobre propaganda eleitoral negativa na internet realizada pelos Representados, por meio de *collab* em suas redes sociais do instagram, pois em 25/07/2024, foi postado um vídeo, por meio de *collab*, na rede social dos Representados Gedalva Umbauba (ht tps://www. instagram.com/gedalvaumbauba?igsh=MzBrZDUxeGluejk5) e Carlos Umbauba (ht tps://www. instagram.com/carlosumbauba?igsh=N2NxbnhrNGxkOGNz), em que estes divulgaram informação sabidamente inverídica, que não se coadunam com a realidade para confundir o eleitorado e comprometer a lisura do sufrágio.

Que nos autos do processo nº 0600034-18.2024.6.25.0021, em razão de propaganda extemporânea, o autor obteve, em face da primeira representada, liminar para remoção da pintura das caixas d'agua. Contudo, de maneira torpe, os Representados "mudaram os fatos e divulgaram a informação de que o pré - candidato do Representante, o Sr. Diego Prado, teria solicitado "que o trabalho da família Umbaúba seja coberto", ou seja, que o pré-candidato Diego Prado pretendia a suspensão do abastecimento de água no Povoado Umbauba. Que além do vídeo, realizaram mensagem negativa ao afixar cartaz no local. A movimentação em redes sociais distorce a realidade e constitui fato inverídico.

A ilustre representante do Ministério Público manifestou-se pela concessão da liminar, pois "no presente feito restou comprovado propaganda está fora dos ditames legais a justificar a existência do *fumus boni juris* e o periculum *in mora*, que afete o equilíbrio na disputa, o estado democrático de direito ou atentado contra a liberdade de voto.

Decido.

Reza o art. 2º da Resolução TSE n. 23714/22, verbis: "É vedada, nos termos do Código Eleitoral, a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos. "

Consoante a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, a garantia da livre manifestação de pensamento não possui caráter absoluto, afigurando-se possível a condenação por propaganda eleitoral negativa no caso de a mensagem divulgada ofender a honra ou a imagem de candidato, partido ou coligação, ou divulgar fatos sabidamente inverídicos, cf [Ac. de 3/5/2024 no AgR-REspE/n. 060149544, rel. Min. Benedito Gonçalves, red. designado Min. Raul Araújo.](#)

In casu, quanto as mensagens publicadas em redes sociais não vislumbro propaganda eleitoral antecipada ou negativa ofensiva em face do representante da coligação suplicante, até porque não

há afirmação de que o mesmo pretendesse, com o manejo da referida representação, impedir a distribuição de água no povoado.

Assisti ao conteúdo do vídeo. Trata-se de publicação em redes sociais de caráter informativo relativo a fato jurídico público nesta Zona Eleitoral, referente a provimento liminar concedido no âmbito da justiça eleitoral, procedimento não sujeito ao manto do segredo de justiça, pois liberado o acesso aos legitimados.

Por cautela, registro que, nesta data, a representação eleitoral referida na exordial, movida contra a ora representada, fora julgada improcedente, revogando-se a liminar que determinava a remoção da pintura nas caixas d'água, compreendo este juízo que, no caso específico, não se configurou propaganda eleitoral antecipada.

Com relação ao cartaz afixado pelos representados denominado "UMA VERGONHA" constato que o seu conteúdo não é ofensivo a honra do representante do demandante, tendo um caráter igualmente informativo, sequer atingiu número relevante de eleitores, em razão do local onde fora afixado, não havendo prova da sua publicação nas redes sociais dos representados, ou sítio eletrônico, não constituindo discurso de ódio ou ideais contrários à ordem constitucional e ao Estado de Direito.

Conquanto a mensagem denominada "UMA VERGONHA" não constitua, tem tese, fonte negativa de informação, é elemento a ser aprofundado no curso da presente demanda, sujeito o infrator a elevadas multas eleitorais.

Assim, assegurado o direito constitucional à livre manifestação do pensamento, só devendo o Judiciário eleitoral glosar os atos expressamente vedados na legislação eleitoral, não sendo este o caso dos autos, uma vez que das publicações impugnadas não se colhe atos ilícitos de propaganda eleitoral negativa.

Ante o exposto, neste juízo de cognição sumária, indefiro o pedido liminar.

Cite-se os representados para defesa, no prazo de 02 dias.

Após, manifeste-se o MPE.

A seguir, conclusos para sentença.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600062-83.2024.6.25.0021

PROCESSO : 0600062-83.2024.6.25.0021 REPRESENTAÇÃO (SÃO CRISTÓVÃO - SE)

RELATOR : 021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADO : JULIO NASCIMENTO JUNIOR

REPRESENTANTE : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO CRISTOVAO - PSD

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

ADVOGADO : ROBERTA DE SANTANA DIAS (13758/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600062-83.2024.6.25.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

REPRESENTANTE: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO CRISTOVAO - PSD

Advogado do(a) REPRESENTANTE: ROBERTA DE SANTANA DIAS - SE13758

REPRESENTADO: JULIO NASCIMENTO JUNIOR
DESPACHO

Processo n. 0600062-83.2024.6.25.0021

Recebo a presente Representação, determinando, para tanto, a adoção do rito previsto no art. 17 d a Res. TSE nº 23.608/2019.

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) - DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO, representado por seu Presidente, por ilustre advogado, ajuizou a presente REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA COM PEDIDO LIMINAR em face de JULIO NASCIMENTO JUNIOR, aduzindo, em resumo, "que em 27/07/2024, o Representado, durante a realização da Convenção Partidária de sua pré-candidatura, distribuiu capacetes de proteção e bonés com o número o qual concorrerá às eleições de 2024, incorrendo em grave ilícito eleitoral, violando a isonomia entre pré-candidatos.

A ilustre representante do Ministério Público opinou favoravelmente a medida de urgência.

A legislação eleitoral somente admite a propaganda eleitoral a partir do dia 16 de agosto do ano da eleição até o dia do pleito, durante o chamado período eleitoral (art. 36 da Lei n. Lei n.º 9.504 /1997).

De acordo com o art. 36-A da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições), durante a chamada pré-campanha - período que vai até 16 de agosto, quando tem início oficialmente a propaganda eleitoral - a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais não configuram propaganda antecipada, desde que não haja pedido explícito de votos, permitido encontros, seminários ou congressos para deliberar sobre organização dos processos e procedimentos eleitorais.

A denominada propaganda eleitoral antecipada, fora dos parâmetros legais, é classificada como propaganda irregular, uma vez que pretensos pré-candidatos se aventuram e na divulgação de plataformas eleitorais, fora do período previsto pela legislação própria (Lei n. 9504/97), com a solicitação de votos e influência no eleitorado, podendo a propaganda ser explícita, ou realizada sob conteúdo subliminar.

Cuide-se que a lei eleitoral, preenchendo o vazio legislativo para o caso de pré-campanha, regulamentou definitivamente a matéria, à luz do art. 36-A, Lei 9.504/97, permitindo, no período anterior a 16 de agosto, atos como a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos concorrentes, bem como participação em entrevistas, programas, encontros ou debates na rádio, na televisão e na internet, divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas em redes sociais, reuniões com a sociedade civil para divulgação de ideias, objetivos e propostas partidárias, e, em especial, permitiu pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver.

A regulamentação dos atos permitidos na fase de pré-campanha trouxe segurança jurídica aos pré-candidatos, assegurando o direito constitucional à livre manifestação do pensamento, só devendo o Judiciário eleitoral glosar os atos expressamente vedados na legislação eleitoral, não sendo este o caso dos autos, uma vez que das publicações impugnadas não se colhe atos ilícitos de propaganda eleitoral antecipada.

Em juízo de cognição sumária, de acordo com o acervo probatório lançado nos autos, verifico que na convenção partidária da agremiação partidária do representado houve distribuição de bonés, capacetes, prática vedada pois denota caráter de propaganda eleitoral. Sabe-se que é proscrito a distribuição de brindes ou quaisquer outros bens levem a vantagem do pré-candidato. A regra proibitiva alcança o período da pré-campanha (art. 39,§6ª da Lei 9504/97).

Ante o exposto, concedo a tutela antecipada para determinar ao representado que se abstenha de distribuir à população bonés, capacetes ou qualquer outro elemento que configure vantagem ao eleitor.

Cite-se o representado para contestar, no prazo de 02 dias.

Após, ao Ministério Público Eleitoral.

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600051-54.2024.6.25.0021

PROCESSO : 0600051-54.2024.6.25.0021 REPRESENTAÇÃO (SÃO CRISTÓVÃO - SE)

RELATOR : 021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO
CRISTOVAO - PSD

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE)

ADVOGADO : ROBERTA DE SANTANA DIAS (13758/SE)

REQUERIDO : JULIO NASCIMENTO JUNIOR

JUSTIÇA ELEITORAL

021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600051-54.2024.6.25.0021 / 021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

REQUERENTE: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO CRISTOVAO - PSD

Advogados do(a) REQUERENTE: ROBERTA DE SANTANA DIAS - SE13758, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, PAULO ERNANI DE MENEZES - SE1686-A

REQUERIDO: JULIO NASCIMENTO JUNIOR

DESPACHO

Vistos

Recebo a presente Representação, determinando, para tanto, a adoção do rito previsto no art. 17 d a Res. TSE nº 23.608/2019.

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) - DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO, representado por seu Presidente, e ilustre advogado, ajuizou a presente representação eleitoral por propaganda eleitoral antecipada com pedido liminar m face de JÚLIO NASCIMENTO JUNIOR, pré-candidato a Prefeito do Município de São Cristóvão, aduzindo, em resumo, que, mesmo sem nenhum parentesco com o atual Prefeito, o representado incorporou a seu nome atual o nome do gestor municipal, passando a denominar-se "JÚLIO DE MARCOS SANTANA", com o fito de obter vantagem eleitoral, configurando propaganda irregular, tentando induzir o eleitor a erro, anunciando um inexistente parentesco e continuidade do atual mandato, constituindo abuso de poder político.

A ilustre representante do Ministério Público opinou pela não concessão da tutela de urgência, pois "...não restou comprovado propaganda está fora dos ditames legais a justificar a existência do *fumus boni juris* e o periculum *in mora*, que afete o equilíbrio na disputa, o estado democrático de direito ou atentado contra a liberdade de voto."

Decido.

Em juízo de cognição sumário, tenho que a questão referente ao nome do pré-candidato não configura propaganda antecipada irregular.

A matéria é objetiva e tratada na Lei 9504/97 (art. 12) e Resolução TSE n. 23.609/19.

Segundo o Código Eleitoral, art. 3º, verbis: "Qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as *condições constitucionais e legais de elegibilidade* e incompatibilidade."

Objetivando o tema, o art. 25 da Resolução TSE 23609/19 dispõe, verbis:

Art. 25. O nome para constar da urna eletrônica terá no máximo 30 (trinta) caracteres, incluindo-se o espaço entre os nomes, podendo ser o prenome, sobrenome, cognome, nome abreviado, apelido ou nome pelo qual a candidata ou o candidato é mais conhecida(o), desde que não se estabeleça dúvida quanto a sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente.

§ 1º Não será permitido, na composição do nome a ser inserido na urna eletrônica, o uso de expressão ou de siglas pertencentes a qualquer órgão da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta. ([Renumerado pela Resolução nº 23.675/2021](#))

Em tese, associar o nome a outra pessoa não constitui conduta vedada, podendo ser utilizado alcunhas e apelidos pelos quais são conhecidos, desde que "não se estabeleça dúvida quanto a sua identidade, não atente contra o pudor e não seja ridículo ou irreverente".

Não é este o caso dos autos.

Portanto, em juízo de cognição sumária, tenho que o nome impugnado não ofende a legislação eleitoral capaz de operar a propaganda eleitoral irregular.

Ante o exposto, indefiro o pleito liminar.

Cite-se o réu para apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias.

Após, vista ao MPE para parecer conclusivo.

Intimações necessárias.

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600067-08.2024.6.25.0021

PROCESSO : 0600067-08.2024.6.25.0021 REGISTRO DE CANDIDATURA (SÃO CRISTÓVÃO - SE)

RELATOR : 021ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CRISTÓVÃO SE

Destinatário : TERCEIROS INTERESSADOS

FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PODEMOS - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL SAO CRISTOVAO

EDITAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS

ELEIÇÕES DE 06/10/2024

00001

De ordem (Portaria TRE-SE 295/2024-21ªZE) do Excelentíssimo Senhor PAULO MARCELO SILVA LEDO, Juiz da 21ª Zona Eleitoral de SÃO CRISTÓVÃO, o Cartório Eleitoral faz saber aos interessados, que foram peticionados pelo 20 - PODE, em 01/08/2024, sob o processo nº 0600067-08.2024.6.25.0021, os pedidos de registro de candidaturas abaixo relacionados, para concorrerem às Eleições de 06/10/2024 no Município de SÃO CRISTÓVÃO.

Vereador			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
20700	ANA CRISTINA MAYNART CELI	CRIS DA CAUSA ANIMAL	0600068-90.2024.6.25.0021
20000	ANDRE DE FRANÇA	ANDRÉ FRANÇA DA PERIFERIA	0600069-75.2024.6.25.0021
	BRUNO HENRIQUE FONTES		0600070-

20555	RAMOS	BRUNO RAMOS	60.2024.6.25.0021
20200	EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS	EDUARDO PEREIRA	0600071- 45.2024.6.25.0021
20222	EVILANE SANTOS SUCUPIRA DE JESUS	PASTORA VILLA	0600072- 30.2024.6.25.0021
20999	FELIPE RODRIGO DE OLIVEIRA SANTOS	RODRIGO GUERY	0600074- 97.2024.6.25.0021
20444	IZAIAS DANILLO CRUZ FONTES	DANILLO BALÁ	0600073- 15.2024.6.25.0021
20567	JEFFERSON SACRAMENTO LIMA	PASTOR JEFFERSON DA AD BRÁS	0600075- 82.2024.6.25.0021
20789	JOSÉ AMÉRICO COSTA SANTOS FILHO	MEQUINHO DA JUVENTUDE	0600076- 67.2024.6.25.0021
20321	KATIANE SOARES DOS SANTOS	KATIANE ALCÂNTARA	0600077- 52.2024.6.25.0021
20111	KENNEDY GEORGE PEREIRA SIMÕES	KENNEDY	0600085- 29.2024.6.25.0021
20123	LUZIA DE FATIMA EVANGELISTA DA SILVA SÁ	LUZIA DO TIJUQUINHA	0600079- 22.2024.6.25.0021
20121	MARIA DAS DÔRES GONÇALVES	PROFESSORA SARA SOLUVON	0600083- 59.2024.6.25.0021
20777	MESAQUE DOS SANTOS VIRGENS	MESAQUE	0600081- 89.2024.6.25.0021
20456	RAULLER SILVA DE JESUS	RAULLER DO TIMBÓ	0600078- 37.2024.6.25.0021
20234	ROBSON SANTOS DO NASCIMENTO	ROBSON DA CABRITA	0600080- 07.2024.6.25.0021
20888	ROSILENE CORREIA DE CASTRO	PAULISTA DO QUILOMBO	0600084- 44.2024.6.25.0021
20333	WAGNER DE JESUS SANTOS BARRETO	WAGNER CATEQUISTA	0600082- 74.2024.6.25.0021

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, c/c art. 40 da Resolução TSE nº 23.609/2019, caberá a qualquer candidata(o), partido político, federação, coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, os pedidos de registro de candidaturas.

No mesmo prazo e forma, qualquer cidadã(o) no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art.44 da referida Resolução.

SÃO CRISTÓVÃO, 2 de Agosto de 2024.

JAN HENRIQUE SANTOS FERRAZ

Chefe de Cartório da 21ª Zona Eleitoral de Sergipe

26ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

AÇÃO PENAL ELEITORAL(11528) Nº 0600052-63.2020.6.25.0026

PROCESSO : 0600052-63.2020.6.25.0026 AÇÃO PENAL ELEITORAL (MALHADOR - SE)

RELATOR : 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : RODRIGO OLIVEIRA ALVES

ADVOGADO : EVANIO JOSE DE MOURA SANTOS (2884/SE)

ADVOGADO : FABIO BRITO FRAGA (4177/SE)

ADVOGADO : FELIPE SANTOS FERREIRA (11600/SE)

ADVOGADO : MATHEUS DANTAS MEIRA (3910/SE)

ADVOGADO : MICHELLE MARTINS OLIVEIRA DE MOURA (3227/SE)

ADVOGADO : UBIRAJARA DA SILVA BOTELHO NETO (12413/SE)

INTERESSADO : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL DE SERGIPE

JUSTIÇA ELEITORAL**026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE**

AÇÃO PENAL ELEITORAL (11528) Nº 0600052-63.2020.6.25.0026 - MALHADOR/SERGIPE

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL DE SERGIPE

INTERESSADO: RODRIGO OLIVEIRA ALVES

Advogados do(a) INTERESSADO: UBIRAJARA DA SILVA BOTELHO NETO - SE12413, MICHELLE MARTINS OLIVEIRA DE MOURA - SE3227, FELIPE SANTOS FERREIRA - SE11600, MATHEUS DANTAS MEIRA - SE3910, EVANIO JOSE DE MOURA SANTOS - SE2884, FABIO BRITO FRAGA - SE4177

ATO ORDINATÓRIO

Visando conferir adequado cumprimento da Decisão 122250319 que designou audiência de instrução virtual para o dia 13 de agosto de 2024 às 13h, o Cartório da 26ª Zona Eleitoral de Sergipe torna público a sala de audiência virtual que deverá ser acessada pelo link abaixo:

<https://us02web.zoom.us/j/81571863615?pwd=roFwpXExXULMbfHRUoZfdy3wkd92WB.1>

ID da reunião: 815 7186 3615

Senha: 492014

Segue em anexo comprovante de agendamento (aplicativo Zoom).

Ribeirópolis, em 2 de agosto de 2024.

VÍVIAN GOIS DE OLIVEIRA VIEIRA

Técnica Judiciária

Cartório da 26ª Zona Eleitoral de Sergipe

(assinado eletronicamente)

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600069-60.2024.6.25.0026

PROCESSO : 0600069-60.2024.6.25.0026 REPRESENTAÇÃO (NOSSA SENHORA APARECIDA - SE)

RELATOR : 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

Parte : SIGILOS

ADVOGADO : CICERO DANTAS DE OLIVEIRA (6882/SE)

Parte : SIGILOS

Parte : SIGILOS

JUSTIÇA ELEITORAL

026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600069-60.2024.6.25.0026 / 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REPRESENTANTE: COMISSAO PROVISORIA DO PL DE NOSSA SENHORA APARECIDA

Advogado do(a) REPRESENTANTE: CICERO DANTAS DE OLIVEIRA - SE6882

REPRESENTADO: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

DECISÃO

I - Relatório

Trata-se de representação por propaganda eleitoral antecipada negativa e por veicular conteúdo falso ajuizada pela COMISSÃO PROVISÓRIA DO PARTIDO LIBERAL (PL) EM NOSSA SENHORA APARECIDA/SE contra FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA, ambos devidamente qualificados nos autos.

Narra que possui, em seus quadros de filiados, a atual prefeita Jeane de Jesus Barreto, que é pré-candidata à reeleição para as eleições de 2024. A referida pré-candidata sempre foi aliada do ex-prefeito de Itabaiana "Valmir de Francisquinho", o qual foi candidato a Governador do Estado de Sergipe, nas eleições de 2022, sem, contudo, ter sido eleito.

Prossegue afirmando que foi veiculado, por meio de um perfil anônimo (@aparecidadopovo), vídeo em que o político Valmir de Francisquinho verbaliza mensagem com conteúdo sabidamente falso e com o seguinte teor: "Jeane de Aparecida chorando dentro de sua casa da pressão que eles estão pegando". Defende que a publicação da mensagem propaga uma desinformação, porque seria fato público e notório que ambos são aliados políticos. A situação narrada violaria o art. 57-D da Lei n. 9.054/1997, que proíbe o anonimato e as Resolução TSE n. 23.732/2024 e Resolução n. 23.714 /2022.

Pede, em tutela de urgência, que o vídeo seja removido do perfil do instagram e que o representado informe nome, endereço, telefone com DDD, e-mail, data de criação, e outros meios para correta identificação dos responsáveis. Pede, em caso de descumprimento, a fixação de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (cem mil reais).

Com a exordial, juntou procuração, espelho do registro da pesquisa no TRE-SE e vídeos com o conteúdo objeto da impugnação.

II- Fundamentação

O pleito de tutela de urgência formulado na petição inicial deve ser indeferido, porque ausente a probabilidade do direito do autor (art. 300, do CPC).

Com efeito, a propaganda eleitoral, como sabido, só é permitida a partir do dia 16 de agosto do ano da eleição até o dia do pleito (art. 36, caput, da Lei 9.504/1997)¹. As exceções à proibição estão previstas no art. 36-A, caput, e incisos I a VII, da Lei das Eleições.

Desse modo, quando feita fora do período referenciado acima, a propaganda é considerada extemporânea ou antecipada e sujeita o infrator à responsabilização e sanção. A proibição tem o escopo de coibir captação ou atração de votos, de forma antecipada, que possa gerar desigualdade entre candidatos no pleito.

O Tribunal Superior Eleitoral vem considerando propaganda eleitoral antecipada as comunicações (publicidade, campanha promocional, manifestação de apoio etc) cujo conteúdo também seja proibido durante o período de campanha. Já se considerou propaganda antecipada "mensagens difamatórias, caluniosas ou injuriosas" (TSE - Rec-Rp n. 060003703 - j. 5-5-2023), "mensagens com conteúdos manifestamente inverídicos na internet e redes sociais" (TSE - REC - Rp n. 060175450 - j; 28-3-2023), bem como a utilização de "conteúdo fabricado ou manipulado para

difundir fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados com potencial para causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral" (Res. TSE n. 23.610/2022, art. 9º-C, caput - incluído pela Res. TSE 23.732/2024)2.

Sobre o tema da desinformação na propaganda eleitoral, convém transcrever o art. 9º, da Resolução 23.610/2019, com as alterações introduzidas pela Res 23.732/2024:

Art. 9º A utilização, na propaganda eleitoral, de qualquer modalidade de conteúdo, inclusive veiculado por terceiras(os), pressupõe que a candidata, o candidato, o partido, a federação ou a coligação tenha verificado a presença de elementos que permitam concluir, com razoável segurança, pela fidedignidade da informação, sujeitando-se as pessoas responsáveis ao disposto no art. 58 da Lei nº 9.504/1997, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal. (Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021)

[...]

Art. 9º-B. A utilização na propaganda eleitoral, em qualquer modalidade, de conteúdo sintético multimídia gerado por meio de inteligência artificial para criar, substituir, omitir, mesclar ou alterar a velocidade ou sobrepor imagens ou sons impõe ao responsável pela propaganda o dever de informar, de modo explícito, destacado e acessível que o conteúdo foi fabricado ou manipulado e a tecnologia utilizada.

[...]

Art. 9º-C É vedada a utilização, na propaganda eleitoral, qualquer que seja sua forma ou modalidade, de conteúdo fabricado ou manipulado para difundir fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados com potencial para causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral.

Na espécie, o autor alega que a fala do vídeo foi cortada e que, após a alteração, a mensagem ficaria fora de contexto, propagando a ideia de que o senhor Valmir De Francisquinho não seria apoiador da pré-candidata Jeane. Ocorre que o requerente não traz aos autos o vídeo original completo a fim de melhor analisar a dimensão da descontextualização que alega ter ocorrido e que seria capaz de produzir a desinformação arguida. Além disso, não há prova de que ambos são aliados políticos e é preciso ainda que o conteúdo da desinformação tenha potencial para causar dano ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral. Ausente, portanto, a probabilidade do direito do autor.

III- Dispositivo

Ante o exposto, indefiro o pleito de tutela de urgência, porque ausente a probabilidade do direito do autor.

Notifique-se o requerido para apresentar defesa em 48 horas, nos termos do art. 96, § 5º, da Lei n. 9.504/1997.

Intime-se o Ministério Público Eleitoral.

Digite aqui.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600010-72.2024.6.25.0026

PROCESSO : 0600010-72.2024.6.25.0026 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOSSA SENHORA APARECIDA - SE)

RELATOR : 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : DOUGLAS GONCALVES DA SILVA

ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)

REQUERENTE : GILMARA SANTANA SANTOS
ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)
REQUERENTE : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO -PSD
ADVOGADO : JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE)
RESPONSÁVEL : JOSE GILVAN FREITAS

JUSTIÇA ELEITORAL

026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600010-72.2024.6.25.0026 / 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REQUERENTE: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO -PSD, GILMARA SANTANA SANTOS, DOUGLAS GONCALVES DA SILVA

RESPONSÁVEL: JOSE GILVAN FREITAS

Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A

Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A

Advogado do(a) REQUERENTE: JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES - SE3131-A

SENTENÇA

Trata-se de REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS apresentada pelo Partido Social Democrático de Nossa Senhora Aparecida /SE referente às Eleições Gerais 2022.

Devidamente registrado e autuado o processo, determinou-se a adoção do rito estipulado no art. 74 da Resolução/TSE nº 23.607/2019.

Após análise e expedição de diligências, a unidade técnica opinou pela regularização das contas. (ID 122263345)

Com vista dos autos, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se também pela aprovação. (ID 122268526)

É o relatório.

Decido.

Foram apresentadas as peças e preenchidos os requisitos exigidos pelo art. 53 da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Houve parecer favorável pela aprovação das contas da unidade técnica, bem como do Ministério Público Eleitoral e não houve impugnação, não se verificando qualquer irregularidade ao que determina o art. 65 da Resolução vigente.

Isso posto, com fulcro no art. 74, I, da Res. TSE 23.607/2019, DEFIRO o pedido de regularização da situação de inadimplência das contas de campanha Eleições Gerais 2022 apresentada pelo Partido Social Democrático de Nossa Senhora Aparecida/SE

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Após o trânsito em julgado e procedida a devida anotações no SICO, arquivem-se os autos.

Decorrido o prazo sem interposição de recurso e procedidas as devidas anotações, arquite-se.

Ribeirópolis(SE), datado e assinado eletronicamente.

HERCÍLIA MARIA FONSECA LIMA BRITO

Juíza da 26ª Zona Eleitoral de Sergipe

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600118-38.2023.6.25.0026

PROCESSO : 0600118-38.2023.6.25.0026 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (MALHADOR - SE)

RELATOR : 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL

ADVOGADO : WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE)

REQUERENTE : ANTONIO MARCONI TAVARES SANTOS

REQUERENTE : VALTER LUIS SANTOS FONTES

JUSTIÇA ELEITORAL

026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600118-38.2023.6.25.0026 / 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REQUERENTE: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL, VALTER LUIS SANTOS FONTES, ANTONIO MARCONI TAVARES SANTOS

Advogado do(a) REQUERENTE: WESLEY ARAUJO CARDOSO - SE5509-A

SENTENÇA

Tratam os autos de pedido de regularização das contas anuais, formulado pelo Diretório Municipal do Partido Social Democrático de Malhador/SE, relativo ao Exercício Financeiro de 2020.

Extrai-se dos autos que as contas do diretório municipal foram julgadas não prestadas, nos autos do Processo PCA nº 0600068-12.2023.6.25.0026, cujo trânsito em julgado se deu em 23/10/2023, conforme certidão (ID nº 122160725).

Remetidos aos autos à análise técnica, não restou constatada a presença de irregularidades, não havendo registros de recebimento/utilização de recursos públicos, oriundos de fontes vedadas ou de origem não identificada (ID nº 122263308).

Instado a manifestar-se, o Ministério Público Eleitoral opinou pela regularização das contas do partido (ID nº 122268522)

É o breve relatório.

Decido.

O presente pedido de regularização promovido pela agremiação omissa, não será objeto de novo julgamento, sendo apto, tão somente, para declarar a adimplência do partido com suas obrigações em prestar contas, retirando as sanções eventualmente impostas, a exemplo da que o impossibilitam de receber cotas dos fundos públicos.

Pois bem, depois de todos os procedimentos realizados pelo Cartório Eleitoral, ficou constatado que o partido apresentou os documentos exigidos para a regularização das contas, não havendo registros de recebimento de recursos públicos ou de origem não identificada, nem mesmo de fonte vedada, não sendo identificada qualquer irregularidade que afete a confiabilidade do requerimento apresentado.

Diante do exposto, no âmbito destes autos em que foi requerida a regularização das contas relativas ao Exercício Financeiro de 2020, tenho por sanada a obrigação de prestar contas e DEFIRO o pedido de regularização da situação de inadimplência do Diretório Municipal do Partido Social Democrático de Malhador/SE, determinando, por conseguinte, em seu favor, a cessação dos efeitos da inadimplência, caso não haja outra pendência impeditiva.

Intime-se através do Diário da Justiça Eletrônico (DJE/TRE-SE).

Cientifique-se o Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, proceda-se às devidas anotações no Sistema SICO e expeçam ofícios aos diretórios superiores.

Ribeirópolis/SE, datado e assinado eletronicamente.

HERCÍLIA MARIA FONSECA LIMA BRITO

Juíza da 26ª Zona Eleitoral de Sergipe

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600002-95.2024.6.25.0026

PROCESSO : 0600002-95.2024.6.25.0026 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (MALHADOR - SE)

RELATOR : 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : FLORO ALVES DE ARAUJO JUNIOR

ADVOGADO : JOSEANE DOS SANTOS SEBASTIAO (8539/SE)

REQUERENTE : GILSON CARDOSO DOS SANTOS FILHO

REQUERENTE : PARTIDO LIBERAL - DIRETORIO MUNICIPAL DE MALHADOR

JUSTIÇA ELEITORAL

026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600002-95.2024.6.25.0026 / 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REQUERENTE: PARTIDO LIBERAL - DIRETORIO MUNICIPAL DE MALHADOR, GILSON CARDOSO DOS SANTOS FILHO, FLORO ALVES DE ARAUJO JUNIOR

Advogado do(a) REQUERENTE: JOSEANE DOS SANTOS SEBASTIAO - SE8539

SENTENÇA

Trata-se de REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS apresentada pelo Partido Liberal de Malhador/SE referente às Eleições Gerais 2022.

Devidamente registrado e autuado o processo, determinou-se a adoção do rito estipulado no art. 74 da Resolução/TSE nº 23.607/2019.

Publicado edital em 18/04/2024.

Após análise e expedição de diligências, a unidade técnica opinou pela regularização das contas.

Com vista dos autos, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se também pela aprovação.

É o relatório.

Decido.

Foram apresentadas as peças e preenchidos os requisitos exigidos pelo art. 53 da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Houve parecer favorável pela aprovação das contas da unidade técnica, bem como do Ministério Público Eleitoral e não houve impugnação, não se verificando qualquer irregularidade ao que determina o art. 65 da Resolução vigente.

Isso posto, com fulcro no art. 74, I, da Res. TSE 23.607/2019, DEFIRO o pedido de regularização da situação de inadimplência das contas de campanha Eleições Gerais 2022 apresentada pelo Partido Liberal em Malhador/SE.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Após o trânsito em julgado e procedida a devida anotações no SICO, arquivem-se os autos.

Decorrido o prazo sem interposição de recurso e procedidas as devidas anotações, archive-se.

Ribeirópolis(SE), datado e assinado eletronicamente.

HERCÍLIA MARIA FONSECA LIMA BRITO

Juíza da 26ª Zona Eleitoral de Sergipe

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600115-83.2023.6.25.0026

PROCESSO : 0600115-83.2023.6.25.0026 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (RIBEIRÓPOLIS - SE)

RELATOR : 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : DOUGLAS MENESES TEIXEIRA

ADVOGADO : SUELLEN SOUSA (14852/SE)

REQUERENTE : ELEICAO 2020 DOUGLAS MENESES TEIXEIRA VEREADOR

ADVOGADO : SUELLEN SOUSA (14852/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600115-83.2023.6.25.0026 / 026ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÓPOLIS SE

REQUERENTE: ELEICAO 2020 DOUGLAS MENESES TEIXEIRA VEREADOR, DOUGLAS MENESES TEIXEIRA

Advogado do(a) REQUERENTE: SUELLEN SOUSA - SE14852

Advogado do(a) REQUERENTE: SUELLEN SOUSA - SE14852

SENTENÇA

Trata-se de Requerimento para Regularização de Omissão de Prestação de Contas Eleitorais formulado por Douglas Meneses Teixeira (candidado a vereador) referente às Eleições Municipais de 2020.

Cumpre registrar que o candidato ao cargo de vereador no município de Ribeirópolis teve suas contas julgadas como não prestadas por decisão definitiva nos autos do Processo PCE-PJE nº 0600045-37.2021.6.25.0026, cf. certidão ID 122271543.

Ajuizada o presente RROPCE, foram apresentados os documentos exigidos pela legislação de regência.

O Cartório Eleitoral, em parecer ID 122263416, e o Ministério Público Eleitoral, em parecer ID 103173888, manifestaram-se pelo deferimento do requerimento de regularização.

É o Relatório.

Decido.

Em face da impossibilidade legal de nova análise de contas definitivamente julgadas como não prestadas e tendo sido constatado, a teor do Parecer Técnico Conclusivo do Cartório, da manifestação do MPE e dos demais documentos colacionados aos autos, que não houve irregularidades relativas a recursos públicos, recebimento de recursos de fonte vedada e/ou de origem não identificada, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de regularização da situação cadastral do candidato Douglas Meneses Teixeira, a fim de permitir ao requerente a obtenção de quitação eleitoral, com a observância dos limites impostos no art. 80, inciso I e § 2º, inciso I, alínea a, da Res. TSE 23.607/2019, qual seja, impedimento de obter a referida certidão até o final da legislatura em que concorreu, seguindo, contudo, inalterado o julgamento das contas de campanha referentes às Eleições de 2020 como não prestadas, em virtude da imodificabilidade da coisa julgada, nos termos supra.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Em seguida, dê-se vista dos autos ao MPE, para ciência da sentença.

Com o trânsito em julgado, proceda-se à anotação correspondente no Cadastro Eleitoral, com o devido lançamento do código de ASE 272, motivo/forma 2 (prestação de contas extemporânea), junto à inscrição eleitoral do candidato.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Ribeirópolis/SE, datado e assinado eletronicamente.

HERCÍLIA MARIA FONSECA LIMA BRITO

Juíza Eleitoral da 26ª Zona de Sergipe

27ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

PETIÇÃO CÍVEL(241) Nº 0600146-66.2024.6.25.0027

PROCESSO : 0600146-66.2024.6.25.0027 PETIÇÃO CÍVEL (ARACAJU - SE)

RELATOR : 027ª ZONA ELEITORAL DE ARACAJU SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : MUNICIPIO DE ARACAJU

ADVOGADO : FERNANDO ANTONIO BEZERRA CAVALCANTI MADRUGA FILHO (650/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

027ª ZONA ELEITORAL DE ARACAJU SE

PETIÇÃO CÍVEL ELEITORAL Nº 0600146-66.2024.6.25.0027 / 027ª ZONA ELEITORAL DE ARACAJU SE

AUTOR: MUNICÍPIO DE ARACAJU .

Vistos etc.

O Município de Aracaju, através de sua procuradoria, requer autorização para contratação /renovação de professores aprovados nos processos seletivos simplificados de 2021 e 2023, com base no art. 73, V, d, da lei 9.504/1997.

Alega que, conforme memorando do departamento de gestão de pessoal da secretaria municipal de saúde, haverá a necessidade de renovação e/ou contratação de professores aprovados nos processos seletivos já realizados nos anos de 2021 e 2023, tendo em vista a necessidade da continuidade dos serviços básicos e necessários do Póde Público Municipal, referente à educação.

Assim, requer autorização para que tais procedimentos administrativos sejam realizados no período que chama de "defeso eleitoral".

Juntou ao pedido, o memorando citado. É um breve relato, segue a

DECISÃO

Sem rodeios, percebe-se facilmente a necessidade de deferimento do pleito apresentado pelo Município de Aracaju.

Em verdade, verificando a causa de pedir e o documento juntado, afere-se que foram realizadas contratações temporárias, através de processo seletivo simplificado, no ano de 2012, para o exercício do cargo de professor do Município de Aracaju.

Segundo informação do departamento de pessoal da SEMED, nesse semestre, 80 professores contratados completam o segundo ano de vínculo com a municipalidade, colocando em risco iminente de solução de continuidade a prestação dos serviços educacionais destinados aos alunos da rede pública municipal de ensino de Aracaju, caso haja a desvinculação dos mesmos.

Nesse cenário, não há como deixar de reconhecer a necessidade de autorizar o pleito do município, pois o eventual exercício do cargo temporário de professor não ocorrerá por escolha pessoal dos gestores, que poderiam exercer certas preferências ou desejos pessoais, circunstância extremamente nefasta em período eleitoral.

Ao contrário, a legitimidade do pleito se mostra presente, quando se percebe que o Município deseja renovar o vínculo com os servidores que já estão em exercício do cargo, desde o ano de 2022 ou ainda, contatar professores que já foram aprovados em processo seletivo anterior e já homologado pela Administração Municipal, em época e tempo bem anterior ao período eleitoral.

Embora o pleito seja para autorizar a contratação/renovação de professores aprovados nos processos seletivos de 2021 e 2023, o Município não juntou tais procedimentos, havendo nos autos apenas o memorando do departamento de pessoal da SEMED que faz menção unicamente ao processo seletivo de 2021.

Assim, por ora, AUTORIZO o Município de Aracaju a RENOVAR os contratos temporários dos 80 professores aprovados no processo seletivo simplificado de 2021, que terão seus contratos encerrados nesse semestre, conforme informação do setor de pessoal da SEMED.

Quanto à autorização para contratação de novos professores, por ora, nos termos do próprio memorando juntado, entendo que não há necessidade, nada impedindo que tal pleito seja melhor apresentado com a juntada de novos documentos e novas informações do setor competente da Administração Municipal.

Intimações de praxe e necessárias.

Aracaju, 31/07/2024.

ALDO DE ALBUQUERQUE MELLO

JUIZ ELEITORAL DA 27ª ZE.

EDITAL

EDITAL Nº 01/2024 - NOMEAÇÃO DE MRV E MRJ

EDITAL Nº 01/2024 ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

O(A) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) ALDO DE ALBUQUERQUE MELLO, Juiz(Juíza) da 027ª Zona Eleitoral, ARACAJU/SE, por força da Lei nº 9.504/97.

FAZ SABER a todos os que virem o presente Edital ou dele tiverem conhecimento, aos Srs. Eleitores, Candidatos, Fiscais e Delegados de Partidos Políticos, e aos demais interessados que, nos termos do art. 120 do Código Eleitoral (Lei Federal nº 4.737/65), foram nomeados mesários abaixo relacionados, com os respectivos números dos títulos e funções que desempenharão no pleito: ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024 - primeiro turno e segundo turno, se houver.

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1015 - ALCEU AMOROSO LIMA, ESCOLA

Seção: 1 LARISSA MOURA SILVA GUIMARAES PORTO	XXXX5629XXXX	PRESIDENTE DE MRV
THALYSON RODRIGUES SANTOS	XXXX0898XXXX	1º MESÁRIO - MRV
AUREA MILENA VIEIRA DE MELO	XXXX2411XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MATHEUS GAMA LIMA	XXXX5156XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 2 TANIA MARIA COSTA GODOFREDO	XXXX0346XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DIEGO FONSECA DE BARROS	XXXX0930XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CARLA JULIANA SMIT FERREIRA	XXXX1324XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BRUNO ARES CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	XXXX1237XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 3 CATIA DOS SANTOS	XXXX1124XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TERESA RACHEL CABRAL DE ARGOLO BARRETO	XXXX2810XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FILIPE ALVES BEZERRA DO NASCIMENTO	XXXX2018XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SARAH DE OLIVEIRA SAUTHIER	XXXX3792XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 208 DANIELA VIRGINIA GOMES SANTOS ANCHIETA	XXXX0594XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANDREZA TAYNA CRUZ SANTOS	XXXX8068XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA LUCIA OLIVEIRA FONSECA	XXXX3042XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SILVIO ALVES DO ROSARIO	XXXX8829XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 225 CAMILLA ARAUJO COELHO OLIVEIRA	XXXX3805XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CARLA CECILIA DOS SANTOS	XXXX0711XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDREIA APARECIDA DA SILVA SANTANA	XXXX2258XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ELISABETE RIBEIRO DOS SANTOS	XXXX0165XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 301 SIMONE SANTOS ALVES FERREIRA	XXXX2087XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARILIA OLIVEIRA UCHOA	XXXX7047XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA CARLA SANTOS MUNIZ	XXXX6711XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JUAN DINDO PAIXÃO MONTES	XXXX9941XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 345 JOSE WELLINGTON GODOFREDO JUNIOR	XXXX6832XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1015 - ALCEU AMOROSO LIMA, ESCOLA		
Seção: 345 MARIA DE FATIMA SANTA ROSA FEITOSA	XXXX5642XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALINE OLIVEIRA SANTOS	XXXX7396XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSÉ VALDEMIR SANTOS	XXXX9559XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 370 FERNANDES PINTO DA COSTA	XXXX3159XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EDUARDO DOMINGOS ALMEIDA	XXXX8562XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DANIEL LUIZ SANTOS	XXXX2929XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ELISANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	XXXX7254XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2062 - ARTHUR BISPO DO ROSARIO, EMEF		
Seção: 493 LICIA LIMA SANTOS	XXXX9749XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ROBSON PEREIRA DOS SANTOS	XXXX8841XXXX	1º MESÁRIO - MRV
NATALIA MENEZES MORAIS	XXXX2790XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GUSTAVO DE ALMEIDA ROSA RIBEIRO	XXXX6825XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 496 MARIA TAMYRIES TAVARES BATISTA	XXXX0976XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA JANAINA DIAS DE FREITAS	XXXX3784XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DIEGO BARRETO CRUZ	XXXX6242XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RAQUEL DO NASCIMENTO ARAUJO	XXXX8739XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 502 EMILTON JOSE SANTANA SANTOS JUNIOR	XXXX9623XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUCAS SANTOS DE ANDRADE	XXXX4683XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RUBENS VIEIRA DA CONCEIÇÃO	XXXX6221XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANDREZA RAFAELA FEITOZA RODRIGUES	XXXX8868XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 511 VANESSA ALVES RESENDE	XXXX0721XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANDEILDE SANTOS LIMA ARAÚJO	XXXX3956XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DENISE SANTOS AQUINO	XXXX0682XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LEONAM ANTÔNIO PEREIRA LEITE	XXXX8793XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 547		

ISMERALDA MARIA CASTELO BRANCO DO NASCIMENTO BARRETO	XXXX2549XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FABIANA FELIX GÓNDOLA	XXXX7113XXXX	1º MESÁRIO - MRV
NIVYA BISPO DOS SANTOS	XXXX0497XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MIKEIAS DE OLIVEIRA VIANA	XXXX8826XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1856 - ÁUREA MELO/ZAMOR, PROF, EMEI		
Seção: 461 EMERSON MIRANDA CARVALHO	XXXX3289XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA PAULA CORTEZ BASTOS	XXXX0822XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MICHELE TAVARES BARRETO	XXXX1254XXXX	2º MESÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1856 - ÁUREA MELO/ZAMOR, PROF, EMEI		
Seção: 461 MARCOS FELIPE SANTOS SOUZA	XXXX0052XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 473 MARISVALDO BARRETO DOS SANTOS	XXXX7459XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ADRIANA SANTOS CARVALHO	XXXX3019XXXX	1º MESÁRIO - MRV
THAIS REJANE SANTOS TRINDADE	XXXX6088XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SEBASTIÃO JESUS DA SILVA	XXXX4989XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 479 ELISANDRA BARRETO DOS SANTOS SOUZA	XXXX0431XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOYCE DOS SANTOS BORGES	XXXX5387XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LAIS SANTANA DOS SANTOS	XXXX4620XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GUILHERME DOS SANTOS SANTANA	XXXX4796XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 488 MARIZE GONCALVES MAIA NETA	XXXX2297XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JACKSON VANUTTY SILVA SANTANA	XXXX4947XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EDMILSON DOS SANTOS	XXXX6201XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOAO PAULO DOS SANTOS	XXXX2580XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 503 MARIA EDVANIA LIMA NUNES	XXXX8744XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LETICIA ARIELY DE SOUZA FEITOSA	XXXX2557XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WILMA ALMEIDA DOS SANTOS RODRIGUES	XXXX0009XXXX	2º MESÁRIO - MRV

AURELICE DOS SANTOS BARRETO	XXXX6154XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1333 - BARAO DE MAUA, ESCOLA		
Seção: 174 CLAUDIA CONCEICAO VIEIRA SANTOS	XXXX6929XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PAULO CESAR SANTOS DE JESUS	XXXX2553XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SOSTENES CAETANO SANTOS DE ARAUJO	XXXX9932XXXX	2º MESÁRIO - MRV
THAIS NASCIMENTO DE SANTANA	XXXX3374XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 185 ALYSSON BIZERRA DOS SANTOS	XXXX6696XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CAMILA DE OLIVEIRA CAMPOS	XXXX9655XXXX	1º MESÁRIO - MRV
AMANDA DIAS DE SOUZA CARVALHO	XXXX1799XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LOURDES LIMA DE OLIVEIRA	XXXX8900XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 194 MEIRE DOS SANTOS	XXXX5737XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TARCISIO DE SOUZA BEZERRA	XXXX3372XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GLEICE KELLY SANTOS PATROCINIO	XXXX6562XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ADRIANA SANTOS OLIVEIRA	XXXX3925XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 206 GIVANILDO LEAL TELES	XXXX1616XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1333 - BARAO DE MAUA, ESCOLA		
Seção: 206 MONICA SANTOS DE SOUZA	XXXX1168XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VICTOR RAFAEL SANTOS OLIVEIRA	XXXX3062XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALEX JUNIO FONSECA MATOS	XXXX8515XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 239 MICHELLE MARIA CRUZ MACHADO	XXXX0942XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ACILENE SILVA DOS ANJOS	XXXX4004XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GILCELIA DOS SANTOS SILVA	XXXX1113XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANDREA DA CONCEICAO ALMEIDA	XXXX9622XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 248 OLANDA SOUZA DOS SANTOS	XXXX3244XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ESTER CRISTINA BOREL DOS SANTOS	XXXX5825XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LUANNA CAROLLINE MENEZES	XXXX6504XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DEBORA DOS SANTOS SALES OLIVEIRA	XXXX5130XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 258 NATHALIE ALVES CARVALHO	XXXX1253XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GISELIA MARIA DE SOUZA	XXXX1247XXXX	1º MESÁRIO - MRV

LAURACI BARBOZA CARVALHO	XXXX5145XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALESSANDRA DA SILVA SA	XXXX9622XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 267 AGLAE CONSTANTINA DOS SANTOS ROCHA	XXXX0916XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ADRIANA FEITOSA DA SILVA	XXXX0726XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALEX CARVALHO DE MENDONÇA	XXXX6058XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SAMUEL SANTOS BARBOZA	XXXX0157XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 272 LUANA MOREIRA PRAXEDES LIMA	XXXX0923XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DANIEL COSMO ALVES DA SILVA	XXXX9947XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LUCAS MARTINS TAVARES	XXXX5185XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RICARDO DANTAS DOS SANTOS	XXXX4719XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 290 SIMONE GOMES SILVA	XXXX8241XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA CRISTINA ARAUJO	XXXX9919XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RENATO CEZAR DE JESUS	XXXX6298XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANA PATRICIA SANTOS CAMPOS	XXXX8774XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 305 EDSON FREITAS SANTOS	XXXX0701XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CHEIRLA CRISTINA SANTOS PEREIRA	XXXX9984XXXX	1º MESÁRIO - MRV
Jaqueane Ramalho da Silva	XXXX5314XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EDJANE GONZAGA RAMOS	XXXX5073XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 306 SIMONE GRAZIELLE MENESES MELO SANTOS	XXXX6354XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1333 - BARAO DE MAUA, ESCOLA		
Seção: 306 MARIA APARECIDA SANTOS DA SILVA	XXXX2689XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA CARLA DA SILVA SANTOS	XXXX5733XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EDNA VIDAL DOS SANTOS BARROS	XXXX9270XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 415 MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA	XXXX2628XXXX	PRESIDENTE DE MRV
QUENIA GOUVEIA NABUCO ROCHA	XXXX7046XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JULIETE FABRICIO DA SILVA	XXXX9526XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALISSON AMORIM DE MENEZES	XXXX9253XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 419 ERIKA MENEZES BUERY	XXXX1789XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SAMARA KEINE OLIVEIRA SANTOS	XXXX9631XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DAVID RODRIGUES DA SILVA	XXXX7487XXXX	2º MESÁRIO - MRV

PATRICIA DE JESUS SANTOS SILVA	XXXX0950XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 430 WAGNER VIRGENS DIAS DA SILVA	XXXX5325XXXX	PRESIDENTE DE MRV
WANDERSON DOS SANTOS PAIXAO	XXXX5568XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SERGIO LUIS DANTAS GARCIA	XXXX1308XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EDCARLOS ALVES DOS SANTOS	XXXX4172XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 439 THIAGO DUQUE MENDONCA	XXXX1172XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ADAIL EVANGELISTA SANTOS JUNIOR	XXXX2034XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RUTE IOLANDA FREIRE E FRANÇA	XXXX5212XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CLIDIVAN DE OLIVEIRA ALVES	XXXX2111XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1350 - BENEDITO OLIVEIRA, PROF. ESCOLA		
Seção: 175 THANIA DE ARAUJO SILVA	XXXX2356XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JEFFERSON BITTENCOURT PIEDADE JUNIOR	XXXX6910XXXX	1º MESÁRIO - MRV
NARAH KATIUSCIA FREIRE DOS SANTOS	XXXX6822XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IVANA PINHEIRO DO NASCIMENTO RIBEIRO	XXXX0889XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 212 MARIVALDO MATHEUS MOURA DOS SANTOS	XXXX2232XXXX	PRESIDENTE DE MRV
WESCKLEY FARIA GOMES	XXXX7139XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RAFFAEL SILVA SANTOS	XXXX6871XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANDREA SANTIAGO SANTOS	XXXX3306XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 223 ALUISIO LEITE DOS SANTOS	XXXX9299XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PABLO COSTA ANDRADE	XXXX1442XXXX	1º MESÁRIO - MRV
THIAGO SANTOS CARDOSO	XXXX3452XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS	XXXX1230XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1350 - BENEDITO OLIVEIRA, PROF. ESCOLA		
Seção: 230 KARINE ANDRADE DOS SANTOS	XXXX8282XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RAFAEL ARAUJO COSTA	XXXX2617XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GENIVALDO DOS SANTOS	XXXX1789XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARCOS BARBOSA DE BARROS	XXXX1198XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 233 ERIC VIEIRA ALVES	XXXX6490XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NATALI ROCHA BARBOZA	XXXX4204XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALINE DE MELO SANTOS OLIVEIRA	XXXX1197XXXX	2º MESÁRIO - MRV
THAIS MARCELO BATISTA SANTOS	XXXX0913XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 240 VERA LUCIA MOURA SANTOS	XXXX3885XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUCIANA TELES SILVA	XXXX9642XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALYSSON LEITE TEIXEIRA	XXXX0072XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MICHEL CRUZ OLIVEIRA	XXXX9233XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 271 THAMIRES RIBEIRO MENESES DE ANDRADE	XXXX3455XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NATHALIA MARQUES TEOFILLO ASSIS	XXXX5111XXXX	1º MESÁRIO - MRV
THAMIRYS REGINA SANTOS TRINDADE	XXXX3651XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CARLOS HENRIQUE DA CONCEICAO	XXXX9909XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 346 LILIANA ARAGAO DE ARAUJO	XXXX4672XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARLENE ROCHA MAFRA GONCALVES	XXXX7238XXXX	1º MESÁRIO - MRV
THAIS MILENA BATISTA SANTOS	XXXX7987XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUDIMILLA SOUZA SANTOS	XXXX5672XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 368 THIAGO SILVA DOS ANJOS	XXXX4207XXXX	PRESIDENTE DE MRV
KELLY SANTOS MARQUES	XXXX3300XXXX	1º MESÁRIO - MRV
AUREA LUCIA SIQUEIRA	XXXX0721XXXX	2º MESÁRIO - MRV
WENDEL PEREIRA DOS SANTOS	XXXX2341XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 375 VANESSA GAMA ALVES	XXXX6034XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LIA RAQUEL BRANDAO MARANHÃO	XXXX5392XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SERGIANE BISPO GUIMARAES	XXXX8860XXXX	2º MESÁRIO - MRV
TIAGO VASCONCELOS SANTOS	XXXX2039XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 423 RAQUEL LIMA NASCIMENTO	XXXX1531XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GENILSON SANTOS LIMA	XXXX1300XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RAFAEL SANTANA DE SOUZA	XXXX1736XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GERSON FERREIRA DA SILVA SANTOS	XXXX7537XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1350 - BENEDITO OLIVEIRA, PROF. ESCOLA		
Seção: 434 KARINNA COUTINHO DA SILVA	XXXX0625XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUIS ALBERTO DOS SANTOS	XXXX4793XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DENISE FEITOSA AZEVEDO VASCONCELOS	XXXX4357XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RENATA CARVALHO DANTAS DE SANTANA	XXXX8780XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1848 - BENJAMIN ALVES DE CARVALHO, EMEI		
Seção: 412 ROSECLEIDE AGOSTINHO SANTOS	XXXX6950XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PAULINE PEREIRA NOGUEIRA GONÇALVES	XXXX7367XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DAVI DE SANTANA FELICIO	XXXX2193XXXX	2º MESÁRIO - MRV
FELLIPE TELES SANTOS	XXXX0401XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 422 CARLOS HUMBERTO GONÇALVES	XXXX8873XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SILVANIA OLIVEIRA LIMA	XXXX1567XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ELOYSA RORIZ LEITE MENEZES	XXXX9187XXXX	2º MESÁRIO - MRV
KELVIN GONÇALVES FERREIRA	XXXX0430XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 429 MICHELLA BRITO LOBO	XXXX3376XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA LUCIA SILVA CARREGOSA	XXXX4915XXXX	1º MESÁRIO - MRV
PATRICIA HELENA MELO ANDRADE	XXXX7118XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALESSA ROSITA ANDRADE TEIXEIRA	XXXX8914XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 453 ELINE DE JESUS LESSA	XXXX3705XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CAMILA CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO	XXXX8482XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SABRINA SOUZA CUNHA MACHADO	XXXX3643XXXX	2º MESÁRIO - MRV

GABRIEL HENRIQUE ARIMATÉA VIEIRA FIGUEIREDO	XXXX0207XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2003 - CEA - COLÉGIO CEA LTDA		
Seção: 492 ANDREZA SANTOS ALVES DA SILVA	XXXX7619XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA CLARA CALUMBY MACHADO	XXXX2593XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VINICIUS DE JESUS ALVES	XXXX5094XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANDREZA SANTOS PEREIRA	XXXX9840XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 515 IGOR SENA FERREIRA	XXXX3999XXXX	PRESIDENTE DE MRV
OTAVIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR	XXXX1373XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JEMIMA SANTOS SILVA	XXXX5740XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JACQUELINE ALMEIDA SILVA	XXXX5718XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 541 MATHEUS DOS SANTOS DIAS	XXXX6176XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA ROSA LOZ SALES	XXXX5372XXXX	1º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 2003 - CEA - COLÉGIO CEA LTDA		
Seção: 541 EMILY RODRIGUES OLIVEIRA SANTOS	XXXX4809XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VICTOR HUGO TELES OLIVEIRA	XXXX0524XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 554 ANA PAULA VIEIRA DOS SANTOS	XXXX7834XXXX	PRESIDENTE DE MRV
KEVEN MIGUEL DE OLIVEIRA	XXXX6181XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALANE BROAT SANTOS TELES DE AZEVEDO NASCIMENTO	XXXX5437XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LANE FERNANDA SILVA PIMENTEL	XXXX1429XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1627 - CENTRO EDUCACIONAL ATLANTICO		
Seção: 297 ELIANE SANTOS DE SANTANA	XXXX3641XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOAO VITOR VIEIRA	XXXX3236XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EVERSON TORRES FROES	XXXX7834XXXX	2º MESÁRIO - MRV

VICTOR SILVA TELES	XXXX6551XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 313 JOZELIA DOS SANTOS	XXXX9252XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DENISE SOUZA SANTOS	XXXX9473XXXX	1º MESÁRIO - MRV
AIRTON DOS SANTOS ELIAS	XXXX6067XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CAMILA PAULA DA SILVA DE LIMA	XXXX6628XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 325 VALDENICE RODRIGUES DE JESUS	XXXX7569XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALEXSANDRA SANTOS ROCHA	XXXX1392XXXX	1º MESÁRIO - MRV
PRISCYLLA PAULA AZEVEDO ALVES	XXXX0650XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SANDRA MARIA BARROZO OLIVEIRA	XXXX7747XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 347 MARCIA CRISTINA OLIVEIRA PRADO	XXXX9470XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOSE NILTON PEREIRA PIRES	XXXX9750XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDREZA OLIVEIRA SANTOS	XXXX2518XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CARLA VILAS BOAS MATOS	XXXX3853XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 363 KELLY LOYOLA FERREIRA	XXXX9993XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOAO BOSCO ALVES DE AZEVEDO JUNIOR	XXXX4790XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ADEMARIO RAMOS DA SILVA	XXXX6178XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SHEILA PINHEIRO DE JESUS	XXXX7858XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 371 VANESSA ALVES DE OLIVEIRA LIMA	XXXX7098XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUIZ EDUARDO ALVES ANDRADE	XXXX9863XXXX	1º MESÁRIO - MRV
TABATTA LARISSA ALMEIDA DE SANTANA	XXXX8177XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARCO ANTONIO COSTA CARLOS	XXXX6868XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 387 CRISTINA MAURA RITA FERREIRA	XXXX5469XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1627 - CENTRO EDUCACIONAL ATLANTICO		
Seção: 387 JOSE FRANCISCO GOMES	XXXX1148XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALESSANDRA RODEIRO PEREIRA	XXXX6122XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GUILHERME WILCK DE JESUS OLIVEIRA	XXXX9122XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 393 FABIO LIMA ARAGAO	XXXX4659XXXX	PRESIDENTE DE MRV
STEFANY SANTANA CRUZ	XXXX4398XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CRISTIANI LUDMILA MENDES SOUSA BORGES	XXXX7621XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANDARACI ALVES DOS SANTOS	XXXX1647XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 426 JOSE RIVAS PINTO	XXXX3755XXXX	PRESIDENTE DE MRV
HENRIQUE MARTINS CARDOSO FILHO	XXXX5288XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIO JORGE MAIA DE MAGALHAES	XXXX6359XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DIEGO ARAUJO SANTOS	XXXX4919XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 431 MARTA SIMONE DA SILVA ELIAS RODRIGUES	XXXX3898XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LORENA COSTA RIBEIRO	XXXX9771XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA RIBEIRO DOS SANTOS	XXXX9534XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ROBERTO SILVA DE ALMEIDA	XXXX3911XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 438 ADRIANA DE VASCONCELOS OURO REIS	XXXX2726XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JANICE FREITAS LIMA DE OLIVEIRA	XXXX0088XXXX	1º MESÁRIO - MRV
IVANILDO SANTANA DOS SANTOS	XXXX8593XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUCAS INÁCIO OLIVEIRA PINTO	XXXX9883XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 441 ALINE DOS SANTOS LIMA	XXXX2632XXXX	PRESIDENTE DE MRV
KAROLINNE PONTES BERNARDINO CAVALCANTE	XXXX5786XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CAREN CRISTINA FREITAS FERNANDES	XXXX4302XXXX	2º MESÁRIO - MRV
WENEDS VINICIUS SANTOS RODRIGUES	XXXX9368XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 447 KARLA CUNHA BARBOSA	XXXX4404XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DANIELA FONTES LOBATO BARCELOS	XXXX8891XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RENATA CLAUDIO DE SOUZA	XXXX6381XXXX	2º MESÁRIO - MRV
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	XXXX9927XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 596 TATIANA SIQUEIRA ORZIL	XXXX1451XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ROBERTA CARLA DA COSTA LUNA	XXXX8597XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA DE JESUS CONRADO DOS SANTOS	XXXX9612XXXX	2º MESÁRIO - MRV
WANDER AQUINO DA COSTA	XXXX8138XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2100 - COLÉGIO APRENDIZ		

Seção: 535 PATRICIA MARA MEDEIROS	XXXX2728XXXX	PRESIDENTE DE MRV
--------------------------------------	--------------	----------------------

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 2100 - COLÉGIO APRENDIZ		
Seção: 535 LUCIANA MELO	XXXX8749XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LAIS CORREIA DE SOUSA	XXXX9183XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GEYSE MORAIS	XXXX1316XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 539 GIVONILDO DOS SANTOS DE JESUS	XXXX2316XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SAMIRA VITÓRIA ARAÚJO SANTOS	XXXX7991XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JULIO ASAFE LIMA FURTADO	XXXX2056XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSE HUMBERTO SANTOS NETO	XXXX9751XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 551 JADIEL CARDEAL DOS REIS	XXXX3223XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TARCISIO DOS SANTOS	XXXX5696XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EZIO TIGRE DE OLIVEIRA	XXXX0589XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARCELO NIMUENDAJU SANTANA SANTOS	XXXX3089XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 565 JANUZIA DOS SANTOS	XXXX5848XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TACIANE DOS SANTOS	XXXX3813XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOÃO BOSCO RIBEIRO	XXXX8564XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANNE KRISLEY DE SOUZA RIBEIRO JASSÉ	XXXX7453XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 573 CAMILA SERGIO COSTA BEZERRA	XXXX7544XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VICTOR HUGO GOMES DA SILVA	XXXX5135XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA VANESSA SANTANA DE SOUSA OLIVEIRA	XXXX4040XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GUILHERME SHAI ALBUQUERQUE PEREIRA	XXXX7131XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 580 MARILIZE HELENA GRINGS	XXXX9747XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RICARDO ANTONIO SANTOS ALVES	XXXX6462XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LUCAS RANIERE MENEZES RODRIGUES	XXXX1702XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LENIN FULVIO MATIAS FALCAO DE FREITAS	XXXX3761XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Local de Votação: 1880 - COLÉGIO ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - FAROLÂNDIA

Seção: 463 PATRICIA PEREIRA SANTANA	XXXX7250XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DANIELA OLIVEIRA CARDOSO	XXXX9339XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WILLIENDSTON DIAS DOS SANTOS SOUZA	XXXX9344XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CHRISTIANE COSTA CARDOSO	XXXX9685XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 487 MARIA ALICE RIBEIRO LIMA DE MENEZES	XXXX3984XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA PAULA DA SILVA LUCIO	XXXX5499XXXX	1º MESÁRIO - MRV

ANDREA DUARTE DE MOURA ARAUJO	XXXX1974XXXX	2º MESÁRIO - MRV
THAIS MENEZES RABELO DE JESUS SANTANA	XXXX2662XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1880 - COLÉGIO ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - FAROLÂNDIA

Seção: 498		
ALYSSON RODRIGO ALMEIDA COSTA	XXXX4930XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GILBERTO ANTUNES CARVALHO LEITE	XXXX6728XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MILENA ROCHA CHAGAS	XXXX4545XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IGOR ERONIDES ALVES DE MENEZES LEITE	XXXX0642XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 534		
TASSIA CARVALHO MIRANDA DA SILVA	XXXX9013XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SOLANGE FRANCA DE OLIVEIRA PEDRAL	XXXX1138XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANTENOR BATISTA DOS ANJOS FILHO	XXXX5357XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LEONARDO ANDRADE SANTANA ROCHA	XXXX2065XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 597		
JOSE DE ALMEIDA LIMA NETO	XXXX0182XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ROSANGELA ALVES RODRIGUES	XXXX4584XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARCEL FELIPE GOMES RESENDE	XXXX9726XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CARLOS ALBERTO ALVES DO NASCIMENTO	XXXX7110XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1694 - COLÉGIO BRASIL		
Seção: 25		
ANA ANGELICA LORDAO ANDRADE SOUZA	XXXX7163XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA MARCIA MENEZES DE OLIVEIRA	XXXX7174XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MILENA MASCARENHAS DE JESUS RIBEIRO	XXXX5501XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LARA NATHALIE OLIVEIRA	XXXX6558XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 26		
EDUARDO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA	XXXX4349XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MANUELLE MENEZES DE OLIVEIRA	XXXX5569XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DÉBORA LIZ SANTOS	XXXX6114XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BRENO SANTOS RAMOS	XXXX7844XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 170		
SHEILA CRISTINA CORREIA SANTOS MATOS	XXXX5445XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DILMA SENA DA SILVA	XXXX4699XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ADRIANA OLIVEIRA NETO	XXXX3872XXXX	2º MESÁRIO - MRV
REGILA DAIANA DE OLIVEIRA SANTOS	XXXX3214XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 380		
ANDREA LUIZA SILVA CHAGAS	XXXX6223XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BRUNA SANTOS FAGUNDES DE ALENCAR	XXXX7862XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JESSICA GOMES BEZERRA	XXXX8766XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EMILIO JOSE ALVES MENDES	XXXX8299XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2020 - COLÉGIO CELEBRIDADES		

Seção: 494 PATRICIA MARIA SANTOS OLIVEIRA VIEIRA	XXXX6712XXXX	PRESIDENTE DE MRV
KELLI LENCINE BILHALVA	XXXX0097XXXX	1º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 2020 - COLÉGIO CELEBRIDADES		
Seção: 494 THIAGO REIS DE SANTANA	XXXX4922XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUDMILA COSTA ABRANTES	XXXX8543XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 495 SAULO HENRIQUE GOMES FERREIRA	XXXX7521XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALEXANDRINO COSTA SENA	XXXX9863XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FERNANDA LISBOA DA CONCEICAO	XXXX3858XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JONNY HENRIQUE NASCIMENTO DA SILVA	XXXX4119XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 510 ADELVAN SANTOS LIMA	XXXX4972XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SIRLEIDE FEITOSA LIMA RODRIGUES	XXXX8408XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ELINE AMANDA VIANA SILVEIRA	XXXX9826XXXX	2º MESÁRIO - MRV
KARLOS MÜLLER DA SILVA SANTOS	XXXX0283XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 521 MARGARETH MATOS DE CASTRO ARAUJO	XXXX6207XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LEILA CONCEICAO CERQUEIRA	XXXX0470XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LOURDES BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA	XXXX6070XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MICHELLE SANTOS FERREIRA DE ARAUJO	XXXX9516XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1953 - COLEGIO ESPLENDOR		
Seção: 478 FERNANDA SANTOS DE OLIVEIRA	XXXX3877XXXX	PRESIDENTE DE MRV
WILLIAM TRINDADE VIEIRA	XXXX9285XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VANIA ALVES SANTANA OLIVEIRA	XXXX4185XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CATHARINE MARIA CHAGAS PEREIRA	XXXX1443XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 489 VIVIANE SILVA DOS SANTOS	XXXX8208XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOSE CARLOS CHRISPIM	XXXX0599XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MICHELY MONTE DE LIMA	XXXX0834XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GEOVANI DE FRANCA ALMEIDA SANTOS	XXXX5653XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 514 CLEANE MARIA MECENAS SANTOS	XXXX6861XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOAO VICTOR MENDES DE SA	XXXX5866XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LAISSA EDUARDA DA SILVA OLIVEIRA	XXXX5683XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GABRIELA TAVARES DE ALMEIDA	XXXX1866XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 548 GISELLE ALVES SANTOS	XXXX7105XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JORÃO DA COSTA SANT'ANA RODRIGUES	XXXX3304XXXX	1º MESÁRIO - MRV

VINICIUS SILVA LIMA	XXXX1506XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SILVIA MARIA DA SILVA SANT'ANA RODRIGUES	XXXX5553XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 568 JOSE LUIZ ANDRADE DE LIMA	XXXX8172XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1953 - COLEGIO ESPLENDOR		
Seção: 568 JUCIELE DE OLIVEIRA SILVA	XXXX7450XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ISLANNE LORRAINE SILVA ANDRADE	XXXX8181XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VIVIANE VIEIRA DA CRUZ NASCIMENTO	XXXX7648XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1910 - COLÉGIO INTELLECTUS		
Seção: 458 NATALY SANTOS SILVA	XXXX0767XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CAMILA EMANUELA DE CASTRO SANTANA SOUZA	XXXX0525XXXX	1º MESÁRIO - MRV
BRENDA VICTORIA FREITAS SANTOS	XXXX5535XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CAROLINA NUNES COSTA BOMFIM	XXXX3306XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 474 RAQUEL CARDIM GUSMÃO DE ABREU	XXXX4341XXXX	PRESIDENTE DE MRV
THAMARA SENA BARRETO	XXXX3451XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DANIEL THYERES DOS SANTOS	XXXX5827XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CLEANY CARDOSO IUNES	XXXX0937XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 485 MARCELO AUGUSTO BARRETO	XXXX6107XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CAROLINA DOS SANTOS HOMEM	XXXX9119XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDRE VICTOR BARROS DE MELO	XXXX3185XXXX	2º MESÁRIO - MRV
STALLONE HERMES DE OLIVEIRA SANTOS	XXXX4282XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 497 IGOR SOUZA SILVA SOARES	XXXX0513XXXX	PRESIDENTE DE MRV
WILLIAM CRISTIANO PEREIRA ALVES	XXXX5098XXXX	1º MESÁRIO - MRV
AGUSTIN ANDRES OLIVARES RODRIGUEZ	XXXX0861XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANTÔNIO DANIEL AMADO DE OLIVEIRA	XXXX9559XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2160 - COLÉGIO JARDINS ALL		
Seção: 563 ALINE SANTANA FELIPE	XXXX8317XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GILDENISSON ARAUJO DO NASCIMENTO	XXXX5953XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GABRIEL SANTANA MOURA	XXXX0082XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GABRIEL GUIMARÃES PEREIRA	XXXX0324XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 570 DARIA DAS VIRGENS BISPO	XXXX0760XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EVERTON HILARIO TAVARES	XXXX8200XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JEFERSON RIBEIRO DE SOUZA COSTA	XXXX3467XXXX	2º MESÁRIO - MRV
KIARA ANTONIA DOS SANTOS SANTANA	XXXX0330XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 579 JOSÉ FRANCISCO DE JESUS JUNIOR	XXXX0618XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BARBARA THAIS SANTOS DE ARAUJO	XXXX3695XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JULLIAN HARRISON DA SILVA PEREIRA	XXXX2555XXXX	2º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 2160 - COLÉGIO JARDINS AII Seção: 579 RICARDO LIMA SANTOS	XXXX8223XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 592 CICERO MARCONDES SANTOS LIMA	XXXX5463XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GREICY KELLY ALMEIDA DE SANTANA	XXXX6492XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RAFAEL QUIRINO DOS SANTOS	XXXX3166XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RAFAEL SANTOS BARBOZA	XXXX0156XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 599 ANSELMO FERREIRA DOS SANTOS	XXXX5128XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RYKELMES FERNANDO DOS SANTOS DIAS	XXXX2575XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VANESSA MARIA NUNES DE ARAUJO	XXXX0653XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MIRELI DE MELO REIS	XXXX0125XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1759 - COLEGIO MICHELANGELO		
Seção: 417 GIVANDA MACEDO SOUSA	XXXX4725XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANDREA SOUZA OLIVEIRA	XXXX0085XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EGLISNEIDE MOURA VICTOR	XXXX1736XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANA CLEMENCIA DE ALMEIDA SANTOS	XXXX6089XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 424 TELAINE DE JESUS SOUZA	XXXX7738XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA MARIA SILVA SANTOS	XXXX8491XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VALTEILDE ALVES CONCEICAO	XXXX6761XXXX	2º MESÁRIO - MRV
TATYANE TRINDADE GUIMARAES BEZERRA	XXXX4028XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 428 CLEVERTON ARAUJO SANTOS	XXXX4086XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NATALI COSTA DOS ANJOS	XXXX6912XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALINE VIEIRA DA SILVA ALVES	XXXX6025XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSE ROBERTO BARROS GOIS	XXXX3385XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 435 MERCIA DA SILVA SANTOS	XXXX2777XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SUELAINÉ NOGUEIRA MENDES	XXXX6905XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DANIELA LISBOA LAPA	XXXX2786XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IZABELLA CRISTINA MELO DE GOIS	XXXX6959XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1708 - CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL		
Seção: 169 MARCIA REGINA DE OLIVEIRA SANTOS	XXXX5695XXXX	PRESIDENTE DE MRV

RITA DE CASSIA SANTANA SANTOS	XXXX9557XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MONICA MORAIS DOS SANTOS	XXXX0509XXXX	2º MESÁRIO - MRV
NATALIA DE JESUS SANTOS	XXXX0398XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 172 ANNE KELLY SANTOS OLIVEIRA	XXXX1500XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1708 - CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

Seção: 172 LUIZ ADELMO PEREIRA	XXXX8100XXXX	1º MESÁRIO - MRV
BRUNO SACRAMENTO ROCHA	XXXX8827XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOÃO VITOR MENEZES BEZERRA	XXXX0628XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 254 IAMM MANIR BEZERRA DANTAS BISPO	XXXX4634XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VINICIUS DOS SANTOS VIEIRA	XXXX8774XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARKENIA DE LIMA ANDRADE	XXXX2173XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MOISES SANTOS DE MOURA	XXXX0333XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 266 SILVIA HELENA CRUZ FARIAS	XXXX5039XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ELAINE PAIXAO SANTOS	XXXX5339XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WILSON MAGNO DE MEDEIROS JUNIOR	XXXX2586XXXX	2º MESÁRIO - MRV
REINALDO DA SILVA FONTES JUNIOR	XXXX8749XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 285 FERNANDA DOS SANTOS SALES	XXXX0305XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CHYRLEY SANTOS OLIVEIRA	XXXX9083XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SAMARA SWRY SIQUEIRA QUEIROZ DE MEDEIROS	XXXX7410XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RODRIGO FERNANDES RIBEIRO	XXXX9982XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1660 - DIOMEDES SANTOS SILVA, PROF. - EMEF		
Seção: 364 JOSEFA EDIELSILA RODRIGUES DOS SANTOS	XXXX8171XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ELIENAI DOS SANTOS	XXXX6510XXXX	1º MESÁRIO - MRV

MARILIA ALVES DA SILVA	XXXX7376XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LEIDIANE SANTOS	XXXX7409XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 376 JOSEANO DE SANTANA LIMA	XXXX5782XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA RAFAELA SOUZA SANTOS	XXXX9994XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSÉ RIVALDO LIMA	XXXX5182XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DANILO DE FRANCA BOMFIM	XXXX7552XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 378 GRAZIELA DE SOUZA SANTOS	XXXX8986XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA CARLA DE SANTANA LIMA	XXXX7606XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JULIANA PEREIRA DOS REIS	XXXX0599XXXX	2º MESÁRIO - MRV
WENDEL BATISTA MACEDO DA CRUZ	XXXX3371XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 383 RAYLINE PEREIRA BEZERRA	XXXX5645XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARTA RODRIGUES DOS SANTOS	XXXX9027XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MATEUS DANTAS DE SA	XXXX9974XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ENEILSON SILVA DE AZEVEDO	XXXX6639XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1660 - DIOMEDES SANTOS SILVA, PROF. - EMEF		
Seção: 385 RAFAEL MATOS COSTA	XXXX3242XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SELAINÉ NASCIMENTO AZEVEDO DOS SANTOS	XXXX4801XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CAMILA NUNES DE FRAGA	XXXX2985XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALEX SOARES SANTOS	XXXX9296XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 448 MARIA BARBOSA SANTOS RODRIGUES	XXXX7620XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JESSICA ALINE DOS SANTOS SOUZA DE JESUS	XXXX5817XXXX	1º MESÁRIO - MRV

PATRICIA DOS SANTOS ALVES	XXXX3106XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANTONIO GABRIEL SANTOS SILVA	XXXX9421XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1872 - ELIAS MONTALVÃO, EMEI		
Seção: 308 ANTONIO DOS SANTOS RODRIGUES	XXXX7688XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GRASIELA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA	XXXX8013XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WADSON BRITO REIS SANTOS	XXXX2469XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOEL DOS SANTOS OLIVEIRA	XXXX2585XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 349 RAQUEL VIDAL FEITOSA DA SILVA	XXXX7140XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MONIQUE TAYANINE SANTOS CRUZ	XXXX5129XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LUCAS LENIEL CAMPOS SANTOS	XXXX4920XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ARLINGTON DOS SANTOS	XXXX2613XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 457 MICHELLE SANTOS ARAUJO	XXXX1129XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DAVID DOS SANTOS DELFINO	XXXX2657XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VITOR DOS SANTOS	XXXX7250XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DANIEL SANTOS DE SANTANA	XXXX1881XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 484 MAYARA JESSICA DOS SANTOS CONCEIÇÃO	XXXX5303XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIANA VITORIA MARTINS	XXXX3394XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LUAN BISPO SANTOS	XXXX5436XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ISABELA VITORIA MENEZES SANTOS	XXXX9566XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 522 YSLANE BRENDA DOS SANTOS ANDRADE	XXXX8434XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MONIQUE BRITO MAIA	XXXX3781XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FERNANDA CONCEICAO BARBOSA	XXXX8860XXXX	2º MESÁRIO - MRV

MAXSUEL OLIVEIRA DOS SANTOS	XXXX9459XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2127 - E.M.E.F. ANÍSIO TEIXEIRA		
Seção: 559 ISABELLA DE SANTANA TAVARES	XXXX6151XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CLÁUDIO COSTA CARDOSO	XXXX3545XXXX	1º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 2127 - E.M.E.F. ANÍSIO TEIXEIRA		
Seção: 559 AYSLAN SILVA SANTOS DANTAS	XXXX8565XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANA BEATRIZ CAVALCANTE DE SOUZA	XXXX4624XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 560 JOSUE CERQUEIRA	XXXX3584XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUIS HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA	XXXX5059XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CARLOS EDUARDO CARDOSO SANTOS	XXXX4839XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANA BEATRIZ FERREIRA CORREA	XXXX4223XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 571 IURI QUERUBIM DUTRA DA SILVA	XXXX3725XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MATHEUS CARVALHO PEGORARO	XXXX0032XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GRAZIELLY QUEIROZ SANTOS TEIXEIRA	XXXX4494XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MACIELA ROCHA SOUZA ARAGÃO	XXXX9516XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 575 JERFESON DOS SANTOS DE JESUS	XXXX7922XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GILBERTO VICTOR PORTO DE AQUINO	XXXX1941XXXX	1º MESÁRIO - MRV
PEDRO VINICIUS NASCIMENTO LEAL FERREIRA	XXXX3546XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CLEIA REGINA SANTOS SILVA TORRES	XXXX5888XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 586 VANESSA FREITAS DE SA	XXXX0332XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ILZA DE OLIVEIRA SANTOS	XXXX4556XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDERSON PACHECO SOARES	XXXX7855XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DAVI RODRIGUES RIBEIRO	XXXX9657XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2232 - E.M.E.F JOÃO OLIVA ALVES		
Seção: 555 EMILY SILVA SANTOS	XXXX2525XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FABIO SANTOS DORIA	XXXX3964XXXX	1º MESÁRIO - MRV
HORTENCIA FEITOSA	XXXX3812XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GUSTAVO DA CONCEICAO SILVA	XXXX9457XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 556 ABGAIL REIS SANTOS	XXXX6716XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ELENILSON FEITOSA DE JESUS	XXXX1092XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FABIO SANTOS ALMEIDA	XXXX4276XXXX	2º MESÁRIO - MRV

JUAN BARROS ANANIAS DE OLIVEIRA	XXXX9213XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 572 MARIANA SANTOS MUNIZ	XXXX3826XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA LETICIA DA SILVA SOUZA	XXXX3213XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSE MARCOS SOUZA DE JESUS	XXXX9878XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JADSON DE ALMEIDA CUNHA	XXXX9222XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 577 DAVID COSTA ALMEIDA SOUSA	XXXX8018XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 2232 - E.M.E.F JOÃO OLIVA ALVES		
Seção: 577 LUANA VITÓRIA DE JESUS PINHO	XXXX9560XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LUCAS SANTOS CORREIA	XXXX5501XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSÉ LUCAS GABRIEL DA SILVA SANTOS	XXXX9497XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 588 SUSI DOS SANTOS	XXXX8961XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOSE RIBAMAR CONCEICAO ALMEIDA NETO	XXXX8477XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA PAULA PEREIRA LEMOS	XXXX8779XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOAO VITOR GONCALVES DOS SANTOS	XXXX9191XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 594 MARIZE BATISTA DOS SANTOS DANTAS	XXXX8212XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUAN GABRIEL DE ARAÚJO BARROSO	XXXX9393XXXX	1º MESÁRIO - MRV
HUGO VINÍCIUS FERREIRA CARDOSO	XXXX4036XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOÃO VITOR SANTOS DA MOTA	XXXX9417XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1767 - FACULDADE PIO DECIMO		
Seção: 392 JOSE ANDRE SILVA DE GOES	XXXX5715XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GIORDANO MACENA DO ESPIRITO SANTO	XXXX5021XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JESSICA D ARC DANTAS SANTOS	XXXX3868XXXX	2º MESÁRIO - MRV
TAMARA CANUTO NASCIMENTO	XXXX8152XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 442 JORGE LUIS BORGES MENEZES	XXXX6738XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ARIEL PEREIRA MONTE OLIVEIRA	XXXX8201XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALEX SANDRO COSTA VIANA	XXXX2679XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MATHEUS LOBÃO SILVA ARAUJO	XXXX3382XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 443 ROSIANE DOS SANTOS	XXXX4938XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANTONIA PEREIRA MARINHO	XXXX0372XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SAMARA TELES NASCIMENTO	XXXX3924XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSEANE SANTANA SANTOS	XXXX4086XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 452 ISABELA CHRISTIAN DA SILVA AMARAL	XXXX2393XXXX	PRESIDENTE DE MRV

MARTA JANETE SALES MENEZES	XXXX1148XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WILLIAM VICTOR DE ARAUJO ALVES	XXXX4869XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LILIANA EVANGELISTA GOMES DE OLIVEIRA	XXXX9331XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 476 FLAVIA DE JESUS LIMA	XXXX6606XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MIRNA MURRAYA CAVALCANTE BRITO	XXXX7489XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANESIO DE JESUS NEVES	XXXX2607XXXX	2º MESÁRIO - MRV
KARINA CARNEIRO SANTOS	XXXX9551XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1767 - FACULDADE PIO DECIMO		
Seção: 504 THIAGO DE ARAUJO MIRANDA	XXXX8480XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALEXANDRE SILVA CARDOSO	XXXX9981XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RODRIGO DE CARVALHO HERCULANO	XXXX3719XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SAMIRA ALVAREZ PEREIRA	XXXX4763XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 506 ANNELISE FARO BARRETO DE OLIVEIRA	XXXX4471XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VITOR SANTOS DE MELO	XXXX5985XXXX	1º MESÁRIO - MRV
KATIA REGINA CARVALHO MAGALHAES	XXXX2937XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CARLA DANIELA RODRIGUES DO NASCIMENTO	XXXX9288XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 512 ADNA DIAS FONTES	XXXX7783XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA TERESA NATIVIDADE	XXXX5595XXXX	1º MESÁRIO - MRV
NATALI DA MOTTA NAVARRO	XXXX1658XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DOUGLAS ANDRADE DA SILVA	XXXX8860XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 520 SWYENNE MARIA GOES LINS	XXXX8909XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOAO VITOR QUADROS LEO	XXXX9697XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ELTON MATEUS DOS SANTOS FERREIRA	XXXX9664XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VITÓRIA COSTA BONFIM	XXXX2105XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 536 MARTHA SORAYA DOS SANTOS BEZERRA	XXXX0903XXXX	PRESIDENTE DE MRV
OLYVIA MICHELLE DE MATOS SANTOS CARVALHO SOARES	XXXX6515XXXX	1º MESÁRIO - MRV
KARINA SANTANA SANTOS	XXXX9431XXXX	2º MESÁRIO - MRV
YTALLO JUAN OLIVEIRA CARDOZO	XXXX6450XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 543		

VERDIVALDO OLIVEIRA MIRANDA JUNIOR	XXXX5403XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA CAROLINA FONTES SILVA	XXXX7805XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LIVIA CAROLINA SANTOS	XXXX4514XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EDILAINE ROCHA FONTES	XXXX3581XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 546 JEFFERSON LUCAS MARQUES DE JESUS	XXXX4465XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOELMA SANTOS DA SILVA	XXXX7448XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CAIO JORDÃO SÁ PEREIRA	XXXX7631XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SAMIRINYS ALVES PEREIRA LEMOS	XXXX9791XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 552 FLAVIA DE MATOS NUNES BISPO	XXXX9078XXXX	PRESIDENTE DE MRV
KÁTIA ANDRADE CARVALHO	XXXX3451XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CARLOS ALBERTO SILVA ROSA	XXXX1064XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VICTOR FAHEL SANTOS DOS ANJOS	XXXX8199XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1767 - FACULDADE PIO DECIMO		
Seção: 561 THIAGO DOS SANTOS LINHARES	XXXX3681XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALEX SANTOS DORIA	XXXX9192XXXX	1º MESÁRIO - MRV
YARA DE MOURA MORAIS FREIRE	XXXX9091XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GEOVANIA DE SANTANA SANTOS	XXXX7172XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 566 MARIA JOSÉ DOS SANTOS	XXXX5552XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TACIANY NATALY MATOS FEITOSA	XXXX9709XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MAYRA SANTOS SANTANA	XXXX8853XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VIRNA LAIS DE OLIVEIRA	XXXX5295XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 576 ADENILZA SANTANA LIMA	XXXX3752XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BRUNO THALES CASADO DE MELO	XXXX9235XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WELLINGTON MARTINS DOS ANJOS	XXXX5021XXXX	2º MESÁRIO - MRV

MARCOS PAULO DE CARVALHO SANTOS	XXXX9757XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 581 RAISSA SANTANA LIMA INGRACINDO	XXXX6582XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JULIANNA LUSTOZA DE ALMEIDA	XXXX7801XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALYNE SOUSA DANTAS SANTOS	XXXX0047XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALICE MARTINS ARAÚJO	XXXX6730XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 595 RENATO ANDRADE DA SILVA	XXXX8165XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DIANA DE ANDRADE VASCONCELOS	XXXX0182XXXX	1º MESÁRIO - MRV
HUGO VINÍCIUS SANTANA BATISTA	XXXX5142XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ADRIANO FILGUEIRAS COSTA	XXXX3524XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1457 - FLORENTINO MENEZES		
Seção: 166 APARECIDA CONSTANTINO DOS SANTOS BATISTA NASCIMENTO	XXXX9429XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARCIO BISPO MAIA	XXXX9571XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VICTOR RAMON SANTOS DA SILVA	XXXX3993XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BRENO NASCIMENTO DE ANDRADE	XXXX6386XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 177 MARY JANE MATIAS DOS SANTOS	XXXX4212XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LEANDRO SACRAMENTO SOUZA	XXXX3186XXXX	1º MESÁRIO - MRV
IZAILDE REIS FREITAS	XXXX0138XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LETÍCIA ARAÚJO LEITE	XXXX0441XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 184 MARIA JOSE OLIVEIRA DA SILVA	XXXX3088XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA DO SOCORRO ABREU DOS ANJOS	XXXX8724XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ROSANGELA DE ANDRADE SANTOS	XXXX7810XXXX	2º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU		

Local de Votação: 1457 - FLORENTINO MENEZES Seção: 184 JOAO VICTOR SOARES BARBOSA	XXXX9474XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 203 ACACIA SANTOS BATISTA CRUZ	XXXX5932XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LESLIE ANDRADE NASCIMENTO	XXXX5206XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GLICIA SA FIGUEIREDO BARRETO	XXXX7236XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARCUS AURELIO D ALENCAR MENDONÇA	XXXX9429XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 348 JERONIMO DA ANUNCIACAO CRUZ	XXXX4559XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JAILTON SANTOS GOMES	XXXX2403XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FABIANE CRISTINE SANTOS SANTANA	XXXX3895XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARCIA LIDIAN OLIVEIRA SANTOS	XXXX4698XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 468 MARIA DA CONCEICAO DE SANTANA	XXXX0655XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FABIO JONATHA BARRETO DA SILVEIRA	XXXX1385XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALINE BARRETO SANTANA	XXXX1878XXXX	2º MESÁRIO - MRV
KELVIN SANTOS RODRIGUES NASCIMENTO	XXXX1213XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1139 - FRANCISCO PORTUGAL, PROF		
Seção: 40 KARINA MOEMA GONCALVES SILVA	XXXX4929XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RENATA QUEIROGA	XXXX4655XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JESSYCA DOS SANTOS MACHADO	XXXX3573XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALEXANDRINA SOUZA OLIVEIRA	XXXX8086XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 41 TARCISO EDER SANTANA SANTOS	XXXX5498XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARCOS PAULO MENESES SANTOS	XXXX1439XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARY AUXILIADORA SANTOS ROCHA	XXXX6288XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EDILSON SOUZA DOS SANTOS	XXXX4149XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 42 ANA PAULA DOS SANTOS	XXXX5885XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOSIMEIRE SOUZA DOS SANTOS	XXXX4015XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA JOSE ALVES DE SOUZA	XXXX6474XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BERTA RAIKA DE SOUSA SILVA	XXXX9475XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 43 SIMONE MESQUITA BISPO	XXXX6057XXXX	PRESIDENTE DE MRV

ANA NERY DE ARAUJO PEREIRA	XXXX6279XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDRE RUÃ CALUMBY BISPO	XXXX3534XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VICTOR SILVA DE SOUZA	XXXX1990XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 44 JOSE MAGNO REZENDE	XXXX2842XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1139 - FRANCISCO PORTUGAL, PROF		
Seção: 44 LINDERBERG LAURENTINO DOS SANTOS	XXXX5101XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CLAUDIA REGINA SOUZA SANTOS	XXXX0128XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANA VITORIA CAETANO MENEZES	XXXX3521XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 45 NAGILA MACIA CAMBUI DE SOUZA PINHEIRO	XXXX5679XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DELMARIO DE SOUSA SANTOS	XXXX7438XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CARLOS ALBERTO SOBRAL COIMBRA JUNIOR	XXXX7026XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CATIANE PIRES OLIVEIRA SA	XXXX1929XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 46 MARIA ROSANGELA BEZERRA VASCONCELOS	XXXX9217XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RUY ALEXANDRE SILVA	XXXX3229XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ADAIL BEZERRA RODRIGUES PACHECO	XXXX2278XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RUTH MARIA VIEIRA DE ALMEIDA	XXXX3489XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 47 SOLANGE FIRMO SOARES FREITAS	XXXX5949XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARINALVA DA CONCEICAO SANTOS	XXXX6073XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GILVANIO ALVES DOS SANTOS	XXXX7844XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CAMILLA DE ASSUNÇÃO SANTOS BARRETO	XXXX9206XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 48 DANIELA SANTOS BARRETO	XXXX1197XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MONICA GOIS DE ARAUJO	XXXX0665XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ADRIANA DOS SANTOS HORA	XXXX6714XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ROSIVELTON SANTOS DA CRUZ	XXXX4012XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 49 LUCIA ALMEIDA DOS SANTOS NETA	XXXX5126XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUCILEIDE DOS SANTOS TAVARES	XXXX0171XXXX	1º MESÁRIO - MRV
PEDRO ALEXANDRE SOUZA ALVES	XXXX8889XXXX	2º MESÁRIO - MRV

JOANESON KLEY XAVIER DOS SANTOS	XXXX6315XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 50 ALINE RODRIGUES OLIVEIRA	XXXX8886XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JANISSON DA SILVA	XXXX4383XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ERIKA VANESSA DA SILVA	XXXX9092XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LEDINEI BATISTA DOS SANTOS	XXXX5447XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 193 JORGE LUIZ DA CUNHA	XXXX3940XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SHEYLA MATOS ACCIOLY LINS	XXXX2759XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CATHARINE VANESSA VALOIS LINS	XXXX4990XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LEDILSON TEODORO DOS SANTOS	XXXX7337XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 205 CINDY SMITH BARRETO SANTOS	XXXX3746XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1139 - FRANCISCO PORTUGAL, PROF		
Seção: 205 JEFERSON SILVA MAURICIO	XXXX4280XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	XXXX1696XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JEANNE KELLY CONCEICAO SANTOS	XXXX5522XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 211 MONICA FARIAS SANTOS LIMA	XXXX0861XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SIMONE DE OLIVEIRA DOMINGOS QUEIROZ	XXXX6190XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDREA REGINA DA SILVA QUEIROGA	XXXX3870XXXX	2º MESÁRIO - MRV
KENNEDY DE SANTANA DOS SANTOS	XXXX4278XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2240 - INSTITUTO CAPITAL INCA		
Seção: 589 RAIMUNDO SANTOS FARIAS	XXXX3450XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ELINALDO SANTOS	XXXX9654XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GIOVANNA DA CRUZ TAVARES SOBRINHO	XXXX9959XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOAO FELIPE TAVARES SILVA	XXXX6459XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1740 - IRENE ROMÃO DE BRITO, EMEI		
Seção: 399 ANTONIO DAS CHAGAS PEREIRA	XXXX5172XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA CAROLINA SILVA MOURA	XXXX5559XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOELINE DOS SANTOS SIRINO	XXXX0650XXXX	2º MESÁRIO - MRV

MARCIO RICARDO DA SILVA SANTOS	XXXX7014XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 433 LUANE CRUZ DO SOCORRO BARROSO	XXXX4479XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EDSON DA SILVA SANTOS	XXXX4511XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CLAUDIA LEITE DA SILVA	XXXX2388XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BEATRIZ VITORIA BARROS LIMA	XXXX0046XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 450 DANYELLE LIMA SANTOS	XXXX2770XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JESSICA KELY JESUS SANTOS	XXXX8108XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RAQUEL MELO VIEIRA	XXXX4678XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JUAN PABLO TEIXEIRA SILVA	XXXX0730XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Local de Votação: 1112 - JACINTO DE FIGUEIREDO MARTINS (MARIA DO CARMO ALVES)
ESCOLA ESTADUAL

Seção: 173 JOSE RINALDO ALVES COSTA	XXXX2505XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LEANDRO CHAGAS SANTOS DE JESUS	XXXX4306XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DIONEI DANTAS FARIAS SANTANA	XXXX8274XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SIMONE MATIAS SANTOS VITORIA	XXXX8951XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 218 JULLY ANNE FONSECA SILVA	XXXX1796XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GREYSE FRANCIELE NUNES SIMOES	XXXX1768XXXX	1º MESÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1112 - JACINTO DE FIGUEIREDO MARTINS (MARIA DO CARMO ALVES)
ESCOLA ESTADUAL

Seção: 218 TACIA DA SILVA ROCHO CAPELAO	XXXX3910XXXX	2º MESÁRIO - MRV
HERIVELTO ALVES DE CARVALHO	XXXX4790XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 224 ROSIDETE DE JESUS NUNES	XXXX1933XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VERONICA MENEZES DE ANDRADE	XXXX8635XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALISSON COSTA RODRIGUES	XXXX8263XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOCILENE SANTOS DE ALMEIDA	XXXX4119XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 226 DANIELA SANTOS OLIVEIRA	XXXX7911XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DJANIRA DOS SANTOS DANTAS	XXXX0458XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CLEBIANO RODRIGUES PEREIRA DOS SANTOS	XXXX9976XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CYNTIA PAULA OLIVEIRA DE SOUZA LIMA	XXXX1800XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 227 RAIMUNDO FELIPE JÚNIOR RODRIGUES DE OLIVEIRA	XXXX0233XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SABRINA SOUZA SANTOS	XXXX7471XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ISABELA LUANA SANTOS REIS	XXXX0213XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MONICA SANTOS DE JESUS	XXXX4638XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 234 CRISTIANE MORAES BASTOS	XXXX1513XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GENELUCE CRUZ SANTANA	XXXX2221XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARISTELA FRANCA VEIGA	XXXX6042XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSE AMARO BARBOSA DE OLIVEIRA	XXXX7151XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 249 SERGIO RICARDO BEZERRA CASTRO	XXXX3763XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DIEGO BARBOSA DA SILVA	XXXX2840XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FRANCISCO RENATO DE ALMEIDA JUNIOR	XXXX0369XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DAIANE LEITE SANTOS	XXXX2225XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 260 ERIVANALDO FLORENCIO XAVIER DA COSTA	XXXX8330XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SHIRLEY ANDRADE ARAUJO	XXXX2415XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CLEODEVAN MATIAS ANDRADE	XXXX4765XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RITA DE CASSIA GOMES DE FRANCA	XXXX6245XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 281 GENELUCIO CRUZ SANTANA	XXXX3009XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ROSEMARY DE JESUS NUNES	XXXX6680XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WALDIR PINHEIRO SANTOS	XXXX1749XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SAULO SANTANA MESSIAS	XXXX3922XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 324 SILVANIA ANDRADE OLIVEIRA	XXXX8279XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1112 - JACINTO DE FIGUEIREDO MARTINS (MARIA DO CARMO ALVES)
ESCOLA ESTADUAL

Seção: 324 ALLANA MARIA DE SOUZA ARAUJO	XXXX7804XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WILLAMS RODRIGUES SILVA	XXXX0050XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DANIELE SOARES CALDAS LIMA	XXXX1351XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 358 ROBERTO ALVES DE SOUZA	XXXX0142XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PRISCILA GUIMARAES MATOS	XXXX7041XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GUILHERME EDUILSON ALVES ANDRADE	XXXX0306XXXX	2º MESÁRIO - MRV
HELLEN RANGEL GRACA	XXXX6275XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 420 PATRICIA AUGUSTA SANTOS SOUZA	XXXX8443XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CRISTHIANE GUIMARAES MATOS	XXXX2888XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANNE PATRICIA SANTOS	XXXX1771XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GLICIA TAMIRES NUNES SIMOES	XXXX7863XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 436 MARIA NAZARE ARAUJO FONTES	XXXX6704XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUCAS SOUZA GOMES	XXXX6877XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDRESSA PAMELA PIRES DE SIQUEIRA	XXXX4145XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GIDEANE SANTANA SANTOS	XXXX6311XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1805 - JOÃO BATISTA DOUGLAS DE SOUZA, EMEI		
Seção: 397 ALEX SOUZA SANTOS	XXXX2576XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CLAUDJA FERREIRA DA SILVA	XXXX6889XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ISABELLE PASSOS DE JESUS	XXXX1401XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EZEQUIEL SANTOS TELES	XXXX9106XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 460 MAIARA DE ANDRADE FERREIRA	XXXX6136XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RIVIANE CONCEIÇÃO DE FRANÇA MATOS	XXXX1087XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LARISSA DOS SANTOS SILVA	XXXX8328XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GABRIEL BALBINO DOS SANTOS	XXXX1912XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 516 ERICK SANTOS BITA	XXXX5082XXXX	PRESIDENTE DE MRV

KELLY REGINA GONZAGA DE OLIVEIRA	XXXX1145XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CAMILA ALVES SILVA	XXXX4849XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GABRIEL CAMPOS GOIS	XXXX9571XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1813 - JOÃO PAULO II, EMEF		
Seção: 292 ANDERSON DAVID BARROSO	XXXX0803XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ADRIANO ARAGAO DA COSTA	XXXX5227XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DAIANE DA CRUZ MENESES	XXXX0464XXXX	2º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1813 - JOÃO PAULO II, EMEF Seção: 292 KETLYN THAINÁ DA SILVA VIEIRA MENEZES	XXXX6964XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 310 MIKAELE BATISTA SANTOS	XXXX0669XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BRUNO DE FREITAS FERREIRA	XXXX6417XXXX	1º MESÁRIO - MRV
REGINALDO ALVES DE OLIVEIRA	XXXX9580XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BRUNO DE MOURA SANTOS	XXXX0545XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 418 CRISTIANE DOS SANTOS DORIA	XXXX9442XXXX	PRESIDENTE DE MRV
OZANETE DOS SANTOS	XXXX9330XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DEBORA SANTOS DA CRUZ	XXXX6554XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MAXSUEL SANTOS SOUZA	XXXX4317XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 425 JORGE LUIS DE SANTANA LIMA	XXXX8196XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALLANA CONSTANTINO DOS SANTOS	XXXX2234XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ELOIENAI SANTOS MAIA	XXXX0881XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JEFERSON DO BONFIM RODRIGUES	XXXX0325XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 462 DÉBORA DOS SANTOS	XXXX8399XXXX	PRESIDENTE DE MRV

MARIA DANIELE SANTOS DIAS	XXXX0118XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VALDECI MENDES DOS SANTOS	XXXX0997XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JULIENE DOS SANTOS COSTA	XXXX1077XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 471 GABRIELA ALVES DOS SANTOS	XXXX2100XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUZIA EVERLAINE DA SILVA	XXXX5115XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EDIVAN DOS SANTOS	XXXX4622XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ELAINE DOS SANTOS SILVA BEZERRA	XXXX8992XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 481 DANIEL SANTOS RODRIGUES	XXXX2094XXXX	PRESIDENTE DE MRV
THAILENE DA CONCEICAO	XXXX1715XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSEFA DO NASCIMENTO	XXXX0965XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANNE FATINY MESQUITA SANTOS	XXXX8792XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1643 - JOAQUIM VIEIRA SOBRAL, PROF ESCOLA		
Seção: 70 THAIS FONSECA MENEZES OLIVEIRA	XXXX6755XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TALITA JULIANA PORTO FRANCA	XXXX8288XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSINEIDE SIQUEIRA DE SANTANA	XXXX4998XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MONICA SILVA SILVEIRA	XXXX1188XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 71 ITALO REJMAR ALVES VIDAL	XXXX9875XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1643 - JOAQUIM VIEIRA SOBRAL, PROF ESCOLA		
Seção: 71 SIDCLAY DE LIMA RIBEIRO	XXXX3834XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CRISTIANE MACHADO DA SILVA	XXXX1516XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUCIANA HENRIQUE SANTOS LIMA	XXXX2403XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 72 ANA PATRICIA TAVARES ANDRADE PAIXAO	XXXX1096XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LIZZIANE BOMFIM DE OLIVEIRA SILVA	XXXX2795XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GIZELLE DE OLIVEIRA SOUZA	XXXX7421XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOÃO ACCIOLI MENEZES LINS	XXXX9863XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 214 SANDRA ROCHA SANTA ROZA	XXXX5635XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RAISSA SANTOS TRINDADE	XXXX1738XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MILLENA REGINA ANDRADE SOARES	XXXX5001XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LIDIANE COSTA SOUZA	XXXX7768XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 238 JULIO CESAR DE ARAUJO VIANA	XXXX7944XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BRUNO TÚLIO SANTANA TAVARES	XXXX4491XXXX	1º MESÁRIO - MRV
KATHERINE OLGA CORREIA ALVES SANTOS	XXXX1643XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARIANE CARVALHO MIRANDA	XXXX9454XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 252 CLARISSA TENORIO SOUSA	XXXX6228XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARCIA MATOS MAIA	XXXX4173XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JACQUELINE OLIVEIRA SILVA	XXXX0667XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARILUCIA DANTAS SANTOS	XXXX5496XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 282 GRACE DE OLIVEIRA SOUZA	XXXX5784XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CAMILA TAMARA SOUSA ANDRADE TAVARES	XXXX8879XXXX	1º MESÁRIO - MRV
BARBARA DE JESUS OLIVEIRA SAMPAIO	XXXX4259XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SARA DE ANDRADE SANTOS	XXXX6239XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 367 RAFAEL AUGUSTO DE SOUZA	XXXX1683XXXX	PRESIDENTE DE MRV
THIAGO SANTOS OLIVEIRA	XXXX3191XXXX	1º MESÁRIO - MRV

PAULA AKEMI FUJISHIMA	XXXX1855XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BRENDA ISIS NUNES MOURA	XXXX5922XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1945 - JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, EMEF		
Seção: 480 YASMIN BRITO DE JESUS	XXXX2028XXXX	PRESIDENTE DE MRV
THAYS ANDRADE RIBEIRO	XXXX3898XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ARTUR SILVA MAIA	XXXX3008XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUCAS FEITOSA RODRIGUES	XXXX9030XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU		
Local de Votação: 1945 - JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, EMEF		
Seção: 530 WILSON DE OLIVEIRA SOUZA	XXXX1744XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NAYSE THAYNARA SANTOS FERREIRA	XXXX2386XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MIGUEL FERNANDO SANTANA FIEL	XXXX3024XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VITORIA CAROLINA FERNANDES TONANI	XXXX9470XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 591 MARTA DE OLIVEIRA SANTOS LIMA	XXXX9853XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EDSON BRITO TAVARES	XXXX6019XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALYNE OLIVEIRA DE JESUS	XXXX9309XXXX	2º MESÁRIO - MRV
FLAVIANE DE SOUSA PEREIRA	XXXX9873XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1716 - JOSÉ CONRADO DE ARAUJO, EMEF		
Seção: 388 MARCONDES MORORO DOS SANTOS	XXXX2326XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA ACASSIA DIAS	XXXX3639XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SUSAN JULLYAN DE CARVALHO NASCIMENTO	XXXX2892XXXX	2º MESÁRIO - MRV
PAULO ALFRAN MENEZES SILVA	XXXX6587XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 389 SIMONE ALVES GUIMARAES	XXXX4786XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RIGLEISSON GOMES FEITOSA	XXXX1111XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WILSON CARLOS SILVA SANTOS	XXXX2854XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EMILLY TAINA SILVA DOS SANTOS	XXXX2993XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 394 BRYCE GOMES FARIAS PODEROSO	XXXX2288XXXX	PRESIDENTE DE MRV

JOSEANE LIMA DOS SANTOS	XXXX9139XXXX	1º MESÁRIO - MRV
BRENDA SANTOS DE CASTRO	XXXX2587XXXX	2º MESÁRIO - MRV
FABRICIO DA SILVA BITENCOURT	XXXX9038XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 398 ZACARIAS FIGUEIREDO LIMA	XXXX3725XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NADINE EUFRÁSIO DOS SANTOS	XXXX3960XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FERNANDA DA CONCEICAO TELES	XXXX6298XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANA BEATRIZ PEREIRA MONTEIRO	XXXX8984XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 402 LUCAS NASCIMENTO SANTOS	XXXX3835XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FLAVIA SOARES DANTAS DE CASTRO	XXXX3496XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ELAINE DE SA FEITOSA	XXXX6167XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LEONARDO SANTOS QUEIROZ	XXXX0332XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 2089 - JOSÉ SOUZA DE JESUS, EMEF		
Seção: 499 JOAO VITOR SANTOS DE LIMA	XXXX2458XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CARLOS AUGUSTO SANTOS DOS PASSOS	XXXX2937XXXX	1º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU		
Local de Votação: 2089 - JOSÉ SOUZA DE JESUS, EMEF		
Seção: 499 VIVIANE ANDRADE RAMOS	XXXX0093XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IASMIM VITÓRIA SOUZA MORAIS	XXXX9048XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 528 EDVALDO JOSÉ DOS SANTOS	XXXX4694XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SANDRELY LISLEY RODRIGUES DOS SANTOS	XXXX8118XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSE SILVEIRA DOS SANTOS	XXXX6709XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IDILIS CORDEIRO DOS SANTOS	XXXX9755XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 558 THAYS ALVES FERREIRA	XXXX3081XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SARGILA WINE REZENDE DOS SANTOS	XXXX8960XXXX	1º MESÁRIO - MRV
PEDRO HENRIQUE NASCIMENTO SILVA	XXXX9848XXXX	2º MESÁRIO - MRV
FRANCILENE SANTOS SILVA	XXXX4830XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 567 WAGGNER LUIZ SANTOS FARIAS	XXXX2646XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EDIVALDO SANTOS DA SILVA FILHO	XXXX4253XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DÁRLLEY SANTOS DOS ANJOS	XXXX9928XXXX	2º MESÁRIO - MRV

THAYANE STEPHANE DOS SANTOS LOPES	XXXX9425XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1864 - JOVINO PINTO		
Seção: 455 MARIA SABRINA OLIVEIRA DE JESUS	XXXX6127XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MEIRE NADJA MAIA DOS SANTOS	XXXX0212XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIANY LAIS SALES MOTTA ARAUJO	XXXX1688XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALEXSAN DOS SANTOS COSTA	XXXX4213XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 483 JULIANA DOS SANTOS SILVA	XXXX6002XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA CAROLINY SMIT SANTOS	XXXX7043XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LUCAS DE OLIVEIRA VASCONCELOS	XXXX1921XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ÁGATHA SAMANTHA DO NASCIMENTO GONÇALVES VARJÃO	XXXX6793XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 508 GILVANIA FERREIRA SOARES DOS SANTOS	XXXX2603XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA OFELIA GOMES DOS SANTOS	XXXX2295XXXX	1º MESÁRIO - MRV
TATIANA ALVES DIAS FALCAO	XXXX5606XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CAROLINA EDMEIA MELO DE OLIVEIRA	XXXX3112XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1368 - JUDITE OLIVEIRA, PROFA, ESCOLA		
Seção: 123 MARIA APARECIDA DE SANTANA SANTOS	XXXX7441XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VIVIANE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	XXXX7131XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALESSANDRA DA SILVA	XXXX7172XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GUILHERME TEIXEIRA DIAS SANTOS	XXXX3177XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1368 - JUDITE OLIVEIRA, PROFA, ESCOLA		
Seção: 124 BRUNA PATRICIA SANTOS VIEGAS	XXXX6648XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA CINTIA SANTOS NUNES	XXXX3614XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALINE FEITOZA FRAGA	XXXX3420XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANDREA MENDONÇA DA MOTA	XXXX2197XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 125 ERIK MARIA DA SILVA SANTOS	XXXX9677XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VANESSA COSTA DOS SANTOS	XXXX5748XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DANILO GOMES DA SILVA	XXXX0951XXXX	2º MESÁRIO - MRV

CLAUDIA CRISTINA RAMOS DO NASCIMENTO	XXXX2949XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 126 REBECA LEITE MARTINS MARQUES	XXXX6288XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CLEVERTON EVANGELISTA DOS SANTOS	XXXX2111XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EDNA OLIVEIRA DOS SANTOS	XXXX9022XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARIA JARDICCE DOS SANTOS OLIVEIRA	XXXX1080XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 127 ROBERTO DELANO SANTOS ROCHA	XXXX6306XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS	XXXX4551XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VALFRAN JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR	XXXX0505XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSE DA SILVA	XXXX0621XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 128 VAGNER SANTOS BARBOSA	XXXX4003XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GUSTAVO TUPIGY DE OLIVEIRA NASCIMENTO	XXXX1923XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JULIANA DE SOUZA MESSIAS	XXXX9378XXXX	2º MESÁRIO - MRV
WENDELL BISMARCK DA SILVA SANTOS	XXXX6722XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 176 ALEXSANDRO LIMA SANTOS	XXXX2450XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JANICE DE ANDRADE OLIVEIRA	XXXX9597XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CLAUDIA REGINA CARDOSO RODRIGUES DA SILVA	XXXX1412XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARCIA NASCIMENTO SANTOS	XXXX3568XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 243 LINDICELY ESTEVAO MUNIZ	XXXX5802XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CLAUDIA SILVA DOS SANTOS	XXXX9676XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LEILA REGINA LISBOA SILVA OLIVEIRA	XXXX5152XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ELCIO DOS SANTOS JUNIOR	XXXX2858XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 286 ROSEMARY SILVA DO CARMO	XXXX7638XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DIEGO KLEUSON SANTOS SANTANA	XXXX3037XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JAIME RODRIGUES DA SILVA	XXXX9613XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ADRIELE KARLA DA SILVA SANTOS	XXXX9139XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1368 - JUDITE OLIVEIRA, PROFA, ESCOLA		
Seção: 288 GILVAN DE JESUS SANTANA	XXXX4786XXXX	PRESIDENTE DE MRV

ALEX DE SOUZA PASSOS	XXXX6535XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SUELI FEITOSA SANTOS	XXXX9335XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSIVANIA RODRIGUES DOS SANTOS	XXXX8276XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 314 DANIELLE DUQUE MENDONÇA	XXXX3590XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALVAIZA FEITOZA FRAGA	XXXX9043XXXX	1º MESÁRIO - MRV
KATIELLE SANTOS DE SANTANA	XXXX0262XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARIANNY RAYNARA SILVA DOS SANTOS	XXXX8325XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 327 BRUNO FABRICIO DA SILVA	XXXX2791XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CAROLLINE PROFESSOR OLIVEIRA	XXXX9368XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LUCIMAR MARIA MOURA DOS SANTOS	XXXX4385XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DEBORA LUANNE RAMALHO GOMES	XXXX0345XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 362 JAIR SANTOS DA SILVA VIEGAS	XXXX0638XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALEXANDRO CARVALHO SILVA	XXXX1477XXXX	1º MESÁRIO - MRV
THIAGO ESTTEFANO LIMA DE JESUS SANTOS	XXXX1461XXXX	2º MESÁRIO - MRV
FLAVIA MELISSA BEZERRA BRASIL	XXXX1459XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 374 CONSUELO ALVES DE SOUZA	XXXX7140XXXX	PRESIDENTE DE MRV
APARECIDA DOS SANTOS	XXXX7168XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DANIEL SANTOS DA SILVA	XXXX0994XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARIA HÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS	XXXX8303XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 467 MARCELO DOS SANTOS	XXXX8756XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ROSEANE MOURA ROLEMBERG	XXXX7550XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DAMIANELLE GONCALVES DE OLIVEIRA	XXXX9172XXXX	2º MESÁRIO - MRV
WALESKA ROLLEMBERG ARAÚJO	XXXX2129XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Local de Votação: 1597 - JUGURTA BARRETO DE LIMA (ANTIGO ALBANO FRANCO GOV),
COLEGIO ESTADUAL

Seção: 298 DENISE SANTOS DE JESUS	XXXX0795XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MAIARA LIMA SANTOS	XXXX3403XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CLAUDIO ROBERTO FEITOSA DE JESUS	XXXX2535XXXX	2º MESÁRIO - MRV
NICAELE GALINDO DOS SANTOS	XXXX9297XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 311		

LEONARDO DE JESUS DOS SANTOS	XXXX8756XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CARLOS CESAR DE JESUS SANTOS	XXXX4049XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CHRISLAN DE OLIVEIRA RODRIGUES	XXXX6881XXXX	2º MESÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1597 - JUGURTA BARRETO DE LIMA (ANTIGO ALBANO FRANCO GOV),
COLEGIO ESTADUAL

Seção: 311 ANE GABRIELLE DAS NEVES INÁCIO	XXXX0341XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 323 ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS	XXXX3755XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NATALI RODRIGUES DE LIMA	XXXX2247XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARCELO MARCIO GONCALVES DE OLIVEIRA	XXXX9463XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RUAN CARLOS DA GUIA SANTOS	XXXX0793XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 344 HEVELLEY DE SOUZA MENEZES	XXXX7801XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALEXANDRO MARTINS CAVALCANTI	XXXX3875XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EDILEUZA DOS SANTOS BARROS	XXXX9487XXXX	2º MESÁRIO - MRV
TAYANE PRISCILA HORA DA SILVA SANTOS	XXXX1089XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 357 JOAO PEDRO FERREIRA DE SOUZA	XXXX9015XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALEXANDRO SANTOS DAS VIRGENS	XXXX0025XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA ANDREZA DA SILVA LIMA	XXXX2249XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JAIANE CAMILI DOS SANTOS	XXXX9109XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 372 RILAINE DA SILVA OLIVEIRA	XXXX7510XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EDIVANIO COSTA DOS SANTOS	XXXX1329XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ISABELE MARIANA DA SILVA SILVEIRA	XXXX6616XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CLARA BRAZ SANTOS	XXXX0243XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 395 INAJARA DOS SANTOS DANTAS	XXXX3622XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOSAFÁ LEITE FEITOSA	XXXX6993XXXX	1º MESÁRIO - MRV
OSVALDO JUNIOR ALVES DOS SANTOS	XXXX1201XXXX	2º MESÁRIO - MRV
KAROLINE SILVA SANTOS	XXXX0488XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 410 NATHANAEL FERREIRA SANTOS	XXXX0462XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NATALIA MARIA SANDRES CARDOSO	XXXX7557XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RAIVSON ENEAS SILVA DE AZEVEDO	XXXX1228XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RIAN SANDRO MATIAS DOS SANTOS	XXXX0458XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Local de Votação: 1104 - JUSCELINO KUBITSCHKE, PRESIDENTE, ESCOLA

Seção: 171 PAULO DANIEL SANTOS DE MATOS	XXXX2952XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CARLOS EDUARDO SANTOS SILVA	XXXX4795XXXX	1º MESÁRIO - MRV

WILLIAM ALBUQUERQUE DE JESUS	XXXX4550XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IARA KELLY DE MOURA CORREIA	XXXX3251XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 204 CARLOS ANTONIO SANTOS TEIXEIRA	XXXX4033XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1104 - JUSCELINO KUBITSCHECK, PRESIDENTE, ESCOLA

Seção: 204 FABIANA FERREIRA DA PAIXAO SANTOS	XXXX4953XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DENIZE SANTANA SANTOS	XXXX1965XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARIA GABRIELA DA CONCEIÇÃO SANTOS	XXXX3829XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 237 MURILO LIMA DE ALMEIDA JUNIOR	XXXX0794XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FRANKLIN JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA	XXXX8029XXXX	1º MESÁRIO - MRV
PATRICIA DA SILVA	XXXX3069XXXX	2º MESÁRIO - MRV
YURI RAYMOND ALVES MESSMORE COELHO	XXXX9287XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 245 LUIZA CRISTINA MOREIRA LOPES NUNES	XXXX2532XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOSE THOMAZ D'AVILA NABUCO NETO	XXXX5767XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CAUA CARVALHO DE OLIVEIRA	XXXX1494XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VINICIUS DA CUNHA XAVIER	XXXX0362XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 279 JOSEFA GRACIELA SANTOS SOARES	XXXX9231XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NYCOLLAS BARBOSA SILVA	XXXX3817XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FABIANO PEDRO HOLANDA MARTINS	XXXX3601XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RAPHAEL OLIVEIRA ALMEIDA	XXXX9999XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 381 ANTONIO MARCOS SANTANA	XXXX0328XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CARLA ARAUJO DOS SANTOS	XXXX1361XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALISSON JOSE COSTA LIMA	XXXX9220XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUANA DE SOUZA SANTOS SIMÕES	XXXX9486XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 384 ADRIANA DA SILVA	XXXX4547XXXX	PRESIDENTE DE MRV
IRAILDES DE JESUS DOS SANTOS	XXXX5041XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANACELIA BARBOZA DOS SANTOS ARAUJO	XXXX1244XXXX	2º MESÁRIO - MRV
FERNANDO HENRIQUE SANTOS NASCIMENTO	XXXX0474XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 391 FERNANDA MARIA TORRES SILVA	XXXX3919XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VAGNER SANTOS COSTA	XXXX9201XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MICHELE GOMES DA CONCEICAO	XXXX6205XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IGOR ALBERTO COSTA OLIVEIRA	XXXX2895XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 401 FABIANA MEDEIROS DE SOUZA	XXXX2084XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOSE ROBSON FARIAS DE OLIVEIRA	XXXX9075XXXX	1º MESÁRIO - MRV

PATRICIA MARIA DA SILVA	XXXX1332XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JACKELINY SUZAN VINHADELLI	XXXX7776XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 406 KARINA PEREIRA BARROS DE MELO	XXXX7927XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1104 - JUSCELINO KUBITSCHECK, PRESIDENTE, ESCOLA

Seção: 406 ADENILDES DAS VIRGENS SAMPAIO	XXXX1781XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SANDRA MARTINS DOS SANTOS	XXXX0543XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUIS PAULO SEVERINO DA SILVA	XXXX6072XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 445 ALINE PAIXAO BEZERRA NASCIMENTO	XXXX0786XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIANE DE CARVALHO ROCHA	XXXX3609XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VALDENIA FRANCISCA DOS SANTOS	XXXX2984XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SARA KETLYN DANTAS SANTOS	XXXX8925XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 590 MARLEYDE ALMEIDA DE ARAUJO LEAL	XXXX5120XXXX	PRESIDENTE DE MRV
NEYANA MARIA COELHO DE SOUZA PRADO	XXXX0456XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARTA AZAMBUJA TAUBNER	XXXX7087XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SIMONE SILVA OLIVEIRA DE AVILA	XXXX0325XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1538 - LAONTE GAMA DA SILVA, ESCOLA		
Seção: 263 JIMENES SILVA DE CARVALHO	XXXX5331XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARTA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	XXXX9609XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EDICARLOS MARTINS SANTOS	XXXX0773XXXX	2º MESÁRIO - MRV
NATALIA DIAS SANTIAGO	XXXX9710XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 270 MARIA RISANEIDE OLIVEIRA DOS SANTOS	XXXX2229XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EDILZA OLIVEIRA DOS SANTOS	XXXX7869XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JANNAINA DO NASCIMENTO FEITOSA	XXXX7977XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARCOS MATHEUS SANTOS DE OLIVEIRA	XXXX9776XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 276 JOSE ALDO DOS SANTOS	XXXX3323XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CLARA MARIA DOS SANTOS FERREIRA	XXXX5185XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ELIAS DOS SANTOS	XXXX0357XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VITÓRIA DOS SANTOS FERREIRA	XXXX9712XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 277 ANTONINA ANTONIA DOS SANTOS	XXXX4778XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GISELDA BONFIM MONTEIRO SANTOS	XXXX6856XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EDVANIO BULANDEIRA	XXXX3779XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EDNO BEZERRA NASCIMENTO JUNIOR	XXXX0057XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 280 ROSEANE LINO DOS SANTOS	XXXX3198XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANDERSON TELES DOS SANTOS	XXXX8105XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DANILO WENER MENDES DOS SANTOS	XXXX7836XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CRISLAINE DA SILVA BATISTA	XXXX6740XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1538 - LAONTE GAMA DA SILVA, ESCOLA

Seção: 287

ANA LAIS DO NASCIMENTO SANTOS XXXX8007XXXX PRESIDENTE DE MRV

LISIANE DOS SANTOS SOUZA XXXX2196XXXX 1º MESÁRIO - MRV

CLESIANA PEREIRA DOS SANTOS XXXX8610XXXX 2º MESÁRIO - MRV

JOSE RAIMUNDO FIRMINO DOS SANTOS XXXX8244XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 486

JOSE AILTON DA SILVA XXXX7585XXXX PRESIDENTE DE MRV

FABIO LIOBINO DOS SANTOS XXXX6690XXXX 1º MESÁRIO - MRV

MARIA DE FATIMA SANTOS XXXX2458XXXX 2º MESÁRIO - MRV

VIVIANE SANTOS DA CONCEIÇÃO SANTIAGO XXXX9987XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV Local

de Votação: 1473 - LEONOR TELES DE MENEZES, ESCOLA

Seção: 167

GUTEMBERGUE SANTOS DE SOUZA XXXX5700XXXX PRESIDENTE DE MRV

GIVALDA DOS SANTOS REIS SOUZA XXXX1168XXXX 1º MESÁRIO - MRV

JULIANA MENDONCA DE SOUZA XXXX6320XXXX 2º MESÁRIO - MRV

ADRIANO KAUAN DA SILVA BISPO XXXX8359XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 168

ISAIAS SANTOS DA CONCEICAO XXXX3033XXXX PRESIDENTE DE MRV

ALEXSANDRA MOREIRA DE SOUZA SANTOS XXXX2113XXXX 1º MESÁRIO - MRV

LEORYS MAIA DO NASCIMENTO XXXX2473XXXX 2º MESÁRIO - MRV

JESSICA SANTOS NASCIMENTO XXXX5256XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 199

CINTIA VALERIA SANTOS DA CONCEICAO XXXX6597XXXX PRESIDENTE DE MRV

JOCIDELIA SANTOS DE OLIVEIRA XXXX5960XXXX 1º MESÁRIO - MRV

AMANDA DOS SANTOS XXXX7129XXXX 2º MESÁRIO - MRV

IVANETE DA CONCEIÇÃO XXXX6484XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 246

RUBENS DOS SANTOS PEREIRA XXXX4627XXXX PRESIDENTE DE MRV

WEBERTON CARDOSO SANTOS XXXX9885XXXX 1º MESÁRIO - MRV

MARIA JOSE DOS SANTOS NETA XXXX0005XXXX 2º MESÁRIO - MRV

MARCOS PAULO CRUZ DOS SANTOS XXXX4879XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV Local de Votação: 2224 - LICEU DE ESTUDOS INTEGRADOS, COLÉGIO

Seção: 549

CARLOS ROBSON SILVESTRE DA SILVA MARTINS XXXX2386XXXX PRESIDENTE DE MRV
IVANIEL DE MORAIS SOUTO XXXX5675XXXX 1º MESÁRIO - MRV
JOSE MANOEL JESUS DA SILVA XXXX5983XXXX 2º MESÁRIO - MRV
FABIO MONTEIRO CAVALIERI BARBOSA XXXX7699XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 562

NIARA SILVA FONSECA XXXX6402XXXX PRESIDENTE DE MRV
SARA ROBERTA MENDES FERREIRA XXXX2852XXXX 1º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 2224 - LICEU DE ESTUDOS INTEGRADOS, COLÉGIO

Seção: 562

SOLANGE APARECIDA PAVAN ELIAS XXXX4969XXXX 2º MESÁRIO - MRV
LUCAS CAUE SALES BARBOSA XXXX3126XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 574

VANESSA PEDRO RODRIGUES XXXX0356XXXX PRESIDENTE DE MRV
DANIELE RODRIGUES GOMES SOUTO XXXX4868XXXX 1º MESÁRIO - MRV
JOSE JOCELINO RAMOS SANTOS XXXX2717XXXX 2º MESÁRIO - MRV
ANA BEATRIZ DOS SANTOS ARAÚJO XXXX8478XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 587

JOAO PAULO CUNHA MEIRELLES XXXX1471XXXX PRESIDENTE DE MRV
DALIRIA LOPES PIRES XXXX7126XXXX 1º MESÁRIO - MRV
MELISSA RODRIGUES VIANA XXXX9330XXXX 2º MESÁRIO - MRV
FRANCINE ANGELA QUERINO DE ARAÚJO XXXX2389XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV Local de
Votação: 1678 - MANOEL DIONÍSIO SANTANA

Seção: 366

DAVID CESAR FERREIRA FELIX XXXX6460XXXX PRESIDENTE DE MRV
ISABELA GONCALVES DA SILVA SANTOS XXXX7428XXXX 1º MESÁRIO - MRV
FLAVIA DE MORAES BERTOZZI XXXX5596XXXX 2º MESÁRIO - MRV
RODRIGO DE JESUS SANTOS XXXX1206XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 432

ELISANGELA DOS SANTOS GUIMARAES XXXX3886XXXX PRESIDENTE DE MRV
SHIRLEY DE SOUZA FARIAS ARAUJO XXXX4001XXXX 1º MESÁRIO - MRV
DOUGLAS BRANDAO DOS SANTOS XXXX8844XXXX 2º MESÁRIO - MRV
JAMILLY VITORIA SANTOS DOS ANJOS XXXX9271XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 469

LUCIANO SANTOS MUNIZ XXXX0955XXXX PRESIDENTE DE MRV
ALEXANDREY SOUZA ROLEMBERG XXXX7267XXXX 1º MESÁRIO - MRV
SARAH FERREIRA DE SOUZA XXXX8553XXXX 2º MESÁRIO - MRV
ANDRE VICENTE DOS SANTOS XXXX9494XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV Local de Votação:
1651 - MANOEL FRANCO FREIRE, PROF

Seção: 73

BRENO GARCIA CRUZ DE HOLANDA CAVALCANTE XXXX2708XXXX PRESIDENTE DE MRV
LIENAR MATOS ALMEIDA DE JESUS XXXX3673XXXX 1º MESÁRIO - MRV
AGNES SANTOS MELO XXXX7329XXXX 2º MESÁRIO - MRV
TALINE SANTOS ALMEIDA XXXX2961XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 74

VANESSA GRACIELA SOUZA CAMPOS XXXX4492XXXX PRESIDENTE DE MRV
PLINIO GOES NUNES BARBOZA XXXX9660XXXX 1º MESÁRIO - MRV

THYAGO LUCIO AUGUSTO DOS SANTOS XXXX1996XXXX 2º MESÁRIO - MRV
JEFFERSON MARQUES MESSIAS XXXX6785XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1651 - MANOEL FRANCO FREIRE, PROF		
Seção: 75 SORAYA MEIRELES DOS SANTOS	XXXX6512XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VALTERMARQUES MENDONCA DE JESUS	XXXX2162XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DAIANA OLIVEIRA DE MELO	XXXX1223XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANDREIA BIANCA AMARAL LOPES	XXXX9388XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 76 JUMARA SANTOS MENESES MACHADO	XXXX2757XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SERGIO LUIS LIMA DOS SANTOS	XXXX0610XXXX	1º MESÁRIO - MRV
PAULO CESAR CARDOSO ARAUJO	XXXX0520XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ISAIAS SANTOS BISPO	XXXX4587XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 268 CRISTINE ARAUJO LIMA	XXXX6139XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PAULA DAYANA SANTANA SANTOS	XXXX2250XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JUCIMONE MOURA DOS SANTOS	XXXX0266XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ELY ROSANE VIANA RIBEIRO	XXXX5053XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 303 PAULA RENATA LIMA NASCIMENTO	XXXX6436XXXX	PRESIDENTE DE MRV
KENIA VIRGINIA SOUZA SANTOS DE BRITO	XXXX4989XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SOCORRO ALVES DOS SANTOS	XXXX6491XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VALERIA CRISTINA DORIA DE SOUZA	XXXX4423XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 321 ESTER MEDEIROS DE ARAUJO	XXXX9997XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RAFAELLA CAROZO DE SOUZA SANTOS	XXXX7514XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GARDENIA CRISTINE CRUZ BISPO	XXXX3841XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARTHA GLEICY LEITE DO CARMO	XXXX3580XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 360 MOEMA BARRETO LOPES	XXXX2781XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DANILO RICARDO SOUZA LIMA	XXXX4008XXXX	1º MESÁRIO - MRV
THIAGO DE ALBUQUERQUE GUEDES	XXXX4995XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SERGIO CUSTODIO SIMOES	XXXX9012XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 382 SANDRO ALEX COSTA ARAUJO	XXXX4480XXXX	PRESIDENTE DE MRV

CARLOS CLECIO PAJEU	XXXX1819XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARYLIN MAIA DOS SANTOS	XXXX0703XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BIANCA FERREIRA PLACIDO SANTOS	XXXX0324XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 403 MARIA PATRICIA DOS SANTOS	XXXX7181XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CLAUDIA PATRICIA MENESES DE FREITAS	XXXX9856XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MAYARA CAROLINE DE ANDRADE SANTOS SILVA	XXXX0884XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ADNEIDE DA CONCEICAO LIMA	XXXX0945XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1651 - MANOEL FRANCO FREIRE, PROF		
Seção: 407 MARY KARLA MAIA DOS SANTOS	XXXX8638XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MONICA NASCIMENTO ROCHA	XXXX5715XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSE SOUZA CRUZ	XXXX7792XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ORLANDO SERGIO SANTOS LIMA	XXXX9258XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 413 MARTA REGO ARAGAO	XXXX7898XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MILEISE SOUZA DE OLIVEIRA	XXXX3328XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ILZINEY SIMOES DA SILVA CORREIA	XXXX9830XXXX	2º MESÁRIO - MRV
FERNANDA SANTANA DE OLIVEIRA ROCHA	XXXX2686XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1961 - MARIA CARLOTA DE MELO, PROF		
Seção: 256 ERISVALDO DOS SANTOS	XXXX7864XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALLAN WOLNEY SANTOS DE MORAES	XXXX0877XXXX	1º MESÁRIO - MRV
IANNE VALESSA SANTOS LUZ	XXXX6634XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ENZO CARDOSO BRITTO DE SOUZA	XXXX8678XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 307 WILLIANES DIAS DE SOUZA	XXXX6648XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ROSANGELA MARIA DA VITORIA SANTOS	XXXX2618XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JACKSON DE JESUS SILVA JUNIOR	XXXX9742XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JAILMA SOARES DA SILVA	XXXX9883XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 361 ANNELI RODRIGUES SILVA	XXXX3064XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TEREZA CRISTINA SOUZA NASCIMENTO BOTEZEL	XXXX6405XXXX	1º MESÁRIO - MRV

RENATA INES HELI DOS SANTOS	XXXX1995XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MONIQUE QUERINO DE JESUS SANTOS	XXXX3427XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1902 - NOSSA ESCOLA		
Seção: 329 CLARISSA GOMES ANDRADE ALVAIA	XXXX8666XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FABIANA GONCALVES DE SOUZA	XXXX7733XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARCELA MACIEL REIS	XXXX3660XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALEXANDRE SALOMÃO DE BRAZ OLIVEIRA	XXXX1202XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 446 MONICA RODRIGUES SILVA	XXXX1168XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CLAUDIA ALANAH LIMA DANTAS CRUZ	XXXX3827XXXX	1º MESÁRIO - MRV
THAILANY TALYSSA TELES MONTEIRO	XXXX3411XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LEONARDO ALMEIDA RIBEIRO	XXXX4250XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 456 LUCIANA PEREIRA FELIX	XXXX1453XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DORAKATT MACIEL MACEDO SOARES	XXXX5929XXXX	1º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1902 - NOSSA ESCOLA		
Seção: 456 AMANDA MENEZES NEVES VILLA FLOR	XXXX2933XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DIMITRI JOSE BEZERRA SILVA NASCIMENTO	XXXX1122XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 490 VANESSA D OLIVEIRA COSTA SILVEIRA	XXXX9082XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANTONIO MADEIRO DA SILVA AGUIAR	XXXX3466XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ARLI DE FATIMA OLIVEIRA	XXXX3822XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ARIEL CHAGAS COELHO	XXXX7871XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 509 GRASIELLE VIANA PASSOS	XXXX5025XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FABIO JOSE DA SILVA SANTANA	XXXX0664XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JUCICLEA SANTOS ALVES	XXXX2275XXXX	2º MESÁRIO - MRV
FELIPE PEREIRA GOMES DA SILVA	XXXX0166XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 518 FABIANE CAROLINE DE OLIVEIRA BERNARDES	XXXX5253XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ARTHUR ALMEIDA PASSOS	XXXX0986XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FERNANDA PEREIRA LIMA LUDUVICE	XXXX8386XXXX	2º MESÁRIO - MRV

HEITOR BRANDINO DE ALENCAR PATON	XXXX2356XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 532 MANOEL RICARDO SILVEIRA SANTOS	XXXX0624XXXX	PRESIDENTE DE MRV
WILSON VIEIRA DA SILVA NETO	XXXX4627XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GLAUBER CESAR MARQUES BARBOSA	XXXX6271XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LORENA SANTOS BOMFIM	XXXX6360XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 540 CLEDSON BATISTA DOS SANTOS	XXXX3899XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BEATRIZ ANDRADE GOMES	XXXX5658XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MITALIA DOS SANTOS	XXXX9933XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALEJANDRO ESTEBAN DA SILVA MEJIAS	XXXX4262XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1619 - NÚBIA MARQUES, PROF, EMEF		
Seção: 296 FALBER GÓES DO ESPÍRITO SANTO	XXXX2642XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JADSON BARBOSA DE MATOS FILHO	XXXX0563XXXX	1º MESÁRIO - MRV
IGOR CABRAL ALVES	XXXX5755XXXX	2º MESÁRIO - MRV
PAULO ROBERTO SACRAMENTO DA SILVA	XXXX3708XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 302 JEAN CABRAL DA SILVA SOUZA	XXXX8838XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BARBARA MUNDIM FERRARI VARGAS	XXXX7783XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ERENITA ALVES ANDRADE DE OLIVEIRA	XXXX0502XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOAO LUCAS TAVARES DE LIMA	XXXX7628XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 320 WILLANE LOREL ROLEMBERG FERREIRA SANTOS	XXXX4453XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU		
Local de Votação: 1619 - NÚBIA MARQUES, PROF, EMEF		
Seção: 320 ADRIANA CAVALCANTE LOPES	XXXX1765XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RAUNIR LIMA MATOS	XXXX6023XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LEANDRA PEREIRA DA SILVA	XXXX6176XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1562 - NUNES MENDONCA, PROF, EMEF		
Seção: 294 DESIREE SAMICO SILVA BARRETTO	XXXX5428XXXX	PRESIDENTE DE MRV
IVANILDO MATIAS DE SOUZA SILVA	XXXX8240XXXX	1º MESÁRIO - MRV
TAMARA E SILVA MELO	XXXX5225XXXX	2º MESÁRIO - MRV

FLÁVIA DE OLIVEIRA BERNARDES BRASILEIRO	XXXX1432XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 317 LUIZ EDUARDO PACHECO DOS SANTOS	XXXX5907XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JAMILE BARBOSA DA SILVA	XXXX8278XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA ALICE LIMA MORAES SCHETTINO	XXXX3374XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARIELI IRIS MENEZES NEVES	XXXX5115XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 350 KARLA THIANA OLIVEIRA DIAS	XXXX8056XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ROSELI FERREIRA LEITE DE CARVALHO	XXXX6762XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VANIA MARIA MENDES NOVAIS GOMES	XXXX6476XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ERIVANIA SANTOS NASCIMENTO PINTO	XXXX0233XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 369 MARINA SACRAMENTO RODRIGUES	XXXX2039XXXX	PRESIDENTE DE MRV
IGOR MARTINS SANTOS DE FIGUEIREDO	XXXX1657XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSEFA GONCALVES REIS	XXXX6704XXXX	2º MESÁRIO - MRV
NAYARA KARINE SANTOS SILVA	XXXX6201XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 440 TAIS NUNES MUNIZ	XXXX3877XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MONIQUE ARIANY MORAES DOS SANTOS	XXXX8499XXXX	1º MESÁRIO - MRV
STÊNIO RAPHAELL ROBERTO DE MELO PASSOS	XXXX9937XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RODRIGO MATOS SANTOS PEREIRA	XXXX5894XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1147 - OFENISIA SOARES FREIRE, PROFA		
Seção: 51 RICARDO LUCAS GUIMARAES	XXXX3749XXXX	PRESIDENTE DE MRV
APARECIDA DE FATIMA SOARES DOS SANTOS	XXXX7736XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ELISANGELA DOS SANTOS	XXXX6851XXXX	2º MESÁRIO - MRV
HEIDY DA SILVA OLIVEIRA MAXIMO	XXXX6399XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 52 FERNANDA MARTINS DE OLIVEIRA	XXXX7000XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA KELLY BARRETO SANTANA	XXXX1858XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WEDJA CARLA TRINDADE VIEIRA	XXXX7481XXXX	2º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1147 - OFENISIA SOARES FREIRE, PROFA		
Seção: 52 JADSON MOTA DA SILVA	XXXX3612XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 53 MARIA EMILIA CAETANO DOS SANTOS	XXXX8036XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DIEGO SANTOS DO CARMO	XXXX1542XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VAGNER GOMES DA SILVA	XXXX1303XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARIA WEDLA TRINDADE VIEIRA	XXXX7484XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 54 MICAELA NATASHA SENA ARAGÃO	XXXX3269XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOSE IZIDIO DE OLIVEIRA NETO	XXXX4682XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JUSIMARA SANTOS DA CONCEICAO	XXXX1947XXXX	2º MESÁRIO - MRV
AMANDA SORAYA DE ANDRADE SANTOS	XXXX1207XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 55 ANA CLAUDIA DA HORA OLIVEIRA	XXXX6625XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CRISTIANE NUNES DA CRUZ	XXXX4051XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EUSANIA JANUSSE EUZEBIO	XXXX2380XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ERICA DA SILVA TERTULINO	XXXX3275XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 56 LUCIANA DE JESUS SAMPAIO	XXXX9084XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANDREZZA KELLEY REIS SANTOS	XXXX0178XXXX	1º MESÁRIO - MRV
TAINARA IRIKAWA ANDRADE MATOS	XXXX8307XXXX	2º MESÁRIO - MRV
PATRICIA SALES LEAL MARTINEZ	XXXX2248XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 57 CHARLES RESENDE	XXXX0540XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARCIA CRISTINA ALVES SANTOS	XXXX2532XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSEFA NEIDE NASCIMENTO VIEIRA	XXXX6397XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALLAN CARVALHO DE JESUS	XXXX6580XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 58 ANA LUIZA RODRIGUES DA TRINDADE	XXXX6746XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTI COSTA	XXXX6914XXXX	1º MESÁRIO - MRV
KAUANE SANTOS BATISTA	XXXX7042XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SAMUEL FARIAS SANTANA	XXXX0420XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 59 PATRICIA BARBOZA DOS SANTOS ALMEIDA	XXXX8878XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SHEILA ANDRADE ARAUJO MATOS	XXXX0198XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MONICA VERENA TORRES MORAES BOUZON	XXXX4880XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EDILEIDE MELO DA SILVA BARROS	XXXX9909XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 60 JOSEMISIA FONTES DOS SANTOS	XXXX2370XXXX	PRESIDENTE DE MRV
--	--------------	----------------------

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1147 - OFENISIA SOARES FREIRE, PROFA

Seção: 60

MANOELA DOS SANTOS COSTA XXXX0433XXXX 1º MESÁRIO - MRV

LUCIA MARIA SANTOS SILVA LIMA XXXX7082XXXX 2º MESÁRIO - MRV

VIVIANA VIEIRA SANTOS XXXX6121XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 377

ANA BEATRIZ DANTAS DE OLIVEIRA XXXX0501XXXX PRESIDENTE DE MRV

FRANCISCO MASCARENHAS DE JESUS XXXX7690XXXX 1º MESÁRIO - MRV

ALANILSON BATISTA SANTOS XXXX1733XXXX 2º MESÁRIO - MRV

GENELUÇA CRUZ SANTANA XXXX0735XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 386

RAONI BEZERRA VARGAS OLIVEIRA SANTOS XXXX3728XXXX PRESIDENTE DE MRV

IZABEL MARIA SANTOS XXXX7816XXXX 1º MESÁRIO - MRV

ANA CRISTINA DE JESUS REIS XXXX1368XXXX 2º MESÁRIO - MRV

ANNA RACHEL DANTAS DE ALMEIDA XXXX6496XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 404

SIMONE RIBEIRO XXXX7420XXXX PRESIDENTE DE MRV

CRISTIANE SIQUEIRA FERREIRA XXXX3902XXXX 1º MESÁRIO - MRV

DEBORAH PRISCILLA FONSECA SILVA XXXX1291XXXX 2º MESÁRIO - MRV

MATEUS SOUZA SILVA XXXX7543XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 421

ISAURA SANTOS PEREIRA SOARES XXXX2163XXXX PRESIDENTE DE MRV

ICARO DE ARAUJO LAMENHA XXXX4934XXXX 1º MESÁRIO - MRV

SHIRLEY SILVA SANTOS XXXX1821XXXX 2º MESÁRIO - MRV

GILZA MARIA DOS SANTOS XXXX4055XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV Local de Votação: 1511 -

PAULINO NASCIMENTO, ESCOLA ESTADUAL

Seção: 500

CAMILA CARVALHO DELGADO XXXX1163XXXX PRESIDENTE DE MRV

LUCIANA SANTOS ROGACIANO XXXX8633XXXX 1º MESÁRIO - MRV

JAINE CYELE SANTOS DE ANDRADE XXXX4746XXXX 2º MESÁRIO - MRV

GILDA DE JESUS GOIS XXXX0211XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 501

ROBSON DA CRUZ RIBEIRO XXXX8096XXXX PRESIDENTE DE MRV

PAMELA YARA SANTOS NEVES XXXX2817XXXX 1º MESÁRIO - MRV

ELLEN LUANA DIAS DOS SANTOS XXXX3035XXXX 2º MESÁRIO - MRV

GISELLE DA CONCEICAO SANTOS XXXX6795XXXX 1º SECRETÁRIO - MRV Local de Votação:

1120 - PETRONIO PORTELA, MINISTRO

Seção: 255

DANIELA ALMEIDA RODRIGUES XXXX3345XXXX PRESIDENTE DE MRV

ODIRLEI MESQUITA DE OLIVEIRA XXXX9407XXXX 1º MESÁRIO - MRV

GEVESSON GOMES DOS SANTOS XXXX4205XXXX 2º MESÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1120 - PETRONIO PORTELA, MINISTRO	
--	--

Seção: 255 LUIS FERNANDO DE QUEIROZ LOURENCO	XXXX2211XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 269 ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTI	XXXX8660XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DAIZA VALERIA DA SILVA SOBRAL	XXXX6587XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CARLOS MAGNO ANDRADE DOS SANTOS	XXXX9366XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CLEITON DOS SANTOS	XXXX8145XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 275 LORENA VIEIRA RIBEIRO	XXXX3859XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EVERTON ALVES DOS SANTOS	XXXX0446XXXX	1º MESÁRIO - MRV
KARINE PRISCILLA SANTOS RIBEIRO MILITÃO	XXXX6231XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MANOEL AZEVEDO FERNANDES NETO	XXXX2718XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 284 SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA FELIPE	XXXX4591XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA DOS PRAZERES VIEIRA AQUINO	XXXX3318XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA CLAUDIA RIBEIRO DOS SANTOS	XXXX1707XXXX	2º MESÁRIO - MRV
PATRICIA REIS DOS SANTOS	XXXX0742XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 289 RAFAELA BATISTA DOS SANTOS	XXXX1495XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MURILO LEANDRO DA SILVA	XXXX6513XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CARLOS RAFAEL DOS SANTOS	XXXX0588XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VANDERSON SOARES DA SILVA	XXXX0844XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 300 SABRINA DUARTE CARDOSO	XXXX1673XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BRUNELLY ALVES LIMA	XXXX6579XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ADRIANA TAVARES DA INVENCAO FERNANDES	XXXX6075XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ARALY FONTES PEREIRA	XXXX5544XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 316 ALESSANDRA VIEIRA SILVA	XXXX2011XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FABIO ROBERTO DA SILVA	XXXX4455XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SIMONE SOARES XAVIER	XXXX2498XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DIEGO SOARES DA CONCEICAO	XXXX3044XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 328 IARA ALVES DE FARIAS	XXXX0647XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RAFAEL DA SILVA NASCIMENTO	XXXX1538XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALAN DA SILVA OLIVEIRA	XXXX8302XXXX	2º MESÁRIO - MRV

CRISTIANO FERNANDES SANTOS DA INVENÇÃO	XXXX0039XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 351 ANTONIO JOSE DOS SANTOS JUNIOR	XXXX7832XXXX	PRESIDENTE DE MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1120 - PETRONIO PORTELA, MINISTRO		
Seção: 351 BRUNO LEONARDO GOIS DE MELLO	XXXX2277XXXX	1º MESÁRIO - MRV
IDELVALDO SILVA DOS SANTOS	XXXX2773XXXX	2º MESÁRIO - MRV
DEIVSON LUIZ MATOS DA SILVA	XXXX1999XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 359 ELDER SANTOS	XXXX8599XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EGNOBALDO DE AQUINO JUNIOR	XXXX2648XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA CAROLINA GUIMARAES DE BARROS	XXXX2646XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANA PAULA FERREIRA LESSA	XXXX3562XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 373 DANIELA RODRIGUES DOS SANTOS ROCHA	XXXX8366XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FABIOLA DA CUNHA ALMEIDA	XXXX7347XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA ALEXSANDRA OLIVEIRA NUNES	XXXX1986XXXX	2º MESÁRIO - MRV
VANESCA DANTAS MATOS MOURA	XXXX6168XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 379 ADEMILSON DO NASCIMENTO	XXXX7323XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TATIANE RODRIGUES	XXXX4253XXXX	1º MESÁRIO - MRV
HALLEY MATOS TAVARES SANTOS	XXXX6409XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARISE COSTA SANTOS CHAVES	XXXX3895XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 400 FERNANDA PATRICIA LEITE DO NASCIMENTO	XXXX0322XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUCY ALEXSANDRA BATISTA	XXXX9257XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ARUANA DA SILVA SANTANA NASCIMENTO	XXXX0812XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUCAS RAFAEL SANTIAGO SOUSA	XXXX5833XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 409 ALBERTO ARAUJO COSTA	XXXX6886XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOÃO COSME SANTOS REIS ARAUJO	XXXX5271XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SERGIO BARBOSA DE OLIVEIRA	XXXX8121XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ELISANGELA CHAVES DE CAMPOS	XXXX5200XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 437 WILSON CARVALHO NETO	XXXX7664XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALBERTA MUNIZ CHAGAS	XXXX3953XXXX	1º MESÁRIO - MRV
KEYSE DE SOUZA SILVA	XXXX3456XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CARLA VIVIANE MENESES MACEDO	XXXX2292XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1074 - SANTOS DUMONT		
Seção: 27 ROGERIO LEAL	XXXX9767XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CLAUDIA VALÉRIA LOPES DO NASCIMENTO	XXXX3892XXXX	1º MESÁRIO - MRV
KAUAN DOUGLAS CAVALCANTE DA CONCEIÇÃO	XXXX2939XXXX	2º MESÁRIO - MRV
PAULO CARDOSO CONCEIÇÃO JÚNIOR	XXXX8750XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1074 - SANTOS DUMONT		
Seção: 28 MARCOS VENICIO RODRIGUES	XXXX2679XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EVA DE SOUZA DACIO SANTOS	XXXX8213XXXX	1º MESÁRIO - MRV
STENIO SANTOS DA CRUZ	XXXX6938XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BRUNA EMANUELLE VASCONCELOS DE FREITAS SANTOS	XXXX2864XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 29 ALINE MARIA CARDOSO PASSOS SANTOS	XXXX6205XXXX	PRESIDENTE DE MRV
AGNALDO DE JESUS SANTANA	XXXX2860XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDRE BARRETTO PEREIRA	XXXX5674XXXX	2º MESÁRIO - MRV
STEFANYR CRISTINA SOUZA DE OLIVEIRA	XXXX1959XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 30 PRISCILLA MARIA VIEIRA LYRA	XXXX4453XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA NIRAILDE ROCHA DOS SANTOS CRUZ	XXXX3007XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EZEQUIEL SILVA DE ANDRADE	XXXX6305XXXX	2º MESÁRIO - MRV
OTÁVIO AUGUSTO SILVA SANTOS	XXXX9979XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 31 CARLOS FERNANDO GONÇALVES DE SÁ	XXXX0891XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EDILSON FERREIRA GUSMAO JUNIOR	XXXX4226XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EMILY BRENDAH PODEROSO REZENDE	XXXX6041XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GLEISLANE SANTOS DA CONCEIÇÃO LIMA	XXXX4964XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 32 FABIO HENRIQUE DE ALMEIDA SANTOS	XXXX0471XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JOELMA BATISTA AMORIM	XXXX0889XXXX	1º MESÁRIO - MRV

TATIANE CARDOSO DOS SANTOS	XXXX4909XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SIBELE SERAFIN SILVA	XXXX7582XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 33 MARCIA FERREIRA SANTIAGO FEITOSA	XXXX0888XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PAULO ROGERIO CORTEZ LEAL	XXXX9378XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDRE LUIZ LOPES ROBERTO DA SILVEIRA	XXXX3645XXXX	2º MESÁRIO - MRV
THIARA SENA BARRETO	XXXX3452XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 34 MARIA TANIA SANTOS NUNES	XXXX4632XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANTONIO JOSE DOS SANTOS COSTA	XXXX7288XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA LUZIA DA SILVA SANTOS	XXXX5849XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GERNAN ROCHA DOS SANTOS JOÃO	XXXX8575XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 35 LEANDRESSON CHAGAS SANTOS DE JESUS	XXXX3752XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FERNANDA BITTENCOURT SANTOS	XXXX4996XXXX	1º MESÁRIO - MRV
BARBARA ANDREIA SOBRAL FEITOSA	XXXX5570XXXX	2º MESÁRIO - MRV
RAYANE SANTOS CARDOSO	XXXX8776XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1074 - SANTOS DUMONT		
Seção: 36 NIVEA DE PAULA PAESANTE	XXXX1225XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ILNETE MARIA SANTOS	XXXX7690XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CARINE DA SILVA	XXXX6392XXXX	2º MESÁRIO - MRV
LUCIANE SOUZA DA SILVA	XXXX6235XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 37 WILDER NASCIMENTO DE AZEVEDO	XXXX2265XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FLAVIA VIEIRA SANTOS SILVA	XXXX2783XXXX	1º MESÁRIO - MRV
SERGIO ROBERTO COSTA	XXXX0362XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ROSIANE DANTAS PACHECO	XXXX1477XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 38 MARCELA MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS	XXXX1465XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LAUDICEIA PEREIRA DA SILVA	XXXX0250XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ROMILDO SANTOS VIEIRA	XXXX6737XXXX	2º MESÁRIO - MRV
PAULA CAROLINA LUSTOSA PASSOS	XXXX9759XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 39 JOELISON RODRIGUES DE JESUS	XXXX5182XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA INEZ RODRIGUES DOS SANTOS	XXXX2777XXXX	1º MESÁRIO - MRV
IACY FARIAS DE OLIVEIRA	XXXX7946XXXX	2º MESÁRIO - MRV

RAFAELA DE JESUS BATISTA	XXXX2832XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 475 DANIEL BRANDAO DE MACEDO SILVA	XXXX1948XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PERCY DANIEL ARCE SANTOS	XXXX8323XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EDLEIA HENRIQUE DE BRITO ANTUNES	XXXX3133XXXX	2º MESÁRIO - MRV
TEO SANTOS MONTEIRO MELO	XXXX9653XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1686 - TENISSON RIBEIRO		
Seção: 365 REGINA CELIA NUNES DOS REIS	XXXX3482XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARIA JOSE DIAS DOS SANTOS	XXXX9075XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARCOS VINICIUS TAVARES SANTOS	XXXX2128XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ROBERTA VITÓRIA BRITO SANTOS	XXXX9089XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 405 CLARISSA REIS MELO	XXXX8971XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SILVANIA FERREIRA SANTOS	XXXX8537XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANDRESSA KARINE VIEIRA ARAUJO	XXXX5941XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SHIRLEY FIGUEIREDO SANTOS	XXXX5711XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 416 CINTIA REGINA GUERRA CORREA	XXXX3434XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANDRE RODRIGO FREIRE MENEZES LUCAS	XXXX1493XXXX	1º MESÁRIO - MRV
EMMILY CARLA BUNE SANTOS	XXXX8054XXXX	2º MESÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU		
Local de Votação: 1686 - TENISSON RIBEIRO	XXXX9631XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 416 JAMILE ATES DE OLIVEIRA		
Seção: 427 LISLANE RIBEIRO DE BRITO GUERRA	XXXX8013XXXX	PRESIDENTE DE MRV
CATIANE CRUZ RODRIGUES DE LIRA	XXXX9718XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA SIANA DOS SANTOS SACRAMENTO	XXXX0689XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ROSEANA CARLA OLIVEIRA PORTO BEZERRA	XXXX8057XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 449 ESTELA FABIANA DO SACRAMENTO	XXXX7492XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUCAS EDUARDO WEBER	XXXX0772XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALEX DA SILVA SANTOS	XXXX3108XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARÍLIA SANTOS ANDRADE	XXXX4276XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 505 FLAVIA ALCANTARA NASCIMENTO	XXXX9773XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LEILA MARIA VASCONCELOS GARCEZ	XXXX5159XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DANIELA DE OLIVEIRA	XXXX7490XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IRAN CHAGAS DE ALMEIDA	XXXX8721XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1899 - UNIVERSIDADE TIRADENTES - CAMPUS FAROLÂNDIA		
Seção: 24		

ANA LUCIA DOS SANTOS	XXXX3069XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FATIMA ANGELICA DA SILVA FONSECA	XXXX4287XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CLAUDIA PAIXAO BARBOSA DA SILVA	XXXX4603XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BARBARA PODEROSO ANDRADE	XXXX6894XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 192 CARLA SORAIA FIGUEIREDO SANTANA RODRIGUES	XXXX6757XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ELIANE DE OLIVEIRA COSTA	XXXX5752XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA VALERIA ALVES CALMON ALMEIDA	XXXX0128XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARILENE BEZERRA LEITAO	XXXX9182XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 200 GICELI CARVALHO BATISTA FORMIGA	XXXX2293XXXX	PRESIDENTE DE MRV
REGINALDO ALVES BAZAN	XXXX5081XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GLAUCO PACIFICO DOS SANTOS	XXXX4485XXXX	2º MESÁRIO - MRV
BRUNA CAROLINE DE OLIVEIRA CATÃO	XXXX6724XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 244 EMILY SUELLE MOURA DE SOUZA	XXXX3736XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VICTOR LEONE DIAS DOS SANTOS	XXXX8628XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LAURA SANTOS DE SANTANA	XXXX4095XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALESSANDRA SANTOS	XXXX5677XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 250 IURI RAONE SANTOS MACHADO	XXXX7517XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1899 - UNIVERSIDADE TIRADENTES - CAMPUS FAROLÂNDIA

Seção: 250 INGRID DA COSTA ANDRADE	XXXX1849XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VICTOR PEREIRA ROCHA	XXXX3010XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARCOS CARDOSO SANTOS	XXXX6471XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 408 PEDRO IVO RAMOS NUNES	XXXX7182XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARCIA MENEZES DE ANDRADE	XXXX0193XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ISADORA TRINDADE POERSCHKE	XXXX8486XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GABRIELLA VIANA MENEZES	XXXX3486XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 411 WILLIBILLYJEAN DIAS DOS SANTOS SOUZA	XXXX0192XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ISABELLA SILVA MELO	XXXX0523XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JAMARES DA CONCEICAO SANTOS	XXXX8631XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOCIARA BATISTA ALVES	XXXX1245XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 414 JOSE RICARDO DE MENEZES TEIXEIRA	XXXX4985XXXX	PRESIDENTE DE MRV
HERCILIO JOSE DOS SANTOS SILVA JUNIOR	XXXX1679XXXX	1º MESÁRIO - MRV
LEIDE SOUZA	XXXX7003XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CLAUDIA MARIA ALVES	XXXX0828XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 444 WILMA MAYRINK DE SOUZA	XXXX9676XXXX	PRESIDENTE DE MRV
VIVIAN RIBEIRO PANTA	XXXX7489XXXX	1º MESÁRIO - MRV
DANILO MARCOS ROCHA PRATA	XXXX3640XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOÃO PAULO TEIXEIRA DA SILVA	XXXX9236XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 454 ROMEU SOARES SILVA	XXXX1592XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ERICA MENDONCA MOTA DE OLIVEIRA	XXXX0734XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ROSINALDO NASCIMENTO DE JESUS	XXXX9466XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CRISTIANO ROCHA MENEZES JUNIOR	XXXX8838XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 459 ITANNA PRADO OLIVEIRA ALMEIDA	XXXX3735XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PRISCILA ESTHEFANY SANTANA DOS SANTOS	XXXX2530XXXX	1º MESÁRIO - MRV
GABRIELA DE MELO SANTOS	XXXX6341XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EDILAINE ARCANJO SANTOS	XXXX7697XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 470 TEREZA CECILIA COSTA DO NASCIMENTO	XXXX9321XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DURVAL TEIXEIRA ROCHA NETO	XXXX7461XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CLERTON MAGNO ROCHA SANTANA PEREIRA	XXXX5052XXXX	2º MESÁRIO - MRV
INGRID MOURA	XXXX5271XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 472 WILLIAMS SANTOS MACHADO JUNIOR	XXXX0312XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1899 - UNIVERSIDADE TIRADENTES - CAMPUS FAROLÂNDIA

Seção: 472 JOSE OLYNTHO DE OLIVEIRA FILHO	XXXX0663XXXX	1º MESÁRIO - MRV
NAYARA NUNES OLIVEIRA	XXXX7886XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ALINE OLIVEIRA DE JESUS	XXXX7674XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 477 HANNAH CAMILLA GOIS SANTOS VIEIRA	XXXX4196XXXX	PRESIDENTE DE MRV
RAFAELA SOUZA NOVA LIRA	XXXX2029XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARCUS VINICIUS SALES DE ARAUJO	XXXX5856XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EVELYN OLIVEIRA MATEUS	XXXX4246XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 507 SHIRLEY DOS SANTOS	XXXX8049XXXX	PRESIDENTE DE MRV
PRISCILA DOURADO TORRES LEAL	XXXX0502XXXX	1º MESÁRIO - MRV
BRUNO VIEIRA MENDES	XXXX8664XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JULIANNE CRUZ SANTOS	XXXX6306XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 513 LUCIA ROBERTTA MATOS SILVA DOS SANTOS	XXXX4817XXXX	PRESIDENTE DE MRV
IRACEMA DANTAS VIANA	XXXX2336XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ADRIANA RAMOS DE SOUZA	XXXX0646XXXX	2º MESÁRIO - MRV

EVELLYN MARIA CARVALHO FEITOSA	XXXX2271XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 519 ANDRE DE OLIVEIRA CORTES	XXXX2503XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARCOS DANILO DE LIRA GOMES	XXXX2162XXXX	1º MESÁRIO - MRV
THAYANNE JANINE MORAES MENDONÇA	XXXX0091XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JULIANA MARTINS MIRANDA SALES	XXXX4809XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 533 MARIA ANDREZA VIEIRA	XXXX5686XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUCIENE MEIRELLES LECKAR	XXXX2944XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSIEL DE JESUS DANTAS	XXXX7168XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARLOS AUGUSTO RIBEIRO BARBOSA	XXXX8046XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 544 ROSIMEIRY LEITE SANTOS	XXXX8978XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LICIERE ROCHA GALVAO DE CARVALHO	XXXX6630XXXX	1º MESÁRIO - MRV
TIAGO ROCHA AZEVEDO	XXXX1170XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CHENYA VALENCA COUTINHO	XXXX5667XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 550 TATIANA SCARDINI MEDEIROS	XXXX5216XXXX	PRESIDENTE DE MRV
BRAYANT GONÇALVES DO NASCIMENTO	XXXX7198XXXX	1º MESÁRIO - MRV
FATIMA DOS SANTOS DE JESUS	XXXX8869XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSE ROBERTO RIOS MORAES SILVA	XXXX7995XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 557 JOAO PAULO SANTOS FONTES	XXXX2509XXXX	PRESIDENTE DE MRV

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1899 - UNIVERSIDADE TIRADENTES - CAMPUS FAROLÂNDIA

Seção: 557 RAYSSA FRANÇA VEIGA LIMA	XXXX3981XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RICARDO LUIZ CARVALHO OSORIO	XXXX3257XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ROBSON ANDRADE SOUZA	XXXX3994XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 564 RAIMUNDO DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR	XXXX4392XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ALEX RAMALHO DAS NEVES	XXXX5851XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ISA LAIS FERREIRA DE ASSIS	XXXX6629XXXX	2º MESÁRIO - MRV
EVERALDO DE JESUS NASCIMENTO FILHO	XXXX9163XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 569 TAIS NASCIMENTO RIOS	XXXX7508XXXX	PRESIDENTE DE MRV
MARCILIANE BRAVIN MENDONCA	XXXX9563XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARINA BISPO SANTOS	XXXX5062XXXX	2º MESÁRIO - MRV
KLAVERT ALAN FRANÇA DE LIMA	XXXX8514XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 578 CLAUDIA DANIELLE MELO SOARES	XXXX2504XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ZELMA REGINA MENEZES MOTTA	XXXX9354XXXX	1º MESÁRIO - MRV

MARCIO CARVALHO MELO	XXXX5784XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CLAYDSON ARLAN DE SOUZA EUFRASIO	XXXX3844XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 582 FABIO MEDEIROS MOREIRA	XXXX3812XXXX	PRESIDENTE DE MRV
TALITA VERÔNICA DA SILVA	XXXX6384XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSY ARAGAO CARVALHO SANTOS	XXXX7886XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GILVAN DE VALOIS SOUSA BISPO	XXXX6619XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 593 NÁDIA CAVALCANTE DA CRUZ	XXXX4677XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SOFIA SILVA DA LUZ RODRIGUES	XXXX2184XXXX	1º MESÁRIO - MRV
VANILTON MÁXIMO DOS SANTOS	XXXX2444XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MARIA HELENA DE OLIVEIRA PESSOA	XXXX8498XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Local de Votação: 1775 - VITORIA DE SANTA MARIA		
Seção: 264 ROMENITES SANTOS FERREIRA	XXXX8390XXXX	PRESIDENTE DE MRV
SAMARA DOS ANJOS SOUZA	XXXX0892XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CAROLINA REGINA DA SILVA SANTOS	XXXX6403XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JANDIRA MIRANDA FRAGA	XXXX1149XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 396 GILVERSON DE OLIVEIRA GONCALVES	XXXX4688XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GISELLY CARDOSO BATISTA	XXXX6183XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WALASSI BARBOSA DOS SANTOS	XXXX1739XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ADRIAN KELVIN DA CONCEICAO SANTOS	XXXX0276XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Município: 31054 - ARACAJU		
Local de Votação: 1775 - VITORIA DE SANTA MARIA		
Seção: 451 FELIPE EVANGELISTA DOS SANTOS	XXXX2569XXXX	PRESIDENTE DE MRV
LUCIANA ROCHA SANTOS	XXXX8384XXXX	1º MESÁRIO - MRV
IVANETE MIGUEL DA SILVA	XXXX1314XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSÉ VENÍCIO FERREIRA DOS SANTOS	XXXX9996XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 464 ANTONIO MARCOS TELES DOS SANTOS	XXXX7442XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA CLARA GUILHERME FERREIRA DOS SANTOS	XXXX9770XXXX	1º MESÁRIO - MRV
NICOLE FELIPE DO NASCIMENTO	XXXX6513XXXX	2º MESÁRIO - MRV
CAIQUE ARAGAO NASCIMENTO	XXXX0753XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 482 JONISSON AMARAL SANTOS	XXXX3118XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EMILLY RIBEIRO SILVA	XXXX8010XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MATEUS DA COSTA ALMEIDA	XXXX1681XXXX	2º MESÁRIO - MRV
GUSTAVO ALEXANDRE MAURICIO SILVA	XXXX0663XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 491 DELSON DOS SANTOS RODRIGUES	XXXX9018XXXX	PRESIDENTE DE MRV

ROSANGELA DICK SANTOS	XXXX1947XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ESAKYEL FEITOSA SANTOS	XXXX0140XXXX	2º MESÁRIO - MRV
IVANILSO ARNALDO DOS SANTOS	XXXX0237XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 517 JOAO AUGUSTO JESUS DE SOUZA	XXXX6371XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JAMISSON FEITOZA FLORENCIO SANTOS	XXXX0986XXXX	1º MESÁRIO - MRV
PAULO RODRIGO DOS SANTOS	XXXX3394XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JULIANO SILVA SANTOS	XXXX0326XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 537 ERIC DOS SANTOS BEZERRA	XXXX8857XXXX	PRESIDENTE DE MRV
EVERTON SILVA DOS SANTOS	XXXX4939XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ALICE FONTES DE SANTANA	XXXX5713XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MIGUEL ALEXANDRE DE JESUS SANTOS	XXXX0393XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 542 JOSE MAYCON SANTOS RIACHAO	XXXX4515XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FRANCIELLE SANTOS SILVA	XXXX3808XXXX	1º MESÁRIO - MRV
JOSE MIKAEL COROA SANTOS	XXXX9942XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SILAS MANOEL SILVA DOS SANTOS	XXXX0354XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 545 ANA PAULA OLIVEIRA DOS SANTOS	XXXX8661XXXX	PRESIDENTE DE MRV
FRANKLIN ALVES PEREIRA SOBRINHO	XXXX6300XXXX	1º MESÁRIO - MRV
WILLIANE DE JESUS SANTOS	XXXX9941XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SAMUEL DA COSTA SANTOS	XXXX0613XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Município: 31054 - ARACAJU Local de Votação: 1775 - VITORIA DE SANTA MARIA		
Seção: 553 TAMIRES FEITOSA DOS SANTOS BARRETO	XXXX3130XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ELSON SANTOS RIBEIRO JUNIOR	XXXX1712XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANNA KELLE DA CRUZ FREITAS	XXXX4540XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JULIANO TORRES SANTOS	XXXX0245XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 598 LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS	XXXX6282XXXX	PRESIDENTE DE MRV
ANA ALICE PEREIRA DOS REIS	XXXX5711XXXX	1º MESÁRIO - MRV
MARIA IRANEIDE DE OLIVEIRA ALMEIDA	XXXX4681XXXX	2º MESÁRIO - MRV
MATEUS ALCANTARA DA CRUZ	XXXX0494XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Local de Votação: 1520 - WOLNEY LEAL DE MELO (ANTIGO ANDRÉ MESQUITA), ESCOLA

Seção: 253 JOSE LEANDRO DOS SANTOS	XXXX8510XXXX	PRESIDENTE DE MRV
GLAUCON CLEITON MENEZES SANTOS	XXXX7953XXXX	1º MESÁRIO - MRV
ANA VIRGÍNIA SANTOS DANTAS	XXXX3011XXXX	2º MESÁRIO - MRV
ANGELINA BATISTA CORREIA SANTOS	XXXX9903XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Seção: 257 ANDREA CRISTINA REIS DOS SANTOS	XXXX6097XXXX	PRESIDENTE DE MRV
DAYANE DA SILVA TELES	XXXX6180XXXX	1º MESÁRIO - MRV
RAILDA DOS SANTOS GOMES SILVA	XXXX1386XXXX	2º MESÁRIO - MRV
JOSE FABIO BEZERRA SANTANA ALVES	XXXX5979XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV
Seção: 262 SÍLVIA ANDRESA SANTOS COSTA	XXXX1710XXXX	PRESIDENTE DE MRV
JORGE SOUZA SANTOS	XXXX4495XXXX	1º MESÁRIO - MRV
CAMILA MORAIS SANTOS RODRIGUES	XXXX7956XXXX	2º MESÁRIO - MRV
SANDRO JOSE DE BARROS	XXXX4254XXXX	1º SECRETÁRIO - MRV

Os motivos justos para recusa que tiverem os nomeados - da livre apreciação do Juiz - somente poderão ser alegados até 5 (cinco) dias contados da nomeação, salvo se sobrevindos depois desse prazo.

Por outro lado, o mesário que não comparecer ao local, em dia e hora determinados para a realização do pleito, sem justa causa apresentada até 30 (trinta) dias após, incorrerá nas sanções previstas na legislação eleitoral.

E, para amplo conhecimento de todos os interessados, especialmente aos eleitores pertencentes à 027ª Zona Eleitoral ARACAJU/SE, foi publicado o presente edital no jornal oficial, onde houver, e, não havendo, em Cartório, contendo as nomeações feitas, ficando intimados os mesários, para comporem as Mesas no dia e lugares designados, às 7 (sete) horas (horário oficial de Brasília).

O referido é verdade. Lavrado no Cartório da 027ª Zona Eleitoral/SE.

Eu ALDO DE ALBUQUERQUE MELLO Juiz(Juíza) da 027ª Zona Eleitoral, assino.

ARACAJU, 2 de agosto de 2024

Dr(a) ALDO DE ALBUQUERQUE MELLO

Juiz(Juíza) da 027ª Zona Eleitoral

EDITAL Nº 03/2024 - DESIGNAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS SEÇÕES ELEITORAIS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

EDITAL Nº 03/2024

DESIGNAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS SEÇÕES ELEITORAIS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

O(A) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) ALDO DE ALBUQUERQUE MELLO, Juiz(Juíza) da 27ª Zona Eleitoral, ARACAJU/SE, no exercício de suas atribuições, FAZ SABER a todos os que virem o presente Edital ou dele tiverem conhecimento, aos Srs. Eleitores, Fiscais e Delegados de Partidos Políticos, e aos demais interessados, que nos termos do art. 135 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), foram designados os locais abaixo por este Juízo Eleitoral, discriminados onde funcionarão as MESAS RECEPTORAS DE VOTOS desta 27ª Zona Eleitoral, com vistas ao pleito: ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024 - primeiro turno e segundo turno, se houver.

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1015 - ALCEU AMOROSO LIMA, ESCOLA

Endereço: AV JOSE M. PRUDENTE, S/N, C.J. STA TEREZA AEROPORTO Seções: 1, 2, 3, 208, 225, 301, 345, 370.

Local de Votação: 2062 - ARTHUR BISPO DO ROSARIO, EMEF

Endereço: RUA EXPEDICIONARIO BRASILEANO DE OLIVEIRA GOMES, 01 (ANTIGA B12) - ORL SAO CONRADO Seções: 493, 496, 502, 511, 547.

Local de Votação: 1856 - ÁUREA MELO/ZAMOR, PROF, EMEI

Endereço: PÇA DÁRIO FERREIRA NUNES, S/N - CONJ ORLANDO DANTAS SAO CONRADO
Seções: 461, 473, 479, 488, 503.

Local de Votação: 1333 - BARAO DE MAUA, ESCOLA

Endereço: RUA 02, S/N, CJ. ORLANDO DANTAS SAO CONRADO

Seções: 174, 185, 194, 206, 239, 248, 258, 267, 272, 290, 305, 306, 415, 419, 430, 439.

Local de Votação: 1350 - BENEDITO OLIVEIRA, PROF. ESCOLA Endereço: RUA 10, N 231, CJ.
ORLANDO DANTAS SAO CONRADO Seções: 175, 212, 223, 230, 233, 240, 271, 346, 368, 375,
423, 434.

Local de Votação: 1848 - BENJAMIN ALVES DE CARVALHO, EMEI

Endereço: RUA CEL. JOSÉ FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE, 2291 COROA DO MEIO Seções:
412, 422, 429, 453.

Local de Votação: 2003 - CEA - COLÉGIO CEA LTDA

Endereço: RUA C, 35 - CONJUNTO AUGUSTO FRANCO FAROLANDIA Seções: 492, 515, 541,
554.

Local de Votação: 1627 - CENTRO EDUCACIONAL ATLANTICO Endereço: RUA ENG JOAO
CARVALHO DE ARAGAO, 69 ATALAIA

Seções: 297, 313, 325, 347, 363, 371, 387, 393, 426, 431, 438, 441, 447, 596.

Local de Votação: 2100 - COLÉGIO APRENDIZ

Endereço: RUA L, 167 LOTEAMENTO AQUARIUS ARUANA Seções: 535, 539, 551, 565, 573, 580.

Local de Votação: 1880 - COLÉGIO ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS -
FAROLÂNDIA Endereço: RUA TENENTE ANTÔNIO FONTES PITANGA, 146 FAROLANDIA
Seções: 463, 487, 498, 534, 597.

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1694 - COLÉGIO BRASIL

Endereço: RUA DEPUTADO RAIMUNDO DINIZ, 378 ATALAIA Seções: 25, 26, 170, 380.

Local de Votação: 2020 - COLÉGIO CELEBRIDADES

Endereço: RUA LOURENÇO MORAIS DE ALMEIDA, 15, AEROPORTO, ARACAJU, SE
AEROPORTO Seções: 494, 495, 510, 521.

Local de Votação: 1953 - COLEGIO ESPLENDOR

Endereço: RUA ANTONIO LEITE GUIMARÃES, 500 AUGUSTO FRANCO FAROLANDIA Seções:
478, 489, 514, 548, 568.

Local de Votação: 1910 - COLÉGIO INTELLECTUS

Endereço: AVENIDA MÁRIO JORGE MENEZES VIEIRA, 113 COROA DO MEIO Seções: 458,
474, 485, 497.

Local de Votação: 2160 - COLÉGIO JARDINS AII

Endereço: RUA MESTRE MESSIAS DE SANTANA, N. 293 SAO CONRADO Seções: 563, 570,
579, 592, 599.

Local de Votação: 1759 - COLEGIO MICHELANGELO

Endereço: RUA PAULO CEZAR NOVAIS, 425 CONJ SOL NASCENTE JABOTIANA Seções: 417,
424, 428, 435.

Local de Votação: 1708 - CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL
Endereço: RUA JOSUÉ DE CARVALHO CUNHA, 900 COROA DO MEIO
Seções: 169, 172, 254, 266, 285.

Local de Votação: 1660 - DIOMEDES SANTOS SILVA, PROF. - EMEF Endereço: AV. PRINCIPAL,
950 SANTA MARIA

Seções: 364, 376, 378, 383, 385, 448.

Local de Votação: 1872 - ELIAS MONTALVÃO, EMEI Endereço: RODOVIA DOS NÁUFRAGOS S
/N MOSQUEIRO Seções: 308, 349, 457, 484, 522.

Local de Votação: 2127 - E.M.E.F. ANÍSIO TEIXEIRA Endereço: RUA FIRMINO FONTES, 381 ATALAIA Seções: 559, 560, 571, 575, 586.

Local de Votação: 2232 - E.M.E.F JOÃO OLIVA ALVES Endereço: AV. ALEXANDRE ALCINO S/N SANTA MARIA Seções: 555, 556, 572, 577, 588, 594.

Local de Votação: 1767 - FACULDADE PIO DECIMO Endereço: AV TANCREDO NEVES, 5655 JABOTIANA

Seções: 392, 442, 443, 452, 476, 504, 506, 512, 520, 536, 543, 546, 552, 561, 566, 576, 581, 595.

Local de Votação: 1457 - FLORENTINO MENEZES

Endereço: RODOVIA JOAO ALVES BEZERRA S/N POV AREIA BRANCA

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1457 - FLORENTINO MENEZES

Endereço: RODOVIA JOAO ALVES BEZERRA S/N POV AREIA BRANCA Seções: 166, 177, 184, 203, 348, 468.

Local de Votação: 1139 - FRANCISCO PORTUGAL, PROF

Endereço: AV. CANAL 04 - CONJ. AUGUSTO FRANCO S/N FAROLANDIA Seções: 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 193, 205, 211.

Local de Votação: 2240 - INSTITUTO CAPITAL INCA

Endereço: RUA C, 38 RESIDENCIA JARDIM ELDORADO ARUANA

Seções: 589.

Local de Votação: 1740 - IRENE ROMÃO DE BRITO, EMEI Endereço: RUA B - 4 CONJ. VALADARES SANTA MARIA Seções: 399, 433, 450.

Local de Votação: 1112 - JACINTO DE FIGUEIREDO MARTINS (MARIA DO CARMO ALVES) ESCOLA ESTADUAL Endereço: AV.CAÇULA BARRETO,551, CJ. AUGUSTO FRANCO FAROLANDIA

Seções: 173, 218, 224, 226, 227, 234, 249, 260, 281, 324, 358, 420, 436.

Local de Votação: 1805 - JOÃO BATISTA DOUGLAS DE SOUZA, EMEI Endereço: RUA 7, 08 SANTA MARIA

Seções: 397, 460, 516.

Local de Votação: 1813 - JOÃO PAULO II, EMEF Endereço: AVENIDA A3, S/N SANTA MARIA Seções: 292, 310, 418, 425, 462, 471, 481.

Local de Votação: 1643 - JOAQUIM VIEIRA SOBRAL, PROF ESCOLA Endereço: RUA F - CONJ. JK S/N JABOTIANA

Seções: 70, 71, 72, 214, 238, 252, 282, 367.

Local de Votação: 1945 - JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, EMEF Endereço: RUA E, 78 MOSQUEIRO Seções: 480, 530, 591.

Local de Votação: 1716 - JOSÉ CONRADO DE ARAUJO, EMEF Endereço: RUA C, 203 SAO CONRADO

Seções: 388, 389, 394, 398, 402.

Local de Votação: 2089 - JOSÉ SOUZA DE JESUS, EMEF

Endereço: RUA LAUDELINO DE OLIVEIRA FREIRE, S/N DEZESSETE DE MARÇO Seções: 499, 528, 558, 567.

Local de Votação: 1864 - JOVINO PINTO

Endereço: RUA A, 189 - LARGO SÃO CONRADO AEROPORTO Seções: 455, 483, 508.

Local de Votação: 1368 - JUDITE OLIVEIRA, PROFA, ESCOLA

Endereço: RUA JOÃO BATISTA MACHADO, SN-CONJ. ORLANDO DANTAS SAO CONRADO

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1368 - JUDITE OLIVEIRA, PROFA, ESCOLA

Endereço: RUA JOÃO BATISTA MACHADO, SN-CONJ. ORLANDO DANTAS SAO CONRADO
Seções: 123, 124, 125, 126, 127, 128, 176, 243, 286, 288, 314, 327, 362, 374, 467.

Local de Votação: 1597 - JUGURTA BARRETO DE LIMA (ANTIGO ALBANO FRANCO GOV),
COLEGIO ESTADUAL Endereço: TV. 21, CJ PADRE PEDRO, SANTA MARIA SANTA MARIA
Seções: 298, 311, 323, 344, 357, 372, 395, 410.

Local de Votação: 1104 - JUSCELINO KUBITSCHECK, PRESIDENTE, ESCOLA Endereço: RUA
N S/N, COROA DO MEIO COROA DO MEIO

Seções: 171, 204, 237, 245, 279, 381, 384, 391, 401, 406, 445, 590.

Local de Votação: 1538 - LAONTE GAMA DA SILVA, ESCOLA Endereço: RUA A4 S/N CONJ.
TERRA DURA II SANTA MARIA Seções: 263, 270, 276, 277, 280, 287, 486.

Local de Votação: 1473 - LEONOR TELES DE MENEZES, ESCOLA Endereço: RODOVIA DOS
NAUFRAGOS, S/N MOSQUEIRO Seções: 167, 168, 199, 246.

Local de Votação: 2224 - LICEU DE ESTUDOS INTEGRADOS, COLÉGIO

Endereço: RUA DELMIRO GOUVEIA, 34 - COROA DO MEIO - ARACAJU COROA DO MEIO
Seções: 549, 562, 574, 587.

Local de Votação: 1678 - MANOEL DIONÍSIO SANTANA

Endereço: RODOVIA DOS NÁUFRAGOS, KM 11 - GAMELEIRA MOSQUEIRO Seções: 366, 432,
469.

Local de Votação: 1651 - MANOEL FRANCO FREIRE, PROF

Endereço: RUA PROF MANOEL FRANCO FREIRE,SN,CJ JK JABOTIANA Seções: 73, 74, 75, 76,
268, 303, 321, 360, 382, 403, 407, 413.

Local de Votação: 1961 - MARIA CARLOTA DE MELO, PROF

Endereço: ROD PORF EDUARDO DE CABRAL MENEZES, S/N POVOADO SAO JOSE Seções:
256, 307, 361.

Local de Votação: 1902 - NOSSA ESCOLA

Endereço: AV MÁRIO JORGE MENEZES VIEIRA, 2899 COROA DO MEIO Seções: 329, 446, 456,
490, 509, 518, 532, 540.

Local de Votação: 1619 - NÚBIA MARQUES, PROF, EMEF Endereço: RUA MANOEL ANDRADE,
1745 COROA DO MEIO Seções: 296, 302, 320.

Local de Votação: 1562 - NUNES MENDONCA, PROF, EMEF Endereço: RUA FERNANDO
SAMPAIO, 234 COROA DO MEIO Seções: 294, 317, 350, 369, 440.

Local de Votação: 1147 - OFENISIA SOARES FREIRE, PROFA Endereço: RUA M,198 - CONJ.
AUGUSTO FRANCO FAROLANDIA

Município: 31054 - ARACAJU

Local de Votação: 1147 - OFENISIA SOARES FREIRE, PROFA Endereço: RUA M,198 - CONJ.
AUGUSTO FRANCO FAROLANDIA Seções: 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 377, 386, 404,
421.

Local de Votação: 1511 - PAULINO NASCIMENTO, ESCOLA ESTADUAL Endereço: RODOVIA
DOS NAUFRAGOS KM-7 POVOADO ROBALO

Seções: 500, 501.

Local de Votação: 1120 - PETRONIO PORTELA, MINISTRO

Endereço: RUA MARIA ADOLFINA COSTA,65,CONJ AUGUSTO FRANCO FAROLANDIA Seções:
255, 269, 275, 284, 289, 300, 316, 328, 351, 359, 373, 379, 400, 409, 437.

Local de Votação: 1074 - SANTOS DUMONT

Endereço: AV SENADOR JÚLIO CÉSAR LEITE S/N ATALAIA Seções: 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33,
34, 35, 36, 37, 38, 39, 475.

Local de Votação: 1686 - TENISSON RIBEIRO

Endereço: RODOVIA DOS NÁUFRAGOS, 7336 - KM 7-POV ROBALO MOSQUEIRO Seções: 365, 405, 416, 427, 449, 505.

Local de Votação: 1899 - UNIVERSIDADE TIRADENTES - CAMPUS FAROLÂNDIA Endereço: AVENIDA MURILO DANTAS. 54 FAROLÂNDIA

Seções: 24, 192, 200, 244, 250, 408, 411, 414, 444, 454, 459, 470, 472, 477, 507, 513, 519, 533, 544, 550, 557, 564, 569, 578, 582, 593.

Local de Votação: 1775 - VITÓRIA DE SANTA MARIA Endereço: CANAL DE SANTA MARIA, S/N SANTA MARIA

Seções: 264, 396, 451, 464, 482, 491, 517, 537, 542, 545, 553, 598.

Local de Votação: 1520 - WOLNEY LEAL DE MELO (ANTIGO ANDRÉ MESQUITA), ESCOLA Endereço: RUA B-6, 45 C.J. PADRE PEDRO SANTA MARIA

Seções: 253, 257, 262

(SA) Seção agregada.

(AP) Seção alocada provisoriamente.

(VT) Seção selecionada para voto em trânsito.

(PP) Seção selecionada para preso provisório e adolescente interno. (DI) Seção distribuída através de TTE de Ofício.

E, para amplo conhecimento de todos os interessados, especialmente aos eleitores pertencentes à 27ª Zona Eleitoral, ARACAJU/SE, foi publicado o presente Edital, que será afixado neste Cartório Eleitoral no local de costume. Lavrado no Cartório da 27ª Zona Eleitoral/SE, aos 2 dia(s) do mês de Agosto do ano 2024 (02/08/2024).

Eu ALDO DE ALBUQUERQUE MELLO Juiz(Juíza) da 27ª Zona Eleitoral/SE, fiz digitar e assino.

Dr(a) ALDO DE ALBUQUERQUE MELLO

Juiz(Juíza) da 27ª Zona Eleitoral/SE

30ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600126-66.2024.6.25.0030

PROCESSO : 0600126-66.2024.6.25.0030 REPRESENTAÇÃO (ITABAIANINHA - SE)

RELATOR : 030ª ZONA ELEITORAL DE CRISTINÁPOLIS SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REPRESENTADO : ERALDO MOREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO : FRANCISCO ISMAEL DOS SANTOS SOUTO (15427/SE)

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : LETICIA MARIA SILVEIRA CHAGAS (15913/SE)

REPRESENTADO : ELVES SANTOS

ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)

ADVOGADO : LETICIA MARIA SILVEIRA CHAGAS (15913/SE)

ADVOGADO : ROBERTA DE SANTANA DIAS (13758/SE)

REPRESENTANTE : CIDADANIA (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANINHA/SE)

ADVOGADO : BRUNO NOVAES ROSA (3556/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

30ª ZONA ELEITORAL DE SERGIPE**REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600126-66.2024.6.25.0030 - ITABAIANINHA/SE****REPRESENTANTE: CIDADANIA (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANINHA/SE)****ADVOGADO: BRUNO NOVAES ROSA - SE3556-A****REPRESENTADO: ERALDO MOREIRA DOS SANTOS****ADVOGADAS(OS): JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, FRANCISCO ISMAEL DOS SANTOS SOUTO - SE15427, LETICIA MARIA SILVEIRA CHAGAS - SE15913****REPRESENTADO: ELVES SANTOS****ADVOGADAS(OS): JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A, ROBERTA DE SANTANA DIAS - SE13758, LETICIA MARIA SILVEIRA CHAGAS - SE15913****SENTENÇA****I-Relatório**

Trata-se de AÇÃO DE REPRESENTAÇÃO ELEITORAL POR PROPAGANDA ANTECIPADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada pelo órgão partidário municipal do CIDADANIA, de ITABAIANINHA/SE, contra ERALDO MOREIRA DOS SANTOS e ELVES SANTOS, todos qualificados nos autos.

Requer a parte autora tutela de urgência nos autos sob nº 0600126-66.2024.6.25.0030, com a retirada imediata das propagandas eleitorais antecipadas veiculadas por meio do INSTAGRAM do representado, e demais páginas da internet que forem divulgadas com proibição de veiculação de novas postagens que configuram propaganda eleitoral antecipada.

Imputa-se ao representado a prática de propaganda eleitoral antecipada, consistente na divulgação do número da candidatura e pedido de voto, utilizando-se música e hashtag #éEraldo #PORAMORAINN, nas redes sociais em que consta, pedido explícito de voto, tendo sido afirmado:

"Os representados, pré-candidatos a prefeito e vice do Município de Itabaianinha, vem veiculando em sua rede social no INSTAGRAM propaganda eleitoral antecipada, em vídeos e postagens.

Conforme se observa nas fotos e vídeos em anexo percebe-se claramente que as publicações nas redes sociais dos representados não estão de acordo com a legislação eleitoral vigente, inclusive com divulgação do número da candidatura e pedido de voto, utilizando-se música e hashtag #éEraldo #PORAMORAINN.

Além disso, nas publicações das redes sociais dos representados os textos são redigidos com a clara intenção de promover a candidatura dos representados.

Vejamos as publicações com conotação de propaganda eleitoral antecipada:

VÍDEO - 18/03/2024

URL:<https://www.instagram.com/reel/C4qKdxjMsQs/?igsh=MTNrNGltdXRidm13Mg%3D%3D>

Legenda: Estamos unidos em um único desejo, fazer da nossa cidade um lugar melhor e mais justo para todos! "Onde a minha casa não tenha um goteira e a do vizinho também não".

#éModoUnião #éEraldo

VÍDEO - 28/06/2024

URL:<https://www.instagram.com/p/C8xKYWnUlGH/>

Vejam-se mais publicações:.

https://www.instagram.com/p/C6uPF1yORfO/?igsh=MWtuZWRpYjFmazY2Mg%3D%3D&img_index=1

<https://www.instagram.com/p/C5gVQhVMLNW/>

Além das postagens os representados vêm realizando eventos na comunidade com nítido cunho eleitoral como foi o caso da realização da primeira CAVALGADA CORAÇÃO FORTE

(.)

NAS POSTAGENS REFERENTES A VAQUEJADA (https://www.instagram.com/p/CzhlVg4u0_3/), HÁ O USO DE EXPRESSÕES COMO #éEraldo #DeNovo e A MÚSICA FAZ REFERENCIA A ESTAR "PREPARADO E QUERENDO", fazendo alusão ao pleito que se avizinha.

Tanto é assim que nos comentários os seguidores registraram enaltecimento ao pré- candidato e à sua candidatura [ç]

Em outro evento realizado em março/2024 (link https://www.instagram.com/p/C4TZL6MukWy/?img_index=6) observa-se o uso da expressão "Preciso de vocês para nos juntarmos em uma grande família por Itabaianinha." e indicação do número que concorrerá às eleições de 2024, qual seja, 44, com objetivo de pedir votos e divulgação antecipada de propaganda eleitoral (...)

Por fim, em 28/06/2024, foi realizado ato de panfletagem nas ruas do Município com ENTREGA DE FOLHETO COM SLOGAN DE CAMPANHA: <https://www.instagram.com/reel/C8xKYWnulGH/> NO PANFLETO ENTREGUE CONSTA QRCODE QUE LEVA A UM FORMULÁRIO (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScdrt1MS6PFfaG02cBLKyvITH_wS)"

Decisão indeferindo a liminar (ID 122241726)

Citado, o requerido apresenta defesa, e, no mérito, nega a prática da infração que lhe é imputada. Com vistas dos autos, o Ministério Público Eleitoral opinou pela improcedência da representação, por entender demonstrada a propaganda eleitoral antecipada (ID 122251873).

É, em suma, o necessário a relatar.

Vieram os autos conclusos. Decido.

II- Fundamentação

O feito está maduro e reclama pronto julgamento, não havendo prova a ser colhida em fase instrutória.

Em alinhamento com o posicionamento jurisprudencial, temos como forçoso compreender típica a conduta imputada ao representado e demonstrada nos autos.

As defesas, ancoradas em exegese do art. 36-A da Lei 9.504/97, têm como fundamento principal a não caracterização de propaganda eleitoral antecipada ante a ausência de pedido explícito de voto nas ações alvo de impugnação na presente representação.

Com efeito, o acervo probatório adunado dá conta da postagem de mensagem escrita, com panfletagem e manifestação em vídeo, direcionado ao eleitor, com pedido de voto, ainda que de modo disfarçado, inclusive com colocação de número do candidato.

Nesse panorama processual e considerando ter sido o conteúdo denunciado na representação reproduzido em arquivo de áudio e objeto de transcrição com a devida URL, acolho como ocorrida a ação imputada ao representado, nos termos lançados na peça de ingresso, conforme inteligência dos arts. 341 e 373, I, do CPC.

Resolvida tal questão fática, impõe-se a qualificação jurídica da conduta, se suficiente ou não à atração da penalidade por propaganda eleitoral antecipada e ilícita.

Pois bem, da ação imputada ao representado merece destaque os seguintes fragmentos abaixo reproduzidos:

"Legenda: Estamos unidos em um único desejo, fazer da nossa cidade um lugar melhor e mais justo para todos! "Onde a minha casa não tenha um goteira e a do vizinho também não".

#éModoUnião #éEraldo." [sic]

Além disso, NAS POSTAGENS REFERENTES A VAQUEJADA HÁ O USO DE EXPRESSÕES COMO #éEraldo #DeNovo e A MÚSICA FAZ REFERENCIA A ESTAR "PREPARADO E QUERENDO", fazendo alusão ao pleito que se avizinha.

Em outro evento realizado em março/2024 (link https://www.instagram.com/p/C4TZL6MukWy/?img_index=6), observa-se o uso da expressão "Preciso de vocês para nos juntarmos em uma grande família por Itabaianinha."

Frise-se a indicação do número que concorrerá às eleições de 2024, qual seja, 44, com objetivo de pedir votos e divulgação antecipada de propaganda eleitoral.

Sabe-se que a simples indicação do número do partido tem sido entendido como apoio ao grupo político e não propaganda eleitoral antecipada.

Entretanto, se o número do partido for expressamente vinculado a campanha eleitoral, aí sim seria propaganda eleitoral extemporânea, como me parece que é o caso em tela.

A matéria encontra regulação geral nos arts. 36 e 36-A da Lei 9.504/97:

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:[...]

A partir de tal panorama legislativo, fruto de recente alteração da Lei das Eleições, edificou-se o entendimento jurisprudencial no sentido de que a propaganda eleitoral prematura somente se convolaria em ilícito eleitoral quando presente o pedido explícito de votos.

Sucedendo, em relevante evolução da jurisprudência do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral sobre o tema, ampliou-se o controle exercido sobre os pré-candidatos de modo a impedir que a liberdade ofertada pela interpretação literal da norma do art. 36-A da Lei 9.504/97 permitisse o abuso por ocasião da pré-campanha, de modo a ameaçar a igualdade de oportunidades entre os futuros concorrentes ou a higidez do sistema legal de controle da propaganda eleitoral.

Nessa passada, fixou-se novas premissas para aferição da legalidade da propaganda promovida no período de pré-campanha, a qual somente será lícita se não incidir em uma das seguintes situações, alternativamente: pedido explícito de voto; uso de meio de propaganda proscrito no período da campanha eleitoral; ou violação ao princípio da igualdade de oportunidades entre os candidatos.

Fixadas as premissas fáticas e legais que presidirão o julgamento, resta mensurar se a ação objeto de impugnação na presente representação observou ou não os limites impostos em lei, conforme a compreensão jurisprudencial destacada.

Tal ação amolda-se ao conceito de propaganda eleitoral em sua modalidade positiva que é compreendida como a ação "que leva ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura, mesmo que apenas postulada, a ação política que se pretende desenvolver ou razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública".

Diante de tais conceitos ofertados pela jurisprudência superior, é fácil perceber que a fala impugnada nos autos, constituiu mal disfarçado meio de propaganda eleitoral, posto que longe promover entretenimento ou de trazer aos ouvintes informações, críticas ou opiniões sobre fatos do interesse público, se limita a promover a defesa de uma dada candidatura, com o propósito subjacente e indevido de influenciar a avaliação pública sobre os possíveis concorrentes em favor de dada candidatura.

A mesma Corte Superior Eleitoral estabeleceu que, uma vez "reconhecido o caráter eleitoral da propaganda, deve-se observar três parâmetros alternativos para concluir pela existência de propaganda eleitoral antecipada ilícita: (i) a presença de pedido explícito de voto; (ii) a utilização de formas proscritas durante o período oficial de propaganda; ou (iii) a violação ao princípio da igualdade de oportunidades entre os candidatos". (TSE - Agravo de Instrumento nº 060009124, Acórdão, Relator(a) Min. Luís Roberto Barroso, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 25, Data 05/02/2020)

Em suma: o TSE firmou a diretriz jurisprudencial de que, para fins de configuração de propaganda eleitoral antecipada, é possível identificar o requisito do pedido explícito de votos a partir do uso de "palavras mágicas". Nesse sentido: Rec-Rp 0600301-20, rel. Min. Maria Claudia Bucchianeri,

PSESS em 19.12.2022. Na mesma linha, em feitos atinentes ao pleito de 2020: AgR-REspEI 0600032-37, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 24.10.2022; e AgR-AREspE 0600046-85, rel. Min. Alexandre de Moraes, DJE de 20.10.2022.

Firmando em definitivo esse posicionamento, a Resolução-TSE nº 23.732/2024 acrescentou o parágrafo único no art. 3º-A da Resolução TSE nº 23.610/2019, interpretando o limite do uso da locução "vote em":

"Art. 3º-A. Considera-se propaganda antecipada passível de multa aquela divulgada extemporaneamente cuja mensagem contenha pedido explícito de voto, ou que veicule conteúdo eleitoral em local vedado ou por meio, forma ou instrumento proscrito no período de campanha. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021)

Parágrafo único. O pedido explícito de voto não se limita ao uso da locução "vote em", podendo ser inferido de termos e expressões que transmitam o mesmo conteúdo. (Incluído pela Resolução nº 23.732/2024)"

Portanto, e uma vez detectado o "caráter eleitoral", avança-se sobre a análise do conteúdo e da forma da mensagem eleitoral. Nesse desiderato, o TSE fixou três parâmetros que configuram a propaganda eleitoral antecipada: (i) a presença de pedido explícito de voto; (ii) a utilização de formas proscrias durante o período oficial de propaganda; OU (iii) a violação ao princípio da igualdade de oportunidades entre os candidatos.

Assim, ante "o caráter alternativo dos três parâmetros para configuração de propaganda eleitoral antecipada, uma vez reconhecido que a mensagem de caráter eleitoral contém pedido explícito de voto, tal circunstância é suficiente para caracterizar o ilícito e torna, na espécie, desnecessário apreciar a alegação de que não teria havido uso de meios proscritos no período permitido de campanha ou infração ao princípio da igualdade de chances entre os candidatos, pois, "segundo a técnica da fundamentação suficiente, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes quando já tiver encontrado motivo suficiente para proferir a decisão" (ED-AgR-REspe 29-97, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJE de 24.4.2019)" (TSE- AgR-AREspEI nº 060034054 - Relator(a): Min. Sergio Silveira Banhos - Julgamento: 16/05/2023 Publicação: 30/05/2023)

Pois bem. Os elementos probatórios contidos nos autos demonstram que houve um evento festivo, inclusive com faixa contendo os nomes dos pré-candidatos, nome da chapa ou coligação, a sigla do partido (PSD - Partido Social Democrático) e o número dos pré-candidatos indicado nas mãos (44), não havendo dúvidas de que estamos diante de ato típico e próprio do momento oficial de campanha, de maneira que o "conjunto da obra" indica que estamos diante de propaganda eleitoral antecipada

Em virtude dessas considerações, a procedência do pleito contido na exordial é medida que se impõe.

III - Dispositivo

Postas as razões, julgo procedente a representação promovida, pondo fim ao processo com resolução de mérito, a fim de:

a) Condenar os requeridos ERALDO MOREIRA DOS SANTOS e ELVES SANTOS ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) de forma solidária, nos moldes do art. 36, § 3º, da Lei 9.504/97, bem como que Retire de forma imediata, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as propagandas eleitorais antecipadas veiculadas por meio do INSTAGRAM do representado, e demais páginas da internet que forem divulgadas com proibição de veiculação de novas postagens que configuram propaganda eleitoral antecipada, sob pena de multa de R\$1.000,00 (um mil reais) por dia até o limite de 30 dias.

Intimem-se representante e representados, em nome de suas(seus) advogadas(os), mediante publicação desta decisão no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - DJe/TRE-SE.

Ciência ao MPE via Sistema PJe.

Cristinápolis/SE, em 1º de agosto de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

Juliana Nogueira Galvão Martins

Juíza Eleitoral

REPRESENTAÇÃO(11541) Nº 0600121-44.2024.6.25.0030

PROCESSO : 0600121-44.2024.6.25.0030 REPRESENTAÇÃO (CRISTINÁPOLIS - SE)
RELATOR : 030ª ZONA ELEITORAL DE CRISTINÁPOLIS SE
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REPRESENTADO : ELISON LAERTY RODRIGUES
ADVOGADO : FABIANO FREIRE FEITOSA (3173/SE)
REPRESENTANTE : PARTIDO VERDE - PV (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS/SE)
ADVOGADO : AUGUSTO SAVIO LEO DO PRADO (2365/SE)
ADVOGADO : CAROLINA ARAUJO DO NASCIMENTO (13495/SE)
ADVOGADO : CHARLES ROBERT SOBRAL DONALD (5623/SE)
ADVOGADO : DANILO GURJAO MACHADO (5553/SE)
ADVOGADO : JEAN FILIPE MELO BARRETO (6076/SE)
ADVOGADO : LAURA SAMPAIO DOS SANTOS SILVA (16955/SE)
ADVOGADO : LORENA SOUZA CAMPOS FALCAO (5904/SE)
ADVOGADO : MARIANNE CAMARGO MATIOTTI DANTAS (11538/SE)
ADVOGADO : MARIO CESAR VASCONCELOS FREIRE DE CARVALHO (2725/SE)
ADVOGADO : MYLLENA MIRIAM FLORENCIO OLIVEIRA (13414/SE)
ADVOGADO : RODRIGO CASTELLI (152431/SP)

JUSTIÇA ELEITORAL

30ª ZONA ELEITORAL DE CRISTINÁPOLIS/SE

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600121-44.2024.6.25.0030 - CRISTINÁPOLIS/SE

REPRESENTANTE: PARTIDO VERDE - PV (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS/SE)

ADVOGADAS(OS): MARIO CESAR VASCONCELOS FREIRE DE CARVALHO - SE2725, RODRIGO CASTELLI - SP152431, AUGUSTO SAVIO LEO DO PRADO - SE2365, JEAN FILIPE MELO BARRETO - SE6076, DANILO GURJAO MACHADO - SE5553, MARIANNE CAMARGO MATIOTTI DANTAS - SE11538, CHARLES ROBERT SOBRAL DONALD - SE5623, MYLLENA MIRIAM FLORENCIO OLIVEIRA - SE13414, LORENA SOUZA CAMPOS FALCAO - SE5904, CAROLINA ARAUJO DO NASCIMENTO - SE13495, LAURA SAMPAIO DOS SANTOS SILVA - SE16955

REPRESENTADO: ELISON LAERTY RODRIGUES

ADVOGADO: FABIANO FREIRE FEITOSA - SE3173-A

SENTENÇA

I-Relatório

Trata-se de REPRESENTAÇÃO ELEITORAL COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ajuizada pelo órgão municipal do PARTIDO VERDE - PV, de CRISTINAPOLIS/SE, contra ELISON LAERTY RODRIGUES, ambos devidamente qualificados nos autos.

Narra a parte autora que o requerido foi candidato à Vice-Prefeito no ano de 2020 no Município de Cristinápolis, sendo o número de urna 55. Inobstante ele ainda não ter lançado sua candidatura oficialmente ao cargo de Prefeito nas Eleições de 2024, nota-se que já vem praticando atos de pré-campanha, isso porque, está havendo uma propaganda antecipada de forma evidente, em formato de SHOWMÍCIO, "A Caravana do Forró", conforme publicações em anexo. Aduz ainda que por meio de divulgação nos seus storys, no dia 29/06/2024, foi divulgado a CARAVANA DO FORRÓ. Afirma que tal fato, em período de pré-campanha, é vedado pela legislação eleitoral, pois configura propaganda eleitoral extemporânea.

Aduz que a festa com música e comida tem o intuito de promover entre os cidadãos a candidatura de Elison.

Por conta do noticiado, requer que o Requerido seja impelido a apagar todo o conteúdo da matéria no *feed* e nos *stories*, ora objeto da ação dos instagram @elisonlaerty, no prazo de 24 horas, bem como abster-se da circulação do veículo com os dizeres a Caravana do Forró, além de abster-se de realizar novos showmício, bem como notificado Facebook (também responsável pelo Instagram) através do e-mail: eleicoes_facebook@tozzinifreire.com.br, para que cumpra a ordem judicial.

Liminar pleiteada e no final fosse confirmada as tuteladas requeridas.

Liminar deferida em parte (ID 122241709).

Vê-se contestação de ELISON LAERTY RODRIGUES requerendo o julgamento pela TOTAL IMPROCEDÊNCIA da presente representação em virtude da não configuração, no caso em apreço, de propaganda eleitoral extemporânea, em que pese o ato e expressão impugnada estar em acordo com o disposto no art. 36-A da lei 13.165/2015, que dispõe sobre as condutas permitidas em período de précampanha.

Parecer ministerial (ID 122253615).

É, em suma, o necessário a relatar.

Vieram os autos conclusos. Decido.

II-Fundamentação

Compulsando os autos, observo que há o fenômeno da litispendência entre os presentes autos e o processo nº 0600107-60.2024.6.25.0030, deste Juízo, haja vista que em ambos constam as mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido.

II-Dispositivo

Ante o exposto, sem mais delongas, EXTINGO o feito sem apreciação de seu mérito, em conformidade com o disposto no artigo 485, inciso V, do CPC, ante o reconhecimento do fenômeno da litispendência.

Revogo a liminar deferida (ID 122241709).

Intimações e providências necessárias.

Cristinápolis/SE, em 1º de agosto de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

Juliana Nogueira Galvão Martins

Juíza Eleitoral

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL(12630) Nº 0600130-06.2024.6.25.0030

PROCESSO : 0600130-06.2024.6.25.0030 REPRESENTAÇÃO ESPECIAL
(ITABAIANINHA - SE)

RELATOR : 030ª ZONA ELEITORAL DE CRISTINÁPOLIS SE
FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
INTERESSADO : DANILO ALVES DE CARVALHO
ADVOGADO : BRUNO NOVAES ROSA (3556/SE)
INTERESSADO : ILZO BASILIO DE SOUZA
ADVOGADO : BRUNO NOVAES ROSA (3556/SE)
INTERESSADO : ROBSON CARDOSO HORA
ADVOGADO : BRUNO NOVAES ROSA (3556/SE)
REPRESENTANTE : UNIÃO BRASIL - UNIÃO (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANINHA/SE)
ADVOGADO : JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE)
ADVOGADO : LETICIA MARIA SILVEIRA CHAGAS (15913/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

30ª ZONA ELEITORAL DE SERGIPE

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL (12630) Nº 0600130-06.2024.6.25.0030 - ITABAIANINHA/SE
REPRESENTANTE: UNIÃO BRASIL - UNIÃO (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANINHA/SE)
ADVOGADAS(OS): LETICIA MARIA SILVEIRA CHAGAS - SE15913, JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO - SE12193-A
REPRESENTADOS: ROBSON CARDOSO HORA, DANILO ALVES DE CARVALHO, ILZO BASILIO DE SOUZA
ADVOGADO: BRUNO NOVAES ROSA - SE3556-A

SENTENÇA

I-RELATÓRIO

Trata-se de AÇÃO DE REPRESENTAÇÃO ELEITORAL COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ajuizada pelo órgão partidário municipal do UNIÃO BRASIL - UNIÃO, de ITABAIANINHA/SE contra ROBSON CARDOSO HORA, ILZO BASILIO DE SOUZA, DANILO ALVES DE CARVALHO e ANA LUIZA SILVA DE CARVALHO, todos qualificados nos autos.

Narra a parte Requerente que a prefeitura municipal de Itabaianinha, no dia 06/07/2024 e até o momento, está realizando publicidade institucional fora dos ditames legais, infringindo assim a legislação eleitoral

Assim, requer a parte autora tutela de urgência na ação acima identificada, "a fim de se evitar dano irreparável pelo decurso do tempo, para que se determine a suspensão imediata da conduta vedada, qual seja a publicidade institucional na rede social da prefeitura de Itabaianinha em período vedado, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). "

Com a exordial, juntou documentos hábeis à propositura da ação.

Liminar indeferida (ID 122243597).

Vê-se contestação de ROBSON CARDOSO HORA E ILZO BASILIO DE SOUZA, requerendo o não conhecimento da presente representação em decorrência da falta de interesse processual consequente extinção do feito sem a resolução do mérito uma vez que a conduta vedada do artigo 73, inciso VI, "b", da Lei 9.504/97 refere-se à proibição de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, e não antes desse período e requereu, no mérito, o julgamento pela TOTAL IMPROCEDÊNCIA da presente representação em virtude da não configuração, no caso em apreço, tendo em vista que não se verifica a presença de autorização de publicidade institucional ou manutenção de publicidade institucional em período vedado.

Vê-se, ainda, contestação de DANILO ALVES DE CARVALHO fazendo sua defesa nos mesmos moldes da contestação dos outros representados.

Parecer ministerial (ID 122269657).

É, em suma, o necessário a relatar.

Vieram os autos conclusos. Decido.

II-PRELIMINAR DE INTERESSE DE AGIR

O interesse processual ou interesse de agir refere-se sempre à utilidade que o provimento jurisdicional pode trazer ao demandante. Para a comprovação do interesse processual, primeiramente, é preciso a demonstração de que sem o exercício da jurisdição, por meio do processo, a pretensão não pode ser satisfeita. Daí surge a necessidade concreta da tutela jurisdicional e o interesse em obtê-la (interesse-necessidade).

A necessidade surge da resistência do obrigado no cumprimento espontâneo do que foi pactuado ou determinado por lei ou ainda em decorrência da indispensabilidade do exercício da jurisdição para a obtenção de determinado resultado.

O interesse processual pressupõe, além da correta descrição da alegada lesão ao direito material, a aptidão do provimento solicitado para protegê-lo e satisfazê-lo. Portanto, cabe ao demandante escolher o procedimento e o provimento adequados à situação fática deduzida (interesse-adequação)

No caso dos autos a alegação de falta de interesse ocorre porque, segundo o representado, "A conduta vedada do artigo 73, inciso VI, "b", da Lei 9.504/97 refere-se à proibição de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, e não antes desse período".

Verifico que a alegação de preliminar, em verdade, se confunde com o mérito e nesse sentido será analisado, por essa razão supero a preliminar apresentada.

III-MÉRITO

Como sabido, a Lei nº 9.504/97, em seu artigo 73, inc. VI, estabelece que, nos três meses que antecedem o pleito: b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

Esse artigo reforça que a atuação do poder público deve estar pautada na impessoalidade, pois quem exerce o poder não o faz em nome próprio, diante dos princípios republicano e democrático, previstos na Constituição da República, no parágrafo único do artigo 1º. Daí os agentes públicos serem designados como "mandatários", já que atuam não em prol de seus interesses particulares, mas visando sempre ao interesse da coletividade.

Com intuito, portanto, de evitar que o administrador público, no trato da coisa pública, se utilize do aparelho estatal para se autopromover, a regra geral é a impossibilidade de realização da propaganda institucional nos três meses anteriores ao pleito. Tão somente aquelas situações de grave e urgente necessidade - assim reconhecidas previamente pela Justiça Eleitoral - é que permitirão, excepcionalmente, a veiculação da publicidade institucional, em função do interesse público.

A propaganda institucional jamais pode servir de instrumento para que os administradores públicos promovam seu próprio nome ou de seus sectários, fugindo aos ditames da impessoalidade e da moralidade. Com muito mais razão, no período eleitoral, deve ser combatida toda forma de propaganda institucional com finalidade eleitoreira, pois viola não somente a probidade administrativa, mas também a lisura do pleito, atingindo a isonomia entre os candidatos. Caso seja

constatada a hipótese de propaganda institucional no período vedado, desde que não se enquadre nas exceções legais, a mesma deve ser prontamente afastada e condenado o infrator à multa prevista na Lei 9.504/97 e na Resolução do TSE pertinente à matéria.

Como registra a reprodução do ato impugnado trazido aos autos e exuma-se da narrativa contida na exordial, a divulgação dos vídeos que motivaram a presente demanda ocorreram dos equipamento públicos entretanto publicado até o dia 05/07/2024, ou seja, 03 meses antes da eleição, o que, por si, afasta a incidência da norma do art. 73, VI, b, da Lei das Eleições.

No caso dos autos, tendo a comunicação sido promovida pelo representado antes do período vedado, como revela os autos, não se identifica a existência de propaganda institucional indispensável à realização da conduta vedada atribuída ao representado.

É que o desiderato da proibição em questão é inibir que recursos públicos sejam despendidos em benefício de candidaturas, mediante dissimulada publicidade institucional, destacando realizações favoráveis a candidatos, de modo a comprometer o equilíbrio entre os candidatos, vilipendiar a moralidade e probidade no emprego dos recursos públicos e desrespeitar o princípio da igualdade de oportunidades entre os concorrentes; de modo que, tendo a comunicação sido promovida sem o emprego de recursos público, por meio de conta privada, em conduta não conceituada como de propaganda institucional, não se verifica a violação a tais desideratos normativos e a pretendida infração ao tipo legal invocado.

Nesse sentido a doutrina de José Jairo Gomes:

"(...)Deve ostentar caráter educativo, informativo e de orientação social. Ademais, há mister seja custeada com recursos públicos e autorizada por agente estatal. Fora desses marcos, não há que se falar em propaganda ou publicidade institucional."

Dito isto, confirmo o indeferimento do pleito liminar, em razão, *a priori*, da dissonância da conduta narrada à publicidade institucional, tendo em vista que a manutenção das postagens após esse período nas redes sociais não é vedado pela legislação.

IV-DISPOSITIVO

Ex vi posititis, em face de todo o exposto, e pelo que mais se avista no bojo destes autos, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO nos autos, mantendo o indeferimento da tutela.

Intimações e providências necessárias.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Cristinápolis/SE, em 1º de agosto de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

Juliana Nogueira Galvão Martins

Juíza Eleitoral

34ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12633) Nº 0600043-38.2024.6.25.0034

PROCESSO : 0600043-38.2024.6.25.0034 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE)

RELATOR : 034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : ELEICAO 2020 JORGE DOS SANTOS VEREADOR

ADVOGADO : FAUSTO GOES LEITE JUNIOR (2525/SE)

ADVOGADO : FELIPE ARAUJO HARDMAN (8545/SE)

REQUERENTE : JORGE DOS SANTOS

ADVOGADO : FAUSTO GOES LEITE JUNIOR (2525/SE)

ADVOGADO : FELIPE ARAUJO HARDMAN (8545/SE)

JUSTIÇA ELEITORAL

034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633) Nº 0600043-38.2024.6.25.0034 / 034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

REQUERENTE: ELEICAO 2020 JORGE DOS SANTOS VEREADOR, JORGE DOS SANTOS

Advogados do(a) REQUERENTE: FAUSTO GOES LEITE JUNIOR - SE2525, FELIPE ARAUJO HARDMAN - SE8545

Advogados do(a) REQUERENTE: FAUSTO GOES LEITE JUNIOR - SE2525, FELIPE ARAUJO HARDMAN - SE8545

SENTENÇA

Trata-se de requerimento de regularização de contas de campanha julgadas não prestadas, do pleito de 2020, apresentado pelo então candidato a vereador, JORGE DOS SANTOS.

Apresentada a documentação pertinente, o feito tramitou conforme prescrições contidas na Resolução TSE n.º 23.607/2019.

Em manifestação técnica (ID 122251674), constatou-se que não foram registradas informações sobre o recebimento de recursos do Fundo Partidário, de recursos oriundos de fontes vedadas e /ou de origem não identificada.

Com vista dos autos, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se para que as contas sejam regularizadas (ID 122254085).

É o relatório. Decido.

Tendo em vista a ausência de apresentação quando da notificação por parte da Justiça Eleitoral, as contas do requerente foram julgadas não prestadas em 08/09/2022 (Processo PCE nº 06007288420206250034), consoante dispõe o art. 30, IV, da Lei 9.504/97.

O art. 80, I da Resolução 23.607/2019 prescreve que as contas julgadas não prestadas impedem que o candidato obtenha certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura, persistindo os efeitos até que sejam apresentadas as contas.

Art. 80. A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta:

I - à candidata ou ao candidato, o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas;

(...)

Assim também dispõe a Súmula n.º 42/TSE, "a decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das contas".

O presente pedido de regularização do cadastro, promovido pelo candidato omissor, não será objeto de novo julgamento, sendo apto, tão somente, para regularizar o cadastro eleitoral do candidato ao final da legislatura para a qual concorreu. A petição de regularização é objeto de

análise para verificação de eventual arrecadação de recursos oriundos de fontes vedadas, de origem não identificada ou de aplicação irregular dos recursos do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), consoante disposto no art.80, § 2º, V da Resolução TSE 23.607/19.

Art. 80. A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta:

(...)

§ 2º O requerimento de regularização:

(...)

V - deve observar o rito previsto nesta resolução para o processamento da prestação de contas, no que couber, para verificar:

a) eventual existência de recursos de fontes vedadas;

b) eventual existência de recursos de origem não identificada;

c) ausência de comprovação ou irregularidade na aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC);

d) outras irregularidades de natureza grave.

(i)

Vejamos também como vem entendendo as Cortes Eleitorais:

PETIÇÃO. ELEIÇÕES 2014. CONTAS JULGADAS COMO NÃO PRESTADAS. IMPEDIMENTO DE OBTER CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL. PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE NOVAS CONTAS. ADEQUAÇÃO À NORMA REGENTE. PEDIDO DEFERIDO.1. A decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das contas (Súmula 42/TSE).2. Embora a nova prestação de contas tenha por objetivo regularizar o cadastro eleitoral, ela será submetida a exame técnico para verificar eventual existência de recursos de fonte vedada, de origem não identificada ou irregularidades na aplicação de recursos do Fundo Partidário.3. Na hipótese, realizado o exame técnico, constatou-se a inexistência de recursos considerados de origem não identificada, oriundos de fontes vedadas ou provenientes do Fundo Partidário.4. Deferimento do pedido de regularização da situação cadastral do requerente, candidato ao cargo deputado estadual nas eleições de 2014, para possibilitar a obtenção de certidão de quitação eleitoral após o fim do cargo para o qual concorreu (31.12.2018).(Acórdão na Petição 0600092-94.2018.6.25.0000, julgamento em 28/05/2018, Relatora Juíza Áurea Corumba de Santana, publicação no Diário de Justiça Eletrônico, data 06/06/2018. No mesmo sentido, Acórdão na Petição 0600026-17.2018.6.25.0000, julgamento em 28/05/2018, Relatora Juíza Áurea Corumba de Santana, publicação no Diário de Justiça Eletrônico, data 06/06/2018)

ELEIÇÕES 2014. PETIÇÃO. CANDIDATO. CARGO DE DEPUTADO FEDERAL. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO. APRESENTAÇÃO POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE NOVO JULGAMENTO. PRECLUSÃO. RECEBIMENTO DAS CONTAS APENAS PARA REGULARIZAÇÃO NO CADASTRO ELEITORAL AO TÉRMINO DA LEGISLATURA. FALTA DE DOCUMENTO ESSENCIAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM APRECIACÃO DO MÉRITO. 1. Não há exigência de notificação pessoal nos processos de prestação de contas, porquanto o candidato foi intimado por meio do seu advogado devidamente constituído nos autos. Precedentes. 2. Nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, as contas apresentadas pelo candidato após o trânsito em julgado da decisão que as tenha julgado como não prestadas, não serão objeto de novo julgamento. O julgamento definitivo das contas torna preclusa a discussão sobre a matéria já decidida. Precedentes do TSE. 3. Julgadas não prestadas, mas posteriormente apresentadas, as contas serão consideradas apenas para fins de divulgação e de regularização no cadastro eleitoral ao

término da legislatura para a qual concorreu o interessado. 4. Na espécie, a omissão de documento indispensável à análise da pretensão impossibilita a regularização da situação do requerente no cadastro eleitoral, persistindo a ausência de quitação eleitoral. 5. Extinção do feito, sem resolução de mérito. (Petição 239-43.2016.6.25.0000, Acórdão 15/2017, Moita Bonita/SE, julgamento em 26/01/2017, Relator Juiz Fábio Cordeiro de Lima, publicação no Diário de Justiça Eletrônico, data 1º/02/2017)

Desta forma, tendo sido as contas apresentadas e não se constatando a percepção de recursos de fontes vedadas, de origem não identificada e/ou irregularidade na aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), DEFIRO o pedido de regularização da situação cadastral do requerente JORGE DOS SANTOS, candidato ao cargo de vereador nas Eleições Municipais de 2020, para possibilitar a obtenção de certidão de quitação eleitoral após o término da legislatura para a qual concorreu.

Com o trânsito em julgado da decisão, promova o Cartório o registro do ASE 272-3 (Apresentação de Contas, motivo/forma Reapresentada)

Arquive-se com as devidas cutelas. Após, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intime-se.

Nossa Senhora do Socorro, datado e assinado eletronicamente.

JOSÉ ANTÔNIO DE NOVAES MAGALHÃES

Juiz Eleitoral

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12631) Nº 0600076-28.2024.6.25.0034

PROCESSO : 0600076-28.2024.6.25.0034 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE)

RELATOR : 034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD - DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

ADVOGADO : MARCELO SILVA DE ANDRADE (13713/SE)

REQUERENTE : MARIA DA CONCEICAO DOS ANJOS

REQUERENTE : THIAGO SANTOS

JUSTIÇA ELEITORAL

034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12631) Nº 0600076-28.2024.6.25.0034 / 034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

REQUERENTE: PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD - DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, MARIA DA CONCEICAO DOS ANJOS, THIAGO SANTOS

Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO SILVA DE ANDRADE - SE13713

SENTENÇA

Vistos etc,

Tratam os autos de pedido de regularização das contas anuais julgadas não prestadas, referente ao exercício financeiro de 2022, do Diretório Municipal/Comissão Provisória do Partido Social Democrático - PSD (Nossa Senhora do Socorro/SE).

O partido, apresentou os demonstrativos de contas referente ao exercício 2022 (ID 122229992).

As contas relativas ao exercício financeiro 2022 do órgão partidário municipal foram julgadas não prestadas nos autos do Processo nº 0600086-09.2023.6.25.0034, com sentença proferida em 22/05/2024 e trânsito em julgado em 29/5/2024 (ID 122236352).

Remetidos aos autos à análise técnica, não restou constatada a presença de irregularidades graves, tais como a utilização de recursos do Fundo Partidário, utilização de recursos de fontes vedadas ou de origem não identificada, sendo o parecer técnico no sentido de regularidade das contas (ID 122251357).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pelo deferimento da regularização das contas (ID 122254220).

É o relatório, decido.

Trata-se de requerimento para regularização da omissão das contas anuais, relativas à arrecadação e aplicação de recursos financeiros no Exercício 2022, apresentada, pelo Diretório Municipal/Comissão Provisória do Partido Social Democrático - PSD (Nossa Senhora do Socorro/SE).

A prestação de contas partidária anual se encontra estabelecida pela Lei nº 9.096/1995 e atualmente regulamentada pela Resolução TSE nº 23.604/2019, constituindo obrigação legal periódica imposta aos partidos políticos em todas as esferas de direção.

Estabelece a Resolução do TSE nº 23.604/2019 que, após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas partidárias como não prestadas, poderá o órgão partidário requerer a regularização da situação de inadimplência, instruindo o requerimento com todos os dados e documentos que deveriam ter sido apresentados à época da obrigação de prestar as contas a que se refere o requerimento.

O requerimento tem seu fundamento na previsão contida no art. 58 da Resolução do TSE nº 23.604/2019 que traz a possibilidade de regularização das contas julgadas não prestadas, quando da sua apresentação pelo órgão partidário, visando suspender as sanções estabelecidas na sentença.

Convém ressaltar, que tal procedimento não tem o objetivo de alterar a decisão proferida anteriormente, quando da omissão no dever de prestar contas à Justiça Eleitoral, visando tão somente suspender as consequências previstas no caput do art. 47 da Resolução do TSE nº 23.604/2019.

Entendimento compartilhado pela Corte Superior:

REQUERIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (RROPCO). PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014. CONTAS NÃO PRESTADAS. PRESENÇA DOS ELEMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. SUSPENSÃO DAS SANÇÕES APLICADAS ANTERIORMENTE. REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO. 1. Transitada em julgado a decisão que julgar as contas não prestadas, os órgãos partidários podem requerer a regularização da situação de inadimplência (art. 58 da Resolução-TSE nº 23.604/2019). 2. Diante da ausência de irregularidades nas contas apresentadas, e estando presentes, portanto, os requisitos exigidos pela legislação de regência, a regularização da situação do órgão partidário regional do PARTIDO VERDE - PV, exercício financeiro de 2014, é medida que se impõe. 3. Deferimento do pedido de regularização da situação de inadimplência do Diretório Estadual do PARTIDO VERDE - PV em Sergipe e, por conseguinte, a suspensão dos efeitos do julgamento das contas como não prestadas, decorrentes do acórdão proferido nos autos da Prestação de Contas nº 922-51.2014.6.25.0000. (Acórdão na Petição 0600172-

53.2021.6.25.0000, julgamento em 15/12/2021, Relator(a): Juíza Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas e publicação no Diário de Justiça Eletrônico, data 7/1/2022).

Da análise realizada pela Unidade Técnica não constatou ter o Partido recebido recursos de fontes vedadas, de origem não identificada, tampouco recursos do Fundo Partidário.

Ante o exposto, com fulcro no artigo 58 da Resolução TSE nº. 23.604/2019, DEFIRO o pedido de regularização, e por conseguinte, mantidos integralmente os comandos judiciais da sentença em face do instituto da coisa julgada, DETERMINO a cessação dos efeitos da suspensão do repasse de cotas do fundo partidário aplicada à agremiação partidária, em relação ao exercício financeiro de 2022, uma vez que suprida a omissão, mantendo-se inalteradas outras sanções de suspensão que eventualmente tenham sido aplicadas em razão de exercícios financeiros diversos.

Registre-se o julgamento no sistema SICO;

Comunique-se ao Diretório Estadual e Nacional da referida agremiação.

Cumpridas as providências, archive-se.

Publique-se. Intime-se.

Nossa Senhora do Socorro, datado e assinado eletronicamente.

José Antônio de Novais Magalhães

Juiz Eleitoral

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600082-35.2024.6.25.0034

PROCESSO : 0600082-35.2024.6.25.0034 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE)

RELATOR : 034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

INTERESSADO : CIDADANIA

ADVOGADO : JOSE EDMILSON DA SILVA JUNIOR (5060/SE)

ADVOGADO : SAULO ISMERIM MEDINA GOMES (740/SE)

INTERESSADO : GLADYSON ALVES DE OLIVEIRA

INTERESSADO : SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JUNIOR

JUSTIÇA ELEITORAL

034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377) Nº 0600082-35.2024.6.25.0034 / 034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

INTERESSADO: CIDADANIA, SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JUNIOR, GLADYSON ALVES DE OLIVEIRA

Advogados do(a) INTERESSADO: JOSE EDMILSON DA SILVA JUNIOR - SE5060, SAULO ISMERIM MEDINA GOMES - SE740-A

SENTENÇA

Trata-se de Declaração de Ausência de Movimentação Financeira apresentada pelo Partido Cidadania - CIDADANIA (Comissão Provisória/Diretório Municipal de Nossa Senhora do Socorro /SE), referente ao exercício financeiro de 2023.

Em cumprimento ao despacho ID 122236142, foi publicado edital de impugnação no DJE, sendo certificado o decurso do prazo sem impugnações (ID 122243037).

O Cartório Eleitoral juntou o relatório de análise, relativo aos dados coletados no SPCA, na forma do art. 44, I a III da Resolução TSE n.º 23.604/2019 (ID 122243484), sugerindo a aprovação das contas do partido.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral pugnou pela aprovação das contas (ID 122245230).

Publicado o Edital abrindo vista aos interessados, nos termos do art. 44, VII da Resolução TSE 23.604/2019, tendo transcorrido o prazo sem manifestação (ID 122236494).

É o relatório. Decido.

A prestação de contas do partido em epígrafe foi apresentada mediante Declaração de Ausência de Movimentação de Recursos, acompanhada da documentação exigida pela legislação eleitoral.

Cumpridas as determinações do art. 44, da Resolução/TSE nº 23.604/2019, extrai-se dos autos que a prestação de contas em questão não foi impugnada e recebeu parecer da unidade técnica de análise e do representante do Ministério Público Eleitoral, ambos no sentido da aprovação.

Ante ao exposto, com fulcro no art. 45, II, da Resolução TSE nº 23.604/2019, declaro PRESTADAS E APROVADAS as contas do Partido Cidadania - CIDADANIA (Comissão Provisória/Diretório Municipal de Nossa Senhora do Socorro/SE), referentes ao exercício financeiro de 2023.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Após o trânsito em julgado, archive-se, com as devidas anotações no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias - SICO.

Publique-se. Intime-se.

Nossa Senhora do Socorro/SE, datado e assinado eletronicamente

José Antônio de Novaes Magalhães

Juiz Eleitoral

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600223-54.2024.6.25.0034

PROCESSO : 0600223-54.2024.6.25.0034 REGISTRO DE CANDIDATURA (NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE)

RELATOR : 034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : ELMO RODRIGUES SANTOS DA PAIXAO

ADVOGADO : JOSE EDMILSON DA SILVA JUNIOR (5060/SE)

ADVOGADO : SAULO ISMERIM MEDINA GOMES (740/SE)

REQUERENTE : FEDERACAO PSDB CIDADANIA

REQUERENTE : MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

REQUERENTE : PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD - DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

REQUERENTE : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

REQUERENTE : UNIAO BRASIL - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE - MUNICIPAL

REQUERENTE : É TEMPO DE MUDANÇA[Federação PSDB CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA) / MDB / PSD / PSB / UNIÃO] - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE

JUSTIÇA ELEITORAL

034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600223-54.2024.6.25.0034 / 034ª ZONA ELEITORAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO SE

REQUERENTE: ELMO RODRIGUES SANTOS DA PAIXAO, É TEMPO DE MUDANÇA [FEDERAÇÃO PSDB CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA) / MDB / PSD / PSB / UNIÃO] - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE, MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD - DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, FEDERACAO PSDB CIDADANIA, UNIAO BRASIL - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE - MUNICIPAL

Advogados do(a) REQUERENTE: JOSE EDMILSON DA SILVA JUNIOR - SE5060, SAULO ISMERIM MEDINA GOMES - SE740-A

ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO

De ordem da Senhora (Senhor) Juíza (Juiz) da 34 Zona Eleitoral de NOSSA SENHORA DO SOCORRO, nos termos do art. 36, § 1º da Resolução TSE nº 23.609/2019, INTIMO a candidata ou candidato para, no prazo de 3 (três) dias, suprir as irregularidades abaixo verificadas no requerimento de registro de candidatura e demais documentos apresentados, sob pena de indeferimento do pedido.

Requisitos para registro:

DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO DO DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO D O CADASTRO ELEITORAL
Certidão criminal para fins eleitorais da Justiça Estadual de 1º grau, do domicílio do candidato ou da candidata	Tendo em vista a informação de existência de processo criminal, tombado sob o n.º 0006579-31.2020.8.25.0053, em face do Sr. Elmo Rodrigues Santos da Paixão, deverá o interessado apresentar certidão de objeto e pé atualizada do referido feito.	
Certidão criminal para fins eleitorais da Justiça Estadual de 2º grau, do domicílio do candidato ou da candidata	Tendo em vista a informação de existência de processo criminal, tombado sob o n.º 0006579-31.2020.8.25.0053, em face do Sr. Elmo Rodrigues Santos da Paixão, deverá o interessado apresentar certidão de objeto e pé atualizada do referido feito.	
Certidão criminal para fins eleitorais da Justiça Federal de 1º grau, do domicílio do candidato ou da candidata	Tendo em vista a informação de existência de processos na Justiça Federal de 1º grau, em face do Sr. Elmo Rodrigues Santos da Paixão, deverá o interessado apresentar certidão de objeto e pé atualizada dos referidos feitos	

Eventuais manifestações e juntada de documentos deverão ser realizadas diretamente no Processo Judicial Eletrônico (PJe). Caso não esteja representada(o) por advogada ou advogado, poderá utilizar a aplicação de peticionamento avulso disponibilizada no portal do TSE, observando-se, no que couber, os §§ 3º a 6º do art. 36 da Resolução TSE 23.609/2019.

CUMPRA-SE, na forma da lei.

NOSSA SENHORA DO SOCORRO, 1 de agosto de 2024.

ANDREA CAMPOS SILVA CRUZ

Servidora da 34ª Zona Eleitoral

35ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600071-03.2024.6.25.0035

PROCESSO : 0600071-03.2024.6.25.0035 REGISTRO DE CANDIDATURA (SANTA LUZIA DO ITANHY - SE)

RELATOR : 035ª ZONA ELEITORAL DE UMBAÚBA SE

Destinatário : TERCEIROS INTERESSADOS

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA DO MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHY/SE

REQUERENTE : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHY/SE

REQUERENTE : DIRETORIO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHI

REQUERENTE : PROGRESSISTAS - SANTA LUZIA DO ITANHY - SE - MUNICIPAL

REQUERENTE : SANTA LUZIA EM BOAS MAOS[PP / PDT / MDB / PSD] - SANTA LUZIA DO ITANHY - SE

EDITAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS

ELEIÇÕES DE 06/10/2024

00001

De ordem da Excelentíssima Senhora DANIELA DE ALMEIDA BAYMA VALDÍVIA, Juíza Substituta da 35ª Zona Eleitoral de UMBAÚBA, autorizado pelo art. 2º da Portaria 1, de 01 de agosto de 2013, faço saber aos interessados, que foram peticionados pelo SANTA LUZIA EM BOAS MAOS(PP, PDT, MDB, PSD), em 02/08/2024, sob o processo nº 0600071-03.2024.6.25.0035, os pedidos de registro de candidaturas abaixo relacionados, para concorrerem às Eleições de 06/10/2024 no Município de SANTA LUZIA DO ITANHY.

Prefeito			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
55	ADAUTO DANTAS DO AMOR CARDOSO	ADAUTO AMOR	0600072-85.2024.6.25.0035

Vice-prefeito			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
55	JOSEFA GLEIDE RAMOS DOS SANTOS	GLEIDE NOVENTA	0600073-70.2024.6.25.0035

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, c/c art. 40 da Resolução TSE nº 23.609/2019, caberá a qualquer candidata(o), partido político, federação, coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, os pedidos de registro de candidaturas.

No mesmo prazo e forma, qualquer cidadã(o) no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art.44 da referida Resolução.

Dado e passado nesta Cidade de UMBAÚBA, Estado de Sergipe, em 2 de Agosto de 2024.

Hélcio José Vieira de Melo Mota
Chefe do Cartório da 35ª Zona Eleitoral

REGISTRO DE CANDIDATURA(11532) Nº 0600074-55.2024.6.25.0035

PROCESSO : 0600074-55.2024.6.25.0035 REGISTRO DE CANDIDATURA (UMBAÚBA - SE)
RELATOR : 035ª ZONA ELEITORAL DE UMBAÚBA SE
Destinatário : TERCEIROS INTERESSADOS
FISCAL DA
LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE
REQUERENTE : PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO - PTC (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE
UMBAÚBA/SE)

EDITAL DE REGISTRO DE CANDIDATURAS

ELEIÇÕES DE 06/10/2024

00001

De ordem da Excelentíssima Senhora DANIELA DE ALMEIDA BAYMA VALDÍVIA, Juíza Substituta da 35ª Zona Eleitoral de UMBAÚBA, autorizado pelo art. 2º da Portaria 1, de 01 de agosto de 2013, faço saber aos interessados, que foram peticionados pelo 36 - AGIR, em 02/08/2024, sob o processo nº 0600074-55.2024.6.25.0035, os pedidos de registro de candidaturas abaixo relacionados, para concorrerem às Eleições de 06/10/2024 no Município de UMBAÚBA.

Prefeito			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
36	WILLEMBERG SANTOS ALVES	BERGUINHO	0600076-25.2024.6.25.0035

Vice-prefeito			
NÚMERO	NOME	OPÇÃO DE NOME	Nº PROCESSO
36	MARIA JUZINETE SANTOS ALVES	PROFESSORA JU	0600075-40.2024.6.25.0035

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, c/c art. 40 da Resolução TSE nº 23.609/2019, caberá a qualquer candidata(o), partido político, federação, coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, os pedidos de registro de candidaturas.

No mesmo prazo e forma, qualquer cidadã(o) no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art.44 da referida Resolução.

Dado e passado nesta Cidade de UMBAÚBA, Estado de Sergipe, em 2 de Agosto de 2024.

Hélcio José Vieira de Melo Mota
Chefe do Cartório da 35ª Zona Eleitoral

ÍNDICE DE ADVOGADOS

AILTON ALVES NUNES JUNIOR (3475/SE) [11](#) [11](#)
ALESSANDRO MARTELLO PANNO (161421/RJ) [19](#) [86](#) [87](#) [89](#) [91](#)
ALEXANDRE MONTE DE HOLLANDA SANTOS (15106/SE) [6](#) [108](#) [109](#) [110](#) [112](#)
ALISSON DIAS DE SANTANA (14119/SE) [41](#)
ALLEF EMANOEL DA COSTA PAIXAO (11309/SE) [9](#)

ANTONIO EDUARDO SILVA RIBEIRO (843/SE) 11 11 11 11 48
AUGUSTO SAVIO LEO DO PRADO (2365/SE) 222
BRUNO NOVAES ROSA (3556/SE) 217 223 223 223
BRUNO ROCHA LIMA (4315/SE) 39
CAIQUE DE ALMEIDA VASCONCELOS (10244/SE) 6
CAROLINA ARAUJO DO NASCIMENTO (13495/SE) 222
CHARLES ROBERT SOBRAL DONALD (5623/SE) 222
CICERO DANTAS DE OLIVEIRA (6882/SE) 71 144
CLAUDIA LIRA SANTANA (10354/SE) 17 21
DANILO GURJAO MACHADO (5553/SE) 222
DIOGO SOUZA GOMES (8323/SE) 41
EDIGENALDO DOS SANTOS MATIAS (8396/SE) 41
ELLEN NATALY PEREIRA DOS SANTOS (13890/SE) 45
EMANUEL MESSIAS BARBOZA MOURA JUNIOR (0002851/SE) 11 11 11
ENIO SIQUEIRA SANTOS (49068/DF) 94
EVANIO JOSE DE MOURA SANTOS (2884/SE) 143
FABIANO FREIRE FEITOSA (3173/SE) 26 39 113 115 118 222
FABIO BRITO FRAGA (4177/SE) 143
FABRICIO PEREIRA XAVIER SOUZA (6174/SE) 17
FAUSTO GOES LEITE JUNIOR (2525/SE) 226 226
FELIPE ARAUJO HARDMAN (8545/SE) 226 226
FELIPE SANTOS FERREIRA (11600/SE) 143
FERNANDA SABACK GURGEL (42101/DF) 50
FERNANDO ANTONIO BEZERRA CAVALCANTI MADRUGA FILHO (650/SE) 151
FERNANDO BASTOS LARANJEIRA (34579/BA) 54
FLAVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO (15079/DF) 76 80 82 84
FRANCISCO ISMAEL DOS SANTOS SOUTO (15427/SE) 217
FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO (184098/SP) 28
GREGORY AGUIAR MELO (4096/SE) 79
GUILHERME BARROS MELO (14529/SE) 67 68 68 70 71 72 73 75
GUILHERME NEHLS PINHEIRO (9716/SE) 6 108 109 110 112
GUSTAVO MACHADO DE SALES E SILVA (11960/SE) 6
GUTEMBERG ALVES DE ARAUJO (8671/SE) 34
HARRYSSON OLIVEIRA DE JESUS LINO (5818/SE) 78 81 83 90 93
JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES (3131/SE) 17 35 35 37 38 38 38 40
65 65 65 146 146 146
JANE GLECIA FARIAS DA SILVA SANTOS (8981/SE) 34
JEAN FILIPE MELO BARRETO (6076/SE) 222
JOANA DOS SANTOS SANTANA (11884/SE) 14
JOAO LOPES DE OLIVEIRA JUNIOR (36235/BA) 50
JOEL FREIRE DE ARAUJO NETO (9739/SE) 39
JOELIO GONCALVES DE ARAUJO (5474/SE) 39
JOSE ACACIO DOS SANTOS SOUTO (12193/SE) 17 21 35 35 37 38 38 38 40
65 65 65 137 139 141 217 217 223
JOSE EDMILSON DA SILVA JUNIOR (5060/SE) 8 10 231 232
JOSE OSMARIO DE ARAUJO SANTOS FILHO (12552/SE) 50
JOSEANE DOS SANTOS SEBASTIAO (8539/SE) 149
JOSEANE GOIS SANTOS (9203/SE) 50

JULIO TACIO ANDRADE LOPES DE OLIVEIRA (31430/BA) 50
KATIANNE CINTIA CORREA ROCHA (7297/SE) 35 38 40
KEYTIANE DE JESUS BRAGANCA SANTIAGO (42191/DF) 54
LAERTE PEREIRA FONSECA (6779/SE) 16
LAURA SAMPAIO DOS SANTOS SILVA (16955/SE) 222
LEILA SUELI SANTOS FREITAS (14880/SE) 41
LETICIA MARIA SILVEIRA CHAGAS (15913/SE) 217 217 223
LORENA SOUZA CAMPOS FALCAO (5904/SE) 222
LUCAS MENDONCA RIOS (3938/SE) 12
LUDWIG OLIVEIRA JUNIOR (5750/SE) 57 61 101 101
LUIGI MATEUS BRAGA (0003250/SE) 11
LUIZ GUSTAVO COSTA DE OLIVEIRA DA SILVA (6768/SE) 48 71
LUZIA SANTOS GOIS (3136/SE) 14 51 62
MACIO GOMES DE ANDRADE (4983/SE) 74
MARA ALICE MATOS OLIVEIRA (10332/SE) 81 83 90 90
MARCELO SILVA DE ANDRADE (13713/SE) 229
MARCIO CESAR FONTES SILVA (2767/SE) 9
MARCIO MACEDO CONRADO (3806/SE) 54 97
MARIA CLARA ROCHA ARAUJO (38090/DF) 50
MARIA GESCIENE DE LIRA (15870/SE) 41
MARIANA MENDONCA SENA DA COSTA (5926/SE) 81 83 90
MARIANNE CAMARGO MATIOTTI DANTAS (11538/SE) 222
MARIO CESAR VASCONCELOS FREIRE DE CARVALHO (2725/SE) 222
MATHEUS DANTAS MEIRA (3910/SE) 143
MICHELLE MARTINS OLIVEIRA DE MOURA (3227/SE) 143
MYLLENA MIRIAM FLORENCIO OLIVEIRA (13414/SE) 222
PAULO CESAR DA SILVA FREIRE (4975/SE) 57
PAULO ERNANI DE MENEZES (1686/SE) 14 17 21 35 35 37 38 38 38 40 65
65 65 137 139 141
PAULO VICTOR QUEIROZ DE SOUZA (144368/RJ) 27
PEDRO AUGUSTO FATEL DA SILVA TARGINO GRANJA (9609/SE) 54 97
PEDRO OTTO SOUZA SANTOS (8187/SE) 108 109 110 112
RENATA BEATRIZ SOARES ARAUJO (14870/SE) 41
ROBERTA DE SANTANA DIAS (13758/SE) 137 139 141 217
ROBERTO WAGNER DE GOIS BEZERRA FILHO (6193/SE) 90 90
RODRIGO CASTELLI (152431/SP) 222
RODRIGO FERNANDES DA FONSECA (6209/SE) 54 97
RODRIGO TORRES CAMPOS (5527/SE) 9
ROMERITO OLIVEIRA DA TRINDADE (6375/SE) 78 81 83 90 93
SAMUEL ALVES DE AZEVEDO ANDRADE (51389/GO) 30 32
SAULO ISMERIM MEDINA GOMES (33131/BA) 8 10 231 232
SHELLY GIULEATTE PANCIERI (59181/DF) 50
SIMONE MARTINS DE ARAUJO MOURA (17540/DF) 50
SUELLEN SOUSA (14852/SE) 150 150
THERESA RACHEL SANTA RITA DANTAS LIMA (0003278/SE) 11 11 11
THIAGO ALVES SILVA CARVALHO (6330/SE) 47
THIAGO SANTOS MATOS (8999/SE) 10 60 64
UBIRAJARA DA SILVA BOTELHO NETO (12413/SE) 143

VICTOR EMANUEL DE MENEZES MACEDO MAIA (6405/SE) 35 35 38 38 38
 VICTOR LOPES DOS SANTOS (13421/SE) 36 36 39
 VINICIUS OLIVEIRA SANTOS (15413/SE) 81 83 90 90
 WALTER JOSE FAIAD DE MOURA (17390/DF) 50
 WELDER SILVA SOUZA (15411/SE) 7 7
 WESLEY ARAUJO CARDOSO (5509/SE) 17 36 36 39 43 51 113 115 118 121 123
 125 147

ÍNDICE DE PARTES

ADILTON ANDRADE LIMA 47 48
 ADVOCACIA GERAL DA UNIAO EM SERGIPE 10 11
 ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO EM SERGIPE 9 14 16 17
 AGIR - AGIR (DIRETORIO NACIONAL) 27
 AGIR - AGIR (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 27
 AMPARO NAS MÃOS DOS AMPARENSES[UNIÃO / Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV)] - AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE 136
 ANA PAULA SANTOS ALVES 21
 ANDRE GRACA SANTOS 41
 ANDRENILSON SOUSA CARVALHO 41
 ANTONIO CARLOS DOS SANTOS 70 71 72 73 75
 ANTONIO CARLOS DOS SANTOS FILHO 70 71 72 73 75
 ANTONIO CESAR CORREIA DINIZ DE RESENDE 36 36
 ANTONIO DA FONSECA DOREA 38
 ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA 94
 ANTONIO MARCONI TAVARES SANTOS 147
 ARTHURYS ESTEVAO DE ARAUJO 54
 ARTUR SERGIO DE ALMEIDA REIS 6
 AUGUSTO CEZAR CARDOSO 12
 AVANTE - SERGIPE - SE - ESTADUAL 101
 AVANTE Maruim 101
 CAIO FELIPE DE JESUS ALBUQUERQUE 58 59
 CARLOS AUGUSTO DA SILVA ROSA 137
 CARLOS DE ALMEIDA MENEZES 39
 CIDADANIA 231
 CIDADANIA (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANINHA/SE) 217
 CIDADANIA - CIDADANIA (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 8
 CLAUDIA REJANE COSTA TRINDADE SANTOS 62
 COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCDOB/ESTANCIA 58
 59
 COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DA MOBILIZACAO NACIONAL - PMN DA BARRA DOS COQUEIROS/SE. 42
 COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA DO MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHY/SE 234
 COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHY/SE 234
 COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PROGRESSISTA DE SANTANA DO SAO FRANCISCO 102 103 104 106 107

COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB EM BREJO GRANDE [108](#) [109](#) [110](#) [112](#)

COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DE SIRIRI DO PODE-PODEMOS [51](#)

COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO LIBERAL DE ITABAIANA [78](#) [81](#) [83](#) [90](#) [93](#)

COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO PRB NA CIDADE DE SANTANA DO SAO FRANCISCO/SE [102](#) [103](#) [104](#) [106](#) [107](#)

COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL DO PARTIDO SOLIDARIEDADE EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE [67](#) [68](#) [68](#) [70](#) [71](#) [72](#) [73](#) [75](#)

CRISLENE CORREA NASCIMENTO [69](#)

DANIEL SAMPAIO TOURINHO [27](#)

DANILO ALVES DE CARVALHO [223](#)

DAVI DE CARVALHO SANTOS [58](#) [59](#)

DIRETORIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO MUNICIPIO DE PACATUBA-SE [113](#) [115](#) [118](#) [121](#) [123](#) [125](#)

DIRETORIO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHI [234](#)

DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DA MOBILIZACAO NACIONAL - PMN [61](#)

DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE GARARU/SE [69](#)

DIRETORIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO SAO FRANCISCO - PSD [102](#) [103](#) [104](#) [106](#) [107](#)

DOUGLAS GONCALVES DA SILVA [146](#)

DOUGLAS MENESES TEIXEIRA [150](#)

Destinatário Ciência Pública [97](#)

Destinatário para ciência pública [34](#) [35](#) [36](#) [36](#) [37](#) [38](#) [39](#) [39](#) [40](#) [41](#)

EDNA MARIA SILVA FREITAS DORIA [35](#) [38](#)

EDSON VIEIRA PASSOS [78](#) [90](#) [93](#)

EDVALDO NOGUEIRA FILHO [65](#)

EIPE - EXCLUSIVO INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO LTDA [97](#)

ELEICAO 2020 DOUGLAS MENESES TEIXEIRA VEREADOR [150](#)

ELEICAO 2020 JORGE DOS SANTOS VEREADOR [226](#)

ELISON LAERTY RODRIGUES [222](#)

ELMO RODRIGUES SANTOS DA PAIXAO [232](#)

ELVES SANTOS [217](#)

ERALDO MOREIRA DOS SANTOS [217](#)

FABIO TOKARSKI [45](#) [58](#) [59](#)

FEDERACAO BRASIL DA ESPERANCA (FE BRASIL) [102](#) [103](#) [104](#) [106](#) [107](#) [136](#)

FEDERACAO PSDB CIDADANIA [232](#)

FLORO ALVES DE ARAUJO JUNIOR [149](#)

FRANCISCO CARLOS DE SANTANA JUNIOR [57](#)

FRANCISCO SANTOS DO NASCIMENTO [62](#)

GEORGE MAGALHAES ANDRADE [90](#)

GEORGEO ANTONIO CESPEDES PASSOS [8](#)

GILMARA SANTANA SANTOS [146](#)

GILSON ANDRADE DE OLIVEIRA [57](#)

GILSON CARDOSO DOS SANTOS FILHO [149](#)

GILVANETE ALMEIDA PEREIRA DOS SANTOS [9](#)

GLADYSON ALVES DE OLIVEIRA [231](#)

GUILHERME BARROS MELO 67 68 68 70 71 72 73 75
HALLISON DE SOUSA SILVA 65
HONORINA OLIVA DA FONSECA FERNANDES 47 48
IARA MARIA FEITOSA DE LIMA MARTINS 113 115 118 121 123 125
ILZO BASILIO DE SOUZA 223
IMK CONTABILIDADE E ESCRITORIO VIRTUAL LTDA 39
IRACI ALVES SANTANA 69
ISADORA SUKITA REZENDE SANTOS 54
ISMAEL SANTOS PASSOS 40
JADSON ALVES DO NASCIMENTO 12
JAMILLY MARIA MOREIRA ANDRADE 45
JINUALDO JOSE DE SANTANA 45
JOAO BARRETO OLIVEIRA 47 48
JOAQUIM DA SILVA FERREIRA 61
JORGE DOS SANTOS 226
JOSE AGUINALDO NEVES CUNHA 93
JOSE ANTONIO DE ANDRADE 67 68 68 70 71 72 73 75
JOSE COSTA FONTES 65
JOSE DOUGLAS DOS SANTOS SILVA 81 83
JOSE FAUSTO SANTOS 108 109
JOSE GILVAN FREITAS 146
JOSE HORA FILHO 65
JOSE RAIMUNDO SAO PEDRO FERNANDES 17
JOSE ROBERTO FERNANDES CHAVES 17
JOSE ROBERTO MELO SANTOS 121 123 125
JULIO CEZAR SANDES VIEIRA LEITE 96
JULIO NASCIMENTO JUNIOR 139 141
JUÍZO DA 031ª ZONA ELEITORAL DE ITAPORANGA DAJUDA SE 37
Juiz Eleitoral da 34ª Zona Eleitoral de Nossa Senhora do Socorro 21
LEONARDO ALVES DE ARAUJO 30 32
LIVIA DOS SANTOS MENEZES 16
LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS 45 58 59
MAIKON OLIVEIRA SANTOS 8
MAIS TRABALHO, MAIS RESULTADOS[PP / Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL (PT/PC do B/PV) / REPUBLICANOS / PSD] - SANTANA DO SÃO FRANCISCO - SE 102 103 104 106 107
MANOEL MESSIAS SUKITA SANTOS 50
MARCELO BARBERINO DE OLIVEIRA 93
MARCELO DA SILVA SANTOS 101
MARCOS ANTONIO PEREIRA 76 80 82 84
MARCOS LEONCIO ARAUJO DE FRANCA 60 64
MARIA CLARA SANTOS 51
MARIA DA CONCEICAO DOS ANJOS 229
MARIA GEDALVA SOBRAL ROSA 137
MARIA VICTORIA COSTA ANDRADE BARBOSA 96
MAXWEEL ALVES DE ANDRADE 96
MEGGA FM LTDA 50
MICHEL ANDERSON SILVEIRA LIMA 61

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE 58 59 65
MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL DE SERGIPE 143
MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DO DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE 232
MUNICIPIO DE ARACAJU 151
OSMAR SILVA SANTOS 71
OTAVIO DOMINGOS SALES 10
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL 45 58 59
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL - RIACHAO DO DANTAS/SE 45
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 14
PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA 57 65
PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA DIRETORIO REGIONAL/SE 65
PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETORIO MUNICIPAL 71
PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 11
PARTIDO LIBERAL - DIRETORIO MUNICIPAL DE MALHADOR 149
PARTIDO PROGRESSISTA COMISSAO PROVISORIA DE PEDRINHAS 39
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 30 32
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB - DIRETORIO NACIONAL 30 32
PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL 34
PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - PRB - COMISSAO PROVISORIA - MUNICIPAL - LAGARTO / SE 6
PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL - ILHA DAS FLORES/SE 114
PARTIDO REPUBLICANOS 84
PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) - INCORPORADO PELO PODEMOS 10
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL 121 123 125 147
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE ROSARIO DO CATETE/SE 36 36
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - DIRETORIO MUNICIPAL DE SAO CRISTOVAO - PSD 137 139 141
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD 35 38
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD - DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO 229 232
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD DIRETORIO MUNICIPAL DE BOQUIM/SE 48
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - PSD 146
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO-PSD / DIRETORIO MUNICIPAL DE ESTANCIA/SERGIPE 57
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL (DIRETÓRIO NACIONAL) 28
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 10 28
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL 43
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB 47
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DIRETORIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE 232
PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO - PTC (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE UMBAÚBA/SE) 235

PARTIDO VERDE - PV (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS/SE) 222
PARTIDO VERDE - PV - COMISSAO PROVISORIA - MUNICIPAL - SANTO AMARO DAS
BROTAS / SE 96
PAULA BERMUDES MORAES CORADI 28
PAULO ANDRE FONTES NASCIMENTO 60 64
PODE-PODEMOS DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANA/SE 86 87 89 91
PODEMOS 19
PODEMOS - 19 - Nacional 86 87 89 91
PODEMOS - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL SAO CRISTOVAO 142
PODEMOS - PODE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 10 19
PODEMOS - PODE DO DIRETORIO MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE 96
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SERGIPE 6 8 9 10 10 12 14 14
14 15 16 17 17 19 21 26 27 28 30 32 34 35 36 36 37 38 39
39 39 40 41
PROGRESSISTAS - SANTA LUZIA DO ITANHY - SE - MUNICIPAL 234
PROGRESSISTAS/DIRETORIO MUNICIPAL DE ESTANCIA 62
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE 42 43 45 47 48 50 51 54
57 57 58 59 60 61 62 64 65 67 68 68 69 70 71 71 72 73 74 75
76 78 79 80 81 82 83 84 86 87 89 90 91 93 94 96 96 97 101
102 103 104 106 107 108 109 110 112 113 114 115 118 121 123 125 135 136 137 139
141 142 143 146 147 149 150 151 217 222 223 226 229 231 232 234 235
Procurador Geral Eleitoral 19 27 28 30 32
RADIO VOZ DE ITABAIANA LTDA 81 83 90
RAFAEL TAVARES PASSOS 79
REDE SUSTENTABILIDADE - REDE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 17
REDE SUSTENTABILIDADE COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL 60 64
REJANE SANTANA SANTOS 11
RENATA HELLMEISTER DE ABREU 19 86 87 89 91
REPUBLICANOS - BRASIL - BR - NACIONAL 76 80 82 84
REPUBLICANOS - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE - MUNICIPAL 21
RIACHUELO FELIZ DE NOVO[UNIÃO / PODE] - RIACHUELO - SE 96
ROBERTO CORREIA SANTANA 35 38
ROBERTO FONSECA LIMA 39
ROBSON CARDOSO HORA 223
RODRIGO OLIVEIRA ALVES 143
ROGERIO CARVALHO SANTOS 11
ROSANA OLIVEIRA FRANCA FROES 10
ROSANGELA SANTANA SANTOS 11
SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JUNIOR 231
SANDRA MARIA DOS SANTOS 110 112
SANTA LUZIA EM BOAS MAOS[PP / PDT / MDB / PSD] - SANTA LUZIA DO ITANHY - SE 234
SIGILOSO 7 7 7 7 144 144 144
SIMONE ANDRADE FARIAS SILVA 45
SOLIDARIEDADE (DIRETÓRIO REGIONAL/SE) 14
SR/PF/SE 79
TAIANY COSTA SANTOS 101
TERCEIROS INTERESSADOS 42 45 114 135 136 142 234 235
THIAGO SANTOS 229

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE [15](#) [15](#)
UNIAO BRASIL - AMPARO DE SAO FRANCISCO - SE - MUNICIPAL [135](#) [136](#)
UNIAO BRASIL - BOQUIM - SE - MUNICIPAL [17](#)
UNIAO BRASIL - CAPELA- SE - MUNICIPAL [50](#) [54](#)
UNIAO BRASIL - ITABAIANA - SERGIPE - MUNICIPAL [94](#)
UNIAO BRASIL - ITAPORANGA D'AJUDA - SE - MUNICIPAL [37](#) [40](#)
UNIAO BRASIL - NACIONAL [94](#)
UNIAO BRASIL - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE - MUNICIPAL [232](#)
UNIAO BRASIL - UNIAO DO DIRETORIO MUNICIPAL DE AREIA BRANCA/SE [97](#)
UNIAO BRASIL - UNIAO DO DIRETORIO MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE [96](#)
UNIÃO BRASIL - UNIÃO (DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ITABAIANINHA/SE) [223](#)
VALTER LUIS SANTOS FONTES [147](#)
VERONICA ALVES NASCIMENTO SANTOS [26](#)
WASHINGTON DE OLIVEIRA SANTOS [34](#)
WERDEN TAVARES PINHEIRO [60](#) [64](#)
WILLAN DE FRANCA SILVA [43](#)
WILLIDON LUIS DOS SANTOS [74](#)
É TEMPO DE MUDANÇA[Federação PSDB CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA) / MDB / PSD / PSB /
UNIÃO] - NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SE [232](#)

ÍNDICE DE PROCESSOS

AI 0600199-31.2024.6.25.0000 [7](#)
AJDesCargEle 0600208-90.2024.6.25.0000 [17](#)
APEI 0600052-63.2020.6.25.0026 [143](#)
CumSen 0000055-87.2016.6.25.0000 [14](#)
CumSen 0000091-37.2013.6.25.0000 [10](#)
CumSen 0000099-09.2016.6.25.0000 [11](#)
CumSen 0000105-79.2017.6.25.0000 [14](#)
CumSen 0600150-63.2019.6.25.0000 [17](#)
CumSen 0601180-31.2022.6.25.0000 [9](#)
CumSen 0601552-77.2022.6.25.0000 [16](#)
FP 0600076-85.2024.6.25.0015 [110](#) [112](#)
FP 0600077-70.2024.6.25.0015 [108](#) [109](#)
IP 0600055-64.2023.6.25.0009 [79](#)
Inst 0600203-68.2024.6.25.0000 [15](#)
MSCiv 0600212-30.2024.6.25.0000 [21](#)
PC-PP 0600037-12.2024.6.25.0008 [69](#)
PC-PP 0600044-04.2024.6.25.0008 [67](#) [68](#) [68](#)
PC-PP 0600075-30.2024.6.25.0006 [62](#)
PC-PP 0600082-35.2024.6.25.0034 [231](#)
PC-PP 0600086-59.2024.6.25.0006 [61](#)
PC-PP 0600091-81.2024.6.25.0006 [57](#)
PC-PP 0600193-24.2024.6.25.0000 [10](#)
PC-PP 0600253-31.2023.6.25.0000 [8](#)
PCE 0601551-92.2022.6.25.0000 [26](#)
PetCiv 0600111-90.2024.6.25.0000 [37](#)
PetCiv 0600146-66.2024.6.25.0027 [151](#)

PetCiv 0600213-15.2024.6.25.0000 [12](#)
RCand 0600067-08.2024.6.25.0021 [142](#)
RCand 0600071-03.2024.6.25.0035 [234](#)
RCand 0600073-33.2024.6.25.0015 [102](#) [103](#) [104](#) [106](#) [107](#)
RCand 0600074-55.2024.6.25.0035 [235](#)
RCand 0600093-12.2024.6.25.0019 [135](#)
RCand 0600104-41.2024.6.25.0019 [136](#)
RCand 0600121-31.2024.6.25.0002 [42](#)
RCand 0600123-59.2024.6.25.0015 [114](#)
RCand 0600159-10.2024.6.25.0013 [96](#)
RCand 0600223-54.2024.6.25.0034 [232](#)
REI 0600014-36.2024.6.25.0018 [34](#)
REI 0600016-24.2024.6.25.0012 [6](#)
REI 0600016-91.2024.6.25.0022 [35](#)
REI 0600018-61.2024.6.25.0022 [38](#)
REI 0600029-63.2024.6.25.0031 [40](#)
REI 0600032-02.2024.6.25.0004 [39](#)
REI 0600045-92.2024.6.25.0006 [41](#)
REI 0600068-14.2024.6.25.0014 [36](#)
REI 0600069-96.2024.6.25.0014 [36](#)
RROPCE 0600001-67.2024.6.25.0008 [74](#)
RROPCE 0600002-95.2024.6.25.0026 [149](#)
RROPCE 0600010-72.2024.6.25.0026 [146](#)
RROPCE 0600043-38.2024.6.25.0034 [226](#)
RROPCE 0600096-79.2024.6.25.0014 [101](#)
RROPCE 0600115-83.2023.6.25.0026 [150](#)
RROPCE 0600448-75.2024.6.00.0000 [84](#)
RROPCE 0600503-26.2024.6.00.0000 [94](#)
RROPCE 0600511-03.2024.6.00.0000 [30](#)
RROPCE 0600043-19.2024.6.25.0008 [70](#) [71](#) [72](#) [73](#) [75](#)
RROPCE 0600076-28.2024.6.25.0034 [229](#)
RROPCE 0600087-29.2024.6.25.0011 [96](#)
RROPCE 0600095-21.2024.6.25.0006 [60](#)
RROPCE 0600096-06.2024.6.25.0006 [64](#)
RROPCE 0600103-04.2024.6.25.0004 [45](#)
RROPCE 0600118-38.2023.6.25.0026 [147](#)
RROPCE 0602697-96.2024.6.00.0000 [27](#)
RROPCE 0602755-02.2024.6.00.0000 [32](#)
RROPCE 0605270-10.2024.6.00.0000 [80](#)
RROPCE 0606236-70.2024.6.00.0000 [76](#)
RROPCE 0606373-52.2024.6.00.0000 [28](#)
RROPCE 0607361-73.2024.6.00.0000 [82](#)
RROPCE 0609884-58.2024.6.00.0000 [91](#)
RROPCE 0610509-92.2024.6.00.0000 [86](#)
RROPCE 0610820-83.2024.6.00.0000 [19](#)
RROPCE 0611055-50.2024.6.00.0000 [87](#) [89](#)
RecCrimEleit 0600048-16.2021.6.25.0018 [39](#)
RepEsp 0600130-06.2024.6.25.0030 [223](#)

Rp 0600018-15.2024.6.25.0005	50
Rp 0600021-55.2024.6.25.0009	81
Rp 0600022-43.2024.6.25.0008	71
Rp 0600024-10.2024.6.25.0009	83
Rp 0600029-32.2024.6.25.0009	90
Rp 0600036-36.2024.6.25.0005	51
Rp 0600050-20.2024.6.25.0005	54
Rp 0600051-54.2024.6.25.0021	141
Rp 0600056-76.2024.6.25.0021	137
Rp 0600062-83.2024.6.25.0021	139
Rp 0600068-11.2024.6.25.0015	115 118
Rp 0600069-60.2024.6.25.0026	144
Rp 0600071-81.2024.6.25.0009	78
Rp 0600072-66.2024.6.25.0009	93
Rp 0600089-14.2024.6.25.0006	57
Rp 0600089-84.2024.6.25.0015	121 123 125
Rp 0600101-34.2024.6.25.0004	48
Rp 0600102-19.2024.6.25.0004	47
Rp 0600105-74.2024.6.25.0003	43
Rp 0600121-44.2024.6.25.0030	222
Rp 0600126-66.2024.6.25.0030	217
Rp 0600166-02.2024.6.25.0013	97
SuspOP 0600003-43.2024.6.25.0006	58
SuspOP 0600015-57.2024.6.25.0006	59
SuspOP 0600016-42.2024.6.25.0006	65
TutCautAnt 0600043-95.2024.6.25.0015	113